



Casa do Psicólogo®



Conselho
Federal de
Psicologia
Filial a ULAPSI



IPUSP

Publicar em Psicologia

um Enfoque para
a Revista Científica

APARECIDA A. Z. P. SABADINI
MARIA IMACULADA C. SAMPAIO
SÍLVIA HELENA KOLLER
(Organização)

**Publicar em Psicologia
um Enfoque para a Revista Científica**

APARECIDA ANGÉLICA ZOQUI PAULOVIC SABADINI
MARIA IMACULADA CARDOSO SAMPAIO
SÍLVIA HELENA KOLLER

(Organização)

Publicar em Psicologia um Enfoque para a Revista Científica

São Paulo

Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

2009

© Direitos desta edição reservados à Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP) e ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP)

Esta versão PDF está disponível na Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia (BVS-Psi, www.bvs-psi.org.br)

Obra financiada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP)

Revisão, editoração, impressão e capa: Casa do Psicólogo

Revisão técnica: Érica Beatriz P. Moreschi Oliveira

Publicar em psicologia : um enfoque para a revista científica / Organização de Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini, Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Sílvia Helena Koller. – São Paulo : Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia / Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

216 p.

ISBN 978-85-86736-33-9

1. Periódicos científicos. 2. Psicologia. 3. Normas editoriais. I. Sabadini, A. A. Z. P. (Org.). II. Sampaio, M. I. C. (Org.) III. Koller, S. H. (Org.). III. Título.

LC PN 4705

Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP)
Biblioteca Dante Moreira Leite
Avenida Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco C, Cidade Universitária
São Paulo, SP, Brasil 05508-030
www.bvs-psi.org.br

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP)
Avenida Prof. Mello Moraes, 1721, Cidade Universitária
São Paulo, SP, Brasil 05508-030
www.ip.usp.br

Conselho Federal de Psicologia (CFP)
SR TVN, Quadra 702, Edifício Brasília Rádio Center, Conjunto 4024-A
Brasília, DF, Brasil 70719-900
www.pol.org.br

Casa do Psicólogo
Rua Simão Álvares, 1020, Vila Madalena
São Paulo, SP, Brasil 05417-011
www.casadopsicologo.com.br

Agradecimentos

Diversas pessoas ajudaram na construção do livro *Publicar em Psicologia: um Enfoque para a Revista Científica*. Somos imensamente gratas a todos e queremos agradecer nominalmente à Diretoria da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP) e ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) pela publicação. Ao Conselho Federal de Psicologia (CFP), pelo financiamento da obra. À Casa do Psicólogo pela revisão, editoração, impressão e capa. Aos autores-colaboradores: Ana Ludmila Freire Costa, André Serradas, Claudette Maria Medeiros Vendramini, Cláudia Borim da Silva, Irene Maurício Cazorla, Maria Marta Nascimento, Oswaldo Hajime Yamamoto e Piotr Trzesniak. A Érica Beatriz P. Moreschi Oliveira pela revisão técnica dos capítulos da obra. Às professoras Emma Otta e Acácia A. Angeli dos Santos pela colaboração e pelo apoio. Aos nossos familiares que foram privados de nossa presença em alguns momentos. À equipe da Biblioteca Dante Moreira Leite do IPUSP e da Biblioteca Virtual de Psicologia, pelo apoio na elaboração deste livro. Aos autores, editores e demais usuários que nos incentivaram neste empreendimento e à Providência, que nos colocou juntas e nos dotou de empatia uma com a outra, o que vem permitindo uma bela parceria. Bela no sentido de produtiva, porém mais ainda porque estar juntas nos faz felizes!

Sumário

Prefácio	13
Apresentação	15
Capítulo 1 – A Redação Científica Apresentada por Editores	19
<i>Piotr Trzesniak e Sílvia Helena Koller</i>	
1 O Texto Científico: Visão (e Cuidados) do(a) Autor(a)	20
2 Objetivos da Ciência e a Escrita Científica	20
3 Como Escrever	21
4 Por que Escrever	22
5 Onde e o Quê Publicar	24
6 A “Última” Versão	25
7 O Texto Científico: Visão (e Cuidados) dos Editores	26
8 A Trajetória de um Artigo: da Preparação à Publicação	28
Capítulo 2 – Preparando um Periódico Científico	35
<i>Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini, Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Maria Marta Nascimento</i>	
1 Periódico Científico	36
1.1 Características do Periódico Científico	37
1.1.1 Normalização	38
1.1.2 Periodicidade	38
1.1.3 Regularidade	39
1.1.4 Tempo de Existência	40
1.1.5 Divulgação e Distribuição	40
1.1.6 Dimensões	40
1.1.7 Tiragem	41
1.1.8 Apresentação Gráfica (Leiaute)	41
1.1.9 Número Internacional Normalizado para Publicação Seriada (ISSN)	41
1.2 Estrutura do Periódico Científico	42
1.2.1 Parte Externa do Periódico Científico	42
1.2.2 Parte Interna do Periódico Científico	51

1.3 Projeto Gráfico	58
1.4 Da Preparação à Publicação: Recomendações	58
2 Revista de Divulgação	59
3 Boletim de Sociedade Científica ou Informativo Profissional	59
4 Revista Eletrônica ou Digital	60
Capítulo 3 – O Movimento de Acesso Aberto, os Repositórios e as Revistas Científicas	75
<i>Maria Imaculada Cardoso Sampaio e André Serradas</i>	
1 Movimento de Acesso Aberto (OA)	76
1.1 Declaração de Budapeste (Budapest Open Access Initiative - 2002)	76
1.2 Declaração de Bethesda (2003)	76
1.3 Declaração de Berlim (2003)	76
1.4 Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento (2005)	77
1.5 Declaração de Florianópolis (2006)	77
1.6 Declaração de Cuba (2007)	77
2 Open Archives Initiative (OAI)	78
2.1 Linha do Tempo das Iniciativas em Acesso Aberto	78
3 Vertentes do Acesso Aberto	79
3.1 Repositórios Institucionais e Temáticos (Green Road)	79
3.1.1 Exemplos de Repositórios Institucionais	81
4 As Revistas Científicas e o Acesso Aberto	82
4.1 Scientific Electronic Library Online (SciELO)	83
4.2 Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc)	84
4.3 Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC)	84
5 Considerações Finais	85
Capítulo 4 – A Estrutura Editorial de um Periódico Científico	87
<i>Piotr Trzesniak</i>	
1 Três Requisitos para a Revista Científica	88
2 Garantia de Perenidade: a Retaguarda Institucional e o Comitê/Conselho de Política Editorial	88
3 Garantia da Credibilidade Científica I: o Corpo Editorial Científico	89
3.1 Conceito e Atribuições	90
3.2 Constituição e Renovação do Corpo Editorial Científico	90
4 Garantia da Credibilidade Científica II: Consultores (ou Revisores) <i>ad hoc</i> do Periódico Científico	91
5 Garantia da Credibilidade Científica III: a(s) Editora(s) e/ou o(s) Editor(es)	92
5.1 O Editor Geral	92
5.2 A Equipe do Editor Geral	95
5.2.1 Assistente do Editor, Editor Assistente e Editor Adjunto	95
5.2.2 Editor Associado	96

5.2.3 Editor Convidado	96
5.2.4 Editor de Seção	96
5.2.5 Editor Consultivo	96
6 Garantia da Credibilidade Científica IV: Funções e Responsabilidades no Processo Editorial	97
7 Garantia da Credibilidade Científica V: Automatizando a Administração com <i>Submission</i> e SEER	99
Capítulo 5 – Indexação e Fator de Impacto	103
<i>Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini</i>	
1 Indexação	104
2 O Processo de Seleção das Bases de Dados	105
3 Tipos de Bases de Dados	107
4 Procedimentos para Indexação	109
5 Considerações Finais	113
Capítulo 6 – Preparando um Artigo Científico	117
<i>Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini, Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Sílvia Helena Koller</i>	
1 O Artigo Científico	118
2 O Manuscrito	118
3 Estrutura e Conteúdo do Artigo Científico	119
3.1 Título	120
3.1.1 Subtítulo	120
3.1.2 Título Resumido	121
3.2 Autoria	121
3.2.1 Afiliação Institucional dos Autores	122
3.2.2 Endereço Institucional dos Autores	124
3.2.3 Informações sobre os Autores	125
3.2.4 Notas do Autor	125
3.3 Título e Autoria: Recomendações	126
3.4 Resumo	127
3.5 Palavras-chave e Descritores	129
3.6 Introdução	131
3.7 Desenvolvimento	132
3.7.1 Método	132
3.7.2 Resultados	135
3.7.3 Discussão	146
3.7.4 Conclusão ou Considerações Finais	147
3.8 Citações no Texto	147
3.9 Organização dos Títulos das Seções no Artigo	148
3.10 Referências	149
3.11 Data de Tramitação dos Manuscritos	149
3.12 Tempo de Publicação	150

3.13 Anexo(s) e Apêndice(s)	150
4 Outros Tipos de Contribuições	150
5 Da Preparação à Submissão do Manuscrito: Recomendações	151
5.1 Escolha do Periódico para Submissão do Manuscrito	151
5.2 Padronização do Manuscrito	152
5.3 Submissão e Carta de Apresentação do Manuscrito	152
6 DOI (Identificador de Documento Digital)	153
7 Considerações Finais	154
Capítulo 7 – Autoria, Coautoria e Colaboração	163
<i>Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini</i>	
1 Autor e Autoria	164
1.1 Autoria Institucional	164
2 Coautoria	165
3 Autores e Colaboradores	166
4 Coautoria Internacional ou Autoria Transnacional	167
Capítulo 8 – Normas para a Apresentação de Informações Estatísticas no Estilo Editorial APA	171
<i>Claudette Maria Medeiros Vendramini, Irene Maurício Cazorla e Cláudia Borim da Silva</i>	
1 Métodos de Apresentação de Informações Estatísticas	172
1.1 Apresentação Estatística em Texto	172
1.2 Apresentação Estatística em Tabela	173
1.3 Elementos de uma Tabela	174
1.4 Apresentação Estatística em Figura	177
1.5 Elementos de uma Figura	177
1.6 Tipos de Gráficos Estatísticos	178
1.6.1 Gráfico de Linhas	178
1.6.2 Gráfico de Barras Verticais ou Colunas	179
1.6.3 Gráfico de Barras Horizontais	179
1.6.4 Gráfico de Setores	180
1.6.5 Gráfico de Caixas	180
1.6.6 Histograma	181
1.6.7 Diagrama de Dispersão e Reta de Regressão	181
2 Apresentação de Resultados de Análises Estatísticas	182
2.1 Apresentação de Medidas Descritivas ou Exploratórias	183
2.2 Análise Estatística Inferencial	183
3 Considerações Finais	186

Capítulo 9 – A Avaliação de Periódicos Científicos Brasileiros da Área da Psicologia	189
<i>Oswaldo Hajime Yamamoto e Ana Ludmila Freire Costa</i>	
1 A Avaliação de Periódicos: Modalidades e Finalidades	190
1.1 Indexação em Bases de Dados	190
1.2 Fomento	191
1.3 Inclusão em Coleções	192
1.4 Avaliação de Pesquisadores e de Instituições	193
2 A Evolução das Propostas de Avaliação de Periódicos	193
3 A Avaliação de Periódicos na Área da Psicologia	194
4 Reflexões sobre a Avaliação de Periódicos	196
Notas sobre as Organizadoras	201
Notas sobre os Autores-colaboradores	203

Prefácio

Emma Otta

O livro *Publicar em Psicologia*, organizado por Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini, Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Sílvia Helena Koller, destina-se a estudantes e profissionais de Psicologia e de áreas afins interessados em editoração científica. Reúne autores com larga experiência na área de publicação no Brasil e será leitura obrigatória em instituições de ensino superior e pesquisa, nos cursos de pós-graduação e graduação, tanto pelas orientações práticas para os pesquisadores que desejam difundir suas descobertas como pelos subsídios que oferece para discussões mais amplas sobre política científica nacional. O professor Isaac Roitman nos ensina que o desenvolvimento científico e tecnológico de um país correlaciona-se com a qualidade de vida de seu povo. Assim, o conhecimento científico é um capital de enorme importância para o nosso país. Investir na sua busca e na democratização de tecnologias e ferramentas de produção e socialização do conhecimento acadêmico é investir na qualidade de vida da sociedade brasileira.

O livro suscita importantes questões de política científica (capítulo 3), o que vem ao encontro de uma demanda crescente da comunidade científica por acesso à informação científica e livre acesso de brasileiros aos resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos. É o que defendem as Declarações de Salvador e de Florianópolis (2006), somando-se a iniciativas internacionais, notadamente as “3 Bs”, as Declarações de Budapeste (2005) e as Declarações de Bethesda e Berlim (2003).

Há hoje insatisfação crescente da comunidade científica com o fato de as universidades pagarem três vezes pelo processo de geração do conhecimento, o que constitui um problema sério, especialmente para as universidades públicas onde a maior parte do conhecimento científico é gerado. A universidade paga o salário do docente/pesquisador que faz a pesquisa. O docente/pesquisador muitas vezes paga para publicar. Finalmente, a universidade paga para adquirir as revistas, e muitas bibliotecas têm dificuldade em manter coleções completas.

Acompanhando o que acontece internacionalmente, o Brasil destaca-se na construção e manutenção de repositórios digitais, com ganho de autonomia com relação aos editores científicos comerciais e conseqüente redução de gastos. Há 15 anos, essa iniciativa seria impossível. Agora temos tecnologia para isso graças ao advento da Internet. Um exemplo na psicologia é o Projeto Biblioteca Virtual de Psicologia coordenado pela Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em parceria com o Conselho Federal de Psicologia.

Uma coleção de acesso livre nas diversas áreas do conhecimento que merece destaque é a SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), criada e mantida no âmbito da BIREME/FAPESP, que cobre as principais publicações periódicas brasileiras, disponibilizando, pela Internet, os textos integrais.

Este livro é um exemplo de iniciativa em acesso aberto. A publicação digital foi disponibilizada, antes mesmo da versão impressa, no *site* da BVS-Psi (www.bvs-psi.org.br). A parceria com a Casa do Psicólogo possibilitou esse acesso imediato à obra.

As diretrizes sobre coautoria discutidas no capítulo 7 serão consideradas úteis por orientadores e orientandos, assim como por equipes de pesquisa, que vêm se ampliando pelas facilidades da comunicação via rede e pelo incentivo das universidades à internacionalização. É cada vez mais frequente a coautoria transnacional e internacional. A explicitação de princípios e a indicação dos problemas que podem ocorrer são importantes para a redução de mal-entendidos a respeito da propriedade intelectual.

Estudantes iniciantes e até mesmo pesquisadores experientes, que querem divulgar suas pesquisas, certamente encontrarão nesta obra informações valiosas sobre a preparação de manuscritos/compuscritos (capítulos 1, 2 e 6), incluindo a forma de apresentação de informações estatísticas (capítulo 8), e poderão esclarecer dúvidas sobre o processo editorial (capítulo 1). Ao decidir para qual periódico irão enviar seu trabalho, poderão encontrar subsídios nos capítulos 2, 4, 5 e 9, que tratam da estrutura editorial, avaliação de periódicos e do fator de impacto e indexação. Novamente são suscitadas nesses capítulos questões sobre política científica, constatando-se os avanços que a psicologia como área tem feito na avaliação de seus periódicos científicos e na reflexão sobre questões de avaliação.

Recomendo fortemente a leitura do livro *Publicar em Psicologia*.

Emma Otta

Professora titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP).
Atualmente é diretora do IPUSP (Gestão 2008-2011). E-mail: emmaotta@usp.br

Apresentação

A elaboração deste livro atende a uma antiga demanda por parte da comunidade envolvida com os processos de editoração de revistas científicas e produção de artigos científicos na área da Psicologia. Essa demanda, manifestada, muitas vezes, nos cursos *Como Preparar Artigo Científico*, nas dúvidas expressadas pelos usuários/autores e por autores e editores nas mais diferentes formas de interação, inclusive nas reuniões da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP), levou ao delírio de pensar que seríamos capazes de dar respostas lógicas, claras e precisas às angústias da comunidade. Puro delírio, ledo engano! Quanto mais enveredávamos pelos caminhos da revista e do artigo científico, mais transparecia a certeza de que estávamos muito distantes de conseguir explicar, de forma lógica, clara e precisa toda a magia, paixão e dificuldades que envolvem a fascinante tarefa de registrar e formatar conhecimentos.

Algumas vezes parecia que a conclusão dos capítulos estava tão distante e que não conseguiríamos. Quando voltava a motivação para continuar, surgia uma nova urgência e tirava-nos do foco. Algumas vezes éramos tomadas pelo sentimento de ignorância com relação ao que tentávamos explicar e buscávamos na sabedoria do emblemático filósofo grego Sócrates e na sua frase imortal “Só sei que nada sei”, a coragem para seguir adiante. Lendo muitos autores, escutando outros, analisando os manuais de publicação da *American Psychological Association* (APA) e as normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), fomos tecendo nosso discurso, muitas vezes tão frágil que vinha a sensação: se levantarmos os olhos do texto, essa informação já não é verdadeira, tamanha a velocidade com que tudo muda atualmente. Sócrates, tão sábio, não escreveu nada do que pensou e refletiu. Por que nós que não somos sofistas temos de ser tão atrevidas? Novamente o conforto vinha das palavras e dos ensinamentos do grande filósofo: o saber é algo que está fora de nós, nunca vamos possuí-lo, mas temos de amá-lo e buscá-lo sempre! Aquele que ama o saber caminha em sua direção!

E seguíamos escrevendo...

Publicar os resultados de uma investigação científica é uma forma de assegurar os direitos sobre descobertas e resultados, trata-se do registro legítimo das ideias e dos pensamentos de um(a) autor(a). Entretanto, sabe-se de antemão que escrever é um ato de solidão, por isso, muitas vezes, o ato de publicar encontra resistência entre os pesquisadores. Na verdade, publicar exige muita coragem e ousadia, pois se trata de tornar totalmente transparente aquilo que fora gerado de forma reservada. É abrir-se sem medos ao julgamento de todos, especialistas, curiosos, críticos e toda sorte de pessoas; algumas de boa vontade, outras nem tanto.

Ao publicar, o(a) autor(a) dissemina seu conhecimento e autoriza aos cientistas e pesquisadores o acesso à sua produção, principalmente na era atual, em que não existem fronteiras nem barreiras físicas para a circulação da informação. Publicar permite a outros pesquisadores refletirem sobre os resultados obtidos. Assim, é possível fazer-se inferências

e conclusões sobre o alcançado, de forma que haja o intercâmbio de ideias e experiências. O conhecimento avança!

A publicação dá a necessária visibilidade à produção de um país, preserva a memória e legitima o conhecimento gerado em uma determinada comunidade. O conhecimento só se transforma em ciência a partir do momento em que é publicado, e o verdadeiro cientista é aquele que publica os resultados de sua investigação, compartilhando com outros suas ideias e descobertas. Hoje, mais do que nunca, o que não está escrito não existe de fato!

Desde que começaram a ser publicadas no século XVII, as revistas científicas passaram a desempenhar relevante papel no processo de registro e divulgação dos resultados de pesquisas. Esse tipo de publicação é importante por diversas razões, porém uma aparece como determinante da necessidade de se publicar: a ascensão e o êxito de um(a) pesquisador(a) ou profissional dependem, em grande parte, da quantidade/qualidade de trabalhos publicados e da frequência com que esses trabalhos são citados por outros cientistas.

O discurso científico tem suas normas próprias, e escrever para uma revista significa enquadrar seus pensamentos em um modelo preestabelecido, com relação à forma de apresentação dessas ideias. Sendo assim, um caminho para auxiliar os autores e os próprios editores é a criação de normas básicas que possam orientar na fase de elaboração do artigo e da própria revista científica.

A área da Psicologia vivencia um sensível crescimento de suas revistas científicas no Brasil. Esse crescimento pode ser medido a partir do número de revistas indexadas no Index Psi Periódicos (www.bvs-psi.org.br), base de dados que tem por objetivo o controle bibliográfico das publicações seriadas da área. Outro indicador do aumento do crescimento das revistas na área é o Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC, <http://pepsic.bvs-psi.org.br>), que amplia sua coleção latino-americana a cada dia. Se lançarmos o olhar para a Europa, os Estados Unidos da América e outras regiões, nosso argumento encontrará respaldo irrefutável.

Então, na ânsia de auxiliar os autores e editores que publicam em Psicologia, fomos buscando colaboradores que nos auxiliaram na construção dos textos que compõem este livro.

No primeiro capítulo – A Redação Científica Apresentada por Editores – *Piotr Trzesniak e Silvia Helena Koller* apresentam, do ponto de vista de editores experientes, o texto científico: visão e cuidado dos autores e os objetivos da ciência e a escrita científica. Conversam com o leitor sobre como escrever, por que escrever, onde e como publicar. Descrevem também a trajetória de um artigo: da preparação à publicação.

O capítulo 2 – Preparando um Periódico Científico – escrito por *Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini, Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Maria Marta Nascimento*, orienta quanto aos elementos essenciais na composição do periódico científico. A normalização, periodicidade, regularidade, divulgação e distribuição, apresentação gráfica, estrutura do periódico e os elementos pré, textuais e pós-textuais também são descritos, comentados e exemplificados. A elaboração do capítulo pautou-se na norma NBR 6021 da ABNT (2003b), nos manuais de publicação da APA (2001a, 2001b) e nas revistas editadas pela própria APA.

O terceiro capítulo – O Movimento de Acesso Aberto, os Repositórios e as Revistas Científicas – tem como autores *Maria Imaculada Cardoso Sampaio e André Serradas* que discorrem sobre as declarações de apoio ao movimento de acesso aberto, *Open Archives Initiative (OAI)*, repositórios institucionais e temáticos. Finalizam situando as revistas científicas no contexto eletrônico, enquanto a via dourada do acesso aberto.

O quarto capítulo – Estrutura Editorial de um Periódico Científico – elaborado por *Piotr Trzesniak*, conversa com os leitores e editores sobre a composição do corpo editorial e os papéis de cada um dos envolvidos no processo de revisão e aceite do artigo. As funções dos assessores científicos ou revisores ou *referees ad hoc*, assim como a nomenclatura dos diversos atores dessa importante tarefa de geração da revista científica também são objetos de explicações.

O capítulo 5 – Indexação e Fator de Impacto – foi desenvolvido por *Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini* e situa os leitores quanto ao processo de indexação e às principais bases de dados que promovem o conhecimento psicológico.

Preparando um Artigo Científico – sexto capítulo – foi formulado pelas organizadoras do livro, *Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini, Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Sílvia Helena Koller*. Orienta quanto à estrutura e ao conteúdo do artigo científico, explicando os três principais elementos que constituem o artigo: pré-textuais (antecedem o texto com informações que ajudam na sua identificação), textuais (parte do trabalho onde é exposta a matéria) e pós-textuais (complementam o trabalho), com base nos manuais da APA (2001a, 2001b) e na norma NBR 6022 da ABNT (2003a).

O capítulo 7 – Autoria, Coautoria e Colaboração – escrito por *Maria Imaculada Cardoso Sampaio e Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini* discute as atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo de criação do artigo científico. O compromisso ético dos autores e co-autores também faz parte do conteúdo do texto.

No capítulo 8 – Normas para a Apresentação de Informações Estatísticas no Estilo Editorial APA – *Claudette Maria Medeiros Vendramini, Irene Maurício Cazorla e Cláudia Borim da Silva* apresentam as normas para publicação científica de informações que envolvem notações, expressões, tabelas e figuras estatísticas, utilizando como modelo as normas da APA.

Finalmente, no capítulo nove – A Avaliação de Periódicos Científicos Brasileiros da Área de Psicologia – *Oswaldo Hajime Yamamoto e Ana Ludmila Freire Costa* explicam a evolução das propostas de avaliação de periódicos, enfatizando a área da Psicologia. Encerram o texto refletindo sobre o que a avaliação representa para as revistas científicas e sua efetividade na aferição do mérito científico dos periódicos.

Assim, entregamos nossa contribuição à comunidade. Não como uma obra acabada, mas apenas como o início de um diálogo. Acreditamos que esse diálogo ganhará eco nas vozes dos autores, editores e leitores em geral e nos conduzirá para outros momentos de delírios e motivações que nos possibilitarão rever, reescrever, melhorar...

As organizadoras

Referências

- American Psychological Association. (2001a). *Manual de publicação da American Psychological Association* (4a ed., D. Bueno, trad.). Porto Alegre: ARTMED. (Tradução da 4a ed. de 1994)
- American Psychological Association. (2001b). *Publication manual of the American Psychological Association* (5th ed.). Washington, DC: Author.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003a). *Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa - Apresentação - NBR 6022*. Rio de Janeiro: Autor.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003b). *Informação e documentação - Publicação periódica científica impressa - Apresentação - NBR 6021*. Rio de Janeiro: Autor.

Capítulo 1

A Redação Científica Apresentada por Editores

Piotr Trzesniak
Sílvia Helena Koller

Caríssimo(a) leitor(a), seja bem-vindo(a) ao nosso capítulo. É possível que boa parte de nosso texto seja diferente de todos os demais que você já leu sobre redação científica. É que nós, autor e autora, não somos escritores profissionais, e também não temos formação na área de letras. Somos pesquisadores e, como todos os dessa espécie, tornamo-nos escritores (será que nos tornamos mesmo?) por dever de ofício.

Então, você não vai encontrar por aqui apenas orientações acerca de *como escrever*. Embora tratemos disso, especialmente na primeira metade do texto, mantemos todo o tempo uma outra visão, e a enfatizamos na Parte 2: vamos nos preocupar e lhe contar o que acontecerá com o seu *compuscrito* (*compuscrito* é o equivalente moderno de *manuscrito*), após você encaminhá-lo a uma revista para publicação. Conhecendo e, tanto quanto possível, assumindo os papéis envolvidos na tramitação editorial de um original, um(a) autor(a) poderá melhorá-lo significativamente e, em consequência, reduzir substancialmente o tempo entre a submissão e a publicação.

■ 1 O Texto Científico: Visão (e Cuidados) do(a) Autor(a)

Escrever um texto científico é como contar uma história. O objetivo deste capítulo é dialogar com autores em potencial sobre aspectos ligados a essa tarefa. Por se tratar de um texto didático, apresenta uma linguagem coloquial e direta aos leitores, visando estabelecer um diálogo e inquietá-lo para materializar o seu texto científico. Trata basicamente de *como* e *por que* escrever e *de onde* e *o quê* publicar da história de seu trabalho científico.

Você faz uma pesquisa e, naturalmente, quer contar o que descobriu, como alcançou seus resultados e o que estes acrescentam ao conhecimento já existente. Essa é a motivação principal dos cientistas – querer que seus achados sejam disseminados e querer ser reconhecido por isso – mas somente se pode receber reconhecimento por algo que se faça muito bem. A pesquisa apenas se completa quando seu resultado se torna disponível para a humanidade. Então, escrever e publicar é parte do processo investigativo e *precisa ser muito bem feito também*. No entanto, contar bem a história de uma pesquisa exige um roteiro bastante peculiar, baseado em método, linguagem e valores específicos. Você está escrevendo uma parte da história da ciência, contando um experimento, uma investigação, desvendando um fenômeno e precisa respeitar os pressupostos que ela lhe apresenta. Só assim seu texto será realmente compreensível e adequado às expectativas de seus leitores, em geral também cientistas como você.

■ 2 Objetivos da Ciência e a Escrita Científica

A ciência é uma atividade coletiva, conduzida através de *métodos rigorosos e técnicas específicas*, por membros de uma comunidade de pesquisadores e/ou estudiosos. Independentemente de seu método ser quantitativo ou qualitativo, seus resultados devem ser comunicados através de uma *linguagem exclusiva*, que transmita *objetivamente* informações sobre os resultados das investigações conduzidas com *rigor metodológico*. Os valores dessa comunidade permeiam e caracterizam a ciência que ela produz. Lembre-se, no entanto, de que *a realidade vivida durante a pesquisa está acima do método*, como salienta Demo (1999). O método é usado para organizar a realidade, não o contrário. Portanto, o reducionismo científico não pode considerar real apenas o que cabe no método (Demo, 2003). Aventure-se e conte a história de sua investigação, acrescentando as potencialidades e as limitações que a tornaram possível e ainda mais próxima da realidade. *Criatividade* é uma condição esperada para que a ciência se renove! Mas ciência não é literatura poética, então aqui se fala em criatividade *científica*. Você não tem de fazer um texto *esteticamente bonito*, mas *cientificamente correto*. Uma pesquisa bonita não se caracteriza por uma linguagem retórica e rebuscada, mas pelo seu belo delineamento, assim qualificado por ser intrinsecamente rigoroso e bem descrito.

O objetivo último da ciência consiste em gerar conhecimento, cujo acúmulo promova a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos. A história científica que você estará coescrevendo obedece a uma série de regras simples e fáceis de entender. Seu texto expressa a verdade de sua pesquisa, obtida através dos procedimentos de coleta e análise dos dados que foram utilizados para alcançar os objetivos ou responder às perguntas que a motivaram. Como pano de fundo da história que você está contando, há toda a ciência produzida anteriormente, descrita na literatura publicada, apoiando suas hipóteses e seu problema e atestando por que o estudo empreendido é relevante e se justifica investigá-lo. Demo (2003) afirma que bons resultados são frutos de uma boa “colheita”, pois “tendo à mão um bom tema, uma boa hipótese de trabalho, uma boa base teórica e metodológica, será possível realizar bem a promessa da introdução”. Você deve manter o compromisso de apresentar argumentos adequados e coletar dados pertinentes, para chegar a um bom desfecho de sua história.

■ 3 Como Escrever

Escrever ciência não é uma tarefa trivial, porque é necessário respeitar estritamente o detalhamento e a veracidade do fato que está sendo descrito. É, além disso, sempre uma tarefa desafiadora e difícil de começar. Se você não consegue escrever a primeira frase, não se preocupe! Escreva a segunda, e o seu texto fluirá. No entanto, há um caminho infalível para quem deseja aprender a escrever e quer escrever bem: *leia muito e escreva muito!* Lendo o que outros cientistas escreveram, você conseguirá nutrir o seu próprio processo criativo e gerar seus próprios textos.

Outra peculiaridade da pesquisa científica e, portanto, também do texto que a descreve (e que, como já mencionado, faz parte dela!) é que ele passará pela avaliação de *pares*, isto é, de outros investigadores. É, por isso, conveniente submeter seu original à apreciação de seus colegas de trabalho, professores e supervisores, para obtenção de avaliações preliminares. Se esses seus primeiros leitores forem seus verdadeiros amigos, como aponta Bem (2003), farão críticas construtivas e o ajudarão a ter um original mais pronto para publicação.

Um texto sempre pode ser melhorado, portanto, em nenhum momento (mesmo que o considere definitivo), tome as críticas a ele como se fossem pessoais a você. Agradeça aos revisores prévios por ajudá-lo a submeter um *compuscripto* mais aprimorado, o que, certamente, tornará o processo de tramitação editorial mais curto e fará a alegria dos pareceristas e editores. Além disso, você poderá conhecer antecipadamente algumas das possíveis reações dos leitores ao seu texto.

Se algum revisor (pré ou pós-submissão) ficar um pouco exaltado e emitir um parecer não construtivo, pergunte-se por que isso aconteceu. Desconfie, também, de revistas que não lhe enviam pareceres bem substanciados e que publicam o seu texto na forma como o submeteu. Elas o estão expondo a risco. Depois de publicado, seu artigo não pode mais ser alterado, e você não teve garantido o seu direito de tê-lo revisado e de melhorá-lo antes que ele saísse.

É unanimidade entre os pesquisadores que escrevem e leem ciência que alguns pressupostos são fundamentais para uma escrita científica de boa qualidade (Bem, 2003; Day, 2001; Sternberg, 2003). O texto científico deve ser *claro, objetivo, preciso, comunicativo e estar em linguagem correta*. Isso quer dizer que o texto científico deve ser... *científico*, e não literário ou coloquial. Toda informação que for colocada nele deve ser acessível aos leitores a que se destina, permitindo que a ciência que contém seja realmente entendida. A leitura da história de sua pesquisa precisa permitir que seja identificado exatamente o que foi feito e como foi feito, sem a possibilidade de dar margem à imaginação de seus leitores. Os outros cientistas, que aprendem com a leitura de seu texto, podem discutir o que você fez apenas em face do que está apresentado, sem ter de adicionar hipóteses ou conjecturas. Deve ser possível reconstruir seu trabalho a partir de seu relato, aproveitar suas ideias, criticar seu método, reinterpretar seus achados e conclusões. Os leitores podem até ter um momento de inspiração e se emocionar com o estudo que você descreve, mas precisam apegar-se ao seu texto para realmente entender o que sua experiência pode ensinar e o que seguir a partir dela (ou não!).

Ao contar a história de sua pesquisa, fique, portanto, alerta para que o seu texto seja objetivo. Faça uma seleção criteriosa das informações disponíveis. Inclua todas aquelas imprescindíveis para que o trabalho e seus resultados sejam bem compreendidos. Você tem de se perguntar ao longo de sua escrita se tudo que está dito é necessário e se algo que fará falta ainda está ausente. Você fez a pesquisa, ela está toda em sua memória e em seus registros. Seus leitores não o acompanharam nesse processo e precisam de detalhes relevantes para poderem entender o que você fez. Esta é uma tarefa desafiadora, pois, muitas vezes, algumas informações são tão óbvias aos cientistas que escrevem, por terem vivido o processo investigativo, que lhes passam despercebidas quando redigem o texto. Note que essas lacunas podem inviabilizar a (re)construção do conhecimento. Entregue o "ouro aos bandidos", não tenha medo! Eles saberão utilizá-lo muito bem. Pode ser mais saudável receber críticas por alguma informação dada em excesso, do que ser atacado por ter omitido informações necessárias.

Você pode mencionar também alguma tentativa que não tenha funcionado como esperado, mas tal menção *tem de ter uma finalidade científica*, não meramente alongar seu texto. Para isso, é preciso apresentar e discutir hipóteses e causas para o insucesso do que foi tentado e justificadamente desaconselhar a repetição ou apontar alternativas e modificações que possam torná-la frutífera. Porém, cuidado: a ênfase principal deve ser sempre à efetiva contribuição para a ampliação do acervo de conhecimentos da humanidade. Informações complementares ou secundárias podem aparecer, mas não ocupar um espaço tal que se rivalizem, mascarem ou enfraqueçam o conteúdo principal. Sim, a mencionada *seleção criteriosa das informações disponíveis* não é tarefa fácil, especialmente quando ainda se é iniciante. De novo, aqui, a cumplicidade de bons revisores é de grande ajuda.

Outro aspecto fundamental da escrita de um texto científico é a correta utilização das regras do idioma, da área da ciência e do veículo ao qual será feita a submissão. O uso de uma linguagem precisa evita expressões de sentido vago, que possam dar margem a diferentes interpretações (Granja, 1998). De acordo com Secaf (2004, p. 47), *precisão* e *objetividade* são condições responsáveis pela *“exatidão do texto como um todo e pelo uso de palavras e conceitos universalmente aceitos”*. Mas isso também não significa que sua linguagem tenha de ser tão específica que só os iniciados no jargão de sua área poderão entender o que está escrito. Você ganhará em comunicabilidade e precisão ao cuidar desses detalhes. E ganhará muito mais do que isso: causará uma boa impressão aos editores! Portanto, se você tiver dúvidas quanto à grafia, consulte dicionários, livros de gramática e o corretor de seu processador de texto. “Limpe” problemas ortográficos, gramaticais e de pontuação. Faça um texto sem erros, por não ter se cansado de revisá-lo.

Além disso, siga as regras de publicação da área na qual se enquadra seu texto. Se seu estudo pertence à área da Psicologia, conheça as regras da *American Psychological Association* (APA, 2001). Se você não tem o manual, consulte as melhores revistas da área, aquela para a qual você quer submeter o texto, procure normas na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO, <http://www.scielo.org>). Não se omita por descaso. Um erro de apresentação nas normas ou na escrita culta de seu texto pode ser interpretado pelos revisores ou editores como desleixo. Mas, note, os editores não pensarão que esse desleixo ocorreu apenas com o *texto*, eles o imputarão a todo o processo de execução de sua pesquisa. Um texto “sujo”, com erros, fora das normas depõe contra a credibilidade dos cientistas que o submetem. Não se justifique intimamente, por ser um(a) pesquisador(a) bem conceituado(a), achando que isso o “autoriza” a submeter um texto desleixado, convencido de que qualquer revista quer ter seu nome entre os autores. A ciência não é terra de reis de um só olho... *míope!* Você está, de antemão, desrespeitando os seus leitores.

■ 4 Por que Escrever

Se é tão difícil assim escrever, há tantas regras, tantos cuidados a tomar, por que os cientistas insistem em fazê-lo? Bem, além de ser a publicação o último e indispensável passo da pesquisa, como foi apontado, escrever é uma questão moral e ética que deve ser atendida pelos pesquisadores. Para alguns, seria mais fácil ficar indefinidamente internados em seus laboratórios, fazendo análises, ou no campo, coletando dados. Todavia, sozinhas, essas atitudes não são científicas, pois estancam o progresso da produção e disseminação de conhecimento e apenas satisfazem temporariamente o egoísmo de um(a) pesquisador(a). Ele(a) não é um cientista e, provavelmente, não conseguirá o respeito devido em sua comunidade, assim como, afortunadamente para outros pesquisadores, ele(a) não receberá auxílios ou financiamentos para seus futuros projetos infrutíferos. Se você não publicar seus achados, eles simplesmente não existirão! Somente com muita sorte, você sobreviverá ao dilema do “publique ou pereça”! Às vezes, você assiste a outros pesquisadores apresentando resultados que você já conhecia, dizendo que esses achados lhes pertencem: *Como ousam?* Pois

eles *estão evidentes* (evidentes?) em sua pesquisa do século passado, que repousa no fundo de uma gaveta de sua mesa, ou em um arquivo perdido em seu computador. Você é provavelmente o único que os conhece no isolamento de seu laboratório ou através do gozo solitário que eles lhe propiciaram, e você não conseguiu dividi-los com o mundo científico. Não ouse lamentar e acusar outros cientistas por apresentarem resultados que você não divulgou. E tomara que você não tenha usado recursos públicos nem deseducado seus assistentes e colaboradores que participaram da execução da pesquisa e constataram que você, como coordenador(a) da equipe, não publicou seus achados!

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1996), ao implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, pela Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996, postulou no Artigo IX que, na operacionalização da pesquisa, a responsabilidade dos pesquisadores é indelegável, indeclinável e compreende aspectos éticos e legais. Acrescenta que estes devem seguir os princípios da bioética, autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros e devem assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos participantes da pesquisa e ao Estado. Postula ainda, no Artigo IX, que, entre várias outras tarefas relacionadas à execução do projeto e do relatório, cabe aos pesquisadores desde submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição ao qual é afiliado até *encaminhar os “resultados para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico participante do projeto”* (assim como, sendo o caso, apresentar uma “justificativa, perante o CEP, da interrupção do projeto ou da não publicação dos resultados”). Portanto, não publicar os seus achados, que é uma exigência de lei, equivale a não cumprir com os preceitos éticos de sua profissão de cientista e pesquisador(a).

Além de contar a história de sua pesquisa à comunidade científica, a devolução de resultados estende-se também à comunidade participante. O Artigo III da Resolução nº 196 (CNS, 1996), sobre as exigências para a pesquisa em qualquer área do conhecimento envolvendo seres humanos, nas quais se inclui a Psicologia, informa que os pesquisadores deverão “garantir o retorno dos benefícios obtidos através das pesquisas para as pessoas e as comunidades onde as mesmas forem realizadas”. Na área da Psicologia especificamente, a Resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2000), que dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos, também prevê a devolução, no Artigo 15, quando trata da divulgação dos resultados. Você pode, no entanto, argumentar que o tópico de sua pesquisa não é uma demanda preponderante na comunidade onde coletou seus dados. Mas não se esqueça de que você é um profissional que tem uma formação ampla e pode atender a outras demandas que a comunidade lhe apresente. Procure identificá-las e troque com a comunidade o seu conhecimento sobre algum tema pela participação dela em sua pesquisa. Se não está ao seu alcance devolver o que é demandado, convide um(a) colega(a), explique-lhe a situação. Não “use” os participantes de sua pesquisa – troque com eles. Pode ocorrer, também, que, ao longo da execução de seu estudo, não surja a necessidade de fazer essa troca. Ainda assim, você deve levar seus achados ao conhecimento da comunidade no final do trabalho. Mas, veja bem, não estacione seu carro na frente da instituição na qual coletou os dados e entregue seu relatório aos porteiros. Entregue-o à mesma pessoa que o recebeu no início do trabalho e a quem você solicitou a assinatura para o Termo de Concordância da Instituição. Sua devolução não termina nessa mera entrega de relatório: marque uma hora para discutir seu texto, convide todos os envolvidos, sugira que leiam e, então, visite-os longamente para discutir o que a pesquisa concluiu. Lembre-se de que a interpretação de um texto escrito pode ser muito variada, especialmente quando feita por leigos. Os procedimentos de devolução, portanto, podem exigir que você escreva uma síntese estendida de seus procedimentos e resultados, com muito cuidado e clareza, mas diferente de seu relatório técnico, pois está direcionado a um outro grupo de leitores.

Não é, porém, apenas por força de lei que os cientistas devem publicar seus achados. É a disseminação do trabalho que produz o progresso da ciência. Ninguém se esquece da primeira vez que vê seu nome escrito, como autor(a) de um artigo, nas páginas de uma revista científica

(ou nas telas de um periódico eletrônico)! Este é um momento de auge dos pesquisadores. Todo seu esforço e sua dedicação à pesquisa estão estampados nas páginas do texto e poderá reverter dali em referências, consultas, citações, reconhecimento. Cada um dos pesquisadores que já passou por isso sabe exatamente qual é o sentimento. A sua publicação pode agora gerar novas pesquisas e subsidiar aplicações. É a construção de conhecimento científico que conta com a sua participação. Os pesquisadores *podem* se sentir vaidosos por seus feitos e, mais que isso, *podem* divulgar seu estudo publicado. Eles *podem* fazer *marketing* de seu trabalho. *Marketing*? Sim, isso não é pecado! Se você não acreditar e não divulgar o seu trabalho, como esperar que alguém estranho o faça? Mesmo fazendo a divulgação, é bem possível que o reconhecimento não venha como você gostaria que viesse, mas alguém certamente se beneficiará da leitura de seu texto. Assumir e fazer *marketing* pessoal são atitudes que às vezes geram críticas, mas que não devem amedrontar os pesquisadores. Na academia, com as condições de trabalho e sobrevivência a que os pesquisadores têm sido expostos, iniciar um projeto, executar uma pesquisa e publicar um trabalho são motivos de orgulho, sim. Não se mostra uma humildade que, no fundo, esconde uma hipocrisia.

■ 5 Onde e o Quê Publicar

Levando em conta todas as demandas que motivam os pesquisadores a escrever, é importante ficar atento e escolher bem o veículo ao qual submeterá seu estudo. A quem você quer se dirigir? Quem é o seu público? Você quer escrever para seus pares, para sua comunidade ou para seus alunos? O que quer atingir com seu texto: aplicações na comunidade, outros cientistas, salas de aulas? Escolha, então, um veículo que alcance as pessoas que lhe interessam, mas antes disso pergunte sobre a qualidade desse veículo, qual a sua capacidade de disseminar os seus achados, se as versões eletrônicas dos artigos vêm acompanhadas dos respectivos metadados, quais são as bases de dados que o indexam, se tem penetração nacional ou internacional etc.

O veículo selecionado para publicação dos trabalhos deve ser confiável e ter qualidade de forma e conteúdo. Veja na página da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP, <http://www.anpepp.org.br>) a lista de revistas avaliadas pela área e suas classificações. Uma revista bem classificada tem melhores apresentação (normalização), gerenciamento e visibilidade. Aquelas que estão presentes em bases de dados e disponibilizadas em várias bibliotecas poderão divulgar mais amplamente seu trabalho. Atualmente, tal condição é igualmente assegurada pela veiculação em formato eletrônico, com metadados e textos integrais disponíveis na Internet.

O processo de execução de uma pesquisa pode gerar muitos textos. Um *ensaio teórico* que revisa e *problematiza* a literatura em sua área é um exemplo. As revistas não gostam de publicar meras revisões, mas um bom ensaio que questiona a literatura e acrescenta a ela tem sempre um lugar assegurado. Um *estudo metodológico* é outro exemplo de texto a ser publicado, especialmente se seu estudo propõe uma nova técnica, a revisão de alguns procedimentos conhecidos ou uma nova ferramenta de investigação etc. *Estudos empíricos* têm espaço garantido quando acrescentam novas informações ao que se sabe acerca do sistema ou do processo que abordam, ou se o enfocam sob uma visão alternativa. Também podem ser publicados *relatos de experiências*, quando descrevem sua trajetória profissional e/ou de pesquisa no contexto da realização do estudo. Há, ainda, os *estudos propositivos* que se constituem em uma novidade e que mostram passos a seguir a partir dos achados de sua pesquisa (mas claramente justificado, seja do ponto de vista de novos estudos ou de novas intervenções).

E, então, publique, mas, antes, não se esqueça das recomendações elementares: passe um revisor de texto; corrija a ortografia e a gramática; imprima em papel limpo e de tamanho unifor-

me; cuide para não derramar coca *light* nele; evite que seu sobrinho “adorado” rabisque coraçõezinhos no verso das folhas. Examine concordância, estilo, pontuação, palavras repetidas, vícios de linguagem, e assim por diante. Se as normas do veículo informam que a submissão deve ser feita por correio comum, use um envelope que acomode bem o texto, a cópia eletrônica, o registro de contribuição, a carta de encaminhamento, o parecer do CEP de sua instituição, e tudo mais que solicitarem. Se a submissão for via correio eletrônico, siga os passos, certifique-se de que seu arquivo tem tamanho adequado e não lotará a caixa postal da revista, veja se as cores usadas em figuras são as exigidas, verifique os tamanhos e tipos de letra, página e espaçamento recomendados etc. As citações e as referências a material impresso e eletrônico devem estar, também, normalizadas. Aproveite o fato de que muitos veículos disponibilizam um *checklist* em suas instruções aos autores e siga-o à risca. O trabalho estará “pronto” para ser enviado à revista quando estiver devidamente padronizado.

Veja bem, é evidente que o conteúdo científico de seu texto é fundamental, mas o material a ser recebido pelo(a) editor(a) provocará nele(a) uma primeira e imediata impressão sobre o trabalho (e não só acerca *do texto*). Esforce-se *em tudo* para que essa impressão do editor seja boa. Rejeitar um texto, porque o conteúdo não se adequou ao veículo, é sempre uma decisão difícil para o(a) editor(a), mas devolver um texto que foi enviado sem atender às normas da revista, que foram preparadas com expectativa de tornar possível o cumprimento de sua tarefa, não será assim tão penoso. Quando os editores recebem três ou quatro originais por dia útil (setecentos a mil por ano), e só podem publicar oitenta, a sua *vida* só é viável se eles rejeitarem *bem mais* da metade deles antes de iniciar o processo de análise rigorosa de conteúdo.

■ 6 A “Última” Versão

Você já alcançou (aquilo que você pensa que é) a “última” versão do texto e se prepara para submetê-la. Leia e releia mais uma vez. Uma excelente verificação da qualidade do texto pode ser garantida com uma leitura em voz alta. Não se preocupe com seus vizinhos ou co-habitantes, eles já sabem quem você é e entenderão mais essa novidade no rol de suas manias. Solicite agora a uma pessoa leiga em seu tema que leia sua “última” versão do texto. Bem (2003) sugere que a sua avó deve entender o seu artigo científico. Contudo, em uma sociedade que não mandou mulheres da idade dela (pelo menos da minha avó) à universidade, ou muitas vezes, nem à escola, talvez você não possa ser tão otimista. Mas um colega de outra área que entende o que é ciência poderá lhe fazer comentários bastante construtivos, especialmente com relação às possíveis lacunas que o texto apresenta. Solicite, então, aos *experts* para fazerem uma última leitura crítica de seu texto. Como já foi mencionado, se eles forem realmente seus amigos, farão uma leitura bem detalhada e apontarão todos os pontos que ainda podem ser melhorados. Peça a eles para fazerem o papel do “advogado do diabo”. É sempre melhor ouvir a verdade construtiva de seus amigos, do que a crítica ácida dos desconhecidos. Confie neles, não teste a sua amizade. Argumente, é claro, acerca do que você não concorda. Mas não se esqueça, seu amigo é um(a) *expert*, foi por isso que você o(a) escolheu para fazer essa leitura prévia de seu texto. Se há algo ali que não foi entendido por *experts*, apesar de seus doutoramentos e todas as premiações, é porque ou não está claro, ou objetivo, ou preciso etc. Portanto, não está bem escrito.

Pesquisar e publicar são ações indissociáveis. Uma das tarefas mais difíceis na execução de uma pesquisa é escrever. A criação de um texto exige domínio do uso da linguagem e do assunto em discussão. Muitos renomados autores um dia pensaram que jamais seriam capazes de escrever um bom artigo de revista, um capítulo, ou mesmo um livro na íntegra. Escrever para uma massa de leitores, sem dúvida, é tarefa árdua e exige habilidades especiais. Pode ser um dom para poetas e literatos, mas é, certamente, uma expressão de competência e ética para um(a) cientista.

O segredo para escrever um texto científico está mais na dedicação do que no talento. São necessários persistência e conhecimento de regras simples e padrões/normas de apresentação das informações. Escreva pensando em seus leitores. Não é possível atingir todas as audiências com um mesmo artigo, portanto eleja o seu público-alvo, antes de se aventurar na empreitada da escrita científica. Nos artigos, pense sempre muito mais no que o público anseia aprender do que em provar que você e sua pesquisa são maravilhosos – isso todos perceberão, se o trabalho for efetivamente bom. Você prefere que as pessoas lembrem e descrevam você por “produzir resultados relevantes” ou por ser “aquela criatura arrogante e desagradável”?

Não escreva pela erudição, mas para relatar as experiências singulares de suas pesquisas bem ou malsucedidas. Cuidado com a retórica, ela pode afugentar seus leitores muito antes da metade do texto (e estes nunca mais acessarão seus artigos). Cite outros autores, especialmente os que labutam no mesmo país que você. Isso deve ser um compromisso. Leitores buscam aprender com os textos que leem. Querem entrar em textos inteligentes para extraírem deles respostas para suas inquietações teóricas e metodológicas e, quem sabe, mesmo éticas. Auxilie os seus leitores a terminarem seu texto com sua autoeficácia nutrida! Relate sempre a história de sua pesquisa. Apresente novas ideias sem tentar convencer de que são definitivas e irrefutáveis. Permita que haja diálogo com você. Sua história é uma verdade da ciência contemporânea que foi obtida em sua pesquisa.

Autore seu texto! Isso mesmo, leia-o e sinta que este é um texto do qual você se apropria. Essa não é uma sensação facilmente obtida, mas é inconfundível. O trabalho é seu, você foi responsável pela totalidade da pesquisa, do início ao final, aproprie-se dele, se ainda não o fez.

■ 7 O Texto Científico: Visão (e Cuidados) dos Editores

■ As características do texto científico

O texto científico tem várias características que o diferenciam de todos os demais. Há uma que é única, embora não seja a mais importante: os cientistas não escrevem com a expectativa de uma remuneração, de uma retribuição financeira direta pelo seu texto. Isso os distingue dos poetas, romancistas, cronistas e jornalistas, que vivem, todos eles, dos textos que produzem. Os pesquisadores, não: eles vivem da *pesquisa*, são remunerados para expandir o conhecimento à disposição da humanidade, visando à melhoria da qualidade de vida. A compensação que buscam, quando publicam seus artigos, é mais que dinheiro: é reconhecimento, citações, crédito pela sua contribuição à ciência.

Isso nos leva à segunda diferenciação, a qual, porém, os jornalistas devem compartilhar com os pesquisadores: nos dois casos, é *totalmente indispensável* que o fato descrito no texto seja *absolutamente verdadeiro*. No entanto, mesmo respeitando esse aspecto básico, jornalistas e pesquisadores devem escrever de modo muito diferente, e há para isso pelo menos duas razões: a *primeira* é que o texto jornalístico não precisa relatar o fato de modo a permitir sua completa reconstituição por outras pessoas, em outros pontos do universo. Já o cientista não só relata a verdade, como precisa fornecer todos os elementos para que outros investigadores possam reproduzir seus procedimentos e corroborar as conclusões a que chegaram. A *segunda* tem a ver com *perenidade*: os pesquisadores escrevem para a eternidade, o conhecimento científico não tem um limite de validade¹. Muitas vezes, o impacto de uma nova descoberta, o reconhecimento por uma contribuição da maior relevância para a ciência, só surge anos, até décadas, após sua publi-

1 Em certo sentido, os cientistas podem se tornar imortais através de uma contribuição representativa para a ciência, e isso talvez seja ao que eles, no fundo, aspiram..., mas essa interessante questão psicológico-psicanalítica, infelizmente, não pode ser discutida neste manual.

cação inicial. Os jornalistas não têm esse tempo nem a preocupação de que seu texto permaneça. Pelo contrário, eles carecem de *imediatismo*, de *impacto*, têm de produzir efeito e consequências em curtíssimo prazo, pois o jornal de hoje já será candidato a papel reciclado amanhã. Assim, eles não retratam o fato de maneira completa, mas se concentram naqueles aspectos capazes de chamar a atenção das pessoas e despertar nelas algum tipo de emoção, da indignação ao enternecimento – bem diferente da objetividade e impessoalidade da redação científica.

■ Quando é que se está pronto para escrever um artigo científico?

Cientistas estarão prontos para escrever um artigo científico quando tiverem colecionado, em seu trabalho, um volume adequado de novos fatos relevantes, cujas difusão e utilização por outras pessoas (sejam investigadores, em outras pesquisas, sejam profissionais, na aplicação prática) impliquem direta ou indiretamente uma melhoria na qualidade de vida da humanidade. Esse é um bom enunciado, mas é também um enunciado subjetivo. O que significa *um volume adequado de fatos novos e relevantes*?² Infelizmente, não há uma resposta absoluta para essa questão. Depende da área do conhecimento e da revista para a qual se está considerando submeter o texto. Em algumas (tanto *áreas* como *revistas*), publica-se qualquer avanço, por menor ou menos significativo que seja ou que possa parecer. Isto é, o conhecimento é tratado como se todos os pesquisadores fossem *morrer amanhã* (ou até mesmo ainda hoje), e, se houver a veiculação imediata, também não haverá tempo para que ele possa surtir qualquer efeito. Já, em outras, somente são publicados trabalhos de longa maturação, com muitas informações, e que o processo editorial avalie como representativos de um avanço muito expressivo do conhecimento. Estas lidam com a Ciência como se toda a comunidade de investigação fosse *viver para sempre*, podendo esperar o tempo que for pelos resultados da pesquisa. Entre os dois extremos, cada área encontra o seu ponto de equilíbrio e, em torno desse ponto, haverá uma faixa de opções coberta pelas diversas revistas, algumas tendendo mais para um dos lados (*morrer amanhã*), outras inclinadas para o extremo oposto (*viver para sempre*, ver Trzesniak & Koller, 2004). A posição efetiva de um periódico nessa questão deve estar contemplada em sua *política editorial*.

Influi, ainda, decisivamente nos aspectos *novidade* e *relevância* da informação o momento pelo qual passa a área do conhecimento. Aquilo que hoje é uma tese de doutorado, dentro de algum tempo poderá não servir nem mesmo como iniciação científica. Um exemplo disso são os trabalhos do tipo *caracterização de sistemas*, nos quais se busca obter o panorama instantâneo de um grupo ou a configuração de um dado ambiente, através de questionário, entrevistas ou observação sistemática (*descrições não classificadas*). Durante algum tempo, isso é avanço do conhecimento, mas há o momento em que é preciso mudar a abordagem, passando (sucessivamente) a agrupar processos similares (*descrições classificadas*), identificar e refinar as variáveis (*análise*), acompanhando sua evolução temporal em estudos longitudinais, estabelecendo modelos (*sínteses*) e formulando teorias abrangentes (*síntese magnas*, ver Osada, 1972). Esse é um processo lento e gradual (de décadas em cada fase), e as transições não são explícitas. As comunidades científicas, no entanto, acabam por percebê-las e aplicá-las na avaliação de artigos para publicação, tanto no nível dos pareceres *ad hoc* (*peer review* ou revisão pelos pares) como na decisão final sobre a publicação ou não de um original.

Bons pesquisadores têm a sensibilidade necessária e conhecem sua área de atuação suficientemente bem para identificarem o momento de transformar as informações que já coletaram em um artigo científico. E existe, ainda, outro lado: *o próprio conhecimento* acumulado

2 A esse respeito, conta-se entre os editores, que um *referee*, muito delicado, não querendo magoar o autor, emitiu o seguinte parecer: "o artigo é interessante, contendo informações novas e informações relevantes. Mesmo assim, minha opinião é contrária à publicação, já que as informações relevantes não são novas. E as novas, não são relevantes...".

pelos investigadores em seu trabalho exige, impõe, o querer ser publicado. Pode-se usar, aqui, a imagem de uma gestação: há uma “gravidez de conhecimentos acumulados” que chegam a um grau de maturidade tal “que tem de ser postos à luz”... queiram os pesquisadores ou não...

■ 8 A Trajetória de um Artigo: da Preparação à Publicação

■ Preparação

Então, você, pesquisador(a), trabalhou, trabalhou, e sente que é hora de escrever seu artigo. Ou o próprio conhecimento o está pressionando a fazê-lo. Em algum momento, que pode ser anterior ou posterior à escrita, você terá de decidir para qual revista seu texto é mais apropriado, e a resposta será encontrada pela consulta à política editorial dos periódicos. Atenção, não confunda *política editorial* com as *instruções aos autores*. A primeira descreve a personalidade da revista: seus objetivos, sua vocação (ou *apenas*) acadêmica ou aplicada, seu perfil entre os extremos *viver para sempre* ou *morrer amanhã*, o papel que pretende desempenhar dentro do panorama científico, as áreas ou subáreas de interesse que abrange, o tipo de público-alvo e a filosofia, a ambição e os sonhos de seus editores e das entidades que lhe dão respaldo científico e institucional. A política editorial norteia o trabalho de todos os envolvidos na análise de seu *compuscripto*: editores, analistas do corpo científico, consultores *ad hoc*, revisores de texto, pessoal de secretaria e de apoio. É extremamente improvável que uma revista publique um artigo que não esteja de acordo com a sua política editorial.

Já instruções aos autores são mais fáceis de obedecer: trata-se simplesmente dos aspectos formais que o periódico segue, os quais podem provir de diversas fontes: entidades de normalização (como a *International Organization of Standardization* ou a Associação Brasileira de Normas Técnicas, ou a *American Psychological Association*), órgãos legais ou de regulamentação (por exemplo, os Conselhos Federais/Nacionais no que tange às questões éticas), peculiaridades da área do conhecimento e, finalmente, convicções dos próprios editores. Todas devem ser escrupulosamente obedecidas. Bons periódicos fazem do atendimento às normas um requisito prévio à entrada de um original no processo editorial: *compuscritos* em desacordo com as normas não são cadastrados como recebidos, mas devolvidos sumariamente aos seus autores. A política editorial e as instruções aos autores, que podem ser um documento único ou dois independentes, devem ser publicadas pelo menos no primeiro fascículo de cada volume de uma revista impressa, fato que deve ser anunciado em todos os demais fascículos. Caso o periódico tenha um *site*, política e instruções devem estar nele, e a revista, impressa ou eletrônica, deve mencionar e apontar essa disponibilidade de modo bastante explícito.

■ Processo editorial

Superada a barreira normativa, seu *compuscripto* será analisado pelos editores (geral ou adjuntos), que avaliarão a conformidade com a política editorial e, se estiverem de acordo, será dado como recebido nessa data e ingressará no processo editorial propriamente dito. A essência deste é a *revisão pelos pares*: o original vai para pelo menos dois pesquisadores especialistas do tema abordado, que farão uma análise, emitirão uma apreciação geral em forma de texto e farão uma recomendação à revista, que em geral será de *publicar com as alterações sugeridas*, ou *reformular e apresentar para nova avaliação*, ou *não publicar*. O corpo editorial pode acatar ou não essa recomendação. Geralmente o fará, caso receba dois pareceres convergentes. Não sendo o caso, ou ele mesmo efetuará uma análise e decidirá o destino da contribuição, ou o fará após solicitar uma terceira opinião. O trabalho é então devolvido para os autores, a fim de que tomem as

providências solicitadas, acatando as sugestões recebidas ou refutando-as fundamentalmente. E o processo segue, até uma decisão final.

O que é solicitado aos revisores *ad hoc*?

Há duas abordagens para essa questão. Pode-se encará-la inicialmente de modo geral, independente de uma área específica do conhecimento. Nesse contexto, reproduzimos a parte final de um recente editorial do *Interamerican Journal of Psychology* (Trzesniak & Koller, 2005), que se encontra sob nossa responsabilidade desde 2003. Pede-se lá que sejam levadas em consideração (na autoria e também nos pareceres) algumas questões decisivas de adequação do texto ao perfil da revista, visando antes de tudo ao interesse dos leitores.

Qual é o principal público do artigo?

Algumas opções são: pesquisadores, professores universitários, estudantes de pós-graduação ou de graduação, profissionais em serviço, especialistas de outras áreas e público em geral.

29

Qual(is) a(s) característica(s) inovadora(s) do artigo?

Algumas opções são: aborda um problema inédito, aborda de forma inédita um problema conhecido, apresenta um aspecto teórico de modo a possibilitar/facilitar o seu emprego na prática profissional, dá a uma teoria ou aplicação tratamento superior ao habitualmente empregado.

O que os leitores terão ampliado após o estudo do artigo?

Algumas opções são: o seu nível de informação dentro da área, a sua formação como especialistas da área, a sua formação como pesquisadores em geral, a sua capacidade didática, o seu elenco de alternativas de ação diante do problema prático abordado.

Que outras pesquisas poderão beneficiar-se do conteúdo do artigo?

Em outras palavras, avalie concretamente o potencial com que o artigo possa vir a ser citado como referência em pesquisas futuras.

A segunda visão do que se solicita aos consultores surge quando se leva em conta a área do conhecimento a que se dedica o periódico. A ilustração que usaremos aqui é a própria Ficha de Avaliação que elaboramos para o *Interamerican Journal of Psychology*, a qual não difere essencialmente de suas similares empregadas por outras revistas. Gostaríamos, no entanto, de destacar especialmente o último dos itens selecionáveis, o qual insistimos que todo periódico brasileiro ou latino-americano deveria incluir. Nele, pergunta-se explicitamente ao parecerista se ele tem conhecimento (e pede-se que relacione na folha seguinte, em caso positivo) de outros trabalhos de autoria de pesquisadores de idioma latino que sejam pertinentes ao tema e não estejam sendo citados. Infelizmente, identifica-se uma tendência entre os autores de citar preferencialmente artigos de estrangeiros publicados em revistas do hemisfério norte, omitindo aqueles originários dos países latino-americanos e do Caribe, mesmo quando relevantes. Isso é altamente prejudicial à ciência desses países, que investem pesadamente em pesquisa, mas não obtêm o crédito correspondente em termos de impacto. E o mais grave é que, na verdade, em muitos casos os artigos são consultados, apenas a citação não é feita, por razões que ninguém sabe explicar. Talvez seja apenas um mau hábito, que todos precisam ajudar a mudar.

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO

Seu trabalho beneficiará não apenas os(as) autores(as) e a revista, porém todo o campo da Psicologia. Por favor, assinale *Sim* ou *Não* para cada um dos critérios indicados. Justifique brevemente sua resposta na coluna *Comentários* e inclua *Comentários Adicionais* na próxima página.

	CRITÉRIOS	COMENTÁRIOS
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	O manuscrito segue as normas de apresentação da <i>American Psychological Association</i>	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	O problema investigado está estabelecido com clareza	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	O problema investigado é significativo e importante para a área	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	O problema investigado mostra relevância <i>Interamericana</i> (não é de interesse demasiado local)	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	A literatura científica pertinente está discutida de modo completo e adequado	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	A retaguarda teórica está estabelecida com clareza	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	O método de investigação é adequado	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	O método foi bem desenvolvido (incluindo a análise dos dados)	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	A apresentação dos dados está adequada	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	As tabelas e figuras estão apresentadas com clareza e são discutidas no texto	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	A qualidade dos dados está adequada	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	A discussão e as conclusões estão respaldadas pelos resultados e pelos dados	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	O texto é claro, coerente e bem organizado	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Há outros estudos interamericanos mencionados nos Comentários Adicionais (próxima página) que são relevantes ao tema e podem ser citados no manuscrito	
AVALIAÇÃO GERAL: selecione, por favor (clique), o número que melhor representa sua avaliação geral. INACEITÁVEL 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9 <input type="checkbox"/> 10 <input type="checkbox"/> EXCELENTE		
SELECIONE, POR FAVOR (CLIQUE), A SUA RECOMENDAÇÃO PARA O MANUSCRITO: <input type="checkbox"/> Aceitá-lo como está ou com pequenas correções (especificadas na próxima página) <input type="checkbox"/> Recomendá-lo com as alterações especificadas na página COMENTÁRIOS ADICIONAIS PARA OS(AS) AUTORES(AS) <input type="checkbox"/> Não aprová-lo, mas solicitar que seja reapresentado. Tem potencial para publicação, mas necessita de uma revisão significativa (reescrever, reanalisar os dados etc.) <input type="checkbox"/> Não aprová-lo		

As recomendações para os(as) autores(as) devem ser específicas e construtivas ao máximo.

■ Para emitir e como receber um parecer

É importantíssimo que, todo o tempo, editores, autores e revisores mantenham o foco no objetivo primeiro e único da publicação dos resultados da pesquisa: é preciso fazer o conhecimento científico chegar aos leitores com o máximo de qualidade e pertinência. Um periódico científico deve ser o resultado de uma *cumplicidade cordial* desses três atores, rumo à excelência do conteúdo. O restante desta seção, uma adaptação do Anexo de Trzesniak (2004), intitulado *Analista e analisado*, aborda algumas características dessa sempre delicada interação.

PALAVRA FINAL SOBRE O PROCESSO EDITORIAL: QUEM SÃO OS RESPONSÁVEIS PELOS ERROS?

Analista e Analisado(a) (um código de postura)

Autor(a), aceite sem discutir o seguinte princípio fundamental: *um texto pode sempre ser melhorado*. É *obrigação* [devida a(o) leitor(a), o principal cliente da revista científica] do(a) editor(a) e dos(as) revisores(as) apontar ressalvas, aspectos pouco claros, conteúdos colocados inadequadamente nos artigos que lhes compete analisar. O problema é que *quase nunca* o(a) autor(a) gosta de comentários desse tipo – para ele(a), o que ele(a) mesmo(a) escreveu está sempre claro e perfeito. Só que isso *quase nunca* é verdade:

Analista, lembre-se de que tarefa de análise, por sua vez, para merecer confiança e credibilidade, tem de ser desempenhada com cuidado e atenção. O resultado, necessariamente construtivo e pedagógico, deve ser comunicado a(o) autor(a) com firmeza e seriedade, mas com delicadeza.

Vale a pena investir algumas linhas nas peculiaridades da relação analisado(a)-analista, como meio de prevenir eventuais mal-entendidos. Então:

- o(a) *analista* deve trabalhar com o seguinte espírito: *o que, de mim, pode ajudar o(a) autor a publicar um artigo melhor?* O(a) analista [editor(a) ou revisor(a)] é um *cúmplice* do(a) autor(a): cabe-lhe detectar eventuais aspectos menos bem colocados *antes* que o conhecimento se torne público, o que, no fim, se refletiria em prejuízo para o(a) próprio(a) autor(a);
- o(a) *autor(a)* deve partir do princípio de que o(a) analista é *seu(ua) cúmplice* e de que trabalhou dentro do espírito acima. Deve ter em mente, também, que (como já foi dito) autores(as) *sempre* pensam que o seu texto está perfeito, mas que isso *quase nunca* é verdade, de modo que lhes fica até difícil, às vezes, entender porque o(a) analista assinalou ou comentou uma determinada passagem ou construção. A recomendação, então, é de que *nunca descartem levianamente uma anotação do(a) analista*: ele(a) pode até não ter apanhado bem o *espírito da coisa* naquele ponto, mas sentiu algo estranho ali. Uma revisão é certamente necessária.

Outro ponto: o(a) autor(a) não se deve sentir atingido(a) *pessoalmente* pelos comentários. O(a) analista já está dedicando tempo e esforço para ajudá-lo(a), aquilo que escreve/diz e a maneira de fazê-lo nem sempre passam por um filtro de delicadeza. Claro, ser gentil é um ingrediente importante, mas sempre pode escapar algum comentário que pareça um tanto cáustico ou agressivo. *Com certeza, não é*. Anos de atuação como editores, como árbitros e como autores permitiram apreender (com *ee*) o suficiente da Psicologia do(a) analista e do(a) analisado(a) para poder garantir absolutamente que não há espaço para mágoas ou rancores. Tudo deve ser visto e sentido com profissionalismo, isenção e objetividade [está-se discutindo o *objeto* artigo, e não o *sujeito* autor(a)].

Sim, é incrível, mas erros ocorrem! Apesar de toda a dedicação, atenção e todo o cuidado, o processo editorial ainda deixa erros nos artigos publicados, que vão desde grafia e concordân-

cia, passam pela normalização e chegam até o próprio conteúdo científico. Vamos nos manter apenas nos erros involuntários, descartando os que resultem de ações de má-fé, como procedimentos não éticos ou fraudes deliberadas.

Tecnicamente, o grande responsável por todas as imperfeições de uma revista científica é o(a) seu(ua) editor(a), mas não abrimos esta seção para apontar culpados(as). Nosso propósito, sim, é contribuir para que os erros se reduzam e, eventualmente, deixem de existir. Claro que isso não se consegue “caçando bruxos(as)”, porém sugerindo procedimentos, posturas e atitudes. Pois, então, afirmamos: seja qual for o envolvimento da pessoa com um original, seja ela autor(a), editor(a) responsável, revisor(a), diagramador(a), impressor(a), secretário(a) ou telefonista, *ao perceber um erro, deve chamar a atenção do responsável para corrigi-lo*. Pois todos são responsáveis pela qualidade do produto final, pela forma e pelo conteúdo da ciência que é entregue aos leitores. Quando o(a) editor(a) consegue transmitir esse espírito à sua equipe de trabalho, não será preciso procurar responsáveis por erros, porque estes, simplesmente, deixarão de existir.

Referências

- American Psychological Association. (2001). *Publication manual of the American Psychological Association* (5th ed.). Washington, DC: Author.
- Bem, D. J. (2003). Writing the empirical journal article. In J. M. Darley, M. P. Zanna, & H. L. Roediger III (Eds.), *The compleat academic*. Washington, DC: American Psychological Association. Recuperado em 02 de março de 2006, de http://dbem.ws/online_pubs.html
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). *Resolução nº 016*. Recuperado em 02 de março de 2006, de www.pol.org.br/legislacao/resolucoes.cfm?in_startrow=11&ano=2000
- Conselho Nacional de Saúde. (1996). *Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996*. Recuperado em 01 de março de 2006, de <http://www.datasus.gov.br/conselho/resol96/RES19696.htm>
- Day, R. A. (2001). *Como escrever e publicar um artigo científico* (5a ed.). São Paulo: Santos.
- Demo, P. (1999). *Conhecimento moderno. Sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Demo, P. (2003). *Vícios metodológicos*. Recuperado em 02 de março de 2006, de <http://pedrodemo.sites.uol.com.br/textos/viciosmetodologicos.html>
- Granja, E. C. (1998). *Diretrizes para a elaboração de dissertações e teses*. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Osada, J. (1972). *Evolução das ideias da física*. São Paulo: Edgard Blücher.
- Secaf, V. (2004). *Artigo científico: do desafio à conquista* (3a ed.). São Paulo: Green Forest do Brasil.
- Sternberg, R. J. (2003). *The psychologist's companion* (4th ed). Cambridge, MA: Cambridge University Press.
- Trzesniak, P. (2004). Qualidade e produtividade nos programas de pós-graduação: a disciplina seminários de dissertação. *Revista Brasileira de Pós-graduação*, 1, 111-125. Disponível em http://www.capes.gov.br/rbpg/portal/conteudo/111_125_qualidade_e_produtividade_nos_programas.pdf
- Trzesniak, P., & Koller, S. H. (2004). Vivir para siempre pero mañana morir: la paradoja de la literatura científica [To live forever and tomorrow to die: A paradox of the scientific literature]. *Interamerican Journal of Psychology*, 38, 147-149. Disponível em <http://www.psicorip.org/>
- Trzesniak, P., & Koller, S. H. (2005). A difusão do conhecimento: editores e a comunidade científica [Diffusion of knowledge: Editors and the scientific community]. *Interamerican Journal of Psychology*, 3, 1-4. Disponível em <http://www.psicorip.org/>

Preparando um Periódico Científico

Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini
Maria Imaculada Cardoso Sampaio
Maria Marta Nascimento

Neste capítulo apresentamos aos profissionais da área de Psicologia e ciências afins orientações quanto à elaboração e padronização do periódico científico. Arrolamos os diversos elementos que o compõem e observamos a diferenciação entre o periódico científico, a revista de divulgação e os chamados boletins de sociedades e associações científicas.

Os aspectos aqui abordados foram baseados na norma *Informação e Documentação – Publicação Periódica Científica Impressa – Apresentação – NBR 6021*, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2003a)¹. Essa norma tem por finalidade especificar os requisitos para apresentação dos elementos que compõem a estrutura física de uma publicação periódica, orientando o processo de produção editorial e gráfica. Salientamos que a norma citada é baseada em padrões aceitos internacionalmente na confecção de periódicos científicos.

Seguindo a tendência observada nas publicações da área, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, buscamos, também, orientações nos *Manuais de Publicação da American Psychological Association* (APA, 2001a, 2001b)², nas revistas editadas por esta instituição e nos periódicos nacionais da área de Psicologia que seguem as orientações do manual de estilo da APA para fundamentar e consolidar as orientações aqui apresentadas.

Ressaltamos que os diversos aspectos que envolvem uma revista científica abordados neste capítulo são válidos tanto para publicações impressas como para as eletrônicas.

1 Órgão responsável pela normalização técnica no Brasil. A relação das normas e as orientações para aquisição podem ser encontradas no site: www.abnt.org.br

2 Informações sobre o manual editado pela *American Psychological Association* (APA) podem ser encontradas também no site: www.apa.org

■ 1 Periódico Científico

O periódico científico ou revista científica é um tipo de publicação seriada que se apresenta sob a forma de revista, boletim etc., editada em fascículos com “designação numérica e/ou cronológica, em intervalos prefixados (periodicidade), por tempo indeterminado, com colaboração, em geral, de diversas pessoas, tratando de assuntos diversos, dentro de uma política editorial definida, e que é objeto de Número Internacional Normalizado (ISSN)” (ABNT, 2003a, p. 3).

Fachin e Hillesheim (2006) apresentam um “levantamento histórico de conceitos de ‘periódico’, ‘publicação periódica’ e ‘publicação seriada’ encontrados na literatura” (p. 20), partindo do ano de 1962, com as Normas de Catalogação de Impressos da Biblioteca Apostólica Vaticana até chegar à definição da ABNT, concluindo que

os periódicos científicos são todos ou quaisquer tipos de publicações editadas em números ou fascículos independentes, não importando a sua forma de edição, ou seja, seu suporte físico (papel, CD-ROM, bits, eletrônico, on-line), mas que tenham um encadernamento sequencial e cronológico, sendo editadas, preferencialmente, em intervalos regulares, por tempo indeterminado, atendendo às normalizações básicas de controle bibliográfico. (p. 28)

De acordo com Griebler e Mattos (2007), as duas primeiras revistas científicas publicadas no mundo foram o *Journal dès Sçavans*, editada pelo francês Denis de Sallo em 1665 que tinha por objetivo informar sobre livros editados na França e divulgar experiências científicas. No mesmo ano, a *Royal Society* de London editou o *Philosophical Transactions*, “que se propunha a divulgar correspondências trocadas entre os membros da sociedade e seus colegas europeus” (p. 74).

Especificamente na área da Psicologia, os dois periódicos mais antigos foram publicados na França e nos Estados Unidos. O *American Journal of Psychology* (AJP) teve seu primeiro fascículo publicado em 1887, pela *Johns Hopinks University* e foi fundado por G. Stanley Hall. Henry Beaunis e Alfred Binet foram os primeiros editores da revista *L'Année Psychologique* (AP), editada pelo *Laboratoire de Psychologie Pysiological de la Sorbonne*, no ano de 1894. As duas revistas científicas são editadas até hoje, sendo que o AJP incluiu a versão *online* no ano de 2006, com acesso restrito, e a AP disponibilizou, gratuitamente, os fascículos publicados de 1894 a 2005 (Sampaio, 2008).

As duas revistas mais antigas no Brasil especializadas em Psicologia foram publicadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, o *Boletim de Psicologia*, publicado desde 1949, teve como presidente Annita Castilho e Marcondes Cabral e é editada até hoje sob a responsabilidade da Sociedade de Psicologia de São Paulo. O periódico *Arquivos Brasileiros de Psicologia* foi editado no Rio de Janeiro em 1949, sendo o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Faculdade Getúlio Vargas o primeiro responsável. Inicialmente denominado *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* (1949-1968), passou a chamar-se *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada* (1969-1978), sendo consolidado como *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, em 1980. A revista ficou interrompida de 2002 até o ano de 2006, quando voltou a ser publicada exclusivamente em versão eletrônica (Sampaio, 2008).

Acompanhando a evolução das revistas científicas publicadas no mundo, Wieers (1994) prognosticou que chegaria a 1 milhão o número de títulos publicados no ano 2000. Seu prognóstico foi confirmado, sendo que depois nenhum autor se aventurou a fazer uma nova estimativa do crescimento do número de revistas publicadas. Dru Magge (2000, citado por Oliveira, 2006), em seu trabalho intitulado “*Seven Years of Tracking Electronic Publishing: The ARL Directory of Scholarly Electronic Journals and Academic Discussion Lists*” faz um estudo comparativo do crescimento do número de periódicos eletrônicos registrados no diretório da *American Research Library* entre a primeira edição de 1991 e a sétima edição de 1997, no qual foi registrado

um crescimento de 110 para 3400 títulos de periódicos e *newsletters* apenas em formato eletrônico. Tenopir, Hitchcock e Pillow (2003, citados por Oliveira, 2006), com base na edição *online* de 2002 do *Ulrich's International Periodicals Directory*, afirmam existir aproximadamente 15 mil periódicos científicos correntes, dos quais 12 mil estão disponíveis *online*. Desses, a maioria são réplicas de publicações impressas tradicionais.

É fato que o periódico científico é o principal canal formal de disseminação da ciência, seja ele impresso ou eletrônico, e firma-se como o grande responsável pela consolidação das áreas e subáreas do conhecimento. A publicação assegura a autoria e legitima os direitos dos produtores, além de registrar a memória da Ciência (Secaf, 2004). Como afirmam Sampaio, Sabadini e Linguanotto (2002), “a revista científica, ao divulgar resultados de pesquisas, assegura ao pesquisador o direito sobre suas ideias e experiências científicas e seu compromisso será sempre com a ciência” (p. 188).

Conforme Miranda e Pereira (1996), o periódico científico “transformou-se, de um veículo cuja finalidade era publicar notícias científicas, em um veículo de divulgação do conhecimento que se origina das atividades de pesquisa” (p. 375). Esse processo foi gradual e as mudanças nas características dos periódicos são contínuas. A essência de registrar e divulgar o conhecimento científico é o grande pilar desse tipo de publicação, porém, o que temos hoje, em se tratando de periódicos científicos, são publicações que buscam especialização e padronização na forma de apresentação.

Nos últimos anos, a Psicologia brasileira pôde acompanhar a rápida transformação dos periódicos que, a partir dos esforços dos publicadores e das orientações das Comissões de Avaliação de Periódicos da Área da Psicologia da CAPES/ANPEPP (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia), se profissionalizaram e adquiriram as características das revistas científicas tal qual o exigido atualmente. Assim como na Psicologia, as revistas científicas das outras áreas do conhecimento vão se aprimorando e buscando a aproximação com o padrão das publicações reconhecidas internacionalmente.

■ 1.1 Características do Periódico Científico

Os periódicos científicos ou revistas científicas apresentam características extrínsecas e intrínsecas. Segundo Valério (2005), características extrínsecas são: “as práticas editoriais explicitadas, critérios e procedimentos para seleção e avaliação de artigos, política editorial explícita, instruções aos autores, normalização, duração do periódico (tradição, continuidade), regularidade de publicação, indexação em bases de dados nacional e internacional, tiragem e apresentação gráfica”. As características intrínsecas são “corpo editorial, sistema de avaliação por pares e integração do autor com o leitor”. De acordo com a autora, essas características constituem indicadores para avaliações de periódicos.

Segundo Ferreira e Krzyzanowski (2003), o mérito de um periódico científico é determinado pela qualidade de seu conteúdo, levando-se em consideração a qualidade de seus artigos, do corpo editorial e dos consultores. Aspectos como indexação em bases de dados, critérios de arbitragem dos textos, natureza do órgão publicador e abrangência quanto à origem dos trabalhos também são destacados pelas autoras.

Informações sobre o corpo editorial do periódico científico e aspectos referentes à indexação em bases de dados e fator de impacto são apresentados em capítulos específicos neste livro.

Outro ponto a ser ressaltado é a questão da natureza do periódico, pois, como cada revista tem a sua essência, encontramos revistas que publicam somente relatos de pesquisa, outras que publicam somente artigos de reflexão e ensaios e assim por diante.

1.1.1 Normalização

Como explicam Fachin e Hillesheim (2006) “os padrões e normas são necessários para a evolução de técnicas, ferramentas, equipamentos e tantos outros recursos à vivência dos seres humanos, sendo, da mesma forma, largamente utilizados na área da organização da informação” (p. 77).

Antes de iniciarmos a discussão sobre a normalização das revistas, é importante desfazer uma confusão comum de etimologia: *normatização* e *normalização*. *Normatização* é o ato de criar e construir normas; é a criação de regras. A *normalização* é a aplicação de norma com o objetivo de ordenar e dar padrão a uma atividade. As normas são convenções estabelecidas para que todos entendam um objeto da mesma forma. Falamos em normalização de documentos a atividade de gerar um documento baseando-se em normas previamente estabelecidas e reconhecidas pela comunidade à qual aquele documento é dirigido.

As revistas científicas devem seguir com rigor os padrões estabelecidos para publicação, sejam nacionais ou internacionais. Como normas nacionais reconhecidas podemos citar as editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), regulamentadas para uso no Brasil e usadas em todas as áreas do conhecimento. Como padrão internacional mencionamos na área da Psicologia o manual de estilo *Publication Manual of the American Psychological Association* editado pela Associação Americana de Psicologia (APA) e, também, as orientações presentes no documento *Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals: Writing and Editing for Biomedical Publication* do Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (*International Committee of Medical Editors [ICMJE]*)³, conhecido como Grupo de Vancouver, mais utilizadas na área de Saúde. Outras normas poderão ser utilizadas pelo periódico, desde que reconhecidas por um órgão publicador.

Independentemente da norma utilizada pela revista, a normalização técnica do periódico e de seus artigos deve ser respeitada e seguida em todos os números, pois, além de garantir uma apresentação visual mais agradável, a revista mostra rigor e padronização, ganhando mais credibilidade no meio acadêmico. É importante ressaltar que normas institucionais devem ser evitadas.

Atualmente, com o crescente avanço das informações disponibilizadas no meio eletrônico, torna-se imprescindível a rigidez na padronização da publicação científica. De acordo com Ferreira e Krzyzanowski (2003), “os sistemas automatizados necessitam que os dados estejam em perfeita sintonia com as normas, para que os computadores possam interpretar eletronicamente os dados” (p. 45).

Nesse contexto, o periódico deve se apresentar de forma organizada e padronizada para a comunidade acadêmica e arrolar no final da publicação nas “instruções aos autores”, além dos procedimentos editoriais, esclarecimentos quanto à normalização da revista, apresentando exemplos de citações no texto e referências.

1.1.2 Periodicidade

Por periodicidade entendemos o “intervalo de tempo entre a publicação sucessiva dos fascículos de um mesmo título de publicação. Quando editado regularmente, o periódico pode ser diário, semanal, quinzenal ou bimensal, mensal, bimestral, trimestral, semestral, anual, bienal, trienal etc.” (ABNT, 2003a, p. 3). Relacionamos no Anexo A os tipos de periodicidade mais comuns usados para publicações periódicas.

3 Informações sobre o documento *Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals: Writing and Editing for Biomedical Publication* podem ser encontradas no site: <http://www.icmje.org>

De acordo com informações presentes na Coleção SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), periodicidade é “um indicador do fluxo da produção científica, que depende da área específica coberta pelo periódico. É também um indicador relacionado com a oportunidade e velocidade da comunicação” (Critérios SciELO Brasil, 2004).

Ferreira e Krzyzanowski (2003) recomendam que um periódico científico publique no mínimo três números ao ano, ou seja, que tenha periodicidade quadrimestral e, dependendo da área de cobertura do periódico, recomendam que a periodicidade seja trimestral, como no caso da Saúde. A proposta de periodicidade da revista deve ser sempre mencionada na publicação.

Relacionamos na Tabela seguinte, de acordo com as informações presentes na coleção SciELO, “a periodicidade mínima e desejada, bem como o número mínimo e desejado de artigos por ano”:

Tabela

Periodicidade e Número de Artigos por Ano – Mínima/o e Desejada/o

Área temática	Periodicidade		Número de artigos por ano	
	Mínima	Desejada	Mínimo	Desejado
Agrárias e Exatas	trimestral	bimestral	40	48
Biológicas	trimestral	bimestral	60	72
Humanas	semestral	quadrimestral	18	24

Nota. Reproduzida de “Critérios SciELO Brasil”, 2004. Recuperada em 09 de novembro de 2008, de http://www.scielo.br/criteria/scielo_brasil_pt.html

1.1.3 Regularidade

A partir da escolha da periodicidade, o periódico deverá manter regularidade, sem sofrer atrasos. Cabe ao editor(a) e à Comissão Editorial a responsabilidade quanto à regularidade, devendo a revista ser entregue à comunidade científica nas datas previstas.

A regularidade de um periódico científico é um dos critérios presentes em processos de avaliação de revistas e de seleção para bases de dados e coleções de periódicos eletrônicos.

Segundo LoBianco et al. (2002), publicações com atraso são

aquelas cujos fascículos são publicados juntos (dois em um [n. 1/2], por exemplo, a menos que excepcionalmente); aquelas nas quais há interrupção de anos (volumes) e, quando a publicação de manuscritos aceitos é realizada com muito atraso (ou seja, intervalo entre a aceitação e a publicação muito amplo).

Além dos inconvenientes que a falta do cumprimento da periodicidade de um periódico científico causa no meio acadêmico, o atraso implica, às vezes, a exclusão do título em processos de avaliação de revistas e de bases de dados, no caso de o periódico estar indexado.

De acordo com LoBianco et al. (2002), a inclusão da data da impressão da publicação na revista possibilita verificar a sua regularidade, assim pode-se observar se o periódico foi impresso na data prevista, cumprindo com sua proposta de periodicidade.

1.1.4 Tempo de Existência

Periódicos científicos que conseguirem sobreviver por muitos anos, desde que não percam a qualidade de seu conteúdo e de sua forma (normalização), serão sempre reconhecidos no meio acadêmico e valorizados em processo de avaliação de revistas.

1.1.5 Divulgação e Distribuição

É de extrema relevância a divulgação e a distribuição dos periódicos científicos entre a comunidade acadêmica. Vários são os caminhos que podem ser percorridos para que o periódico seja conhecido: distribuição e/ou vendas das publicações em eventos científicos da área, divulgação através de fôlderes, disponibilização da revista e dos formulários de assinatura em livrarias e entre livreiros, inclusão do formulário de assinatura e venda de exemplares avulsos na própria revista, promoção em salas de aula, Internet, realização de lançamentos da revista (com ampla propagação na comunidade acadêmica – envio de *e-mail*, cartazes, convites), inclusão em bases de dados e diretórios e divulgação destes, distribuição em bibliotecas.

De acordo com LoBianco et al. (2002), as formas de distribuição devem ser registradas em cada fascículo da revista. Essa informação pode estar disponível no expediente da revista ou na ficha de comercialização, incluindo preços e/ou procedimentos para aquisição. A distribuição pode ser feita para assinantes e membros de sociedades científicas, permutada com outras revistas, doada ou vendida de forma avulsa.

Na área da Psicologia, com a criação da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP, <http://www.bvs-psi.org.br/rebap>), em 2001, a maioria das Bibliotecas pertencentes à rede distribui entre si, por meio de doações, a(s) revista(s) editada(s) pela instituição à qual a Biblioteca pertence. Atualmente, a rede conta com a participação de bibliotecas de todas as regiões brasileiras, e sua meta é integrar todas aquelas que estejam, de alguma forma, ligadas à Psicologia.

Visto isso, sugerimos mencionar se a revista mantém doação entre a ReBAP. Essa informação auxilia as Comissões de Avaliação de periódicos e facilita a elaboração do relatório de gestão, quando utilizado. Exemplificamos a seguir, como pode ser elaborada a nota no expediente:

Pedidos de assinaturas, venda de exemplares avulsos e permuta devem ser enviados ao [acrescentar o nome da instituição responsável pela remessa]

Endereço:

Título da Revista realiza doações para as Bibliotecas da ReBAP (Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia, <http://www.bvs-psi.org.br/rebap>).

1.1.6 Dimensões

É de conhecimento na comunidade acadêmica que não existe um tamanho predefinido para a apresentação do formato das revistas científicas. Encontramos publicações com variados tamanhos em todas as áreas do conhecimento: 20 x 14 cm; 23 x 17 cm e assim por diante.

Atualmente, notamos que as revistas científicas estão adotando formatos maiores: 28 x 19 cm; 27 x 20 cm; 28 x 21 cm.

Na área da Psicologia, as revistas científicas editadas pela *American Psychological Association* (APA), adotam como padrão de tamanho em torno de 28 x 21 cm.

É importante ressaltar que não pretendemos institucionalizar normas para o tamanho das publicações na área, mas sim oferecer subsídios para editores e outros profissionais que trabalham na área de editoração científica.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que a publicação deverá manter sempre o mesmo formato e quando houver necessidade de mudança deverá ocorrer no início de um novo volume (Ferreira & Krzyzanowski, 2003).

1.1.7 Tiragem

Por tiragem entendemos o total de exemplares impressos de cada número de uma publicação (ABNT, 2003a). Essa informação pode ser gravada no verso da primeira capa ou no verso da página de rosto da revista. Exemplos:

Tiragem: 500 exemplares

ou

Tiragem
500 exemplares

41

1.1.8 Apresentação Gráfica (Leiaute)

A apresentação gráfica, ou seja, o leiaute do periódico como um todo (capa, folhas, ilustrações, texto) deve ser de qualidade, tanto para as revistas impressas como para as eletrônicas.

1.1.9 Número Internacional Normalizado para Publicação Seriada (ISSN)

O ISSN (*International Standard Serial Number* ou Número Internacional Normalizado para Publicação Seriada) é o número que identifica o título da publicação seriada (jornal, revista, periódico técnico ou científico, anuário) tornando-o único e definitivo. O código ISSN é uma numeração sequencial internacional, não apresenta nenhuma indicação de local, idioma ou editora em sua composição.

O ISSN é operacionalizado por uma rede internacional – Rede ISSN (*ISSN Network*), que é uma organização intergovernamental representada por mais de 70 países, coordenada pelo Centro Internacional do ISSN, em Paris. A rede ISSN tem como objetivo apoiar o controle bibliográfico mundial de publicações seriadas, facilitando o acesso a seus registros e controlando a atribuição do número internacional.

No Brasil, o representante oficial dessa rede é o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que desde 1975 vem desenvolvendo as funções de centro nacional da Rede ISSN, sob acordo internacional firmado entre o Conselho Internacional do ISSN (Paris) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A cada publicação seriada atribui-se um único ISSN, que está ligado a uma forma padronizada de título chamado “título-chave”, que é a forma de entrada do título da publicação seriada estabelecida no momento de atribuição do código ISSN (ABNT, 2005).

O código ISSN é intransferível, não pode ser utilizado por outro título que não aquele ao qual foi atribuído. Um ISSN anulado é retirado definitivamente de circulação. No caso de mudança de título de uma publicação seriada, um novo ISSN deve ser atribuído ao novo título.

Versões em meios físicos diferentes deverão ter, cada uma, seu próprio ISSN.

O ISSN é composto por oito dígitos, em “números arábicos de 0 a 9, à exceção do último dígito, que é o dígito verificador e que pode às vezes ser uma letra X” (ABNT, 2005, p. 2).

A representação escrita ou impressa do ISSN é feita em dois grupos de quatro dígitos, separados por um hífen e precedidos pela sigla ISSN e por espaço. Exemplos:

ISSN 0103-6564

ISSN 1413-294X

Algumas revistas, disponíveis também eletronicamente, apresentam o ISSN da publicação impressa e da eletrônica no verso da primeira capa ou na página de rosto, antes do expediente da revista. Exemplos:

ISSN 0103-6564 (versão impressa)

ISSN 1678-5177 (versão eletrônica)

Seguindo as orientações da ABNT (2005), em periódicos científicos impressos, o código ISSN deve ser impresso em cada fascículo, no canto superior direito da capa. Pode ser apresentado também no verso da primeira capa ou na página de rosto e no sumário. Em publicações *online*, o código ISSN deve aparecer na tela de abertura próximo ao título. Em publicações em CD-ROM ou DVD, o código ISSN deve ser impresso no canto superior direito da capa ou embalagem, em seu rótulo ou etiqueta e na(s) tela(s) de apresentação, próximo ao título. Informações para solicitação do ISSN estão arroladas no Anexo B.

42

■ 1.2 Estrutura do Periódico Científico

Um periódico científico ou revista científica é composto por partes externa e interna. A parte externa é constituída de capas e lombada, e a parte interna é formada pelos elementos pré-textuais (folha de rosto, errata [quando houver], sumário e editorial), textuais (corpo da publicação: artigos, resenhas, entrevistas etc.) e pós-textuais (índice, instruções editoriais para o autor etc.) (ABNT, 2003a).

Relacionamos e descrevemos a seguir os elementos estruturais que são essenciais e imprescindíveis na elaboração de um periódico científico. A disposição desses elementos, tanto no formato impresso quanto no formato eletrônico, vai depender do estilo editorial de cada periódico. Observamos que, nas publicações impressas que seguem as tendências internacionais, esses elementos se encontram reunidos no verso da primeira capa (também chamada de segunda capa) e, nos que seguem um padrão nacional (ABNT, 2003a), esses elementos se encontram distribuídos entre a segunda capa, página de rosto e verso da página de rosto.

Outro ponto observado é que as revistas que apresentam o sumário na página de rosto adotam tamanhos maiores (por exemplo: 28 x 21 cm ou 27 x 20 cm), e as revistas que apresentam dimensões menores (por exemplo: 23 x 17 cm) arrolam o sumário em página separada, logo após a página de rosto. Nesse contexto, identificamos que as revistas da área de Psicologia têm adequado a distribuição desses elementos de acordo com o seu tamanho e espaço disponíveis para publicação. Ressaltamos que o procedimento a ser adotado pela revista na distribuição desses elementos, assim como suas dimensões, fica a critério dos editores.

1.2.1 Parte Externa do Periódico Científico

A seguir relacionamos os diversos elementos que compõem as capas e a lombada do periódico científico. Esses elementos devem ser “impressos sempre no mesmo lugar em todos os fascículos de um volume e com a mesma tipologia gráfica” (ABNT, 2003a, p. 4).

CAPA

De acordo com a ABNT (2003a), capa é o “revestimento externo, de material flexível (brochura) ou rígido (cartonado ou encadernado)”. Assim, “a primeira e a quarta capas, também chamada de contracapa, são as faces externas da publicação. A segunda e a terceira capas são as faces internas ou o verso da primeira e quarta capas, respectivamente” (p. 2).

Primeira capa

Na primeira capa devem constar os elementos: logomarca da editora responsável (se houver); título e subtítulo (se houver) da publicação por extenso; volume; número do fascículo; data de publicação, incluindo mês, por extenso, e o ano em algarismos arábicos; ISSN; nome do(a) editor(a) responsável (órgão ou entidade); indicação de suplemento ou número especial, quando for o caso.

Muitos periódicos científicos utilizam a capa ou a folha de rosto para apresentar o Sumário. Como mencionamos, esse procedimento fica a critério do(a) editor(a). Para efeito deste manual, apresentaremos informações sobre o sumário na página de rosto.

Em consulta aos periódicos internacionais na área da Psicologia, observamos que a maioria apresenta o nome do(s) editor(es) na primeira capa. Já a maioria dos periódicos nacionais na área não adota essa conduta. Esse procedimento acontece apenas quando se trata de revistas com números especiais com editor(es) convidado(s), citando também o título do fascículo.

Exemplificamos no Anexo C como os elementos devem constar na primeira capa de uma revista científica. Ressaltamos que a distribuição desses elementos, assim como sua forma de apresentação (maiúsculo, minúsculo, negrito, itálico), fica a critério dos editores, com exceção do código ISSN, que deve ser apresentado no canto superior direito. O uso de figuras na primeira capa é comum nas revistas nacionais, mas, conforme recomendações da ABNT, a legibilidade dos elementos de identificação não pode ser prejudicada pelo uso exagerado de ilustrações ou cores.

• Logomarca da editora responsável

Logomarca, “de *log(o)* + *marca*”, de acordo com Ferreira (1999), significa “marca que reúne graficamente letras do nome da empresa”, ou “qualquer representação gráfica padronizada e distinta utilizada como marca” (p. 1231).

• Título e subtítulo

De acordo com a ABNT (2003a), o título de uma publicação significa “palavra, expressão ou frase que designa o assunto ou o conteúdo de uma publicação” (p. 3), e o subtítulo “informações apresentadas em seguida ao título, visando esclarecê-lo ou complementá-lo, de acordo com o conteúdo da publicação” (p. 3).

O título e subtítulo (se houver) de uma publicação devem ser apresentados por extenso. Normalmente o subtítulo é separado por dois pontos do título. O título deve exprimir, sempre que possível, a área do assunto abrangido, podendo ter destaque visual dos demais elementos, mantendo a mesma tipologia em todos os fascículos do volume. Exemplo:

Psicologia: Ciência e Profissão

ou

PSICOLOGIA:
Ciência e Profissão

ou

PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO

Algumas revistas mudam seu título, muitas vezes, para se adaptarem às mudanças ocorridas na área científica ou tecnológica ou então por terem se tornado uma publicação com assuntos mais específicos. A mudança de título deve ser indicada na ficha catalográfica. Seu registro auxilia a biblioteca na confecção de índices de títulos e na organização física do acervo.

• *Volume*

Entendemos por volume o “conjunto dos fascículos ou números da publicação” (ABNT, 2003a, p. 3). Geralmente, o volume de uma publicação periódica corresponde ao período de um ano e é apresentado em algarismo arábico precedido da palavra “volume”. Normalmente na primeira capa é apresentado em letras minúsculas iniciando com maiúscula. Exemplos: Volume 1, Volume 20.

Quando dois ou mais volumes forem reunidos, indicamos os números separados por barra oblíqua. Exemplos: Volume 1/2, Volume 3/4. Lembramos que esse recurso deve ser evitado, uma vez que caracteriza atraso na publicação.

• *Fascículo ou número*

Fascículo ou número, de acordo com a ABNT (2003a), significa “unidade do periódico” (p. 2). É apresentado em algarismo arábico, precedido da palavra Número em letras minúsculas e inicial em maiúscula. Exemplos: Número 5, Número 19.

Quando dois ou mais fascículos ou números forem reunidos, indicam-se os números separados por barra oblíqua. Exemplos: Número 1/2, Número 12/13, e assim por diante.

Nota. Lembramos que fascículos ou volumes que são publicados juntos, a menos que excepcionalmente, declaram que a publicação sofreu atrasos.

• *Data de publicação*

A data de publicação deve ser apresentada incluindo o(s) mês(es), por extenso e o ano em algarismos arábicos.

Difícilmente, no Brasil, na área de Psicologia, encontramos um periódico científico com a periodicidade mensal. Nesse caso, a apresentação dos meses deve ser arrolada de acordo com o período. Exemplos:

janeiro/junho; julho/dezembro (periodicidade semestral)
janeiro/abril; maio/agosto; setembro/dezembro (periodicidade quadrimestral)
janeiro/março; abril/junho; julho/setembro; outubro/dezembro (periodicidade trimestral).

A indicação de volume, número e data na primeira capa do periódico pode ser nas seguintes formas:

Volume 5, Número 19, janeiro/junho, 2008

ou

Volume 5, Número 19
janeiro/junho, 2008

Algumas revistas apresentam as palavras “volume”, “número” e os meses em letras maiúsculas. É importante ressaltar que essa forma de apresentação fica, também, a critério dos editores do periódico. Exemplos:

VOLUME 5, NÚMERO 1, JANEIRO/JUNHO, 2008

ou

VOLUME 5, NÚMERO 19
JANEIRO/JUNHO, 2008

Embora não seja comum na área da Psicologia, algumas revistas apresentam esses elementos na forma abreviada. De acordo com a *Norma para Datar – NBR 5892 (ABNT, 1989b)*, os meses são abreviados “por meio das três primeiras letras, seguidas de ponto, quando minúsculas, e sem ponto final, quando maiúsculas, excetuando-se o mês de maio que é escrito sempre por extenso” (p. 1). No Anexo D relacionamos as abreviaturas dos meses. Exemplos:

Vol. 5, N. 19, jan./jun., 2008

ou

VOL. 5, N. 19, JAN/JUN, 2008

45

Nota. Observamos que a maioria das revistas nacionais, ao mencionar a indicação de volume, utiliza a abreviatura vol. ou VOL., como adotadas pelo manual de estilo da APA (2001a, 2001b).

• *ISSN*

O ISSN - Número Internacional Normalizado para Publicação Seriada (*International Standard Serial Number*) deve ser colocado no canto superior direito do periódico.

• *Nome do(a) editor(a) responsável (órgão ou entidade)*

O nome do órgão ou editor(a) responsável pela produção da publicação deve ser mencionado, de preferência, por extenso. Exemplos:

Academia Paulista de Psicologia
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro
Universidade Federal do Pará

Observamos que são poucas as revistas nacionais da área que apresentam o nome da instituição na primeira capa do periódico. Verificamos nessas revistas que é mais comum o nome da instituição constar na quarta capa. Orientamos, então, para que o acréscimo dessa informação, assim como o local de sua apresentação, fique a critério do(a) editor(a) da revista.

• *Indicação de suplemento ou número especial*

Alguns periódicos costumam publicar suplementos e/ou números especiais. O suplemento é um documento que se adiciona a outro para ampliá-lo ou aperfeiçoá-lo, sendo sua relação com aquele apenas editorial e não física, podendo ser editado com periodicidade e/ou numeração própria (ABNT, 2003a).

As informações sobre a existência de um suplemento devem ser indicadas na publicação: na página de rosto ou na segunda capa, na ficha catalográfica e no editorial.

Número especial é a unidade do periódico que aborda um assunto específico. Tanto o suplemento como o número especial poderão ser dependentes ou independentes do periódico. Suplemento ou número especial dependente é aquele que utiliza o mesmo título, a mesma numeração (volume, fascículo, mês, ano) e o mesmo código ISSN, porém com paginação própria. Suplemento ou número especial independente é aquele que possui título próprio e também paginação e identificação próprias (volume, fascículo, mês, ano). Por deter essa distinção, recebem o seu próprio ISSN (ABNT, 2003a). O Anexo E apresenta os elementos que devem constar na primeira capa de um número especial dependente com editor convidado.

Segunda capa

Na segunda capa (ou verso da primeira capa) devem constar os dados de identificação do periódico, nomes de autoridades dos órgãos e entidades responsáveis pela edição da publicação, nome do(s) editor(es) e dos membros da Comissão e do Conselho Editorial e suas afiliações, créditos técnicos, objetivo da publicação, direitos autorais e de *copyright*, indexação em bases de dados, endereço para correspondência, ficha catalográfica e outras informações relacionadas com a administração da publicação (ver Anexo F).

Para as revistas que seguem as recomendações da NBR 6021 (ABNT, 2003a), essas informações devem ser distribuídas entre a segunda capa, a página de rosto e o verso da página de rosto.

• *Dados de identificação do periódico*

Na parte superior sugerimos apresentar: título e subtítulo (se houver) por extenso, volume, número em algarismos arábicos, data, periodicidade, entidade responsável pela publicação e ISSN (versão impressa e eletrônica se houver). Exemplo:

Título da Revista [por extenso]
Revista trimestral do [nome completo da instituição]
Volume 19, Número 1, janeiro/março de 2008

ISSN XXXX-XXXX (versão impressa) ISSN XXXX-XXXX (versão eletrônica)

Nota. A distribuição dos elementos, assim como sua forma de apresentação (negrito, maiúsculo, minúsculo, itálico, centralizado, justificado), fica a critério do(a) editor(a).

• *Créditos*

Espaço reservado para indicação dos responsáveis pela edição e pelo conteúdo da publicação. Todas as pessoas físicas e/ou jurídicas que participaram da elaboração da publicação devem ser mencionadas de acordo com suas respectivas contribuições: administrativa, intelectual, técnica ou artística.

- **Créditos institucionais** – Indicação do nome completo da instituição responsável pela publicação. Alguns periódicos editados por universidades mencionam os nomes do reitor e vice-reitor, diretor e vice-diretor da faculdade, instituto. Revistas de associações e sociedades citam os membros da diretoria vigente.
- **Editor(a)** – Pessoa responsável pela direção e manutenção da qualidade da publicação. Algumas revistas possuem um número maior de colaboradores, como, por exemplo: editor(a) assistente, editor(a) associado, editor(a) adjunto, editor(a) executivo, entre outros. O(s) editor(es) devem ser mencionados na revista com nome completo. Comumente aparecem antes da Comissão e/ou Conselho Editorial.

- Comissão Editorial – Também chamada de Comissão Científica ou Executiva – Grupo de pessoas que examinam questões administrativas e políticas da revista. Devem ser indicados na revista com nome completo e afiliação institucional. Normalmente são pessoas da mesma instituição do editor(a) (Lo Bianco et al., 2001).
- Conselho Editorial ou Científico – Grupo de pesquisadores que auxiliam o(s) editor(es) com os originais a serem publicados. Segundo LoBianco et al. (2001), o Conselho deve ser multistitucional e geograficamente abrangente. Revistas que contam com contribuições de membros afiliados a instituições estrangeiras contam mais pontos em avaliações de revistas. Os membros do Conselho devem ser apresentados na revista com nome completo e afiliação institucional.
- Créditos administrativos – Reservado para indicação de pessoas que colaboram na administração da revista, como, por exemplo: secretário(s), assistentes administrativos entre outros.
- Créditos técnicos – Reservado para indicação dos responsáveis pela normalização técnica (bibliotecários), pelo projeto gráfico, revisão (de idiomas), diagramação e formatação, capa e ilustrações etc.
- Fontes de apoio – Indicação de agências que financiam ou ajudam parcialmente as publicações, como, por exemplo: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Programas de Apoio às Publicações Científicas dentro de universidades, entre outros. Normalmente são indicadas como: “Apoio financeiro”, “Fonte(s) de apoio”, “Financiamento”.

Nota. O capítulo “A Estrutura Editorial de um Periódico Científico” deste livro apresenta definições e descreve as funções dos Editores, da Comissão e do Conselho Editorial.

• *Escopo do periódico (linha editorial)*

Informações breves sobre o objetivo da publicação, informando a área do conhecimento e a natureza das contribuições. Exemplos:

Titulo da Revista tem por objetivo publicar trabalhos originais que contribuam para o conhecimento e desenvolvimento da Psicologia e ciências afins. Publica as seguintes categorias de contribuições: relatos de pesquisa, artigos de revisão, relatos de experiências, resenhas, comunicações breves, entrevistas, cartas ao editor.

ou

Titulo da Revista é uma publicação quadrimestral da [nome da instituição por extenso] e tem como objetivo publicar trabalhos originais que contribuam para o conhecimento e desenvolvimento da Psicologia e ciências afins. Publica: relatos de pesquisa, artigos de revisão, relatos de experiências, resenhas, comunicações breves, entrevistas, cartas ao editor.

• *Indexação da publicação*

Local reservado para indicar os nomes das bases de dados (referenciais, texto completo e índices de citações) onde a revista está indexada. Normalmente aparece com o título “Indexação” ou “Indexadores”.

Na área da Psicologia podemos citar como exemplos as bases: PsycINFO (APA); PSICODOC (*Base de Dados de Psicologia*); PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia); Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (referências e resumos de artigos de revistas nacionais).⁴

4 PsycINFO (<http://www.apa.org/psycinfo>); PSICODOC (<http://psicodoc.copmadrid.org/psicodoc.htm>); PePSIC (<http://pepsic.bvs-psi.org.br>); Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (www.bvs-psi.org.br).

Nas áreas afins e multidisciplinares: LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde); SciELO (*Scientific Electronic Library Online*); CLASE (*Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*); Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*); Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*); PASCAL (*Institut de l'Information Scientifique et Technique du Centre National de la Recherche Scientifique*); SCOPUS (ELSEVIER); *Web of Science* (*Institute for Scientific Information [ISI]*); JCR (*Journal Citation Reports* - opera de forma integrada à *Web of Science*).⁵

Temos ainda as bases de dados de outras áreas que integram a Psicologia: MEDLINE (Literatura Internacional em Ciências da Saúde); *Sociological Abstracts* (*Cambridge Scientific Abstracts [CSA]*); ERIC (*Education Resources Information Center*).⁶

Nota. Informações detalhadas sobre revistas indexadas, tipos de bases de dados (referenciais, texto completo e índices de citações) e procedimentos para indexação são apresentados no capítulo “Indexação e Fator de Impacto” deste livro.

48

• *Filiação da publicação*

Indicação das instituições as quais a revista está filiada. Normalmente aparece com o título “Filiação”, “Filiações” ou “Revista associada à ...”. Exemplo:

Filiações

ABECiP – Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia

ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos

Notas. 1) A ABECiP foi fundada durante o *II Encontro de Editores de Revistas Científicas da Área de Psicologia*, promovido pela Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia (BVS-Psi), em 2006. É uma organização sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com sede na Biblioteca do Instituto de Psicologia da USP. Tem como finalidade reunir pessoas físicas e jurídicas com interesse no desenvolvimento e aperfeiçoamento de periódicos técnico-científicos (impressos e/ou eletrônicos) da área de Psicologia e ciências afins (Santos, Sabadini, Trzesniak, & Moreira, 2006).

2) Fundada em 1985, a ABEC é uma sociedade civil de âmbito nacional, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Congrega pessoas físicas e jurídicas com “interesse em desenvolver e aprimorar a publicação de periódicos técnico-científicos; aperfeiçoar a comunicação e divulgação de informações; manter o intercâmbio de ideias, o debate de problemas e a defesa dos interesses comuns” (Associação Brasileira de Editores Científicos, n.d.).

• *Direito autoral e autorização de reprodução*

Local reservado para indicação da propriedade de direitos autorais e informações sobre autorização de reprodução do conteúdo da publicação. Direito autoral é o “direito do autor, do criador, do tradutor, do pesquisador, do artista de controlar o uso que se faz de sua obra” (Associação Brasileira de Direitos Autorais [ABDR], n.d., p. 2; ABNT, 2003a). Exemplos⁷:

5 LILACS (<http://www.bvs.br>); SciELO (www.scielo.br); CLASE (www.dgbiblio.unam.mx/clase.html); Latindex (<http://www.latindex.unam.mx>); Redalyc (<http://redalyc.uaemex.mx>); PASCAL (<http://ingenierie.inist.fr>); SCOPUS (<http://www.info.scopus.com>); *Web of Science* (<http://scientific.thomson.com/products/wos/>); JCR (<http://scientific.thomson.com/products/jcr/>).

6 MEDLINE (http://www.nlm.nih.gov/pubs/factsheets/dif_med_pub.html); *Sociological Abstracts* (<http://www-ca4.csa.com/>); ERIC (<http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/Home.portal>).

7 Extraídos da revista *Psicologia: Reflexão e Crítica* (2007).

Direitos Autorais

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem à *Título da Revista*.

Autorização de reprodução

A reprodução total dos artigos desta revista em outras publicações, ou para qualquer outra utilidade, por quaisquer meios, requer autorização por escrito do editor. Reproduções parciais de artigos (resumo, *abstract*, mais de 500 palavras do texto, tabelas, figuras e outras ilustrações) deverão ter permissão por escrito do editor e dos autores.

• Outras informações

Indicação de informações breves a respeito de submissão *online*, classificação (Qualis), outros suportes disponíveis, tiragem, data de impressão, distribuição. Exemplos:

Submissões de artigos pelo sistema *Submission: SciELO System of Publication* em: [endereço da revista]

ou

Submissões de artigos pelo sistema *Submission* em: [endereço da revista]

ou

Instruções atualizadas para submissão de artigos pelo sistema SEER em: [endereço da revista]

Qualis Psicologia 2009: A2

ou

2009 - Qualis Psicologia

A2

Números anteriores a 2000 estão disponíveis na íntegra no PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia, <http://pepsic.bvs-psi.org.br>)

Título da Revista realiza doações para as Bibliotecas da ReBAP (Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia, <http://www.bvs-psi.org.br/rebap>).

Disponível também em CD-ROM

Abreviatura da revista: *Psicol. Refl. Crít.*

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão: março de 2008

• *Ficha catalográfica*

Deve conter os seguintes elementos: título e subtítulo (se houver) da revista; instituição responsável pela publicação por extenso; volume 1 e número 1, seguido do ano de sua publicação entre parênteses; cidade de publicação; sigla da instituição responsável pela publicação e data da primeira publicação (seguida de um traço que representa continuidade); periodicidade; notas (alterações de título e periodicidade, criação/extinção de suplemento etc.); ISSN; palavras-chave que traduzam o assunto da revista; indicação de responsabilidade da instituição responsável pela publicação; indicação do número de assunto de acordo com o Código de Classificação (Classificação Decimal de Dewey [CDD], Classificação Decimal Universal [CDU], *Library of Congress* [LC]).⁸

De acordo com a ABNT (2003a, p. 5), a ficha catalográfica deve ser impressa “no terço inferior” da página onde figurar (segunda capa ou verso da folha de rosto). Não há um tamanho preestabelecido para a sua confecção, desde que contemple todos os elementos obrigatórios. Na área da Psicologia as revistas têm adequado o tamanho da ficha catalográfica aos seus leiautes. Exemplo:

50

<p>Título: Subtítulo (se houver) / Nome do Programa de Pós-Graduação em..., Nome da Faculdade..., Nome da Universidade... - Vol. 1, n. 1 (ano). - Cidade: Sigla da Instituição, data-</p> <p>Periodicidade Notas (se houver) ISSN XXXX-XXXX</p> <p>1. Palavra-chave 2. Palavra-chave 3. Palavra-chave I. Universidade..., Programa de Pós-Graduação...</p> <p style="text-align: right;">CDD xxx.xx</p>

• *Endereço*

Apresentação do endereço postal completo da revista, incluindo endereço eletrônico.

Terceira capa

Pode conter as instruções aos autores para submissão do manuscrito, formas de distribuição e outras informações relevantes.

Quarta capa ou contracapa

Pode conter comentários sobre a própria publicação, anúncios publicitários, endereço da revista, código de barras e outras informações a critério dos editores.

Se a revista optar por apresentar o Sumário na primeira capa, este poderá ser continuado e finalizado na quarta capa.

• *Código de barras*

O uso do código de barras iniciou-se na indústria e no comércio com o objetivo de facilitar o controle de estoque dos produtos.

8 O número de classificação pode ser solicitado à Biblioteca da instituição responsável pela revista.

Quando o sistema de código de barras foi estabelecido para as publicações seriadas, em dezembro de 1983, foi firmado um acordo entre a *European Article Number* (EAN), principal simbologia de códigos de barras no mundo e o ISSN *International Center*, integrando o Código ISSN no símbolo EAN-13, que utiliza o prefixo 977 para identificar publicações periódicas em qualquer parte do mundo. Ficou entendido, então, que como o ISSN era um número identificador único para título de periódico, poderia ser usado como parte do código de barra para identificar a publicação (Associação Brasileira de Automação, n.d.).

Para compor a estrutura do código de barras usando o ISSN, deverá ser colocado o prefixo "977" e eliminado o último dígito (que é o verificador do ISSN) e acrescentado, na sequência, os dígitos "00" e um dígito verificador que será calculado conforme algoritmo (Associação Brasileira de Automação, n.d.).



* Estes dígitos, quando diferentes de zero, estarão indicando variações da publicação

Figura. Código de barras usando o código ISSN. Reproduzida de "Preciso de Código de Barras", de Associação Brasileira de Automação, n.d. Recuperado em 09 de julho de 2008, de <http://www.gs1brasil.org.br/>

No Brasil, a Associação Brasileira de Automação (GS1 Brasil, <http://www.gs1brasil.org.br>) é a empresa responsável pela atribuição do código de barras.

Lombada

A lombada é "a parte da capa que reúne as margens internas ou dobras das folhas, sejam elas costuradas, grampeadas, coladas ou mantidas juntas de outra maneira; também chamada de dorso" (ABNT, 2004, p. 1).

Caso a publicação comporte lombada, deverá conter: título da publicação, indicações alfanuméricas de identificação e logomarca da editora (quando houver).

De acordo com orientações da ABNT (2004), na apresentação desses elementos, "recomenda-se a reserva de um espaço, se possível de 30 mm, na borda inferior da lombada, sem comprometer as informações ali contidas, para a colocação de elementos de identificação que possibilitem a localização do documento" (p. 1).

Os elementos no dorso dos periódicos científicos devem ser apresentados impressos longitudinalmente e legível de cima para baixo (lombada descendente). O título deve ser apresentado por extenso, os elementos alfanuméricos de identificação devem corresponder ao conteúdo abrangido pelo documento, abreviados quando necessário: volume, número e data, separados por sinais de pontuação, espaços ou sinais gráficos e impressos no mesmo sentido da lombada e a logomarca da editora (quando houver) deve ser impressa no mesmo sentido (ABNT, 2004) (veja Anexo G).

1.2.2 Parte Interna do Periódico Científico

No caso do periódico científico, a parte interna é constituída de elementos pré-textuais (folha de rosto, errata [quando houver], sumário e editorial), textuais (corpo da publicação: artigos, resenhas, entrevistas etc.) e pós-textuais (índice, instruções editoriais para o autor) (ABNT, 2003a).

PAGINAÇÃO

A paginação do primeiro ao último fascículo do volume deve ser sequencial e apresentada em algarismos arábicos. Essa numeração recomeça a cada volume e não a cada número. A capa da publicação e eventuais encartes nunca são contados nem recebem qualquer tipo de numeração (ABNT, 2003a).

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Página de rosto e verso da página de rosto

Como mencionamos, na primeira página da revista, ou seja, na página de rosto, devemos arrolar o sumário. Se necessário pode ser concluído no verso da página.

Sumário

De acordo com a ABNT (2003b), sumário significa “enumeração das divisões, seções e outras partes de uma publicação, na mesma ordem e grafia em que a matéria nele se sucede” (p. 2).

Em periódicos científicos, o sumário deve constar sempre no mesmo lugar em todos os fascículos de todos os volumes e pode aparecer na capa e concluído, se necessário, na quarta capa ou estar no anverso da folha de rosto e concluído, se necessário, em seu verso.

Deve ser iniciado sempre com a palavra sumário centralizada. O nome dos autores deve suceder o título do artigo e a paginação pode ser apresentada pelo número da primeira página ou pelos números que compreendem as páginas inicial e final do artigo, separadas por hífen (ABNT, 2003b).

Seguindo orientações da ABNT, se o documento for apresentado em mais de um idioma, recomenda-se elaborá-lo separadamente, em páginas distintas, ou colocadas traduções após os títulos originais, separados por barra oblíqua ou travessão (veja exemplos no Anexo H).

Errata

Segundo a ABNT (2003a), uma errata compreende uma “lista das páginas e linhas em que ocorrem erros, seguidas das devidas correções”. Deve ser apresentada “em papel avulso, acrescida à publicação depois de impressa” e deve ser inserida logo após a folha de rosto, antecedida da referência da publicação (p. 2).

Consultando alguns periódicos da área de Psicologia observamos que as revistas apresentam a errata no número seguinte da publicação em página independente, após a página de rosto (sumário) (veja exemplos de erratas no Anexo I).

Editorial

Deve ser redigido pelos próprios editores e apresentado após o Sumário. Geralmente contém informações sobre o fascículo em questão, seus artigos e assuntos dispostos em uma ordem lógica. Informações sobre suplementos e mudanças ocorridas no projeto gráfico e normas editoriais devem, também, ser apresentadas no editorial (ABNT, 2003a).

ELEMENTOS TEXTUAIS

Os elementos textuais, ou seja, o corpo da publicação, podem ser apresentados ou agrupados em seções, por exemplo, artigos originais, pontos de vista, relatos de experiência, resenhas, entrevistas.

Os tipos de contribuições que uma revista pode publicar, assim como os elementos que compõem um artigo científico (introdução, desenvolvimento e conclusão), estão descritos no capítulo “Preparando um Artigo Científico” deste livro.

Legenda bibliográfica

Entendemos por legenda bibliográfica o “conjunto de elementos destinados à identificação de um fascículo e/ou volume da publicação e dos artigos nela contidos” (ABNT, 2003a, p. 2). A

legenda deve conter o título do periódico na forma abreviada, volume e número, páginas inicial e final do artigo, meses e ano de publicação.

Observamos que as revistas brasileiras da área de Psicologia não têm utilizado a legenda bibliográfica na página de rosto, mas sim no rodapé das páginas para identificação dos artigos. Já as revistas editadas pela APA apresentam a legenda bibliográfica somente no cabeçalho da primeira página de cada artigo. Exemplo:

Título da revista
Ano, volume, número e páginas inicial e final do artigo

Journal of Consulting and Clinical Psychology
2003, Vol. 71, No 6, 973-979

Sugerimos para as revistas da área da Psicologia que apresentem a legenda no canto inferior (rodapé) em todas as páginas do artigo. Exemplo, de acordo com o estilo APA na distribuição dos elementos: título, ano, volume, número e páginas inicial e final do artigo:

Título da Revista, ano, volume, número e páginas inicial e final do artigo
Psicologia USP, 2008, 19(1), 43-50

Se a revista optar pela apresentação do título abreviado na legenda, recomendamos a utilização da norma *Abreviatura de Títulos de Periódicos e Publicações Seriadas* – NBR 6032 (ABNT, 1989a).

Abreviar consiste em suprimir o final da palavra substituindo-a por um ponto. Nas abreviaturas de títulos de periódicos, a ordem das palavras deve ser respeitada. Abreviamos todas as palavras do título, suprimindo os artigos definidos e indefinidos, conjunções, preposições e locuções similares, com exceção dos títulos que necessitam desses recursos para sua compreensão, como é o caso da revista *Ciência e Cultura* que deve ficar assim: Ci. e Cult. não Ci. Cult. (ABNT, 1989a).

Não se abreviam títulos constituídos de “uma só palavra, simples ou composta, acompanhada ou não do artigo” e palavras com menos de cinco letras (existem algumas exceções mencionadas na norma NBR 6032, como é o caso da palavra “São” que na forma abreviada fica “S.”, não “São”). Quando um título “contém nome de pessoa, reproduz-se na íntegra esse nome e abreviam-se as demais palavras do título” (ABNT, 1989a, p. 2). Exemplos:

Psicologia: Teoria e Pesquisa = Psicol.: Teor. Pesq.
Psicologia: Reflexão e Crítica = Psicol.: Reflex. Crít.
Psicologia USP = Psicol. USP
Revista de Etologia = R. Etol.
O Jornal = O Jornal
Memórias do Instituto Oswaldo Cruz = Mem. Inst. Oswaldo Cruz

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Índice

Atualmente, com a expansão das bases de dados indexadoras, a publicação de índices é uma prática pouco utilizada.

Segundo a ABNT (2003a), índice é uma “lista de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto” (p. 2). Seguindo orientações da ABNT, o índice de uma publicação pode se apresentar:

- a) juntamente com o último fascículo de cada volume da publicação;
- b) com o primeiro fascículo do volume seguinte;
- c) em fascículo independente, em cuja folha de rosto deve constar a indicação da publicação a que pertence, acrescida de seu título, subtítulo que especifica o tipo de índice: índice de assunto, índice de autor, índice geográfico, a data e números do volume e fascículos abrangidos, além do código ISSN da publicação;
- d) cumulativamente, de forma independente, abrangendo vários volumes, com paginação individual e folha de rosto registrando informações próprias, tais como: título, identificação de volume, fascículo, ano e código ISSN (2003a, p. 6).

54

Instruções editoriais para os autores

É a descrição dos passos para submissão e aceitação dos manuscritos. Geralmente aparecem no final do fascículo com o título “Instruções aos Autores”, “Diretrizes para os Autores”, “Normas para Publicação”, “Normas Editoriais”. Devem ser apresentadas na revista contendo uma série de informações e recomendações aos autores sobre:

• A linha editorial da publicação

Apresenta o objetivo da revista, periodicidade, descrição dos tipos de trabalhos aceitos, como, por exemplo: artigos originais e de revisão, relatos de experiências, resenhas, entrevistas, ponto de vista, carta ao editor, idiomas que a revista publica.

Nota. Informações sobre as contribuições que uma revista científica publica são apresentadas no capítulo “Preparando um Artigo Científico” deste livro.

• A revisão por pares

O processo de revisão por pares, revisão paritária ou arbitragem (*peer review* ou *refereeing*, em inglês), é um procedimento utilizado para avaliação dos manuscritos submetidos às revistas científicas. Os trabalhos são encaminhados para dois ou mais especialistas da área, preservando-se o anonimato do autor. Os revisores fazem comentários e oferecem sugestões para melhorias e podem, também, reprovar o trabalho.

Embora o processo receba críticas, os melhores periódicos científicos empregam a revisão por pares, e aqueles que não exercem a prática são vistos com desconfiança pela comunidade científica. No capítulo sobre editor e o processo editorial “A Estrutura Editorial de um Periódico Científico”, o assunto é retomado.

• Forma de apresentação do manuscrito

Informações resumidas sobre: a) Documento utilizado na normalização do manuscrito. Exemplos: “A Revista baseia-se no manual de estilo *Publication Manual of the American Psychological Association* (APA, 5a edição de 2001) na apresentação das citações no texto e referências”. “A Revista baseia-se no manual de estilo *Publication Manual of the American Psychological Association* (APA, 5a edição de 2001)”, conforme o padrão adotado pela revista; b) Formato (extensão do arquivo, tamanho do papel, total de caracteres e páginas, fonte, espaçamento, alinhamento, numeração das páginas).

Nesse item, devem ser listadas, também, informações resumidas sobre a forma de apresentação dos diversos elementos que compõem o manuscrito: a) Folhas de rosto: sem identificação (título e subtítulo, se houver, do trabalho), e com identificação (autor(es), título e subtítulo, se houver,

afiliação institucional e endereço postal e eletrônico do(s) autor(es), informações sobre apoio institucional, origem do trabalho, apoio financeiro etc.); b) Resumos (português e inglês [Abstract]). Algumas revistas publicam resumos em espanhol (*Resumen*) e/ou francês (*Résumé*); c) Palavras-chave (português e inglês [Keywords]). Há revistas que publicam as palavras-chave em espanhol (*Palabras claves*) e/ou francês (*Mots-clés*); d) Tabelas; d) Figuras; e) Anexos; f) Agradecimentos.

Nota. Neste livro, no capítulo “Preparando um Artigo Científico”, são apresentadas informações detalhadas sobre os diversos elementos que compõem um artigo científico, e no capítulo “Normas para a Apresentação de Informações Estatísticas no Estilo Editorial APA”, são descritas informações que envolvem notações, expressões, tabelas e figuras em periódicos científicos.

• *Exemplos de citações no texto e referências*

Os exemplos devem ser baseados em normas nacionais ou internacionais, reconhecidas na área (por exemplo: APA, ABNT, entre outras).

Algumas revistas apresentam os exemplos mais comuns de citações no texto e referências e apontam para manuais *online* ou versões completas das normas no próprio *site* da revista. Exemplo:

Para outros exemplos recomendamos consultar os documentos “Citações no Texto (APA)” e “Normalização de Referências (APA)”, disponível em: http://www.ip.usp.br/biblioteca/biblioteca_produtos.htm

• *Forma de submissão*

A forma de submissão do manuscrito (*online*, *e-mail*, correio convencional) deve ser apresentada com clareza. Normalmente é mencionada nas “Instruções aos Autores” com o título: “Submissão do manuscrito” ou “Submissão *online*” ou “Passos da submissão eletrônica”. Exemplos:

Submissão do Manuscrito

O original deve ser encaminhado a [*Título e Subtítulo*, se houver, da revista], por correio eletrônico: [endereço eletrônico da revista] ou postagem convencional (...)

ou

Submissão *online*

A submissão do manuscrito deve ser efetuada pelo site da revista: [endereço eletrônico da revista].

Atualmente as revistas da área de Psicologia estão utilizando sistemas automatizados para o gerenciamento das atividades relativas à gestão editorial, como, por exemplo, *SciELO Publication System – Online Submission (Submission: SciELO)* ou Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).⁹

Esses sistemas agilizam o trabalho dos editores, pois todo o processo de gerenciamento da revista se torna transparente e controlado. Os sistemas são de fácil manuseio, e o autor pode acompanhar o percurso de seu trabalho até a decisão final sobre a sua publicação como artigo.

9 Mais informações sobre os sistemas: *Submission: SciELO*, <http://submission.scielo.br/>; SEER, <http://seer.ibict.br/>

• *Outras informações*

Algumas revistas, disponíveis nos formatos impresso e eletrônico, apresentam as “Instruções aos autores” de forma resumida na versão impressa e apontam o endereço do *site* da publicação para consulta na íntegra. Exemplos:

Instruções aos Autores

Logo no início – após o cabeçalho:

Versão na íntegra em: [endereço eletrônico da revista]

Ou no final das instruções:

Maiores informações sobre linha editorial, formas de apresentação, submissão, procedimentos de avaliação e processo de julgamento do manuscrito e exemplos de citações e referências podem ser obtidas no site da revista: [endereço eletrônico da revista]

ou

A versão na íntegra das “Instruções aos Autores” está disponível no site da revista: [endereço eletrônico da revista]

• *Processo de julgamento do manuscrito*

A revista deve declarar o caminho que o manuscrito irá percorrer até a publicação do artigo, ou seja, desde a sua submissão até a aceitação final ou rejeição do original.

Com base nas “Instruções aos Autores” das revistas *Psicologia: Reflexão e Crítica* e *Psicologia USP*, exemplificamos, a seguir, esse procedimento. Lembramos que cada revista segue um critério e tem suas especificidades, assim, o exemplo citado é apresentado com o objetivo de oferecer diretrizes às revistas quando da elaboração de seu processo.

Os manuscritos recebidos pela revista [*Título da Revista*] que estiverem de acordo com as “Instruções aos Autores” da revista e que condizem com a sua política editorial serão encaminhados pelo editor aos consultores para avaliação.

Os avaliadores serão escolhidos pela Comissão Editorial da revista e poderão recomendar ao editor: a aceitação sem sugestões de modificações, aceitação condicional a recomendações, ou a recusa do manuscrito. A identidade dos avaliadores não será informada aos autores dos originais.

Os autores terão acesso às cópias na íntegra dos pareceres dos avaliadores e o texto encaminhado aos avaliadores não terá identificação da autoria.

A decisão final acerca da publicação ou não do manuscrito será sempre do editor. A Comissão Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações no texto. Antes de enviar os manuscritos para impressão final a Comissão Editorial da revista enviará uma prova para a última revisão dos autores, que deverá ser feita em seis dias úteis e devolvida à revista. O manuscrito será publicado conforme a prova se o autor não devolver o original no prazo estipulado.

No último número de cada volume da revista serão publicados os nomes dos consultores que realizaram a avaliação dos artigos daquele ano, sem especificar quais textos foram analisados individualmente.

Quando da publicação impressa, os autores receberão dois exemplares do número. Os autores poderão também obter cópias *online* nas páginas do SciELO e PePSIC.

Fluxograma

Algumas revistas apresentam o “Fluxograma de publicação”. A palavra “Fluxograma” de acordo com Ferreira (1999) significa “representação gráfica, por meio de símbolos geométricos, da solução algorítmica de um problema” (p. 919).

De modo geral, entendemos o “Fluxograma” como uma “representação esquemática de um processo, muitas vezes feito através de gráficos que ilustram de forma descomplicada a transição de informações entre os elementos que o compõem”. Na prática, podemos entendê-lo “como a documentação dos passos necessários para a execução de um processo qualquer” (Fluxograma, n.d.).

A apresentação do fluxograma deixa transparente o processo e demonstra a organização da publicação.

Relação dos Consultores

O termo “Consultor”, do latim *Consultare*, de acordo com Ferreira (1999), significa “aquele que dá pareceres acerca de assuntos da sua especialidade” (p. 537). No meio acadêmico, os chamados “Consultores externos”, também conhecidos como “Consultores *ad hoc*”, de acordo com LoBianco et al. (2002), são os pareceristas ou árbitros externos ao Conselho Editorial consultados para analisar os originais recebidos pela revista.

Um periódico científico deve publicar pelo menos uma vez ao ano a relação completa dos pareceristas que colaboraram durante o processo editorial. Normalmente, a nominata é apresentada no último fascículo do volume, com os nomes completos dos pesquisadores seguidos das indicações das instituições as quais são vinculados. Não existe um lugar específico para impressão da lista de consultores. Algumas revistas a publicam como um elemento pré-textual, antes do sumário, outras no final do fascículo, antes das instruções aos autores.

Geralmente, a nominata é encabeçada pelos títulos: “Consultores *ad hoc*”, “Relação de Consultores”, “Nominata dos Consultores (2007)”, “Consultores Externos”, “Consultores *ad hoc* – 2008”.

Carta de apresentação do manuscrito

Algumas revistas apresentam após as “normas editoriais” um modelo de carta de submissão do manuscrito (veja Anexo J).

Outras informações

Outros tipos de informações podem ser arroladas em um periódico científico, por exemplo:

- sumários de edições anteriores;
- propagandas com ilustrações: *site* da revista, SciELO, PePSIC;
- resumos de dissertações e/ou teses defendidas na instituição, ente outros.

Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão Anual de uma revista deve ser publicado no primeiro fascículo de cada ano, com informações referentes ao ano anterior da publicação. Deve ser apresentado em folha separada no final do periódico. Normalmente é apresentado após as Instruções aos Autores, encabeçado por um título, por exemplo: Relatório de Gestão 2007.

De acordo com os requisitos presentes na *Ficha de Avaliação de Revistas Científicas em Psicologia* (Comissão Editorial CAPES/ANPEPP, 2007-2008), o relatório deve conter os seguintes itens:

- linha editorial;
- as quantidades de artigos submetidos, rejeitados e aceitos para publicação;

- o intervalo médio entre o recebimento, aprovação e publicação de um original;
- a distribuição da revista no Brasil e no exterior (assinaturas, permutas e doações).

Nota. Os dados numéricos podem ser apresentados em tabelas e/ou gráficos.

Apesar da não obrigatoriedade da publicação do relatório, as comissões de avaliação, agências de fomento e algumas bases de dados solicitam o relatório de gestão para fins de avaliação do periódico.

Formulário de assinatura

No final da revista, de preferência na última página, podemos acrescentar o formulário de assinatura com informações completas sobre a forma de aquisição da revista.

■ 1.3 Projeto Gráfico

De acordo com a ABNT (2003a, p. 6), o “projeto gráfico é de responsabilidade do(a) editor(a) da publicação” e compreende:

- a) formato (escolha das dimensões largura/altura da publicação) e a definição da parte impressa da página (mancha gráfica);
- b) composição (parte tipográfica da publicação);
- c) especificação do papel e uso de cores e ilustrações;
- d) técnica de impressão;
- e) acabamento (colagem de cadernos impressos na capa e na lombada, encadernação);
- f) tiragem.

■ 1.4 Da Preparação à Publicação: Recomendações

Com base nos diversos aspectos apontados ao longo deste capítulo e de acordo com as recomendações de LoBianco et al. (2002) e da Comissão Editorial CAPES/ANPEPP (2007-2008), relacionamos alguns pontos relevantes que os editores devem considerar na preparação de uma revista científica:

Recomendações para os volumes/fascículos

A revista científica deve:

- apresentar ISSN (versão impressa e/ou *online*, se for o caso), logo no primeiro número do volume;
- respeitar seu projeto gráfico;
- estar padronizada de acordo com as recomendações apresentadas nas “Normas Editoriais”;
- cumprir com a periodicidade proposta;
- manter regularidade, dentro da periodicidade proposta (não atrasar);
- divulgar e distribuir o periódico, através de assinaturas, doações e permutas, para instituições nacionais e estrangeiras;
- publicar a revista em formato eletrônico.

Precisa ter:

- diversidade geográfica dos membros do Conselho Editorial (instituições de várias UF's do país e estrangeiras);
- abrangência dos consultores externos;
- difusão eletrônica dos artigos (em *site* próprio, SciELO, PePSIC);
- indexação em bases de dados nacionais e internacionais;
- sumário em português e inglês;
- instruções completas aos autores, com exemplos de citações e referências.

Recomendações para as contribuições (artigos, relatos de experiências, resenhas)

As contribuições presentes em uma revista devem apresentar:

- diversidade institucional dos autores: interinstitucional, nacional e estrangeira;
- afiliação institucional dos autores;
- endereço completo dos autores, incluindo *e-mail*;
- normalização consistente (na apresentação do(s) autor(es), afiliação institucional, título, endereço do(s) autor(es), resumos, palavras-chave, citações no texto, tabelas, figuras, anexos, referências, agradecimentos);
- organização e normalização na sinalização do texto (por exemplo, na apresentação dos títulos: método, discussão, resultados etc., e subtítulos [se houver]: participantes, procedimentos. O artigo deve apresentar um sistema que reflita essa organização);
- data de recebimento e aceite do manuscrito. Algumas revistas colocam data de recebimento, data da primeira e segunda revisão (se houver) e data do aceite final.

59

■ 2 Revista de Divulgação

O periódico de divulgação científica também se preocupa com a ciência, porém de modo informativo e sem seguir as normas de apresentação do periódico científico discutidas nos itens anteriores. Esse tipo de publicação discute a ciência, porém de modo menos formal e estruturado.

Vale diferenciar o periódico de divulgação científica das revistas de grande circulação, ou seja, aquelas dirigidas tão somente à informação de consumo. Assim, como afirmam Sampaio, Sabadini e Linguanotto (2002, p. 188), “uma revista de divulgação pode publicar trabalhos de interesse científico, artigos sobre pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico, mas as informações são diluídas em sua forma de expressão e apresentação”. Nesse tipo de publicação, o foco é a divulgação e promoção, por isso aborda assuntos mais populares, polêmicos e de consumo que são dirigidos para o público em geral, não somente para a comunidade científica.

■ 3 Boletim de Sociedade Científica ou Informativo Profissional

O boletim, enquanto publicação de universidades e sociedades científicas, surgiu com o intuito de divulgar e promover as atividades e pesquisas desenvolvidas nessas instituições. Publica informações e notícias da entidade, pode ou não publicar artigos científicos, resenhas e outros tipos de trabalhos. Entretanto, seus objetivos são voltados para a entidade à qual é vinculado. Ob-

serva-se que muitos boletins, embora mantendo o nome “Boletim”, vêm aprimorando as formas de apresentação e o conteúdo, aproximando suas características das do periódico científico.

■ 4 Revista Eletrônica ou Digital

Revista Eletrônica, Revista Digital, Revista *Online*, Portal de Revistas são expressões amplamente utilizadas nos últimos anos. A mídia digital chegou e transformou a natureza da revista científica. O conhecimento que levava meses para ser transportado nas revistas impressas agora chega quase que imediatamente ao leitor, movido pela Internet. O novo substrato físico não mudou apenas a velocidade de transmissão, mas mudou a ordem de magnitude e reduziu sensivelmente os custos de sua produção, explicam Izquierdo, Izquierdo e Izquierdo (2008).

Podemos iniciar nossa discussão com relação às mudanças provocadas pela publicação de revistas no formato eletrônico falando sobre os custos de publicação. Pensando nas questões da produção, publicação e distribuição, os custos são intensamente reduzidos na versão eletrônica. Os meios eletrônicos de submissão, a geração de um único exemplar que pode ser acessado e replicado infinitas vezes e a democratização da entrega tornam a revista científica um produto de baixo custo. Vale lembrar que os custos de impressão e postagem são fatores que encarecem as publicações.

Uma vantagem adicional das edições eletrônicas é que permitem a disseminação de material incorporando um maior dinamismo e interatividade, como, por exemplo, análise de ressonância magnética baseada em imagens, vídeos de procedimentos cirúrgicos ou testes diagnósticos, animação de imagens 3D, visões parciais de grandes bases de dados e repositórios de imagens e sons (Izquierdo, Izquierdo, & Izquierdo, 2008).

Alertamos os editores de que o simples fato de transformar os arquivos da revista em formatos PDF (*Portable Document Format* – formato de documento portátil) e sua publicação em um *site* não confere à revista o caráter de publicação eletrônica. A revista eletrônica deve utilizar um sistema de publicação que lhe atribua muitas outras possibilidades, tais como sons, movimentos, interatividade, pesquisa em bases de dados, inclusão de testes, exames e diagnósticos, e permita a democratização do acesso ao conhecimento ali publicado. Para tanto, sugerimos que a publicação eletrônica de revistas científicas seja efetuada em plataformas reconhecidas e credenciadas no meio digital, como, por exemplo: SciELO, SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas), Redalyc.

Muniz Júnior e Ferreira (2005) explicam que a publicação eletrônica traz mudanças significativas no *modus operandi* da editoração de revistas científicas

Em outras palavras, essa alteração parece envolver diretamente uma transformação em aspectos do *habitus* profissional dos editores científicos. Isso porque a transposição dos métodos produtivos para o ambiente digital implica a revisão de diversos procedimentos, pondo em crise um conjunto de conhecimentos internalizados e utilizados automaticamente na produção do periódico impresso. (p. 8)

A transformação no fluxo de produção da revista veio para facilitar o trabalho do autor, editor, parecerista e demais profissionais envolvidos com a geração das revistas. Assim, é impossível prever os caminhos que a revista científica trilhará nos próximos anos. Sabemos, de antemão, que a revista, da forma como é publicada no formato impresso, precisa ser reconstruída no formato digital. Está surgindo um novo modelo, muito mais completo e dinâmico, que permite a cooperação a partir do intercâmbio de metadados, *links* com outras fontes de informação, estatísticas de uso, citações e fator de impacto. Os artigos devem ser estruturados para a alimentação de bases de dados, permitindo que a informação circule em várias fontes de informação ao mesmo tempo.

Portal de revistas é o nome dado a uma coleção de revistas organizada em um único espaço virtual, ou seja, acessível a partir de um mesmo ponto na Internet. O portal pode ser multidisciplinar, como o SciELO, temático como o PePSIC, ou institucional, como o Portal de Revistas da USP. A grande vantagem dos portais é permitir o acesso a várias publicações em um mesmo espaço e possibilitar a busca por assunto, autores em todos os títulos em uma mesma busca. Outro valor que os portais agregam é a possibilidade de geração de índices de citações e fator de impacto das revistas.

Neste livro, dedicamos um capítulo especial às publicações eletrônicas. Entretanto, sentimos a necessidade aqui de apresentar algumas orientações aos autores e editores quanto aos recursos para a publicação eletrônica. Sabemos que o que é novidade hoje amanhã poderá estar obsoleto. A revista eletrônica ainda está em fase embrionária de formação. Todavia vem se apresentando como uma revolução no registro e na comunicação do conhecimento.

Referências

- American Psychological Association. (2001a). *Manual de publicação da American Psychological Association* (4a ed., D. Bueno, trad.). Porto Alegre: ARTMED. (Tradução da 4a ed. de 1994)
- American Psychological Association. (2001b). *Publication manual of the American Psychological Association* (5th ed.). Washington, DC: Author.
- Associação Brasileira de Automação. (n.d.). *Preciso de código de barras*. São Paulo: GS1 Brasil. Recuperado em 09 de julho de 2008, de <http://www.gs1brasil.org.br/>
- Associação Brasileira de Direitos Autorais. (n.d.). *Respeite o direito autorai!* [Manual]. São Paulo: Autor.
- Associação Brasileira de Editores Científicos. (n.d.). *ABEC*. Recuperado em 19 de julho de 2008, de <http://www.liber.ufpe.br/abec/html/abec.htm/>
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1989a). *Abreviação de títulos de periódicos e publicações seriadas - NBR 6032*. Rio de Janeiro: Autor.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (1989b). *Norma para datar - NBR 5892*. Rio de Janeiro: Autor.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2002). *Informação e documentação - Referências - Elaboração - NBR 6023*. Rio de Janeiro: Autor.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003a). *Informação e documentação - Publicação periódica científica impressa - Apresentação - NBR 6021*. Rio de Janeiro: Autor.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003b). *Informação e documentação - Sumário - Apresentação - NBR 6027*. Rio de Janeiro: Autor.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2004). *Informação e documentação - Lombada - Apresentação - NBR 12225*. Rio de Janeiro: Autor.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2005). *Informação e documentação - Número Padrão Internacional para Publicação Seriada - ISSN - NBR 10525*. Rio de Janeiro: Autor.
- Comissão Editorial CAPES/ANPEPP. (2007-2008). *Ficha de Avaliação de Revistas Científicas em Psicologia. Critérios SciELO Brasil: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO Brasil* (Versão de outubro de 2004). (2004). Recuperado em 21 de novembro de 2007, de http://www.scielo.br/criteria/scielo_brasil_pt.html
- Fachin, G. R. B., & Hillesheim, A. I. A. (2006). *Periódico científico: padronização e organização*. Florianópolis: Ed. da UFSC.
- Ferreira, A. B. de H. (1999). *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (3a ed. rev. ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Ferreira, M. C. G., & Krzyzanowski, R. F. (2003). Periódicos científicos: critérios de qualidade. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, 17(Suplemento), 43-48.
- Fluxograma. (n.d.). In *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Recuperado em 29 de setembro de 2007, de <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fluxograma>
- Griebler, A. C. F., & Mattos, A. M. (2007). Novas tecnologias, novas mídias, velhas dificuldades: aprimorando a interface com o usuário para a escolha de bases de dados ou periódicos. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, (23), 73-87.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2000). *Normas e critérios de seleção de publicações seriadas para o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas - CCN*. Brasília, DF: Autor.
- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2005). *Produtos e Serviços: ISSN*. Recuperado em 19 de março de 2008, de <http://www.ibict.br>

- Instruções aos autores. (2008). *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Recuperado em 09 de outubro de 2008, de <http://www.scielo.br/revistas/prc/pinstruc.htm>
- Izquierdo, S. S., Izquierdo, L. R., & Izquierdo, J. M. (2008). Las publicaciones científicas ante la era digital: el caso de Neurocirugía. *Neurocirugía*, Murcia, 18(3). Recuperado em 07 de outubro de 2008, de http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1130-14732007000300001&lng=pt&nrm=iso
- LoBianco, A. C., Hutz, C. S., Bueno, J. L., Feitosa, M. A. G., Guedes, M. C., Yamamoto, O. H., Menandro, P. R. M., & Koller, S. H. (2002). *Manual 2001: instruções para o preenchimento da ficha de avaliação de periódicos científicos em psicologia elaborada pela ANPEPP – CAPES (Versão 2002)*. Recuperado em 21 de novembro de 2005, de <http://www.anpepp.org.br>
- Miranda, D. B., & Pereira, M. N. F. (1996). O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. *Ciência da Informação*, 25(3), 375-382.
- Muniz Júnior, J. S., & Ferreira, S. M. S. P. (2005). A alteração de práticas de editoração científica tradicionais promovidas pelas ferramentas de publicação eletrônica – um novo *habitus* profissional? In *Anais, XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Universidade Estadual Paulista.
- Oliveira, E. B. P. M. (2006). *Uso de periódicos científicos eletrônicos por docentes e pós-graduandos do Instituto de Geociências da USP*. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Orientação editorial e normas para publicação. (2008). *Psicologia USP*, 19(1), 101-108.
- Sampaio, M. I. C. (2008). Citações a periódicos na produção científica de psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(3), 452-465.
- Sampaio, M. I. C., Sabadini, A. A. Z. P., & Linguanotto, A. R. J. (2002). Periódicos científicos: características e exigências. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, 10(18), 184-200.
- Santos, A. A. A., Sabadini, A. A. Z. P., Trzesniak, P., & Moreira, S. R. G. (2006). *Estatuto da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP)* (A. Macedo Perez e P. Trzesniak, Rev.). São Paulo: ABECiP. Recuperado em 19 de setembro de 2007, de http://www.bvs-psi.org.br/EstatutoABECiP_oficial.doc
- Secaf, V. (2004). *Artigo científico: do desafio à conquista* (3a ed.). São Paulo: Green Forest do Brasil.
- Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo. (1990). *Publicações seriadas: normas para descrição de títulos e coleções para cadastramento no banco de dados bibliográficos da USP* (Série Manual de Procedimentos SIBi, n. 8). São Paulo: Autor.
- Valério, P. M. (2005). *Curso de atualização sobre avaliação do trabalho científico*. Recuperado em 25 de setembro de 2005, de <http://www.Incc.br/abec/eventos.php>
- Wieers, L. (1994). A vision on the library of the future. In H. Geleijnse & C. Grootaers (Eds.), *Development the library of the future: The Tiburg experience* (pp. 1-11). Tiburg: Tiburg University.

Anexo A - Tipos de periodicidade¹

TIPOS DE PERIODICIDADE	FORMA ABREVIADA	PERIODICIDADE DA PUBLICAÇÃO	NÚMEROS PUBLICADOS	EXEMPLOS: INDICAÇÃO DA PERIODICIDADE	EXEMPLOS: FORMA ABREVIADA
Diária	D.	Uma vez por dia	360 números por ano	Dia: 5 de março de 2005	Dia: 5 de mar. de 2005
Bissemanal	Bis.	Duas vezes por semana	96 números por ano	Semana: 1 a 3 de agosto de 2005 4 a 7 de agosto de 2005 e assim por diante	Semana: 1 a 3 de ago. de 2005 4 a 7 de ago. de 2005 e assim por diante
Semanal	Sem.	Uma vez por semana	48 números por ano	Semana: (2ª a domingo) 7 a 13 de novembro de 2005	Semana (2ª a domingo) 7 a 13 de nov. de 2005
Bimensal ou Quinzenal	Bimens. ou Quinz.	Duas vezes por mês	24 números por ano	Quinzena: 1 a 15 de agosto de 2005 16 a 31 de agosto de 2005	Quinzena: 1 a 15 de ago. de 2005 16 a 31 de ago. de 2005
Mensal	Mens.	Uma vez por mês	12 números por ano	Mês: janeiro fevereiro março etc.	Mês: jan. fev. mar. etc.
Bimestral	Bimest.	A cada dois meses	6 números por ano	Meses / Período: janeiro / fevereiro março / abril maio / junho julho / agosto setembro / outubro novembro / dezembro	Meses / Período: jan. / fev. mar. / abr. maio / jun. jul. / ago. set. / out. nov. / dez.
Trimestral	Trim.	A cada três meses	4 números por ano	Meses / Período: janeiro / março abril / junho julho / setembro outubro / dezembro	Meses / Período: jan. / mar. abr. / jun. jul. / set. out. / dez.
Quadrimestral	Quadrim.	A cada quatro meses	3 números por ano	Meses / Período: janeiro / abril maio / agosto setembro / dezembro	Meses / Período: jan. / abr. maio / ago. set. / dez.
Semestral	Semest.	A cada seis meses	2 números por ano	Meses / Período: janeiro / junho julho / dezembro	Meses / Período: jan. / jun. jul. / dez.

1 Informações extraídas das publicações: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 1989a); Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi, 1990, p. 53).

Documentação necessária para solicitação do ISSN¹

Para publicações impressas já em circulação

- Formulário de solicitação de código ISSN devidamente preenchido;
- Cópia do depósito bancário;
- Exemplar do primeiro número da publicação e do número mais recente, ou cópia das seguintes partes: 1) Capa; 2) Folha de rosto (se houver); 3) Expediente; 4) Sumário (se houver); 5) Editorial (se houver).

Para lançamentos de publicações impressas

- Formulário de solicitação de código ISSN devidamente preenchido;
- Cópia do depósito bancário;
- Boneco definitivo (sem emendas ou rasuras) das seguintes partes do primeiro número da publicação: 1) Capa; 2) Folha de rosto (se houver); 3) Expediente; 4) Sumário (se houver); 5) Editorial (se houver).

Para publicações *online*

- Formulário de solicitação de código ISSN devidamente preenchido;
- Impressão das primeiras telas onde o título e a designação numérica e/ou cronológica apareçam;
- Impressão das telas de expediente e sumário;
- Cópia do depósito bancário.

Obs.: O código ISSN somente será atribuído a publicações *online* que já estejam disponíveis na Internet.

Para publicações em CD-ROM ou DVD

- Formulário de solicitação de código ISSN devidamente preenchido;
- Capa do CD-ROM ou DVD (prova definitiva);
- Rótulo do CD-ROM ou etiqueta do disquete (prova definitiva);
- Impressão da tela de abertura da publicação no CD-ROM ou disquete;
- Cópia do depósito bancário.

A documentação necessária para solicitação do ISSN, o formulário para solicitação de código ISSN devidamente preenchido, bem como o comprovante do depósito bancário no valor apropriado deverão ser encaminhados via correio para:

Endereço: Centro Brasileiro do ISSN / IBICT
SAS - Quadra 5 - Lote 6 - Bloco "H" - Sala 213
CEP: 70070-912 - Brasília/DF

O formulário de solicitação de código ISSN e os procedimentos e valores das taxas administrativas podem ser adquiridos na página do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em Produtos e Serviços, no endereço: www.ibict.br.

¹ Informações retiradas do site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), www.ibict.br, em 09 de janeiro de 2008.

Anexo C – Elementos da primeira capa do periódico científico

66

Logomarca da Editora responsável pela publicação [se houver]	ISSN XXXX-XXXX [Em algarismos arábicos]
	Volume, Número, mês e ano [Em algarismos arábicos e mês por extenso Ex.: Volume 1, Número 2, janeiro/março, 2007]
TÍTULO E SUBTÍTULO DA PUBLICAÇÃO [por extenso]	
	Nome do órgão editor responsável [por extenso]

ou

Nome do órgão editor responsável	ISSN XXXX-XXXX	
Título e Subtítulo da Publicação		
Volume 1	Número 2	janeiro/março 2007

ou

	ISSN XXXX-XXXX
<i>Título e Subtítulo da Publicação</i>	
VOLUME 1 - NÚMERO 2 janeiro/março - 2007	
	Editor [Nome completo do editor] Informação opcional
	Editores Associados [Nome completo dos editores associados] Informação opcional
Nome do órgão editor responsável	

Notas. 1) A disposição dos elementos: logomarca da editora responsável (se houver); título e subtítulo (se houver) da publicação por extenso; volume; número do fascículo; data de publicação, incluindo mês, por extenso, o ano em algarismos arábicos e o nome do órgão editor responsável (entidade), assim como sua forma de apresentação (maiúscula, minúscula, negrito, itálico etc.) fica a critério do editor, com exceção do código ISSN, que deve ser apresentado no canto superior direito. 2) A apresentação do(s) editor(es) na primeira capa da revista não é um procedimento comum nos periódicos nacionais, já as revistas editadas pela *American Psychological Association* (APA) apresentam em todos os números o(s) editor(es). 3) O uso de ilustrações na primeira capa é comum nas revistas nacionais, mas ressaltamos que segundo recomendações da própria ABNT (2003), a legibilidade desses elementos não pode nunca ser prejudicada pelo uso de imagens.

Anexo D - Abreviatura dos meses¹

Português		Espanhol		Italiano	
janeiro	jan.	enero	enero	gennaio	genn.
fevereiro	fev.	febrero	feb.	febbraio	febbr.
março	mar.	marzo	marzo	marzo	mar.
abril	abr.	abril	abr.	aprile	apr.
maio	maio	mayo	mayo	maggio	magg.
junho	jun.	junio	jun.	giugno	giugno
julho	jul.	julio	jul.	luglio	luglio
agosto	ago.	agosto	ago.	agosto	ag.
setembro	set.	septiembre	sept.	settembre	sett.
outubro	out.	octubre	oct.	ottobre	ott.
novembro	nov.	noviembre	nov.	novembre	nov.
dezembro	dez.	diciembre	dic.	dicembre	dic.
Francês		Inglês		Alemão	
janvier	janv.	January	Jan.	Januar	Jan.
février	févr.	February	Feb.	Februar	Feb.
mars	mars	March	Mar.	März	März
avril	avril	April	Apr.	April	Apr.
mai	mai	May	May	Mai	Mai
juin	juin	June	June	Juni	Juni
juillet	juil.	July	July	Juli	Juli
août	août	August	Aug.	August	Aug.
septembre	sept.	September	Sept.	September	Sept
octobre	oct.	October	Oct.	Oktober	Okt.
novembre	nov.	November	Nov.	November	Nov.
décembre	déc.	December	Dec.	Dezember	Dez.

¹ Extraído de Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2002, Anexo A, p. 22).

Anexo E - Elementos da primeira capa do periódico científico com indicação do título do número especial e do editor convidado

Logomarca da Editora responsável pela publicação [se houver]	ISSN [Em algarismos arábicos]
	Volume, Número, mês e ano [Em algarismos arábicos e mês por extenso Ex.: Volume 3, Número 2, janeiro/junho, 2005]
TÍTULO E SUBTÍTULO DA PUBLICAÇÃO [por extenso]	
Editor [Nome completo do editor] Informação opcional	
Título do número especial [por extenso]	
Editor Convidado [Nome completo do editor convidado]	
Nome do órgão editor responsável [por extenso]	

ou

	ISSN [Em algarismos arábicos]
<i>Título e subtítulo da publicação</i> [por extenso]	
Título do número especial [por extenso]	
Editor Convidado [Nome completo do editor convidado]	
Volume 3, Número 2, janeiro/junho, 2005	
Nome do órgão editor responsável [por extenso]	

Notas. A disposição dos elementos: logomarca da editora responsável (se houver); título e subtítulo (se houver) da publicação por extenso; volume; número do fascículo; data de publicação, incluindo mês, por extenso, o ano em algarismos arábicos e o nome do órgão editor responsável (entidade), assim como sua forma de apresentação (maiúscula, minúscula, negrito, itálico etc.) fica a critério do editor, com exceção do código ISSN, que deve ser apresentado no canto superior direito. 2) A apresentação do(s) editor(es) na primeira capa da revista não é um procedimento comum nos periódicos nacionais, já as revistas editadas pela *American Psychological Association* (APA) apresentam em todos os números o(s) editor(es). 3) O uso de ilustrações na primeira capa é comum nas revistas nacionais, mas ressaltamos que segundo recomendações da própria ABNT (2003), a legibilidade desses elementos não pode nunca ser prejudicada pelo uso de imagens.

Anexo F - Elementos da segunda capa do periódico científico editado por uma universidade

<i>Título e Subtítulo [se houver]</i>	
Revista trimestral do [nome completo da instituição] Volume 19, Número 1, janeiro/março de 2008	
ISSN XXXX-XXXX (versão impressa) ISSN XXXX-XXXX (versão eletrônica)	
Nome da Universidade Reitor: [nome completo] Vice-reitor: [nome completo]	<i>Título da Revista</i> é uma publicação quadrimestral da [nome da instituição por extenso] e tem como objetivo publicar... Publica: relatos de pesquisa, artigos de revisão, relatos de experiências, resenhas, entrevistas, comunicações breves...
Nome da Instituição Diretor: [nome completo] Vice-diretor: [nome completo]	Indexadores LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, www.bireme.com) PsycINFO (American Psychological Association, www.apa.org) SciELO (Scientific Electronic Library Online, www.scielo.br)
Editor Geral Nome completo	
Editor(es) Associado(s) Nome(s) completo(s) e instituição	
Editor Executivo Nome completo	Filiações ABEC (Associação Brasileira de Editores Científicos) ABECiP (Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia)
Comissão Editorial Nomes completos dos membros e instituição	Qualis Psicologia 2009: A2
Conselho Editorial Nomes completos dos membros e instituição	Título abreviado da revista:
Secretaria Nome(s) completo(s)	Instruções para submissão em: [endereço do site]
Editoração Nome(s) completo(s)	<i>Título da Revista</i> realiza doações para as Bibliotecas da ReBAP (Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia, www.bvs-psi.org.br/rebap)
Revisão Nome(s) completo(s)	Endereço para correspondência:
Bibliotecário(s) Nome(s) completo(s)	E-mail:
Diagramação Nome(s) completo(s)	Tiragem: 500 exemplares
Projeto gráfico Nome(s) completo(s)	Impressão: março de 2008
	Apoio financeiro:
© Direitos Autorais e autorização de reprodução Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados pertencem à <i>Título da Revista</i> . A reprodução total ou parcial...	Ficha Catalográfica

Nota. A disposição dos elementos, assim como suas designações (por exemplo, indexadores em vez de indexação) e destaques tipográficos (negrito, itálico, letras maiúsculas), fica a critério do editor.

Anexo G - Lombada

Título da Revista Volume 1, Número 1, pp. 1-179, janeiro/junho, 2008

Vol. 1, N. 1, pp. 1-179 TÍTULO DA REVISTA janeiro/junho 2008

Vol. 1, N. 1, pp. 1-179, jan./jun., 2008 Título da Revista "Logo"

Volume 1 Número 1 janeiro/junho 2008 Título da Revista pp. 1-179

Anexo H - Sumário

Sumário	
Editorial	7
Artigos originais	
Título do artigo Autor(es)	9
Título do artigo Autor(es)	16
Resenha	
Título Autor(es)	87
Instruções aos autores	94

Sumário	
Editorial	7-8
Artigos originais	
Título do artigo / Autor(es)	9-15
Título do artigo / Autor(es)	16-29
Artigos de revisão	
Título do artigo / Autor(es)	63-71
Comunicação breve	
Título / Autor(es)	73-75

Contents	
Editorial	7
Original articles	
Title Author(s)	9

Sumário/Contents	
Editorial	7
Artigos originais/Original articles	
Título do artigo/Title Autor(es)	9
Título do artigo/Title Autor(es)	16

Anexo I - Errata

Errata

Título da Revista, 10(2), 2008.

Artigo: O resgate do vínculo mãe-bebê

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
21	15	adaptados, pequenos, confinados	adaptados, pequenos
25	7	relatados envolveram	relatados envolveu

Errata

Título da Revista, 10(2), 2008.

Sumário

Onde se lê:

Aparecida Angélica Z. Paulovic Sabadini - Universidade Federal de Uberlândia

Leia-se:

Aparecida Angélica Z. Paulovic Sabadini - Universidade de São Paulo

Errata

Título da Revista, 10(2), 2008.

Deve ser acrescentado ao elenco do Corpo Editorial o nome de [acrescentar o nome completo do membro do Corpo Editorial que foi omitido e instituição], a quem pedimos desculpas pelo inconveniente.

Anexo J - Modelo de Carta de Submissão

Local e data

Prezado Editor (Nome do editor)

Encaminho(amos) o manuscrito intitulado [“Título do Trabalho”] para apreciação e possível publicação na revista [*Título da Revista*]. O presente trabalho (citar a relevância do trabalho, dentro do escopo da revista).

Declaro(amos) que o presente manuscrito não foi publicado nem está sendo considerado para publicação em outra revista científica e seguiu rigorosamente os procedimentos éticos da pesquisa e publicação.

Atenciosamente,
Nome(s) do(s) autor(es)
Assinatura(s)

73

Algumas revistas optam por solicitar aos autores a transferência de direitos autorais juntamente com a carta de apresentação:

Local e data

Prezado Editor (Nome do editor)

Encaminho(amos) o manuscrito intitulado [“Título do Trabalho”] para apreciação e possível publicação na revista [*Título da Revista*]. O presente trabalho (citar a relevância do trabalho, dentro do escopo da revista).

Declaro(amos) que o presente manuscrito não foi publicado nem está sendo considerado para publicação em outra revista científica e seguiu rigorosamente os procedimentos éticos da pesquisa e publicação.

Considerando a aceitação do trabalho, transfiro(erimos) para a revista (*Título da Revista*) todos os direitos autorais do artigo.

Atenciosamente,
Nome(s) do(s) autor(es)
Assinatura(s)

Capítulo 3

O Movimento de Acesso Aberto, os Repositórios e as Revistas Científicas

Maria Imaculada Cardoso Sampaio
André Serradas

É desnecessário discutir o impacto causado pelo surgimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em nossas vidas. A ideia inovadora é considerar a *web*, não como uma ferramenta de edição *online*, e sim como uma rede de construção do conhecimento compartilhado (López, 2005). Uma infraestrutura global que transforme totalmente os meios de comunicação entre os membros de uma comunidade científica, formando uma rede de colaboradores capaz de gerar conhecimento de forma colaborativa e cooperativa, como é o caso da *Wikipédia*.

Segundo Pulino Filho (2006), “Um *wiki* é uma coleção de documentos criados de forma coletiva no ambiente da Internet” (p. 3, grifo nosso). Um autor começa a escrever um texto em uma página *web* (*wiki*) e outros colaboradores podem ir acrescentando outras páginas (*wikis*), a partir de *links* com o texto original. Essa é a parte técnica da construção do conhecimento a partir do uso intenso das TICs. A parte filosófica, e que realmente poderá provocar mudanças dramáticas no *modus operandi* como o conhecimento científico vem sendo gerado e publicado, é o foco da discussão neste capítulo. O tema em questão, que ganha relevância e vem se firmando como modelo filosófico e político para publicações científicas na atualidade, é o Movimento de Acesso Aberto (*Open Access Movement*).

■ 1 Movimento de Acesso Aberto (OA)

O Movimento de Acesso Aberto (OA) vem somar ao modelo tradicional de comunicação científica, porém com as facilidades que as TICs proporcionam. Interoperabilidade, ou seja, compatibilidade para intercâmbio de dados, preservação em longo prazo e acesso universal à informação são princípios que o Movimento defende (Silió, 2005). O Movimento também se apresenta como uma reação ao modelo atual de negócio das editoras comerciais. O preço elevado das assinaturas das revistas, a imposição de aquisição por pacotes, a falta de remuneração para os editores, autores e consultores *ad hoc* são algumas das razões para a insatisfação da comunidade científica.

Além disso, as universidades tornaram-se produtoras e consumidoras da mesma informação, pagando, pelo menos, três vezes na geração do conhecimento: 1) no momento da pesquisa, ao pagar o salário do pesquisador; 2) para publicar, pois várias revistas cobram do autor para publicar seu artigo; 3) para adquirir as revistas, muitas vezes através de assinaturas superfaturadas que inviabilizam a manutenção das coleções nas bibliotecas.

A fundamentação do Movimento encontra respaldo em declarações que orientam as iniciativas em andamento. Pohl (2003) e Sarmiento, Miranda, Baptista e Ramos (2005) resumem algumas das mais reconhecidas.

■ 1.1 Declaração de Budapeste (Budapest Open Access Initiative - 2002)

Por acesso aberto à literatura científica entende-se sua disponibilização gratuita na Internet, para que qualquer usuário possa ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos; processá-lo para indexação, utilizá-lo como dados de entrada de programas para *softwares*, ou usá-lo para qualquer outro propósito legal, sem barreira financeira, legal ou técnica. A única restrição é sobre a reprodução e distribuição, e o único papel do copirraite é garantir aos autores o controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito à propriedade intelectual e de citação.

■ 1.2 Declaração de Bethesda (2003)

Os autores e detentores dos direitos de autor concedem a todos os utilizadores o direito de acesso gratuito, irrevogável, mundial e perpétuo, dando licença para copiar, utilizar, distribuir, transmitir e exibir o trabalho publicamente. Realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital e com qualquer propósito responsável, sujeito à correta atribuição de autoria, bem como o direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para seu uso pessoal também são princípios de declaração. Depósito imediato após a publicação em um repositório de acesso livre, vinculado às instituições acadêmicas, sociedades científicas ou agências governamentais, comprometidas com o arquivamento em longo prazo, promoção do acesso aberto e a interoperabilidade complementam o desejo da comunidade.

■ 1.3 Declaração de Berlim (2003)

A declaração de Berlim está de acordo com as declarações de Budapeste e Bethesda e enfatiza o papel que as universidades, agências de fomento, bibliotecas, museus e arquivos precisam levar em consideração para garantir a efetiva concretização do que recomenda as declarações anteriores.

O Brasil também levantou a bandeira do acesso aberto, e a comunidade científica saiu em luta desse caminho para a visibilidade do conhecimento gerado no país. Além de promover a

visibilidade necessária ao conhecimento, o acesso aberto à informação surgiu como um meio para melhorar as condições de vida das populações dos países em desenvolvimento.

■ 1.4 Declaração de Salvador sobre Acesso Aberto: a Perspectiva dos Países em Desenvolvimento (2005)

Os participantes do *International Seminar on Open Access* – evento paralelo do 9º Congresso Mundial de Informação em Saúde e Bibliotecas e 7º Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde – realizado em Salvador, em setembro de 2005, entenderam que o “Acesso Aberto significa acesso e uso irrestrito da informação científica. Tem recebido apoio crescente em âmbito mundial e é considerado com entusiasmo e grande expectativa nos países em desenvolvimento” (Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto, 2005).

O Movimento promove a equidade e poderá aumentar a capacidade dos cientistas e acadêmicos em acessar e contribuir para a ciência mundial. Além disso, os congressistas reafirmaram os princípios das declarações anteriores e enfatizaram que “a circulação da informação científica nos países em desenvolvimento tem sido limitada por inúmeras barreiras, incluindo modelos econômicos, infraestrutura, políticas, idioma e cultura (Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto, 2005).

77

■ 1.5 Declaração de Florianópolis (2006)

Pesquisadores brasileiros da área de Psicologia, durante o XI Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP, <http://www.anpepp.org.br>), em maio de 2006, declararam o apoio ao movimento mundial de acesso aberto. A convocatória é para a comunidade científica publicar os resultados de suas pesquisas em repositórios e revistas de livre acesso, tornando pública a orientação do psicólogo brasileiro com relação ao acesso aberto.

■ 1.6 Declaração de Cuba (2007)

Em acordo com as declarações de apoio ao acesso aberto à literatura científica de Budapeste (2002), Bethesda e Berlim (2003), Salvador (2005) e Florianópolis (2006), a Declaração de Cuba reitera que os autores devem disponibilizar o conhecimento gratuitamente na Internet, para que qualquer usuário possa ler, copiar, distribuir, imprimir, referenciar, indexar, processar os metadados, ou utilizar para fins de investigação ou estudos o texto integral dos documentos. Sem barreiras financeiras, legais ou técnicas, além do indispensável para a obtenção do acesso à Internet.

Enfatizando que a única restrição com relação a publicar o conhecimento em acesso aberto deveria ser a garantia aos autores do controle sobre a integridade de seu trabalho e o direito à propriedade intelectual e citações, os participantes do II Congresso da União Latino-Americana das Entidades de Psicologia (ULAPSI), reunidos em Cuba, no ano de 2007, declararam o apoio ao Movimento e alertaram para o perigo da exclusão informacional, que é a mais perversa e constitui um dos piores tipos de exclusão à qual uma sociedade pode ser submetida. A Declaração conclama a comunidade científica a publicar os resultados de suas pesquisas em repositórios institucionais e nas bibliotecas virtuais de acesso aberto. No caso da Psicologia latino-americana, a produção técnico-científica poderá ser publicada na Biblioteca Virtual da União Latino-Americana das Entidades de Psicologia (BVS ULAPSI, <http://www.psicolatina.org>).

As declarações refletem os fundamentos políticos e econômicos do Movimento e reafirmam a intenção da comunidade científica em romper com o modelo vigente de publicação, que enriquece as editoras comerciais e pouco favorece o cidadão. É o cidadão que vem arcando com grande parte dos custos da geração do conhecimento e, quase nunca, tem acesso ao conhecimento que contribuiu para ser criado.

Craveiro, Machado e Ortellado (2008) orientam que o Estado é o grande financiador da pesquisa científica, da educação e da cultura no Brasil e os recursos vêm diretamente do contribuinte e explicam que

desde a década de 1960, o Estado estabeleceu uma política de imunidade tributária à indústria do livro, tendo deixado de recolher, apenas no ano de 2007, cerca de 1 bilhão de reais em tributos como ICMS, Imposto de Importação, Imposto sobre Serviço, PIS e COFINS/PASEP. Destinados a estimular e promover a educação e a cultura, esses incentivos cumprem muito parcialmente o seu objetivo. As restritas exceções e limitações de nossa lei de direitos autorais e a ausência de políticas para o licenciamento livre de conteúdos financiados com recursos públicos têm criado barreiras ao acesso público à informação. (p. 8)

78

Retirar o conhecimento das estantes das bibliotecas das regiões privilegiadas do país, onde está restrito a uma pequena parcela da população e protegido pelo fantasma do direito autoral, tornando a informação um bem público, parece ser um grande passo rumo ao desenvolvimento nacional.

■ 2 Open Archives Initiative (OAI)

Um dos fundamentos tecnológicos do Acesso Aberto é a Iniciativa de Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative* [OAI]).

A Iniciativa de Arquivos Abertos tem como principais preocupações a interoperabilidade (ou compatibilidade) entre sistemas, ou arquivos, e sua preservação em longo prazo. Nesse movimento identificamos três elementos essenciais:

- os provedores de dados que disponibilizam informações estruturadas de acordo com metadados padronizados e reconhecidos internacionalmente, como por exemplo o *Dublin Core* (<http://dublincore.org/>);
- os provedores de serviços que fundamentalmente recolhem informações de diversos provedores de dados para construir serviços de busca mais refinados e completos;
- o OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*), uma linguagem baseada em http e xml, criada para a extração normalizada de metadados e seu intercâmbio entre os diversos provedores.

■ 2.1 Linha do Tempo das Iniciativas em Acesso Aberto

- 1991 - ArXiv (<http://arxiv.org/>);
- 1996 - RePEc (*Research Papers for Economics*, <http://repec.org/>);
- 1997 - CogPrints (*Cognitive Sciences Eprint Archive*, <http://cogprints.or/>);
- 1998 - SciELO (*Scientific Electronic Library Online*, <http://www.scielo.org/>);
- 2000 - PloS (*Public Library of Science*, <http://www.plos.org/>);
- 2002 - Red Alyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*, <http://redalyc.uaemex.mx/>);

- 2003 - DOAJ (*Directory of Open Access Journals*, <http://www.doaj.org/home>);
- 2005 - PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia, <http://pepsic.bvs-psi.org.br/>).

■ 3 Vertentes do Acesso Aberto

O Movimento de Acesso Aberto promove a ampla disponibilização e distribuição da informação científica publicada sob duas vertentes: em revistas de acesso aberto (*Open Access Journals*), conhecida como *Gold Road*, ou em repositórios institucionais ou temáticos, conhecida como *Green Road*.

Explica López (2005) que a denominada literatura cinzenta não dispunha de canais de difusão e uso comparável à sua importância. Os trabalhos apresentados em congressos e as teses permaneciam nas estantes das bibliotecas dos cursos e, com exceção dos catálogos locais e dos serviços de comutação, o acesso era restrito e limitado. Uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado possui todos os requisitos de um trabalho científico. Entretanto, apesar de todo esforço empregado pelo autor na construção do trabalho, poucas pessoas se beneficiam do conteúdo ali publicado. Os repositórios institucionais (via verde da comunicação científica) vieram para mudar esse quadro.

79

■ 3.1 Repositórios Institucionais e Temáticos (Green Road)

Café et al. (2008, citados por Gomes, 2008) explicam que “o conteúdo de um repositório institucional é bastante heterogêneo, tanto no que diz respeito à tipologia dos documentos como com relação à multidisciplinaridade” (p. 9). Os documentos intelectuais são produzidos por técnicos, pesquisadores e estudantes, tais como:

- teses, monografias e dissertações;
- trabalhos de conclusão de cursos (TCCs);
- *postprints e preprints*;
- *working papers*;
- relatórios técnicos;
- comunicações de conferências e congressos;
- materiais didáticos;
- relatórios de projetos de investigação;
- folhas informativas ou boletins de departamentos, centros de investigação ou laboratórios;
- trabalhos dos alunos.

Os repositórios têm como função armazenar, preservar e divulgar os documentos gerados pela comunidade científica. Podemos destacar como objetivos específicos dos repositórios: a) dar acesso a documentos gerados pelas instituições de ensino e pesquisa; b) proporcionar a criação de indicadores de produção científica; c) contribuir com o registro e a preservação da memória técnico-científica nacional.

O uso dos *softwares* livres que suportam os repositórios trazem vantagens para os desenvolvedores e usuários desses sistemas, como destaca Gomes (2008):

- como o código-fonte é aberto, o sistema pode ser estudado por um programador e adaptado às necessidades da instituição;
- não possuem licenciamento, eles podem ser utilizados por vários usuários simultâneos nos seus próprios ambientes de trabalho, sem custo adicional;

- os *softwares* podem ser usados por qualquer pessoa física ou jurídica, para qualquer tipo de trabalho, com acesso 24 horas, sem a necessidade de notificar o desenvolvedor do sistema;
- permitem a inserção de outros materiais, sem a necessidade de investimentos.

Concordamos com Hexsel (n.d.) que é necessário categorizar os tipos de *softwares* utilizados na construção de repositórios, de acordo com a natureza de aquisição:

- **Software Livre** (*Free Software*): o código-fonte está disponível para qualquer pessoa alterar e adequar às suas necessidades, sendo gratuito ou com custo de aquisição;
- **Software Caseiro**: desenvolvido na própria instituição por uma equipe interna, ou contratada especialmente para a prestação de serviços de Tecnologia de Informação (TI);
- **Software Gratuito** (*Freeware*): software disponível sem necessidade de pagamento pelo uso, porém seu manuseio não permite a alteração do código-fonte;
- **Software Comercial**: desenvolvido pelas empresas com a finalidade de obter ganhos na disponibilização do produto no mercado.

80

Apoiados no trabalho de Gomes (2008), destacamos alguns exemplos de *softwares* disponíveis no mercado para a construção de repositórios.

CDS INVENIO

O *software* é distribuído e mantido pelo CERN *Document Server* e licenciado sob termos da GNU *General Public Licence* (GPL). É um *software* livre para o desenvolvimento de repositórios institucionais. Oferece a possibilidade de acesso ao suporte gratuito ou contratado, que é personalizado. O *download* do produto pode ser feito através do endereço eletrônico: <http://cdsware.cern.ch/invenio/download.html/>.

E-PRINTS

Desenvolvido pela Escola de Eletrônica e Ciência da Computação da Universidade de Southampton (Reino Unido) – encontra-se disponível desde o ano 2000. É um *software* livre sob licença GPL, utilizado para o desenvolvimento de repositórios institucionais. Para utilizar o sistema basta fazer o *download* no endereço eletrônico: <http://software.eprints.org/>.

Hoje, 157 repositórios são desenvolvidos através do *software E-prints*. A equipe de trabalho do *software E-prints* oferece assessoria e consultoria para as instituições que não tenham recursos necessários para construir e manter seu repositório.

NOU RAU

Software gratuito, desenvolvido no Brasil, com o objetivo de implementar um sistema *on-line* para arquivamento e indexação de documentos, provendo o acesso controlado e mecanismos eficientes para busca. Sua arquitetura atual é resultado de um projeto desenvolvido pelo Instituto Vale do Futuro, em parceria com o Centro de Computação da Unicamp. Para *download* do *software* o usuário deverá acessar o *site* do Centro de Computação da Unicamp (CCU), onde, também, está disponível um guia de instalação do sistema para facilitar sua operação.

PHRONESIS

Patrocinado pelo CONACYT (Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México), através da REDII (*Red de Desarrollo e Investigación en Informática*) e Desenvolvimento e

Tecnológico de Monterrey, o Phronesis é um *software* gratuito, oferecido para criação de repositórios e bibliotecas digitais. O *software* está disponível a partir do endereço eletrônico: <http://copernico.mty.itesm.mx/phronesis/project/>. No *site* existe um guia de instalação do sistema, para auxiliar o usuário.

FEDORA

O *The Flexible Extensible Digital Object and Repository Architecture* (FEDORA) teve o seu desenvolvimento a partir de pesquisas realizadas por Carl Lagoze e Sandy Payette da Universidade de Cornell. Em parceria com pesquisadores da Universidade da Virginia o *software* foi concluído, resultando na base para um prático sistema de desenvolvimento de biblioteca digital.

Em 2001, a fundação Andrew W. Mellon apoiou o grupo para que desenvolvesse um repositório digital, o que resultou na criação do *software* Fedora. O sistema de código aberto possui uma estrutura configurável, dedicada à construção e administração de repositórios e bibliotecas digitais. Distribuído sob Licença Pública Mozilla (*License Mozilla Public*), pode-se fazer o *download* através do endereço eletrônico: <http://www.fedora.info/>. Um guia para instalação e configuração do *software* e listas de discussões de usuários do sistema também estão disponíveis.

81

DSPACE

Desenvolvido pelas bibliotecas do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), foi projetado para reunir, preservar, gerenciar e disseminar a produção intelectual de uma determinada instituição em formato digital. Disponibilizado em novembro de 2002, de acordo com os termos da BSD distribution license (*open sources licences*), o Dspace é um *software* gratuito que pode ser utilizado por universidades, centro de investigações, escolas, departamentos laboratoriais, centro de pesquisa ou mesmo por iniciativas de caráter particular. O *download* pode ser feito através do *website* da SourceForge, no endereço <http://libraries.mit.edu/dspace-mit/index.html>, ou através do *site* HP Labs downloads.

Uma versão em língua portuguesa foi parametrizada pela Universidade do Minho, em Portugal, e pode ser descarregada através do endereço: http://dspace-dev.dsi.uminho.pt:8080/pt/dspaceUM_repositorium.jsp. Este pode ser livremente adaptado e expandido funcionalmente, nos termos da *BSD Open Source License*, que possibilita às instituições a adaptação da plataforma para que seja adequada às suas necessidades. O suporte é feito através do próprio *site*, no endereço eletrônico: <http://www.dspace.org/>

3.1.1 Exemplos de Repositórios Institucionais

RepositóriUM. Desenvolvido pela Universidade do Minho, utiliza o *software* DSPACE e foi construído com o objetivo de dar visibilidade e acessibilidade ao conhecimento gerado nessa Universidade, além de contribuir para a preservação da memória institucional (Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt>).

Reposcom. Repositório Institucional da Intercom e da Portcom. Repositório de acesso público que armazena, processa, indexa, preserva, dissemina e compartilha a produção técnica, científica, administrativa e normativa da Intercom e da Portcom. Utiliza o DSPACE e está disponível em: <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/dspace/handle/1904/12505>.

CogPrints. *Cognitive Science Eprint Archive*. Repositório de autoarquivamento na área de Psicologia, Neurociência, Linguística e outras áreas do conhecimento ligadas à cognição. Utiliza o *software E-Prints*, desenvolvido pela *School of Electronics da Computer Science*, da Universidade

de Southampton. Possibilita buscas complexas por ano de publicação e por palavras-chave nos trabalhos autopublicados (Disponível em: <http://cogprints.org>).

■ 4 As Revistas Científicas e o Acesso Aberto

As revistas científicas são as grandes motivadoras do movimento de acesso aberto, pois são elas que controlam a maior parte da produção científica. A adesão das revistas ao Movimento pode ser verificada através das políticas por elas adotadas com relação à publicação de seus conteúdos com acesso livre. As políticas podem variar nos níveis de permissão ao arquivamento, que vão desde a disponibilização imediata, após a aprovação dos artigos, até os mais variados períodos de embargos. Além disso, podem incluir também restrições sobre quais versões dos artigos poderão ser depositadas em repositórios institucionais ou temáticos.

Como parte do projeto SHERPA, consórcio que reúne bibliotecas universitárias britânicas para a criação e manutenção de repositórios, foi criado um serviço chamado ROMEO (<http://www.sherpa.ac.uk/romeo/index.html>) com informações sobre as políticas de autoarquivamento e direitos autorais de um grande número de revistas científicas classificadas com as seguintes cores:

- **verde:** revistas que permitem o arquivamento do *preprint* e *postprint*;
- **azul:** revistas que permitem o arquivamento apenas do *postprint*;
- **amarelo:** revistas que permitem o arquivamento do *preprint*;
- **branca:** revista que não apoia o arquivamento.

Embora o fato de uma revista adotar uma política clara e favorável ao arquivamento, mesmo com restrições de versões e embargo de tempo, representar um avanço dentro do Movimento de Acesso Aberto, nada pode superar os benefícios trazidos por iniciativas individuais ou coletivas de revistas publicadas totalmente em acesso aberto.

O acesso aberto à informação não pode depender somente do compromisso ético, social e moral da comunidade científica com a sociedade, mas deve ser amparado por leis que garantam ao cidadão seu direito de acesso à informação, principalmente aquela que resulta de pesquisas financiadas com o dinheiro público.

O *European Research Council* (ERC) tornou público, em janeiro de 2008, suas diretrizes de acesso aberto. Trata-se da primeira política de alcance europeu. Um fato que aumenta a importância dessas diretrizes deve-se ao montante de dinheiro investido pelo ERC em pesquisa, cerca de 15% do total investido pela União Europeia em seu *The Seventh Framework Programme* (2007-2008), aproximadamente, 7,5 bilhões de euros (<http://weblogs.madrimasd.org>).

Vale destacar que o ERC exige que todas as publicações revisadas por pares (*peer-reviewed*) de projetos de pesquisa por ele financiados estejam depositadas em um repositório apropriado, como o PubMed Central, ArXiv, ou em um repositório institucional, e em acesso aberto dentro do prazo máximo de 6 meses, após a publicação (<http://weblogs.madrimasd.org>).

Nos Estados Unidos, um dos maiores mercados de informação científica do mundo, dois fatos recentes e de grande importância impulsionam ainda mais o Movimento de Acesso. O primeiro foi a assinatura da lei (*Consolidated Appropriations Act of 2007*, HR. 2764) em 26/12/2007 que torna obrigatório que toda pesquisa financiada pelo *National Institute of Health* (NIH) e publicada em revistas com procedimentos de avaliação por pares seja depositada em seu repositório PubMed Central (PMC) em um prazo não superior a 12 meses, tornando-a universalmente acessível. (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde [BIREME], 2008).

O segundo fato, que aconteceu em maio de 2008, foi a assinatura de uma moção pela Escola de Direito da Universidade de Harvard para que todos os artigos publicados por seus professores esti-

vessem disponíveis em acesso livre. Essa moção seguiu o exemplo de outra assinada em fevereiro pela Escola de Artes e Ciências da mesma universidade (<http://cyber.law.harvard.edu/node/4273>).

No Brasil está em tramitação o Projeto de Lei PL 1120/2007 (2007), que dispõe sobre o processo de disseminação da produção técnico-científica pelas instituições de ensino superior no país. Em seu artigo 1º propõe que

as instituições de ensino superior de caráter público, assim como as unidades de pesquisa, ficam obrigadas a construir os seus repositórios institucionais, nos quais deverão ser depositados o inteiro teor da produção técnico-científica conclusiva do corpo discente, com grau de aprovação, dos cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado ou similar, a produção técnico-científica conclusiva do corpo docente dos níveis de graduação e pós-graduação, assim como a produção técnico-científica, resultado das pesquisas realizadas pelos seus pesquisadores e professores, financiadas com recursos públicos, para acesso livre na rede mundial de computadores – INTERNET. (<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>)

Esse projeto de lei representa um marco do acesso aberto na América Latina, pois o Brasil é o primeiro país da região a propor um mecanismo legal dessa natureza.

Tratando especificamente dos direitos autorais, a Internet também criou, ou possibilitou, uma série de situações não previstas pelo direito “tradicional”. Outras formas criativas vêm surgindo para garantir os direitos dos autores, sem que seja necessário restringir a circulação da informação. Uma das mais populares é a *Creative Commons* (creativecommons.org), criada em 2001, por James Boyle (especialista em direito na Internet), Michael Carrol, Lawrence Lessing, Hal Abelson (professores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts), Eric Saltzman e Eric Eldred (editores *web* de domínio público), financiados pela Faculdade de Direito da Universidade de Stanford e pela Sociedade de Domínio Público. Trata-se de um movimento que reflete “as mudanças na regulamentação do direito autoral que contradizem a tradição construída nos séculos XIX e XX” (Lemos, 2005, p. 184), em que o conceito de copirraite (todos os direitos reservados) passa para “alguns direitos reservados”.

Creative Commons cria e disponibiliza uma série de licenças para que o autor possa escolher a forma como gostaria de publicar sua obra. As licenças podem ser diferentes em cada país devido às particularidades jurídicas. Para garantir a validade das licenças, cada país possui um órgão que coordena as atividades do *Creative Commons*.

No Brasil, a Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, cumpre esse papel. Para conhecer mais detalhadamente essa iniciativa, vale acessar o *site*: <http://www.creativecommons.org.br/>.

Já é comum encontrar a marca *Creative Commons* em *sites* de eventos (<http://www.cibersociedad.net/congres2004/>) e mesmo em portais de revistas científicas (redalyc.uaemex.mx/).

■ 4.1 Scientific Electronic Library Online (SciELO)

O *Scientific Electronic Library Online* (SciELO, <http://www.scielo.br>) é uma das iniciativas mais profícuas nesse contexto de *Open Access*. Lançado em 1997, é o resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), e, desde 2002, conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A promoção da visibilidade das revistas através da publicação em formato eletrônico, convênios com bases de dados internacionais, rígidos critérios de seleção e permanência no portal e a publicação de relatórios de uso e impacto configuram o conceito de qualidade das revistas SciELO.

Os resultados positivos obtidos no Brasil chamaram a atenção da comunidade científica internacional, e hoje existem portais em vários países da América Latina, além de Espanha e Portugal, que utilizam a mesma metodologia e constituem uma rede: a Rede SciELO. Vale destacar que SciELO é uma iniciativa pioneira e inseriu a América Latina no Movimento de Acesso Aberto. É inegável que o trabalho realizado no âmbito do projeto SciELO, ao longo dos anos, para a inserção das revistas científicas brasileiras no mundo das publicações eletrônicas, alcançou muitos avanços. Ao acessar uma revista da coleção, verificamos uma série de elementos somente possíveis no ambiente virtual: a publicação de cada artigo imediatamente após sua aprovação, serviços de pesquisa automática por similaridade dentro da própria coleção e em buscadores da Internet, *links* com bases de dados bibliográficas e de currículos de pesquisadores são alguns exemplos. Outro recurso importante é a compatibilidade com o protocolo OAI-PMH (*Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting*), que permite o intercâmbio de metadados com várias instituições e bases de dados de forma automática. Uma crítica inicial foi o fato de que a coleção SciELO era formada majoritariamente por revistas da área de ciências da saúde, o que deixava as demais áreas com pouca representatividade. O trabalho cuidadoso com a gestão do portal ao longo dos anos promoveu um equilíbrio entre as publicações de todas as áreas, e essa crítica perdeu o sentido. Os avanços mais recentes estão na área de gestão editorial com a inclusão do Sistema *Submission* na Metodologia SciELO.

Dessa forma, todo o processo de produção da revista, da submissão à indexação em bases de dados, poderá ser realizado na Internet. Veja maiores detalhes no capítulo que trata dos editores e do corpo editorial.

■ 4.2 Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (Redalyc)

Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal*, <http://www.redalyc.org/>), lançado em 2003, é um projeto da *Universidad Autónoma del Estado de México* (UAEM), que tem como objetivo contribuir para a difusão da atividade científica editorial que se produz sobre e nos países ibero-americanos. Trata-se de um portal multidisciplinar, embora as áreas mais privilegiadas sejam as de ciências sociais e humanidades, em oposição ao que se praticava no SciELO em seus primeiros anos. O portal possui revistas de todos os países da América Latina, Espanha e de Portugal. As revistas publicadas passam por um processo de seleção segundo os critérios Latindex (<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/proyecto/criterios.html>).

Além da publicação das revistas no portal, o Redalyc oferece uma série de facilidades para os editores, como cursos de atualização sobre qualidade de publicações, sistema de gestão editorial e, também, estatísticas de uso do *site*, mas não publica indicadores de impacto. Diferentemente do portal SciELO, tem declarada a sua política de uso e de proteção aos direitos do autor através das licenças *Creative Commons*.

■ 4.3 Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC)

O portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC, <http://pepsic.bvs-psi.org.br/>), lançado em 2005, é o resultado de uma parceria entre a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP) e União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), e para sua estruturação conta com o apoio do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), que cedeu a Metodologia SciELO e o suporte técnico especializado. Graças a esse fato, o PePSIC

se beneficia dos recursos técnicos disponíveis para o portal SciELO, o que tem possibilitado a publicação das revistas, o intercâmbio de registros com bases de dados e a produção de indicadores de uso e impacto.

A idealização do projeto ocorreu durante o *I Encontro de Editores Científicos da Área de Psicologia*, realizado em São Paulo, em agosto de 2004, ocasião em que se discutiu, entre outras coisas, a inserção das publicações da área no meio eletrônico. O quadro desenhado não era muito animador, além de 4 títulos no portal SciELO e mais 4 ou 5 iniciativas isoladas sem muito sucesso, a área vivia alheia às exigências mais atuais para publicação eletrônica.

O portal SciELO tornou-se um espaço almejado por editores de todas as áreas do conhecimento, e com a Psicologia não era diferente. No entanto, os objetivos de divulgação da produção científica brasileira, através de um grupo seletivo de periódicos, exigiam e, ainda exigem, um rigoroso processo de seleção que inviabiliza a inclusão de grande parte das publicações.

Dessa forma, tornava-se urgente e necessária a criação de um ambiente de qualidade que considerasse as características e o estágio diferenciado das revistas. Nesse contexto o PePSIC surgiu, não apenas como um meio de dar mais visibilidade e acesso à produção científica, mas com a nobre e difícil missão de modernizar os processos de publicação e incluir os periódicos da área de Psicologia no ambiente virtual.

■ 5 Considerações Finais

A tecnologia aproximou as pessoas e vem possibilitando a realização de ações inimagináveis antes de sua chegada. A construção coletiva materializa-se no espaço virtual, e o compartilhamento de informações aparece como uma forma privilegiada de interação social.

A publicação digital promove a visibilidade da ciência e possibilita a continuidade da construção do conhecimento. Graças ao meio virtual, uma pesquisa pode ser realizada por parceiros em várias partes do mundo e comunicada a milhares de pessoas que poderão se beneficiar de suas descobertas.

O código aberto dos *softwares* livres, os repositórios de autoarquivamento, os *wikis* são exemplos de relações sociais colaborativas nas quais o conhecimento pode ser produzido, disseminado e usado de modo compartilhado. A combinação do código aberto com as licenças de uso assegura que o processo de produção colaborativa se efetive e não seja interrompido pela apropriação privada de seus produtos.

Assim, iniciativas de Acesso Aberto como os repositórios institucionais e temáticos, as bibliotecas virtuais, os periódicos com texto completo são todas muito bem-vindas e devem ser incentivadas, principalmente por aqueles profissionais que têm no conhecimento e na informação a razão de existir de seu labor.

Referências

- Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. (2008, janeiro). Lei obriga o depósito de artigos de pesquisas financiadas pelo NIH. *Newsletter: Biblioteca Virtual em Saúde*, (77). Recuperado em 22 de março de 2008, de <http://espacio.bvsalud.org/boletim.php?newsletter=20080109&newsLang=pt&newsName=Newsletter%20BVS%20077%2009/janeiro/2008&articleId=12182834200735>
- Craveiro, G., Machado, J., & Ortellado, P. (Orgs.). (2008). *O mercado de livros técnicos e científicos no Brasil: subsídio público e acesso ao conhecimento*. São Paulo: Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (GROPAl). Recuperado em 03 de junho de 2008, de <http://www.gropai.usp.br/relatoriolivros.pdf>
- Declaração de Salvador sobre o Acesso Aberto: a perspectiva dos países em desenvolvimento*. (2005). Recuperado em 19 de março de 2008, de <http://www.icml9.org/channel.php?lang=pt&channel=86&content=428>
- Gomes, V. (2008). *Repositório institucional: uma proposta para a Biblioteca da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Gerenciamento de Produtos e Serviços de Informação, Faculdade de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo.
- Hexsel, R. (n.d.). *O que é software livre?* Recuperado em 04 de março de 2008, de <http://www.softwarelivre.gov.br/Swlvivre>
- Lemos, R. (2005). Creative commons, mídia e as transformações recentes do direito da propriedade intelectual. *Revista DireitoGV*, 1(1), 181-187.
- López, J. R. (2005). Ciencia y comunicación científica: edición digital y otros fundamentos del libre acceso al conocimiento. *El Profesional de la Información*, 14(4), 246-254.
- Projeto de Lei 1120/2007*. (2007). Recuperado em 20 de março de 2008, de <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/461698.pdf>
- Pulino Filho, A. R. (2006). *A atividade Wiki em Moodle. Moodle Brasil – Ambiente de aprendizagem*. Recuperado em 24 de julho de 2008, de <http://uab.unb.br/file.php/1/moddata/data/1/2/6/wikis.pdf>
- Pohl, C. E. E. (2003). *Lineamentos para la publicación electrónica en la Argentina*. Dissertação de Mestrado, Centro de Estudios sobre Ciencia, Desarrollo y Educación Superior. Recuperado em 30 de julho de 2006, de <http://www.centroredes.org.ar>
- Sarmiento, F., Miranda, A., Baptista, A. A., & Ramos, I. (2005). *Algumas considerações sobre as principais declarações que suportam o movimento Acesso Livre*. Recuperado em 28 de julho de 2006, de <http://www.icml9.org/program/track5/public/documents/Fernanda%20Sarmiento-112444.pdf>
- Silió, T. (2005). Fundamentos tecnológicos del acceso abierto: Open Archives Initiative y Open Archival Information System. *El Profesional de la Información*, 14(5), 365-373. Recuperado em 31 de junho de 2008, de <http://eprints.rclis.org/archive/00005887/01/EPITSilio.pdf>

A Estrutura Editorial de um Periódico Científico

Piotr Trzesniak

No texto a seguir, serão apresentadas questões que permitirão às editoras e aos editores autoavaliar-se diante de cada uma das preocupações enunciadas, bem como estabelecer as instâncias da estrutura editorial que contribuem para o seu cumprimento. A *quantidade* de recursos materiais e humanos exigidos pela estrutura evidentemente dependerá da dimensão do periódico (que estabeleceremos em termos de artigos analisados por ano). Mas a *existência* de cada instância, mesmo que pequena em porte, é fundamental para periódicos em qualquer escala.

■ 1 Três Requisitos para a Revista Científica

A primeira e principal preocupação de um periódico científico deve ser *levar aos seus leitores-pesquisadores (e pesquisadoras) o conhecimento novo e relevante dentro de sua área temática*. As outras duas, sem precedência de uma sobre a outra, são *fazê-lo a tempo e hora e perenizar-se, ou seja, existir para sempre*. Somente atendendo a essas condições, a revista fará efetivamente jus ao adjetivo *científica*. *Nenhuma delas pode faltar*.¹

■ 2 Garantia de Perenidade: a Retaguarda Institucional e o Comitê/Conselho de Política Editorial

A pergunta-chave é: *o que acontece com a revista se o atual editor vier a faltar?* Caso a resposta seja *“não se sabe”* ou, pior, *“a revista para de circular”*, algo precisa ser feito com muita urgência.

Não é saudável um periódico científico existir unicamente com base no sonho e no entusiasmo de uma pesquisadora ou de um pesquisador, embora encontremos essa situação com frequência muito maior que o desejável. Uma revista precisa ter, em sua retaguarda, uma entidade – uma associação científica, um departamento, um programa de pós-graduação, uma universidade, um instituto de pesquisas, ou, muito melhor, uma associação de entidades dessa natureza. E mais, tal respaldo não pode ser apenas nominal. É preciso que, no estatuto, reglamento ou regimento da entidade ou entidades, a existência e a perenidade da publicação estejam explicitamente mencionadas.

A existência de uma retaguarda institucional implica a existência do Comitê ou Conselho de *Política* Editorial. Trata-se de um grupo de quatro a nove pessoas representativas: (1) da ou das entidades que integram a retaguarda; (2) de órgãos de fomento; (3) de instituições de pesquisas em geral; (4) da ou das áreas profissionais que aplicam o conhecimento veiculado na revista; (5) outras que a retaguarda institucional julgar convenientes. O editor científico ou geral da revista também integra esse Conselho/Comitê, exceto quando se tratar de decidir sobre a permanência dele próprio na função. A propósito, escolher o editor é uma das principais atribuições desse Colegiado.

De modo mais formal, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2003, p. 2) conceitua Conselho Editorial como *“grupo de pessoas encarregadas de elaborar diretrizes, estabelecendo o perfil político-editorial de uma editora”*. Para os fins deste capítulo, é só substituir *editora* por *periódico* nesse enunciado. Similarmente, segundo LoBianco et al. (2002), *“Comissão Editorial é formada por um grupo de pessoas que examina as questões administrativas e políticas da revista”*.

Uma importante característica do Conselho/Comitê de Política Editorial, e que serve para distingui-lo totalmente do Corpo Editorial Científico, é que ele, diversamente deste último, atua e toma decisões em conjunto, em reuniões presenciais ou não.

Conforme Trzesniak (2001) são as seguintes as atribuições do Conselho/Comitê de Política Editorial:

- discutir, emendar (se for o caso) e aprovar as regras para a sua própria constituição;
- discutir, redigir e aprovar a *Política Editorial*, tendo em vista a natureza, a proposta e a vocação das Entidades que emprestam suporte ao periódico²;

1 Reparem, leitora e leitor, que estamos conscientes de que nenhuma função no periódico é privilégio de mulheres ou de homens. Por simplicidade e clareza, porém, usaremos a convencional linguagem masculina ao longo do texto (pedindo desculpas...).

2 Trzesniak (2001) apresenta, no *apêndice 2*, uma série de ideias para a preparação de uma política editorial.

- discutir, redigir e aprovar a *Missão* da revista, necessariamente mencionando a forma de revisão dos artigos;
- discutir, emendar (se for o caso) e aprovar as regras para escolha do *editor geral*³;
- discutir, emendar (se for o caso) e aprovar as regras para constituição do *Corpo Editorial Científico*;
- discutir, emendar (se for o caso) e aprovar o *Regulamento do Periódico*, que deverá contemplar mídia, periodicidade ou equivalente, seções que existirão, possibilidade de números especiais, edições compostas por artigos provenientes de eventos, existência e número de editores (associados/adjuntos, convidados, assistentes), bem como alguns dos aspectos mencionados em outros itens dessas atribuições. (O regulamento fixa a *estrutura* do periódico);
- *sugerir* critérios *gerais* para recusa e aceitação dos trabalhos contribuídos;
- discutir, emendar (se for o caso) e aprovar o intercâmbio e a cooperação com outros periódicos;
- discutir (se for o caso) e aprovar a política de circulação e distribuição do periódico (*membership journal* de uma ou mais Sociedades Científicas, assinaturas estudantis, individuais, profissionais e institucionais, quota de exemplares para divulgação e cortesia etc.);
- discutir, emendar (se for o caso) e aprovar o balanço da revista, relativo do ano fiscal imediatamente anterior;
- discutir, emendar (se for o caso) e aprovar o orçamento da revista para o ano fiscal imediatamente subsequente.

Tratando-se de um periódico cujo conteúdo esteja disponível integralmente na Internet, compete ainda ao Comitê de Política Editorial manifestar-se sobre os três itens adiante, dos quais os dois últimos são dispensáveis para revistas que mantenham uma versão impressa em paralelo:

- definir gratuidade, cobrança ou restrição para o acesso ao periódico *online*;
- estabelecer o *espelhamento* do *site* da revista em servidores localizados em pelo menos três estados da federação;
- zelar pela obediência atenta, escrupulosa e permanente das diretrizes para a preservação de documentos e objetos digitais difundidos através da revista, conforme preconizado pelas entidades nacionais e internacionais especializadas em Ciência da Informação.

A perenidade do periódico, então, se configura quando (1) existe uma instituição (ou um consórcio) que tenha estabelecido sua produção e manutenção como um de seus principais objetivos, (2) haja um Comitê/Conselho de Política Editorial, com a constituição e as atribuições descritas nesta seção, e (3) a revista possua um Regulamento, contemplando os aspectos também abordados na discussão das atribuições do Comitê/Conselho.

■ 3 Garantia da Credibilidade Científica I: o Corpo Editorial Científico

O Corpo Editorial assegura a credibilidade de uma revista e tem responsabilidades que vão além das atividades descritas para cada função. Na verdade, cada membro do corpo editorial e assessores são formadores de autores.

3 Para ideias sobre a escolha do editor geral, ver Trzesniak (2004).

■ 3.1 Conceito e Atribuições

Este é um colegiado *necessariamente multi-institucional*, constituído por pesquisadores especialistas distribuídos uniformemente tanto *cientificamente* (ou seja, pelas *áreas e subáreas das ciências e da tecnologia* a que o periódico se dedicar) como *geograficamente* (isto é, pelas *regiões* onde a revista pretende circular representativamente). Formalmente, é conceituado tanto pela ABNT (2003, p. 2) como um “grupo de pessoas responsáveis pela seleção de textos a serem publicados, que se enquadrem na política editorial” (embora essa conceituação inclua os editores propriamente ditos), como por LoBianco et al. (2002):

Consiste no grupo de pesquisadores, eleito ou escolhido, para auxiliar o editor na tomada de decisões sobre os originais a serem publicados (decisões sobre o encaminhamento do processo editorial, escolha dos consultores *ad hoc*, discussão de dúvidas sobre pareceres e sobre publicação ou rejeição de originais). Este grupo pode ter um mandato e é consultado com frequência pelo editor. Deve ser integrado por pesquisadores reconhecidos na área e subáreas em que a revista publica.

Diversamente do Comitê/Conselho de Política Editorial, o Corpo Editorial Científico não atua em bloco, ele não se reúne para discutir ou votar matérias, nem toma decisões coletivas. Seus integrantes trabalham *isoladamente* e cada um interage com o editor *separadamente* dos demais. Nesse sentido, poderia ser considerado no máximo um grupo de conselheiros *individuais*, mas nunca um *Conselho*, com unidade e identidade.

Também diversamente com relação aos integrantes do Comitê de Política Editorial, os do Corpo Editorial Científico *têm* um envolvimento significativo com o conteúdo dos fascículos e dos artigos, preocupando-se com a uniformidade, a continuidade, a qualidade e o rigor científico do que é publicado. Assim, conforme Trzesniak (2001), e de pleno acordo com a citação anterior de LoBianco et al. (2002), eles podem, *na respectiva área de especialidade científica*:

- atuar como consultores do editor geral relativamente à interpretação da Política Editorial;
- apontar pareceristas;
- analisar pareceres e, com base neles, recomendar a rejeição ou publicação de originais;
- atuar como árbitros de desempate, quando uma contribuição tiver recebido pareceres antagônicos;
- supervisionar todo o processo de arbitramento de artigos, por delegação do editor geral (mas não tramitar fisicamente os originais, que é problema da Secretaria Editorial).

Quando o envolvimento de um integrante do Corpo Editorial Científico com um determinado artigo for além da mera definição dos pareceristas, ele se tornará corresponsável (juntamente com o autor e o editor geral) pelo respectivo conteúdo.

É discutível, sob o ponto de vista ético, uma revista incluir, em seu Corpo Editorial Científico, pesquisadores que não se envolvam ativamente com os artigos que ela publica; é igualmente discutível, nessas circunstâncias, que o pesquisador permita tal inclusão.

■ 3.2 Constituição e Renovação do Corpo Editorial Científico

- O número de integrantes deverá estar entre 20% e 35% da expectativa de submissões anuais⁴, com um mínimo de dois pesquisadores por área/subárea do conhecimento a que o periódico

4 Para fins deste capítulo, um original transforma-se em uma *submissão* após aprovação nas revisões de recebimento *técnico* (atendimento às normas de apresentação de contribuições) e *editorial* (enquadramento na política editorial da revista).

se dedicar; desse modo, amplia-se a probabilidade de sempre ter ao menos um especialista disponível para trabalhar com um dado artigo, e mantém-se uma média entre seis e três intervenções por ano para cada um.

- A composição do Corpo Editorial Científico será tanto mais saudável quanto (1) *maior* for o número de instituições/estados/países representados, e (2) *menor* for a concentração de membros por instituição/estado/país.
- A constituição deve constar na página (*site*) da revista, com nome, área de atuação e afiliação institucional (inclusive país) de todos os integrantes.
- Nomeação e destituição dos integrantes são de responsabilidade do editor geral, que pode fazê-lo livremente ou mediante consulta aos editores associados e/ou ao Comitê de Política Editorial.
- Subentende-se que todo o Corpo Editorial Científico é revisto quando da substituição do editor geral, podendo ser integralmente renovado.
- Os *curriculum vitae* dos integrantes devem permanecer arquivados *in aeternum* na Secretaria da Revista, devendo ser atualizados periodicamente enquanto o vínculo persistir.

■ 4 Garantia da Credibilidade Científica II: Consultores (ou Revisores) *ad hoc* do Periódico Científico

Finalmente, há os árbitros, pareceristas, consultores *ad hoc* ou revisores *ad hoc*. Estes dão parecer sobre *um* determinado artigo de *um* certo fascículo, e com isso concluem sua participação no periódico. Não mantêm, com ele, um vínculo permanente (como acontece com os integrantes do Corpo Editorial Científico), não integram ou constituem um organismo ou unidade como um Corpo ou um Conselho. Eles não precisam preocupar-se com uma continuidade ou uniformidade temática ao longo da coleção. São, assim, literalmente *ad hoc* (que quer dizer *para isso, para um determinado ato*).

O requisito colocado sobre um revisor *ad hoc* não é o de uma contribuição científica continuada com respeito ao assunto de que trata o artigo a rever, mas o de um grau elevado de domínio sobre esse assunto *naquele momento*. Um doutorando que tenha concluído uma profunda e abrangente revisão bibliográfica do tema, ou, nas áreas aplicadas, uma pessoa com experiência profissional significativa, mesmo que não titulada academicamente, pode perfeitamente desempenhar o papel – desde que o segundo revisor seja um cientista experiente.

Consultores *ad hoc* são livres, porém cuidadosamente escolhidos pelo editor geral ou pelo integrante sênior da Equipe Editorial que dele receber, por delegação, a incumbência de conduzir o processo de revisão de um dado artigo (editor associado, editor assistente sênior, editor convidado ou integrante do Corpo Editorial Científico). *Livremente* porque não há lista ou necessidade de aprovação *a priori* de um consultor *ad hoc*. *Cuidadosamente* porque esses consultores não devem *nem* pertencer a uma mesma instituição *nem* pertencer à instituição de *qualquer* dos autores. Preferencialmente, aliás, devem ser de unidades da federação (ou países) distintas das de qualquer dos autores.

A critério dos editores, a revisão dos artigos pelos consultores *ad hoc* pode ocorrer nos sistemas *aberto*, *simples-cego* ou *duplo-cego*. No primeiro caso, os autores sabem quem são as pareceristas e vice-versa. No segundo, os consultores têm conhecimento de quem são os autores, mas não o inverso. No terceiro, o anonimato é mantido para ambas as partes.

Não é necessário que as revistas mantenham cadastros de revisores *ad hoc*, embora seja comum que o façam, com as mais diversas finalidades: agilizar a seleção, evitar sobrecargas, avaliar a rapidez e a qualidade das respostas etc. Tipicamente, o número de pareceristas de um periódico é de duas a três vezes o da expectativa de submissões anuais. É, portanto, da ordem de dez vezes maior que o de membros do Corpo Editorial Científico.

É praxe, como agradecimento e reconhecimento, publicar periodicamente ou manter no *site* a *nominata* (relação nominal) dos consultores *ad hoc*, preferencialmente acompanhados

das respectivas afiliações institucionais. Esta se faz necessária não apenas devido à já bastante comum ocorrência de homônimos, mas também para divulgar a instituição de cada um a qual, afinal, é a única entidade que, embora de modo indireto, remunera o trabalho de revisão.

Já que estamos no tema, o trabalho de parecerista acaba sendo um dos mais mal compensados do meio científico (acreditamos que apenas o de editor seja pior...). É o momento em que o pesquisador deixa de dedicar-se à própria pesquisa para trabalhar no aperfeiçoamento do trabalho de outrem. O que ele ganha com isso? Nossa resposta é que, neste momento, como em muitos outros da atividade científica, perguntar *o que eu estou ganhando* é a pergunta *errada!* Este é um dos momentos de *dar* para a ciência, com a expectativa de, em seus próprios trabalhos, *receber* uma *atenção, respeito e cuidado* equivalentes de *outro* pesquisador! Elaborar bons pareceres é um *investimento* para também recebê-los. *É uma tarefa das mais importantes do editor intermediar o processo para que ele assim seja:* ele deve zelar para que todos os pareceres sejam construtivos e valiosos para quem os recebe, o que é o maior incentivo para quem os der no futuro. Todo o processo editorial de um periódico é também uma escola para autores e consultores.

Nada é mais favorável para a rapidez e eficácia do processo editorial do que bons pareceres iniciais. Em seminários de editores de diversas áreas, conduzidos por um dos autores deste capítulo, a preocupação com a qualidade dos pareceres era sempre a segunda mais importante, perdendo apenas para a carência de recursos para manter a revista.

Alguns editores sugerem aos autores que coloquem uma nota de agradecimento aos revisores anônimos quando sentirem que os pareceres foram significativos para o aperfeiçoamento dos artigos. É pouco, mas oferece um reconhecimento que agrada a quem o recebe, é um reconhecimento por uma tarefa bem cumprida que valoriza quem a desempenhou. Outra forma de retribuir é convidar revisores com um histórico de bons pareceres a integrar o Corpo Editorial Científico ou a ocupar a posição de editor associado. Por fim, algumas sociedades premiam os melhores revisores de seu periódico nas reuniões científicas que organizam.

Terminaremos explicando a razão de termos incluído explicitamente no título a expressão *do periódico científico*. Você reparou nisso, cara leitora, caro leitor? É que ser revisor *ad hoc* de periódico exige muito mais do pesquisador do que o ser para um congresso ou evento. Neste último caso, a tarefa é bem mais simples, pede-se ao consultor uma decisão dicotômica: *aceitar* ou *não aceitar* o trabalho para apresentação, pois não há tempo para trabalhar e retrabalhar a contribuição. Na revista, a proposta é outra, é *construir o conhecimento*. Escrevemos uma vez (Trzesniak, 1995), e seguimos gostando da frase: *é missão conjunta dos consultores ad hoc, dos autores e dos editores do periódico, mulheres e homens, estabelecer uma cumplicidade cordial, rumo à excelência de conteúdo*.

■ 5 Garantia da Credibilidade Científica III: a(s) Editora(s) e/ou o(s) Editor(es)

■ 5.1 O Editor Geral

Existe uma divisão natural e até salutar na tarefa de publicar um periódico científico: a separação das partes administrativa e de conteúdo, pelas quais devem responder, respectivamente, um editor *executivo* e um editor *científico*. O aspecto salutar aí é que este último, um *pesquisador*, não tem parte de seu tempo despendida com encargos para os quais sua especialidade não é exigida. Como veremos adiante, o zelo pela qualidade do que é publicado consome uma quantidade muito grande de recursos humanos altamente qualificados na área do conhecimento, especialmente de um editor. Onerar essa pessoa ainda mais, atribuindo-lhe responsabilidades que poderiam ser de um administrador, chega a ser perverso, mesmo para uma revista de porte médio (quadrimestral, com cerca de 100 submissões ao ano).

Formalmente, *editor executivo* ou *editor gerente* é a pessoa física designada pela entidade publicadora que responde por todos os aspectos não científicos do periódico, enquanto *editor científico* é a pessoa responsável pela execução da Política Editorial e pelo conteúdo científico do periódico e corresponde à posição mais elevada na sua hierarquia⁵. É frequente, especialmente em revistas de pequeno porte, que uma só pessoa exerça as duas funções. É então designada pelo nome de *editor(a)* ou *editor(a) geral*. Afirmo nossa referência, não sem uma certa dose de humor, que *para desempenhar essa função em países em desenvolvimento é preciso ser uma espécie de “super-mulher” ou “super-homem”*; é preciso também ser um apaixonado pela ciência e principalmente pela publicação científica, pois cumpre dar conta de vários papéis sem remuneração adicional e, muitas vezes, sem reconhecimento (ou pior...).

Encontramos em Valério (2005) uma listagem das responsabilidades gerais do editor, as quais adaptamos ligeiramente e classificamos a seguir como *gerenciais* (G) e *de conteúdo científico* (C). Destacamos que *ser responsável por algo* não significa ter de executá-lo pessoalmente. Tratamos da delegação dentro do processo editorial na seção 6.

- (G) Aspectos administrativos, financeiros e de produção.
- (G) Levantamento de recursos financeiros e humanos para a revista.
- (G) Acompanhamento de serviços gráficos.
- (G) Distribuição e venda, se for o caso.
- (G) Divulgação.
- (G) Venda de anúncios, se acolhidos pelo Comitê de Política Editorial.
- (C) Natureza e ética dos anúncios.
- (C) Execução da política editorial.
- (C) Controle de todas as dimensões da qualidade da revista científica.
- (C) Recebimento de manuscritos.
- (C) Estoque de artigos.
- (C) Encomenda de artigos, quando necessário.
- (C) Articulação com membros do corpo editorial.
- (C) Contato e encaminhamento de trabalhos aos assessores científicos/referees.
- (C) Decisão final sobre a publicação dos trabalhos.
- (C) Preparação de originais.
- (C) Revisão integral de provas.

Há ainda um outro aspecto da competência do editor científico (ou geral, conforme o caso) que é tão importante quanto a excelência de conteúdo: a *ética*. Explica Pessanha (2006) que

o editor desempenha um papel central no processo de controle ético do processo de avaliação e publicação da pesquisa científica. O compromisso básico é o de garantir a integridade científica do periódico, para o que há dois pontos cruciais no seu comportamento:

- *confidencialidade: o editor é o grande responsável pelo sigilo dos originais em seu poder e pela preservação do anonimato do autor e dos revisores durante o processo de revisão dos manuscritos.*
- *imparcialidade: o editor deve assegurar que a imparcialidade será mantida durante todo o processo de avaliação.*

Estes pontos e outros, igualmente relevantes, aparecem também em Goldenberg (2001), embora em um enunciado menos formal: “o editor é o responsável pela garantia de que todos os manuscritos submetidos sejam avaliados de forma confidencial, experiente e objetiva e sem preconceito,

5 Nestas e em todas as demais definições desta seção, seguiremos Trzesniak (2001), salvo menção explícita em contrário.

dentro do prazo razoável”, e adverte mais: “é inadmissível que o editor escolha o revisor visando a um resultado previsível do processo”. Tanto a menção ao prazo como esta última afirmativa envolvendo o respeito que a publicação deve às autoras e aos autores, Goldenberg (2001), aliás, preocupa-se bastante com a questão da autoria, e levanta ainda dois outros pontos: que os editores devem solicitar:

- *a exata contribuição de cada um dos coautores de forma a justificar a coautoria, visando evitar a inclusão de coautores sem o necessário respaldo em termos de envolvimento na pesquisa;*
- *que cada autor afirme, por escrito, que leu a versão final do trabalho e concorda com a sua publicação, para que não ocorra de o nome de alguém aparecer como coautor sem o seu conhecimento e a sua concordância.*

O capítulo sobre autoria discute um pouco mais esse tema, sendo lá apresentado um exemplo de *declaração do nível de participação dos autores*.

Aproveitando o contexto editor/ética/autor, vamos abordar um aspecto que, em nossa percepção como editor e avaliador, muito tem se agravado recentemente. Diz respeito ao procedimento de certos indivíduos – certamente não são pesquisadoras ou autores – de submeterem originais em versões primitivas, repletas de erros grosseiros e primários óbvios, sem qualquer preocupação nem mesmo com forma – sequer o passam pelo corretor ortográfico do processador de textos. Nem se fale, então, da qualidade em termos de contribuição científica. A ideia por trás é, em termos coloquiais, *se colar, colou*, ou, pior, abusar dos editores e revisores, “delegando-lhes”, no mais perverso sentido, a tarefa de preparar um texto aceitável. Uma vez identificada, essa tentativa de abuso, essa total falta de ética desses pseudoautores deve ser polida, mas *energicamente* repudiada em uma carta do editor, de modo que seus perpetradores nem pensem em repeti-la.

Cabe ao editor, portanto, atuar com o compromisso de oferecer o que há de melhor em termos de conhecimento novo dentro da área, observando no processo de seleção os mais elevados padrões éticos. Parece-nos relevante, neste ponto, abordar algumas questões que frequentemente geram dúvidas relativamente à liberdade do editor. São ações que, eventualmente, podem levar alguém – parecerista, integrante do corpo editorial, autor – a se sentir (*infundadamente*) melindrado, mas *certamente não configuram* uma infração ética. Jamais prejudicam, no entanto, os principais interessados na revista, as leitoras e os leitores, pelo contrário, em muito os favorecem (não executá-las é que os prejudicaria).

Três dos pontos que vamos abordar são levantados por Jan Tobochnik, editor do *American Journal of Physics* (destacamos esses pontos na citação). Assim, cara editora, caro editor, se você tiver de fazer algo do que segue, *faça!* É sua prerrogativa.

Escreve Tobochnik (2008):

Infelizmente, não posso ler palavra por palavra todos os manuscritos que me são encaminhados, até que os revisores recomendem a publicação e eu decida que provavelmente irei aceitar o trabalho. Então eu o leio cuidadosamente, editando-o enquanto o faço. Passo-o então para meu Editor associado, que trabalha com os autores para tornar o manuscrito o mais claro possível. (Tradução nossa)

Daí, aprendemos que:

- *o editor não precisa ler detalhadamente todos os manuscritos que recebe, mas tem de ler integralmente todos os que pensa aceitar antes de tomar a decisão final;*
- *os autores não são senhores absolutos do próprio texto.*

Em sua leitura para a tomada de decisão final, o editor *pode* e *deve* ir fazendo edições visando especialmente a clareza, o rigor e a objetividade. No entanto, como bem ressalta Botsford

(1993), ao descrever a atuação de William Shawn⁶ como editor do *The New Yorker*, *não pode interferir com o estilo* de autores e autoras o que é, sem dúvida, uma arte – a arte de editar.

Shawn... pegava um texto sofrível, o decompunha em uma dúzia de partes, removia as digressões vazias, endireitava o raciocínio, acertava a gramática, lubrificava as transições e depois o reconstituía, transformado em um texto aceitável – tudo isto sem deixar qualquer vestígio da sua presença. Apenas o autor saberia que Shawn havia estado por ali, mas era pouco provável que o confessasse. ... Tinha, tornava-se claro, rescrito completamente o trecho – mas sempre cuidadosamente empregando a linguagem e as construções capengas do próprio autor. O que espantava era que, terminado o trabalho, ele mesmo, Shawn, havia desaparecido. (Tradução nossa)

O texto pode ser posteriormente ainda mais trabalhado (*copidesque*), porém sempre em contato com autoras e autores.

- *A decisão final de aceitar ou não uma submissão é do editor.*

95

Pareceres oriundos de quaisquer instâncias são exatamente isto: *pareceres*. Não são *decisões*. São *opiniões* que devem ser amparadas por argumentos de quem as apresenta, *para facilitar a tarefa de decidir*. O editor avalia os pareceres e a submissão, pondera o conjunto e define o destino do original. Uma trajetória editorial interessante é colher dois pareceres *ad hoc* e solicitar a um editor associado ou a um integrante do Corpo Científico um encaminhamento circunstanciado, com base neles. Sendo este favorável, examinar o artigo e tomar a decisão final, como proposto em Tobochnik (2008). Não é necessário solicitar um terceiro parecer no caso de haver indicações conflitantes, desde que, de acordo com o melhor juízo do editor, as considerações e os argumentos tecidos pelos revisores já forem suficientes. Solicitar o terceiro parecer é um possível desfecho, mas não uma obrigação. Perceba-se, daí, que o conteúdo (*as justificativas*) dos pareceres é muito mais importante do que a recomendação.

■ 5.2 A Equipe do Editor Geral

5.2.1 Assistente do Editor, Editor Assistente e Editor Adjunto

A maior ou menor complexidade da equipe responsável pela produção de um periódico científico é obviamente função do respectivo porte. Revistas pequenas (semestrais, recebendo em torno de 60 submissões por ano) podem funcionar perfeitamente com um editor geral e uma secretaria no dia a dia, mais o envolvimento do Corpo Editorial Científico.

A primeira instância intermediária de apoio costuma ser a inclusão de um *assistente do editor* (por exemplo, um doutorando ou mestrando) ou de um *editor assistente* (se for um pesquisador). A um ou outro competem tarefas especificamente designadas pelo editor geral, tanto de caráter administrativo como editorial, com uma autonomia variável em função da *senioridade* e do tempo de exercício. Eventualmente, quando o editor assistente for um pesquisador consagrado e tiver recebido uma grande liberdade de tomada de decisões do editor geral, ele será denominado *editor adjunto*.

Mesmo com as atuais facilidades propiciadas pela gestão e pela comunicação eletrônica, o mais comum é que o *editor assistente* (ou *adjunto*) ou o *assistente do editor* trabalhem na mesma instituição que o editor geral e respondam pelo periódico na ausência dele (ou dela!).

6 William Shawn foi editor do *The New Yorker* de 1952 até 1987, depois de atuar como editor gerente de 1939 até o final de 1951 e de trabalhar como repórter de 1933 a 1939. Não se trata, neste caso, de uma revista científica, mas o cuidado com o texto, nossa preocupação aqui, independe deste detalhe.

5.2.2 Editor Associado

A presença de *editores associados* em um periódico não está relacionada ao seu porte, mas à sua diversidade temática. Em palavras de Trzesniak (2001), são

cientistas e pesquisadores (de preferência não pertencentes à mesma instituição que o editor geral) que participam intensivamente da preparação científica dos originais nas áreas de sua especialidade (encomendando e encaminhando originais, designando árbitros, analisando pareceres etc.), porém não se envolvendo com os aspectos operacionais de produção do periódico.

Note-se a diferença com relação ao modo como conceituamos o *editor adjunto*, cujo papel é *geral* dentro do periódico (incluindo administração), e não *temático*, como o do associado (apenas científico e editorial). Ainda assim, não é incomum que as denominações *associado* e *adjunto* sejam empregadas indistintamente.

Os editores associados são também, às vezes, chamados de *editores de área*, mas a primeira denominação apresenta uma conotação de *status* superior. O editor associado *participa da decisão* de aceitar ou não uma submissão, enquanto o de área apenas intervém no tratamento que os autores dão às recomendações dos revisores e na finalização do texto (o que o associado também faz, ver citação de Tobochnik na seção 5.1).

É bastante óbvio que a revista tenha um editor associado (ou até mais de um) nas subáreas em que receba uma grande quantidade de contribuições. Mas às vezes pode ser interessante possuir um editor associado para promover ou ampliar o número de submissões em uma subespecialidade emergente ou em um “nicho do conhecimento” em que haja poucos pesquisadores, com o objetivo de tornar-se a revista preferencial do respectivo segmento. É o caso em que o editor associado trabalhará mais como garimpeiro do que como consultor editorial sênior – embora, quanto mais eficaz for em angariar artigos, mais tarefas editoriais terá de desempenhar...

5.2.3 Editor Convidado

Para o caso específico de um fascículo dedicado, isto é, especialmente voltado para um setor novo e palpitante do conhecimento, o editor científico poderá designar um editor convidado, que deverá ser um pesquisador ativo e experiente no assunto e a quem caberá a coordenação e direção de todo o processo de preparação científica dos originais que integrarão o fascículo em questão (da chamada dos trabalhos até a aprovação da versão final para publicação).

5.2.4 Editor de Seção

As revistas podem ter seções permanentes (como resenhas de livros, novos equipamentos, oportunidades profissionais, testes etc.), cada uma das quais sob responsabilidade de um editor que apenas a ela se dedique.

5.2.5 Editor Consultivo

Pessoa de larga experiência e muito conhecimento tanto de editoração científica como da área do conhecimento envolvida, que não participa diretamente da produção ou dos procedimentos específicos do periódico, mas a quem o editor científico recorre excepcionalmente para aconselhar-se e discutir as suas dúvidas mais profundas e as questões mais críticas relativas à publicação. Ao incluir a presença de um editor consultivo em sua equipe, tanto ou mais do que se beneficiar das discussões e dos aconselhamentos, o editor geral estará rendendo uma homenagem, apresentando um

agradecimento e expressando grande respeito pela pessoa. Muitas vezes, editores que criaram a revista e a conduziram por longo tempo são mencionados como *consultivos* ou mesmo *fundadores*.

■ 6 Garantia da Credibilidade Científica IV: Funções e Responsabilidades no Processo Editorial

O *Quadro* relaciona as principais tarefas e decisões do processo editorial, aponta os integrantes da estrutura que têm competência para realizá-las e indica o número *aproximado* (*sugerido*) de vezes que cada um deverá fazê-lo em um ano (ou para 100 submissões recebidas). Seguir aproximadamente essas indicações, contando com uma equipe engajada e dedicada, permite maximizar a qualidade científica sem sobrecarga para ninguém. Preparar uma revista científica exige uma grande dedicação e implica dar de *seu* tempo para melhorar o trabalho de *outros* pesquisadores, em detrimento de seus próprios projetos. Somente com o envolvimento de uma equipe isso pode ser feito sem que o editor fique seriamente prejudicado em sua carreira de pesquisador.

97

Quadro <i>Distribuição das principais tarefas e decisões editoriais entre os editores (geral e associados) e os integrantes do Corpo Editorial Científico, especificando a competência para realizá-las e o número (tentativa) de vezes que deveriam fazê-lo a cada ano (ou a cada 100 submissões)</i>						
Responsabilidade no periódico	Editor Geral		Editor Associado		Integrante Editorial do Corpo Científico	
Quantas pessoas são	1		3 (2 a 4)		30 (20 a 35)	
Competência para fazer e frequência	compet.	vezes/ano	compet.	vezes/ano	compet.	vezes/ano
1. Revisão de recebimento (<i>desk revision</i>): aprovar o atendimento às normas ou retornar à\ao remetente	sim	0*	sim	0*	sim	0*
2. Revisão de recebimento (<i>desk revision</i>): aprovar o atendimento à política editorial ou rejeitar	sim	20	sim	20	sim	5 a 8
Delegar essa tarefa a um editor associado	sim	60	não	-	não	-
Delegar essa tarefa a um integrante do Corpo Editorial Científico	sim	20	sim	10	não	-
3. Proposição dos revisores <i>ad hoc</i>	sim	20	sim	20	sim	5 a 8
• Delegar essa tarefa a um editor associado	sim	60	não	-	não	-
• Delegar essa tarefa a um integrante do Corpo Editorial Científico	sim	20	sim	10	não	-
4. Designação dos revisores <i>ad hoc</i>	sim	100	não	-	não	-
5. Recebimento e avaliação dos pareceres <i>ad hoc</i> e recomendação editorial	sim	20	sim	20	sim	5 a 8
• Delegar essa tarefa a um editor associado	sim	60	não	-	não	-
• Delegar essa tarefa a um integrante do Corpo Editorial Científico	sim	20	sim	10	não	-
6. Decisão editorial (aceitar, rejeitar, ou às autoras e aos autores para reformular)	sim	100	não	-	não	-
7. Verificação do trabalho dos autores e nova recomendação editorial	sim	20	sim	20	sim	5 a 8
• Delegar essa tarefa a um editor associado	sim	60	não	-	não	-
• Delegar essa tarefa a um integrante do Corpo Editorial Científico	sim	20	sim	10	não	-
8. Decisão editorial (aceitar, rejeitar, ou retornar ao passo 3 = reavaliar)	sim	100	não	-	não	-

Nota. A revisão de normas é importante, mas não diz respeito ao conteúdo científico. É conveniente, e talvez até mais eficaz, que seja efetuada por um colaborador técnico.

Para os editores-leitores que gostam de aritmética (não sendo seu caso, pule este parágrafo!), o *Quadro* permite algumas análises interessantes, sempre tendo em mente que ele foi preparado considerando 100 submissões. Por exemplo, na coluna do editor geral, o número 100 aparece nos itens 4 (designação dos consultores) e 6 e 8, correspondentes às tomadas das decisões editoriais (*parciais* ou *final*). De fato, essas decisões competem a ele e só a ele. Ainda na coluna do editor geral, somando-se item e subitens de 2, de 3, de 5 e de 7, tem-se mais quatro vezes 100. Depreende-se, daí, que *todos os artigos passam ao menos sete vezes pelo editor*, totalizando 700 passagens em 220 dias úteis por ano. Conclusão: está atrasado o editor que recebe 100 submissões/ano e não olha de três a quatro artigos por dia (ou de 15 a 20 por semana, se quiser concentrar a tarefa)!

Esse panorama fica apenas um pouco amenizado se nos detivermos na aritmética das linhas, especialmente nos itens que preveem a *delegação*. Vamos exemplificar para o item 3 (a lógica é similar para todos os demais casos de delegação). São recebidas 100 submissões, para as quais cumpre escolher os consultores *ad hoc*. O próprio editor faria isso em cerca de ~20 oportunidades, delegando ~60 para os seus associados e ~20 diretamente para um integrante do Corpo Editorial Científico. Como são três editores associados (neste exemplo), cada um recebe, em média, ~20 artigos por ano para escolher pareceristas (60 artigos ÷ 3 editores associados ≅ 20). Destes, digamos que faça 20 indicações, delegando 10 para alguém do Corpo Científico. Então, este Corpo recebe ~20 artigos do editor geral e mais ~30 dos editores associados (a cada 100 submissões), significando que cada um de seus 30 (neste exemplo) membros efetuará a indicação de consultores *ad hoc* para (aproximadamente) dois artigos por ano. Aplica-se o mesmo raciocínio a todas as demais tarefas editoriais que podem ser delegadas no quadro, e verifica-se que, com todos trabalhando, a carga sobre o editor geral pode ficar efetivamente amenizada; algumas das 700 passagens de que se falou no parágrafo anterior podem ser apenas delegações, portanto bastante rápidas.

No *Quadro*, propusemos um número de pessoas de 20 a 35 para o Corpo Editorial Científico, cerca de 20% a 35% da expectativa anual de submissões. O razoável é que cada um se envolva com a revista seis ou sete vezes ao ano, o que corresponde a um potencial aproximado de 120 a 250 intervenções altamente significativas para a qualidade do conteúdo. O editor que prescindir dessas intervenções não estará realizando o seu trabalho da melhor maneira. Ao fazer os convites aos integrantes do Corpo, o editor deve deixar explícito que, mais do que *espera*, ele *precisa* e *vai usar* essa colaboração, devendo o convidado reservar uma disponibilidade de tempo compatível. Compromisso idêntico, porém estabelecendo um envolvimento bem maior, deve ser acordado com os editores associados. Talvez uma boa providência seja preparar, para esses colaboradores diretos, um bem elaborado *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*...

Para ilustrar o emprego da dinâmica editorial preconizada no *Quadro*, extraímos o trecho a seguir do Relatório Anual dos Editores da *Revista de Saúde Pública* (1990), que prima pela rigidez do processo editorial e conta um número significativo de indexações (entre as quais se destacam Biosis, MEDLINE e *Web of Science*).

A qualidade do manuscrito é a garantia de qualidade de um periódico científico. Assim, cada manuscrito submetido à publicação na *Revista de Saúde Pública* é analisado sob seus aspectos gerais segundo normas adotadas pela Revista. Os manuscritos que não atendem a esse nível de exigência são devolvidos aos autores. Se o manuscrito for considerado apropriado, o Editor o encaminha ao Editor Associado que faz uma segunda análise. Se considerado adequado, são escolhidos dois relatores, especialistas na temática do manuscrito, para apreciação de seu conteúdo científico. Os Editores Associados tomam conhecimento dos pareceres e propõem... que o trabalho seja: aceito; aceito sob condição; recusado com possibilidade de ser reformulado; recusado.

Note-se o envolvimento dos editores associados nas tarefas 2, 3 e 5 do *Quadro*.

Outro aspecto que cumpre ressaltar é que as responsabilidades do editor geral, dos editores associados e dos membros do Corpo Editorial Científico se distinguem muito mais pela quantidade do que pela natureza: todos desempenham praticamente as mesmas funções, a diferença está no número de vezes que o fazem por ano. Ligeiramente diferente, porém quase equivalente, é o envolvimento de editores assistentes, os quais podem atuar em parte como os associados, mas com menor autonomia decisória, sendo, em geral, mais diretamente supervisionados pelo editor geral (ver seção 5).

Observe-se, finalmente, que nesta seção, em nenhum momento foi mencionado o Conselho/Comitê de Política Editorial. Efetivamente, como dito na seção 2, esse colegiado nada tem a ver com o conteúdo de um determinado fascículo. Suas preocupações situam-se em outra esfera, como especificado em suas atribuições naquela seção.

■ 7 Garantia da Credibilidade Científica V: Automatizando a Administração com *Submission* e SEER

99

A seção anterior deve ter deixado bastante claro que editar uma revista é uma tarefa que exige muita dedicação. Facilmente, chegamos lá a 800 passos para tramitar 100 artigos. Mas aqueles passos correspondem apenas aos procedimentos diretamente relacionados à qualidade de conteúdo. Não falamos em formatação final para publicação, revisão de provas, aprovação da última versão pelos autores, encaminhamento à gráfica e distribuição (para revistas impressas) ou publicação no *site* e providências para preservação (para as eletrônicas). De fato, de acordo com Trzesniak (1998), cada artigo recebido exige entre 15 e 30 operações editoriais até ter um destino final no âmbito da revista (a variação se deve a que o artigo pode ser rejeitado após a primeira avaliação pelos pares). Para um periódico que publica 50 dos 100 artigos que recebe, isso equivale a 2.200 operações – em um ano, são quase dez por dia útil!

Grandes facilitadores (ou atualmente, talvez, até mais do que isso: *viabilizadores*) para a condução do processo editorial são os programas de computador específicos para o gerenciamento de periódicos. A par de oferecer uma série de procedimentos via Internet, permitindo a submissão e a avaliação através de navegadores (*browsers*), seu emprego, de certo modo, *certifica* a revista como possuidora de uma retaguarda administrativa bem organizada e bem estruturada; permite, assim, uma avaliação mais completa da qualidade global da publicação, uma vez que assegura um processo de gerenciamento bem mais transparente e controlado. Antes de existirem os programas, a avaliação dessa dimensão da qualidade das revistas era feita praticamente apenas com base em declarações dos editores.

Os dois sistemas de gerenciamento editorial de maior presença no Brasil são o *Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas* (SEER), distribuído gratuitamente pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT, <http://www.ibict.br>), e o *Submission: SciELO System of Publication*, oferecido para os periódicos da biblioteca SciELO pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME, <http://www.bireme.br/>). Ambos são traduções/adaptações licenciadas do *Open Journal Systems* (OJS), preparadas pelos respectivos distribuidores. O OJS é um *software* de código aberto desenvolvido, mantido e atualizado pelo *Public Knowledge Project* (PKP, <http://pkp.sfu.ca/>), resultado de uma parceria entre a *University of British Columbia* e a *Simon Fraser University*, no Canadá.

Os recursos para o *gerenciamento* do processo editorial são comuns aos dois sistemas, e são bastante completos e poderosos em todas as tarefas pertinentes. O OJS foi criado com o objetivo de facilitar a vida dos editores, dos pareceristas e dos autores, visando reduzir custo,

energia e tempo de *secretaria* dessas pessoas, liberando-as para se dedicarem mais ao conteúdo científico; desse modo, promove a melhoria da qualidade das publicações periódicas. O sistema é de fácil manuseio, e o autor pode acompanhar o percurso do seu manuscrito até a decisão final sobre a publicação. Os consultores *ad hoc* sentem maior segurança com relação ao sigilo inerente à sua atividade na avaliação *online*. Todo o processo editorial pode ser controlado por um ou mais editores, permitindo com naturalidade o compartilhamento e a delegação de tarefas, já discutidos em conexão com o *Quadro*.

O *Submission* beneficia-se apenas das facilidades para submissão e avaliação de que se falou no parágrafo anterior. As demais etapas, daí até a publicação, bem como os mecanismos de busca e recuperação, seguem a metodologia própria da SciELO. A rigor, então, uma parte do OJS foi adaptada para integrar-se a essa metodologia. A escolha do *Submission* como programa de gerenciamento editorial torna-se, assim, uma opção óbvia para quem publica no sistema SciELO. O PePSIC, por utilizar a plataforma SciELO de publicação, oferece o módulo de submissão *Submission* para as revistas que publicam no Portal.

Publicações independentes encontrarão mais vantagens na adoção integral do SEER. Poderão, através dele, não apenas gerenciar o processo editorial, mas também efetuar a publicação na Internet em *site* com interface de usuário configurável e amigável, com suporte para vários idiomas selecionáveis ao custo de um clique e descrição completa da revista (política editorial, direitos de uso e de cópias, Conselho de Política Editorial, Corpo Editorial Científico, regras de submissão e de avaliação etc.). Além disso, o SEER oferece mecanismos de busca e recuperação, informações estatísticas e suporte nativo à preservação digital via *lockss*⁷, para metadados no padrão *Dublin core*⁸ e para o protocolo de interoperabilidade OAI-PMH. Esse protocolo é, talvez, o mais notável avanço da aliança da moderna ciência da comunicação com a informática. Ele permite que todos os arquivos de informação científica que o incluam em sua arquitetura, mesmo hospedados em máquinas e plataformas distintas, dispersas por todo o planeta, possam ser vistos como uma base de dados única. Em termos de revistas, em termos de estrutura, isso está muito próximo a ter-se um único periódico, com todos os artigos juntos. No entanto, cada editor continua independente em sua atuação, tem sua individualidade completamente preservada. É a integração total da informação, associada à liberdade total de quem a produz.

A contrapartida, porém, também existe, e configura-se em uma imensa responsabilidade. Em uma base de dados gigantesca, como a que pode ser construída via OAI-PMH, a recuperação da informação é fundamental: deseja-se que, ao realizar uma busca relativa a um dado tema, o consulente encontre *todos* os documentos atinentes disponíveis (*revocação* = 1) e *apenas* os documentos atinentes (*precisão* = 1). *Para isso, editoras e editores têm de zelar por metadados de máxima qualidade*. A falta de zelo e de dedicação em atender esse ponto é o maior fator de risco para o movimento do *open access*, e certamente grandes interesses comerciais apostam nele para continuar auferindo seus lucros com a (re)venda da informação científica exatamente à quem a produz. A comunidade de pesquisadores tem em mãos o poder e a liberdade para não necessitar de intermediários para fazer a informação circular livre e rapidamente, mas pode perder a confiabilidade por não saber usar os recursos de modo responsável.

Como se vê, o trabalho do editor vai bastante além da publicação da revista em si. Envolve divulgar os artigos e fazer que sejam lidos e citados. Assim, além dos metadados de máxima qualidade e do protocolo OAI-PMH, cumpre sair em busca do maior número possível de indexações,

7 O *lockss* (*lots of copies keep stuff safe*, ou “montes de” cópias mantêm “a coisa” segura, em tradução literal) é um sistema desenvolvido pelas bibliotecas da Stanford University (USA) o qual replica, sem expor publicamente, o conteúdo de um *site* em múltiplos servidores por todo o planeta. Para conhecer melhor, acesse <http://www.lockss.org/lockss/Home>

8 Metadados são, essencialmente, informações sobre (= que descrevem) a informação principal. Um subconjunto de 15 elementos básicos de metadados, selecionados dentre os muitos já definidos pela *Dublin Core Metadata Initiative* (<http://dublincore.org/>), vem se estabelecendo como um padrão na publicação científica.

acompanhar a entrada dos artigos nas bases de dados, buscar parcerias com associações científicas, bibliotecas, bibliotecários e bibliotecárias, objetivando aumentar a visibilidade de sua publicação. Paralelamente, na retaguarda tecnológica, manter-se atento aos avanços da ciência da informação, por exemplo, garantir a localização dos artigos com a adoção de identificadores persistentes como o DOI (*Digital Object Identifier*). E também praticar e defender o acesso livre ou aberto, abordado no capítulo que trata especificamente desse tema e da publicação digital, assuntos pelos quais já nos aventuramos excessivamente por aqui.

Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003). *Informação e documentação – Publicação periódica científica impressa – Apresentação – NBR 6021*. Rio de Janeiro: Autor.
- Botsford, G. (1993). Remembering Mr. Shawn. *The New Yorker* (Dec. 28, 1992/Jan. 4, 1993), p. 139.
- Goldenberg, S. (2001). *Publicação do trabalho científico: compromisso ético* (Versão preliminar). Recuperado em 14 de janeiro de 2008, de http://www.metodologia.org/saul_etica.PDF
- Lo Bianco, A. C., Hutz, C. S., Bueno, J. L., Feitosa, M. A. G., Guedes, M. C., Yamamoto, O. H., Menandro, P. R. M., & Koller, S. H. (2002). *Manual 2001: instruções para o preenchimento da ficha de avaliação de periódicos científicos em psicologia elaborada pela ANPEPP-CAPE*S (Versão 2002). Recuperado em 21 de novembro de 2007, de www.annpepp.org.br
- Fonseca, R. M. S. da, Meinert, C. R., Café, L., & Arellano, M. Á. M. (2004). Electronic system for journal publishing (SEER). In *ELPUB 8 – Conferência Internacional sobre Publicações Eletrônicas, 2004*, Brasília. Recuperado em 30 de março de 2005, de <http://elpub.scix.net/data/works/att/226elpub2004.content.pdf>
- Pessanha, C. (2005). Ética e divulgação científica: o papel do editor. In *X ENEC - Encontro Nacional de Editores Científicos*. São Paulo. Recuperado em 01 de agosto de 2008, de <http://eventos.bvsalud.org/abec/public/documents/Charles-152301.ppt>
- Relatório anual dos editores, 1989. (1990). *Revista de Saúde Pública*, 24(2). Recuperado em 05 de maio de 2008, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101990000200001&lng=en&nrm=iso
- Valério, P. M. (2005). O periódico científico. In *Curso de atualização sobre avaliação do trabalho científico*. ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos. LNCC – 2005. Recuperado em 02 de maio de 2008, de http://www.lncc.br/abec/doc/lncc_20_anos_da_ABEC/Palmira%20M%20Valerio%20-%20O%20Peri%20F3dico%20Cient%20Edfco%20.doc
- Tobochnik, J. (2008). The art of doing. *American Journal of Physics*, 76(8), p. 701.
- Trzesniak, P. (1995). Quero, logo posso! *Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico*, 19, p. 5.
- Trzesniak, P. (1998). Assegurando a periodicidade da publicação científica através de planilhas de controle. In P. Trzesniak & M. M. Barradas (Eds.), *VII Encontro de Editores Científicos* (Livro de Resumos, p. 13). Petrópolis, RJ: Associação Brasileira de Editores Científicos.
- Trzesniak, P. (2001). Cargos e funções associados à publicação científica: uma proposta de nomenclatura. In *X Curso de editoração científica*. Petrópolis, RJ: Associação Brasileira de Editores Científicos.
- Trzesniak, P. (2004). A designação/substituição de editores científicos de publicações periódicas: um modelo para discussão. *Informativo da Sociedade Entomológica do Brasil*, 29(2). Recuperado em 02 de maio de 2008, de <http://www.seb.org.br/informativo/pdf/Info29-2.pdf>

Indexação e Fator de Impacto

Maria Imaculada Cardoso Sampaio
Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini

Cada vez mais ouvimos autores comentando que só publicam seus artigos em revistas indexadas. Editores também procuram as bases de dados em busca da indexação de suas revistas, pois sabem que, quanto mais indexações conseguirem, maior é o número de artigos de qualidade submetidos à sua publicação, além do reconhecimento e respeito que a publicação passa a merecer. Coimbra Jr. (1999) explica que

103

A inclusão de revistas em determinadas bases consideradas como de maior prestígio tem sido percebida por um número crescente de profissionais (tanto pesquisadores como aqueles ligados a atividades de fomento) como parâmetro indicativo da qualidade de um periódico e, por extensão, dos artigos neste publicados, gerando acirrada competição entre editores, autores e instituições financiadoras de pesquisa. (p. 884)

Dessa forma, o termo indexação, outrora utilizado especialmente na área de biblioteconomia, passou a ser largamente empregado no meio editorial das revistas técnico-científicas. Outro espaço que vem utilizando amplamente a palavra é a Internet, e passamos, então, a ouvir o termo vinculado à organização de *sites* e páginas na *web*, a partir da criação de bancos de dados formados com base nos termos procurados nos *sites* de busca.

É comum também o emprego equivocado do termo e, não raramente, editores escrevem em suas revistas que essas são indexadas no ISSN, catálogo de bibliotecas e até mesmo em sumários de periódicos, tipo de publicação que, praticamente, deixou de existir à medida que o acesso às bases de dados foi se tornando mais barato e menos restrito. Afinal, o que significa para uma revista ser indexada?

Neste capítulo daremos alguns esclarecimentos sobre o assunto e faremos a apresentação de algumas importantes bases de dados indexadoras na área da Psicologia.

■ 1 Indexação

Com relação à área da Ciência da Informação, o termo indexação significa a representação temática do conteúdo de um documento mediante a atribuição de descritores. Entretanto, quando se trata de periódicos científicos, o termo indexação pode ser traduzido como o “sonho” de todo editor. Indexar uma revista significa incluir o periódico em uma base de dados. Simples assim? É. O complicado é exatamente conseguir inserir a revista nos indexadores. As dificuldades começam, muitas vezes, com o conhecimento da base de dados, como devemos proceder, para onde devemos mandar as revistas. Vencidas essas etapas, resta esperar pelo resultado do comitê de avaliação da base e aí, mesmo que de forma velada, podemos deparar com preconceitos, protecionismo e, até mesmo, falta de verbas para a manutenção da ferramenta. Dessa forma, rejeitar uma revista com uma justificativa vaga aparece como uma solução para não aumentar o trabalho quase impossível de ser realizado pela explosão do número de publicações periódicas. Coimbra Jr. (1999) explica que, no início, as bases não tinham como atributo a seletividade e procuravam incluir o maior número possível de itens sobre um determinado assunto. Com o aumento da quantidade de publicações seriadas, tornou-se cada vez mais difícil assegurar uma cobertura universal. Assim, a compilação de índices, muitas vezes efetuada de forma manual, foi se transformando em uma tarefa impossível de ser cumprida. O caminho foi partir para a seletividade, incluindo-se critérios de seleção que justificassem a não aceitação de grande parte das revistas publicadas nas diversas áreas do conhecimento.

Da parte do usuário final, ou seja, autores e leitores, as bases de dados são eficientes instrumentos para organização e disseminação da informação. Não podemos mais imaginar um levantamento bibliográfico sem a utilização desse recurso para o acesso à informação. Além das informações básicas sobre um documento, as bases de dados fornecem informações complementares, como a instituição de afiliação e o *e-mail* dos autores. “Portanto, pesquisadores de diferentes países interessados em um determinado tema, por mais que não tenham contato, têm a oportunidade de se comunicar, solicitar separatas e trocar informações” (Coimbra Jr., 1999, p. 884).

Afinal, o que é indexação? Segundo o FAQ da LILACS Express (http://lpx.bvsalud.org/P/LILACS_Express/faqs_pre.htm#indexacao), “Indexação é o processo pelo qual é descrito o conteúdo temático de um documento mediante a atribuição de descritores ou palavras-chave, após sua leitura técnica e análise”. Vale a pena definir o que são descritores e palavras-chave. Descritores são termos normalizados a partir de um vocabulário controlado; palavras-chave são retiradas do texto sem a preocupação com a normalização e/ou padronização. Então, indexação é o ato de representar o conteúdo de um documento a partir da atribuição de descritores. É essa atribuição de descritores que permite a recuperação eficiente do documento.

Em se tratando de indexação em bases de dados, o termo ganha a conotação do processo de avaliação e registro dos artigos da revista, além da inclusão da referência e dos resumos dos artigos da revista aprovada. Atualmente, além dos dados referenciais do documento, muitas bases de dados apontam para o artigo na íntegra, quando o mesmo se encontra em espaço virtual sólido e confiável. Nesse contexto, o “indexador” passa a ser a base de dados onde a revista está registrada e seus artigos incluídos. Quando falamos, então, que um periódico está indexado significa que ele foi selecionado para indexação e consta de uma determinada base de dados. O leitor pode perguntar: “Ah, então a indexação das revistas começou juntamente com o surgimento das bases de dados eletrônicas?”. Não!

Antes mesmo de existirem as bases de dados, havia os indexadores que efetuavam o mesmo processo de avaliação da revista e registravam seus dados referenciais. A diferença é que os dados eram apresentados de forma impressa, nas publicações conhecidas como “Abstracts”. Coimbra Jr. (1999) ensina que

A indexação bibliográfica teve início no final do século XIX e no início do XX, resultante da iniciativa de grupos de pesquisadores que, impossibilitados de acompanhar de seus *bureaus* a crescente quantidade de materiais que era publicada ao redor do mundo sobre um determinado assunto, se viram impelidos a desenvolver sistemas que racionalizassem e facilitassem o acesso às informações. (p. 884)

Castro (2005) afirma que base de dados significa “coleção de registro de documentos, representados como unidades informacionais, descritos em campos específicos (autor, título, assunto, data, país etc.) que podem ser recuperados individualmente ou combinados entre si”.

Os pesquisadores que iniciaram suas atividades anteriormente à popularização da informática empregaram muitas horas do seu tempo consultando o *Psychological Abstracts*, *Chemical Abstracts*, *Biological Abstracts* e outras renomadas publicações que, periodicamente, chegavam às bibliotecas e davam conta dos novos artigos publicados em importantes revistas científicas. Esse tipo de publicação podia ser chamado de bases de dados também, porém na versão impressa. A informatização das bases de dados trouxe grande benefício aos usuários, pois imprimiu velocidade e precisão na busca de informação.

A base de dados mais utilizada no mundo é compilada pela *National Library of Medicine* (Washington, DC), desde 1879, e era chamada de *Index Medicus*. A partir dos anos 1960, a informatização das referências constituiu o sistema MEDLARS (*Medical Literature Retrieval System*), que atualmente integra cerca de quarenta bases de dados, inclusive a MEDLINE, que é a mais conhecida e utilizada. Hoje, a tarefa de rastrear um tema ou um autor é extremamente facilitada a partir da consulta às bases de dados eletrônicas. Antigamente, um pesquisador passava semanas em uma biblioteca consultando os *Abstracts* e, ainda assim, não tinha a segurança de ter esgotado as principais fontes de informação. Atualmente, em poucas horas, utilizando os recursos de cruzamentos de termos, o usuário obtém, de forma rápida e precisa, as informações relevantes para sua revisão da literatura e fundamentação teórica.

Cada área possui seu próprio indexador. Na área da Psicologia e ciências afins, podemos citar a base de dados PsycINFO, editada pela *American Psychological Association* (APA), originada a partir da publicação *Psychological Abstracts*, como uma das mais importantes ferramentas para organização e disseminação da informação. Na área da educação temos a base ERIC, na medicina a MEDLINE.

Um periódico pode estar indexado em mais de uma base de dados, isso depende muito da natureza da publicação, ou seja, da sua diversidade e articulação nas diversas áreas do conhecimento. Por exemplo, uma revista de Psicologia voltada para a área da Saúde poderá estar indexada na LILACS, PsycINFO, MEDLINE e outras. Uma revista de Psicologia voltada para as ciências humanas poderá estar indexada na PsycINFO, ERIC, *Sociological Abstracts* e assim por diante.

É fato que quanto mais indexações o periódico tem, mais credibilidade e maior visibilidade terá no meio científico e melhor será seu desempenho nos processos de avaliação. Porém, conseguir a indexação não é uma tarefa tão fácil assim, pois, para ser incluída em determinadas bases de dados, a revista precisa se adequar a certos critérios de seleção, exigidos pelo indexador, e ser aprovada por um Comitê Consultivo e/ou de Seleção.

■ 2 O Processo de Seleção das Bases de Dados

De acordo com Dantas (2004), depois do árduo processo de transformar os resultados de sua pesquisa em texto científico, o autor e seus colaboradores partem para outro desafio: publicar o resultado de seu trabalho, de tal modo que seja visto, analisado e se torne acessível à comunidade científica, que dará ou não o devido mérito às eventuais descobertas e inovações que a pesquisa traz.

A busca da publicação de seu trabalho em revistas indexadas por bases de dados internacionais parece ser o caminho natural... e, dada a relação procura/demanda, muitas vezes leva-se tempo para publicá-los, além da dificuldade em vencer certas barreiras xenófobas de algumas editoras internacionais. (Dantas, 2004, p. 569)

A indexação em bases de dados tem sido ressaltada como um caminho para se conhecer a qualidade de uma revista científica. Parece razoável. Antes de aceitar uma publicação, os comitês de avaliação analisam criteriosamente a revista. Nesse processo, critérios de formas e, muitas vezes de conteúdo, são utilizados para mensurar a qualidade e adequação da publicação ao padrão exigido pela base. Por outro lado, as comissões de avaliação dos órgãos de fomento consideram a indexação em bases de dados como parâmetro de medida. Também na avaliação da produção dos pesquisadores e docentes das universidades brasileiras, leva-se em conta a publicação de artigos em revistas indexadas em bases de dados reconhecidas na área de atuação do autor.

Explicitar os critérios de avaliação para inclusão de revistas é um atributo que a base de dados deve possuir. É de conhecimento geral que cada base de dados, independentemente da área de atuação, tem seus próprios objetivos e critérios de seleção para indexação. Uma breve análise dos critérios das mais importantes bases de dados publicadas no mundo permite afirmar que a maioria dos critérios é comum. Apoiadas nas orientações de Castro (2005), relacionamos a seguir os principais elementos para a admissão de periódicos em bases de dados:

- publicar preferencialmente contribuições originais, com alto rigor científico, que constituam avanços do conhecimento científico e que evidenciem a importância e originalidade da revista para a área temática à qual se apresenta;
- incluir um número significativo de artigos científicos originais por fascículo e de fascículos por ano;
- deixar claro o processo de revisão por pares (*peer review*), procedimentos, datas de recebimento, revisão e aprovação do manuscrito;
- publicar a lista de pareceristas (consultores *ad hoc*) e suas respectivas instituições;
- respeitar os prazos estabelecidos para publicação: uma revista trimestral publicada em dia é mais bem avaliada que uma mensal com atraso de publicação;
- incluir “Instruções aos autores” com informações claras e adequadas. Os objetivos da revista, critérios e processos de seleção, normas utilizadas, procedimentos éticos e responsabilidades devem ser declarados na publicação;
- selecionar os membros do Comitê Editorial entre profissionais reconhecidos na área e de importância para a área temática da revista, de várias instituições do país e, se possível, de outros países. A endogenia deve ser evitada ao máximo. É importante ressaltar que revistas que possuem um Conselho Editorial com membros predominantemente de uma instituição normalmente não são aceitas pela maioria das bases de dados;
- incluir título, resumo e palavras-chave no idioma original, em inglês e espanhol também, contribuindo para ampliar a visibilidade do conhecimento gerado na América Latina;
- realizar um sério trabalho editorial: estilo conciso, linguagem científica, uso correto do idioma, resumo, palavras-chave, figuras e tabelas claras e precisas, normalização das referências;
- empregar normas internacionais reconhecidas para a normalização dos elementos do artigo;
- perseguir a ampla divulgação e o reconhecimento por instituições da área, de modo a garantir um alto índice de citações;
- conseguir que os membros do Comitê Científico e Editorial publiquem na revista;
- publicar a revista em formato eletrônico, porém em metodologia reconhecida e não um arquivo em PDF, que por alguma razão deixará de dar acesso ao conteúdo dos artigos.

Com relação ao conteúdo, é recomendável:

- publicar artigos científicos originais e de revisão crítica ou sistemática que fornecem maior impacto científico para a seleção das revistas;
- incluir seções de menor impacto científico internacional (atualização, notícias, entrevistas, resenhas e traduções).

Quanto à regularidade e frequência de publicação:

- Observar a frequência mínima recomendada. Independente da área, revistas são meios rápidos de publicação de resultados de pesquisa ou de reflexão e, cada vez mais, devem apresentar velocidade na circulação do conhecimento.

Sobre a normalização:

- possuir ISSN (*International Serial Standard Number*) registro de identidade da revista e código de barras;
- publicar instruções claras e completas aos autores quanto à norma utilizada para o preparo de referências bibliográficas e citações no texto;
- efetuar sério trabalho editorial (revisão de estilo e de linguagem científica; uso correto do idioma (especialmente idioma estrangeiro); figuras e tabelas claras e precisas; normalização das referências) (Castro, 2005);
- seguir efetivamente o que está escrito nos procedimentos para aceitação dos manuscritos.

Na busca pela indexação, o trabalho do editor é de suma importância. Entretanto, autores, revisores e demais membros do Conselho Editorial desempenham papel relevante no processo. Um editor bem informado com relação aos principais indexadores de sua área de atuação, participante ativo em eventos da área de editoração científica e, atualmente, de Bibliometria e Cientometria, além de se manter afiliado às associações de editores científicos, é um forte candidato a conseguir a inclusão nas bases de dados da revista sob sua responsabilidade. Autores cuidadosos no preparo de seu manuscrito, que utilizam metodologias científicas e estatísticas sólidas, observam regras gramaticais, conhecem as convenções internacionais para o preparo de resumos e os vocabulários controlados da área. Além das normas para preparo de referências e citações no texto, são eficientes colaboradores no processo de obtenção da indexação. Revisores que analisam o manuscrito com cuidado, que respeitam a ética na publicação, oferecem sugestões para melhoria do trabalho e respeitam os prazos informados pelo editor, também são excelentes aliados no processo. Finalmente, os membros do Conselho Editorial, efetivamente envolvidos e responsáveis, trabalham, juntamente com o editor, na seleção, revisão e aprovação dos melhores manuscritos que, certamente, serão decisivos para a aprovação da revista pela base de dados.

■ 3 Tipos de Bases de Dados

A Internet favoreceu os enlaces e a integração entre as fontes de informação, rompendo a rigidez da sistematização; no entanto, para efeito de categorização, podemos citar três tipos de bases de dados:

- **Referenciais:** apresentam a referência, o resumo e, atualmente, fazem *link* com o texto completo, quando este se encontra disponível na Internet, como, por exemplo: PsycINFO, MEDLINE, LILACS, PSICODOC, Index Psi Periódicos;

- **Texto completo:** utilizam metodologias reconhecidas para a publicação dos textos integrais dos artigos. Podemos citar o SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), o PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e a Redalyc (*Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, Espana y Portugal*);
- **Índices de citações:** além de incluir informações sobre as revistas e os artigos indexados, fazem a análise do desempenho da publicação entre a comunidade científica.

Considerando a importância deste último tipo de base de dados e os questionamentos que essas ferramentas provocam, vamos nos deter um pouco mais nas explicações dessas ferramentas. As duas mais famosas fontes dessa natureza são: *ISI Web of Knowledge (Web of Science)* e o *Journal of Citation Reports (JCR)*, ambas da empresa *Thomson Reuters*. O *Institute for Scientific Information (ISI)* foi o criador do famoso fator de impacto, sendo que a plataforma de pesquisa atualmente é administrada pela *Thomson Reuters*.

O fator de impacto é um indicador bibliométrico utilizado para medir as citações a um determinado periódico. É calculado dividindo-se o número de citações recebidas por um periódico em um determinado ano pelo número de artigos publicados por ele nos dois anos anteriores. Por exemplo, o fator de impacto de uma revista científica no ano 2000 é calculado a partir do número de citações recebidas em 2000 pelos artigos publicados por essa mesma revista nos dois anos antecedentes (1998 e 1999). Complicado? Sim. Trata-se de uma complexa fórmula matemática. Se uma determinada revista publica 10 artigos por ano e, em 2000 apenas um desses artigos foi citado por outro artigo publicado em 2000 em uma revista que faz parte da lista de revistas do indexador ISI, o fator de impacto será 1 dividido por 20 (10 artigos de 1998 e 10 artigos de 1999), ou seja, 0,05.

Por ser uma medida estatística, o fator de impacto pode ser afetado e ter seu valor interpretado erroneamente. O fator de impacto varia enormemente entre as diferentes áreas de pesquisa. Em média, as publicações das áreas de Neurociências, Medicina Interna, Farmacologia e Toxicologia recebem melhor avaliação que publicações nas áreas de Sociologia, Engenharia, Matemática e Ciências da Computação.

Não devemos nos esquecer de que o fator de impacto foi desenvolvido como uma ferramenta estatística para se calcular a média das citações recebidas por um periódico, e não por um artigo ou para se avaliar a qualidade da publicação ou dos autores, pois um artigo pode ser muito citado por conter informações polêmicas ou errôneas, e assim o índice pode ser elevado. Lembramos também que o fator de impacto é uma média, ou seja, se uma revista publica em dois anos 20 artigos e apenas um deles recebe 200 citações e os outros nenhuma, o fator de impacto será de 20. Sem dúvida alguma o fator de impacto de uma ferramenta é importante nas análises bibliométricas, mas devemos ser cuidadosos na sua utilização.

Mesmo com ressalvas, a *Web of Science* reinou soberana durante muitos anos, fornecendo seus índices bibliométricos para matérias de jornais e para avaliação de docentes e pesquisadores de órgãos de fomento e apoio à pesquisa.

Utilizando a mesma lógica que a *Web of Science*, o SCOPUS, editado por ELSEVIER, é uma ferramenta que abrange uma vasta coleção de resumos, referências e indicadores da literatura científica e técnica. A base teve seu projeto iniciado no ano 2002 e seu lançamento oficial em 2004, facilitando ao pesquisador a busca e análise do impacto de um tema ou de um determinado autor na construção do conhecimento. Mais flexível que a *Web of Science* na seleção das revistas para indexação, em abril de 2008, a base indexa 15 mil revistas arbitradas, contra 9.300 do ISI.

Outra fonte de informação vem promovendo indicadores de citação, surpreendendo a comunidade científica e concorrendo com a *Web of Science* e o SCOPUS. Estamos falando do *Google Scholar*, ou *Google Acadêmico*, que vem analisando as citações aos artigos e textos científicos que estão publicados nas milhares de fontes de informação disponíveis na Internet. Para

exemplificar, fizemos uma busca no *Google Scholar* utilizando o termo “periódicos científicos”, e o retorno foi de 15.800 registros, sendo que o primeiro exibido, ou seja, o mais citado, é o artigo de autoria de Rosaly Krzyzanowski e Cecília Ferreira, cujo título é “Avaliação de Periódicos Científicos e Técnicos Brasileiros”, publicado na revista *Ciência da Informação*, no ano de 1998, com 77 citações, em abril de 2009.

Bakkalbasi, Bauer, Glover e Wang (2006) analisaram artigos de 11 revistas da área de Oncologia e Física com diferentes fatores de impacto, com relação ao número de citações nas bases *Web of Science*, *SCOPUS* e *Google Acadêmico*, e concluíram que cada uma das bases apresenta índices de citações diferenciados, dependendo da área e do ano de publicação do artigo. Os autores afirmam que não é tarefa fácil para o pesquisador obter o real conhecimento dos estudos em sua área, uma vez que as ferramentas não oferecem a cobertura completa dos artigos produzidos. O que essas três últimas bases de dados têm em comum e que difere das demais ferramentas para organização e recuperação da informação? É que, além de fazer a reunião, organização e disseminação do conhecimento, analisam o impacto que um determinado artigo, ou revista, provoca na comunidade científica, a partir do número de citações que recebem por seus pares.

Considerando que o *Google* tem como princípio a gratuidade de acesso e a tendência atual que aponta para a publicação em revistas eletrônicas de acesso gratuito, podemos dizer que em pouco tempo a base de dados se transformará no maior índice de citações de que o mundo já dispôs.

Segundo Mugnaini, Jannuzzi e Quoniam (2004)

Idealmente, os indicadores bibliométricos deveriam ser computados a partir de uma base multidisciplinar específica de cada país, para quantificar os feitos científicos lá considerados como relevantes. No caso do Brasil, não existe ainda uma base bibliográfica com a representatividade necessária, em que pesem os esforços expressivos neste sentido, como o projeto SciELO, da BIREME e FAPESP, com um total de aproximadamente 120 revistas em texto integral e de acesso gratuito, e a Plataforma Lattes, do CNPq, com uma ampla gama de informações sobre produção científica de pesquisadores brasileiros. (p. 125)

Concordamos com os autores com relação à necessidade de uma base de dados que forneça os indicadores bibliométricos do nosso país e, quiçá, da América Latina. Também vemos esse horizonte com os esforços do SciELO e, pontualmente na área da Psicologia, com o PePSIC, uma vez que as duas bases de dados fornecem indicadores de citações, baseados naqueles desenvolvidos pelo ISI.

■ 4 Procedimentos para Indexação

Normalmente a tarefa de solicitação de indexação fica a cargo do editor e/ou da Equipe Editorial da revista. Apontamos alguns passos que podem facilitar esse processo.

O editor e/ou a Equipe Editorial deve conhecer a natureza da base de dados na qual a revista será submetida. Cada base de dados possui seus objetivos, público-alvo, áreas temáticas e critérios de seleção. Como vimos, alguns critérios são comuns à maioria das bases de dados, como, por exemplo: qualidade científica da revista, reconhecimento do Corpo Editorial, qualidade do conteúdo, regularidade de publicação, frequência de publicação, normalização técnica dos artigos, alcance do idioma de publicação. Uma base de dados com cobertura ampla ou internacional não necessariamente irá incluir tudo o que se publica na área, pois as bases de dados têm seus limites, que são, na maior parte das vezes, de caráter econômico e físico, ao invés de limitações científicas das revistas. Considerando essas limitações, não basta que a revista seja “ótima”, deve ser melhor que outras da mesma área para que seja selecionada. Mais original, mais citada e, atualmente, estar em formato eletrônico.

É interessante que se faça uma avaliação preliminar da publicação antes da submissão. Normalmente, os critérios de seleção estão explicitados no próprio *site* da instituição responsável pela base de dados. É necessário enviar uma solicitação ao responsável pela base de dados pedindo a indexação. No caso de periódicos impressos, o editor deverá enviar juntamente com a carta os números da revista publicados nos dois últimos anos, ou de acordo com a orientação da base. No caso de a revista estar atrasada, não é conveniente solicitar a indexação, espere a situação ser regularizada. Revistas com menos de dois anos de publicação, ou apenas três números publicados, normalmente não são selecionadas.

Com a contribuição de Gerson Tomanari, membro da Comissão de Avaliação de Publicações da CAPES/ANPEPP, apontamos as bases de dados utilizadas pela Comissão CAPES/ANPEPP Qualis Periódicos 2007.

PePSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia (<http://pepsic.bvs-psi.org.br>)

Fruto da parceria entre a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), a Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP) e a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI), o portal PePSIC reúne uma coleção de revistas científicas em Psicologia e áreas afins, publicadas com texto completo e acesso livre. A organização e estrutura da coleção seguem a metodologia do *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Atualmente, a coleção conta com mais de 70 periódicos publicados de 11 países da América Latina. Para ingresso, os periódicos precisam cumprir requisitos técnicos de editoração de artigos eletrônicos. Acesso aberto.

LILACS - Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (<http://www.bvs.br>)

A base de dados LILACS é produzida de forma cooperativa pelas instituições que integram o Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde sob a coordenação da BIREME/OPAS/OMS (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), compreende a literatura relativa às Ciências da Saúde publicada nos países da América Latina, do Caribe e região a partir de 1982. Contém mais de 450 mil registros bibliográficos e, quando possível, *links* para o texto completo com acesso livre. Os principais objetivos dessa base de dados são o controle bibliográfico e a disseminação da literatura científico-técnica latino-americana e do Caribe na área da Saúde, ausente das bases de dados internacionais. Para ingresso na LILACS, os periódicos são analisados por especialistas com base em critérios que consideram: conteúdo, revisão por pares, Comitê Editorial, regularidade de publicação, periodicidade, tempo de existência, normalização, apresentação gráfica. Acesso aberto.

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades (<http://www.dgbiblio.unam.mx/clase.html>)

A base de dados CLASE, criada em 1975, é mantida pela Universidade Nacional Autônoma do México (*Universidad Nacional Autónoma de México*, UNAM). Contém atualmente cerca de 270 mil registros bibliográficos, alguns dos quais remetem não apenas ao resumo, mas também ao texto completo de artigos, ensaios, resenhas de livros, revisões bibliográficas, comunicações breves, editorial, biografias, entrevistas e outros documentos publicados em aproximadamente 1.500 revistas, impressas ou eletrônicas, da América Latina e do Caribe, na área de Ciências Humanas e Sociais. Para indexação na base de dados CLASE, revistas acadêmicas de pesquisa, técnico-profissionais e de difusão científica ou cultural são analisadas com base em critérios de normatização editorial, gestão e visibilidade, conteúdo com finalidade de indexação. Acesso aberto.

SciELO BRASIL - Scientific Electronic Library Online (<http://www.scielo.br>)

A *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que fornece acesso a textos completos de uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. É o resultado de um projeto de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) e apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para ser incluído na coleção SciELO Brasil, o periódico deve passar por procedimentos de avaliação que compreendem três aspectos: (1) de formato, quanto a adequação às normas; (2) de endogenia, com relação à concentração institucional e geográfica do Conselho Editorial e dos autores; e (3) de conteúdo, para assegurar a qualidade científica. No processo avaliativo, são analisados elementos do periódico, como: caráter científico; arbitragem por pares; Conselho Editorial; periodicidade; número de artigos por ano; tempo de existência; pontualidade, resumo, palavras-chave e título em inglês; normalização; afiliação de autores; citações recebidas; entre outros. Acesso aberto.

111

Latindex - Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal (<http://www.latindex.unam.mx>)

Criada em 1995, o Sistema Regional de *Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Latindex) é resultado da cooperação de uma rede de instituições que buscam reunir e disseminar informações sobre as publicações científicas seriadas produzidas na América Latina, no Caribe, na Espanha e em Portugal, em suas respectivas línguas, em todas as áreas do conhecimento. Latindex tem à disposição três produtos básicos de informação: 1) Um Diretório de informações editoriais sobre mais de 16 mil periódicos científicos. 2) Um Catálogo formado por cerca de 3 mil revistas selecionadas a partir dos critérios estabelecidos pelo Sistema Latindex de avaliação de periódicos. No catálogo, são divulgadas informações sobre os critérios de qualidade cumpridos por cada revista. 3) *Links* para revistas eletrônicas com mais de 2.500 revistas que fornecem os textos completos de artigos, gratuitamente ou não. Para ingresso no Catálogo do Latindex, são consideradas as características básicas do periódico, apresentação, gestão, política editorial e conteúdo. Acesso aberto.

PSICODOC - Base de Datos de Psicología (<http://psicodoc.copmadrid.org/psicodoc.htm>)

A base de dados PSICODOC dá acesso a textos completos de Psicologia e áreas afins. Mantida pelo Colégio Oficial de Psicólogos da Espanha, PSICODOC dá acesso a cerca de 83 mil referências bibliográficas e 10 mil textos completos de aproximadamente 600 revistas editadas na Espanha e na América Latina a partir de 1975. Para ingresso na base de dados, o periódico é avaliado segundo os critérios estabelecidos pelo Latindex, acrescidos da análise de características adicionais (exogenia das citações, autoria em colaboração e idade da revista), algumas das quais aplicadas exclusivamente a revistas eletrônicas (estabilidade nas datas efetivas de publicação, existência de DOI e sistema de busca). Acesso aberto para parte da base e restrito para a base completa.

Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (<http://Redalyc.uaemex.mx>)

A Redalyc é mantida pela *Universidad Autónoma del Estado de México*. Compreende cerca de 550 periódicos científicos, em áreas diversas do conhecimento. Para ingresso na Redalyc, os periódicos são analisados pelos critérios estabelecidos pelo Sistema Latindex de avaliação de periódicos. Acesso aberto.

PsycINFO (<http://www.apa.org/psycinfo>)

Mantida pela *American Psychological Association* (APA), PsycINFO é o maior banco de dados que referencia publicações em Psicologia desde 1806 até o presente. Cobre mais de 2.150 títulos de periódicos publicados em cerca de 50 países e 27 diferentes línguas. No PsycINFO, cerca de 1.200 periódicos estão disponíveis integralmente, enquanto que os demais têm seus artigos analisados e selecionados pontualmente por critérios de relevância à Psicologia. São aceitos para ingresso no PsycInfo publicações periódicas acadêmicas que contam com revisão por pares e possuam título, resumos e palavras-chave em inglês. Acesso restrito.

SCOPUS (<http://www.info.scopus.com>)

Iniciativa da editora ELSEVIER, SCOPUS é um banco de dados de resumos e citações de trabalhos científicos de todas as regiões do mundo, em todas as línguas. Cobre cerca de 33 milhões de resumos e 15 mil periódicos com revisão por pares, dos quais mais de 1.200 possuem acesso aberto e gratuito. O ingresso e a exclusão de periódicos na base SCOPUS são feitos por *The Scopus Content Selection & Advisory Board* (CSAB), um grupo de pesquisadores e bibliotecários de todas as regiões do mundo que representam as grandes áreas do conhecimento. O conteúdo coberto pelo SCOPUS é controlado pela demanda dos usuários e deve cumprir exigentes critérios de qualidade, tais como a revisão por pares e a regularidade da publicação. Acesso restrito.

ISI Web of Knowledge (<http://isiwebofknowledge.com>)

Mantida pelo grupo *Thomson Reuters*, a *ISI Web of Knowledge* é uma plataforma de compartilhamento, busca e análise de informações científicas em diversas áreas do conhecimento. Reúne cerca de 15 mil periódicos e fornece o acesso ao *Journal Citation Report* (JCR), uma ferramenta métrica de análise de citações (Fator de Impacto, Número de Citações etc.), que cobre mais de 7.500 periódicos acadêmicos com revisão por pares entre os mais citados em aproximadamente 200 disciplinas. Uma rigorosa sistemática de análise e avaliação é usada para indicar o ingresso ou a exclusão de periódicos da base ISI. Entre os critérios empregados estão: regularidade e pontualidade da publicação, padrões editoriais, conteúdo editorial, diversidade internacional, relevância regional, análise de citações e impacto, além de aspectos técnicos e formais pertinentes a publicações eletrônicas, em particular. Acesso restrito.

JCR - Journal Citation Reports (<http://scientific.thomson.com/products/jcr/>)

Operando de forma integrada à *Web of Science*, o JCR (*Journal Citation Reports*) é uma publicação do ISI, atualmente fornecida pela *Thomson Reuters*, que oferece a avaliação dos títulos de periódicos indexados na base de dados *Web of Science*, por meio do fator de impacto, imediatismo e da vida média da citação. É uma importante ferramenta auxiliar tanto para o autor, que poderá determinar onde publicar seus trabalhos com maior visibilidade, como para os bibliotecários, que podem realizar análise da coleção de periódicos e tomar decisões com relação às novas aquisições e à descontinuidade de assinaturas. Acesso restrito.

PASCAL (<http://ingenierie.inist.fr>)

Base de dados bibliográfica multidisciplinar e multilíngue, produzida pelo *Institut de l'Information Scientifique et Technique du Centre National de la Recherche Scientifique* (INIST-CNRS), que cobre o essencial da literatura mundial em Ciências, Tecnologia e Medicina desde 1973 (17,4

milhões de referências e 3.100 títulos analisados em 2008). Embora a base PASCAL proponha uma cobertura internacional, a literatura francesa e europeia ocupam posição de destaque, representando 47% dos documentos repertoriados. Além dos periódicos, PASCAL oferece um grande repertório de relatórios, atas de congressos, teses etc. A interrogação de PASCAL pode ser complementada por uma busca na base FRANCIS, produzida também pelo INIST-CNRS, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Acesso restrito.

Index Psi Periódicos (<http://www.bvs-psi.org.br>)

Sem a característica de avaliação, porém de inclusão, o projeto Index Psi Periódicos foi lançado em 1997 e a base de dados publicada no ano 1998, a partir da parceria entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). O objetivo da ferramenta é promover o controle bibliográfico da produção de Psicologia gerada no Brasil e publicada em revistas científicas e de divulgação científica. Dividida em dois módulos: Index Psi Periódicos Técnico Científico e Index Psi Periódicos de Divulgação, a base de dados indexa mais de 190 títulos de revistas, publicadas desde 1949. Desde 2001, o Index Psi Periódicos é mantido a partir do trabalho cooperativo da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP). Sob a coordenação da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), a ReBAP mantém a base atualizada e vem possibilitando a ampliação dos títulos incluídos. Acesso aberto.

113

MEDLINE (PUBMED) (http://www.nlm.nih.gov/pubs/factsheets/dif_med_pub.html)

A base de dados MEDLINE/PUBMED (Literatura Internacional em Ciências da Saúde) é produzida pela NLM (*National Library of Medicine*, USA) e é a mais reconhecida e valorizada na área da saúde. MEDLINE, especificamente, é um extrato do PUBMED em que os artigos são indexados a partir do vocabulário controlado da NLM, o *Medical Subject Heading* (MeSH). Indexa revistas da área de ciências da saúde e disciplinas correlatas que são incluídas a partir de um rígido processo de avaliação. Acesso aberto.

CSA Sociological Abstracts (<http://www-ca4.csa.com/>)

Produzida pela *Cambridge Scientific Abstracts*, EUA, tem como objetivo controlar todo tipo de documentos de interesse para a área de sociologia e disciplinas relacionadas. Contém artigos de mais de 1.800 revistas, capítulos de livros, trabalhos de congressos, dissertações e teses. Acesso restrito.

ERIC - Education Resources Information Center (<http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/Home.portal>)

A base de dados ERIC é a maior fonte de informação existente na área de educação e ciências correlatas. Produzida pelo *Educational Resources Information Center*, USA, indexa mais de 600 títulos de revistas. A maior restrição do ERIC é o fato de indexar apenas revistas que publicam em língua inglesa. Além de revistas, reúne informações de relatórios, livros, trabalhos de congressos etc. Acesso aberto.

■ 5 Considerações Finais

Considerando o interesse do usuário final, isto é, autores, editores e leitores em geral, as bases de indexação são importantes recursos de acesso à informação e ao documento e o canal

mais eficiente para organização e disseminação do conhecimento. Ao consultar uma base de dados, o usuário tem acesso aos dados fonte do artigo e, muitas vezes, ao *link* para o texto completo. Assim, pesquisadores de diversos países podem dialogar em torno do conhecimento científico e desenvolver pesquisas de forma mais rápida e globalizada.

Para os editores, a indexação da revista significa muito mais do que visibilidade e acesso ao conhecimento, pois a inclusão de uma revista em determinadas bases de dados, consideradas de prestígio, quer dizer a qualificação máxima da publicação.

Por mais amplos que sejam os critérios para inclusão de materiais, nenhuma base de dados conseguirá esgotar a produção gerada no mundo e publicada no veículo mais reconhecido para divulgação da ciência atual: o periódico. Assim, são louváveis as iniciativas locais, principalmente aquelas que se referem aos países em desenvolvimento, como SciELO, PePSIC e Redalyc. Nunca houve um canal que permitisse aos países menos privilegiados a ampla visibilidade do bom conhecimento gerado por seus pesquisadores e estudiosos. Há de se eleger a Internet como a tábua de salvação para que o conhecimento de qualidade, não importando sua procedência regional, seja oferecido como contribuição para a melhoria de vida do ser humano. Nesse aspecto, os países menos favorecidos podem e devem contribuir, pois, na verdade, são os que mais necessitam de investimentos em qualidade de vida.

Não foi nosso objetivo apresentar em detalhe ou mesmo explorar todas as bases de dados disponíveis, mas sim apresentar um breve recorte na área da Psicologia, como orientação para autores e editores que desejam enveredar por essa apaixonante esfera da revista científica.

Referências

- Bakkalbasi, N., Bauer, K., Glover, J., & Wang, L. (2006). Three options for citation tracking: Google Scholar, Scopus and Web of Science. *Biomedical Digital Libraries*, (3), 2006. Recuperado em 01 de maio de 2008, de <http://www.bio-diglib.com/content/pdf/1742-5581-3-7.pdf>
- Castro, R. C. F. (2005). *Procedimentos para indexação dos periódicos científicos*. Minicurso ministrado durante o 10º Encontro Nacional de Editores Científicos da ABEC, São Pedro, SP, 30 de novembro a 02 de dezembro de 2005. Recuperado em 19 de março de 2006, de <http://www.eventos.bvsalud.org/abec/activity.php?lang=pt&id=2>
- Coimbra Jr., C. E. A. (1999). Produção científica em saúde pública e as bases bibliográficas internacionais. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(4), 883-888. Recuperado em 03 de janeiro de 2008, de <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v15n4/1028.pdf>
- Dantas, P. E. C. (2004). Indexação bibliográfica em bases de dados: o que é? Para que serve? Onde estamos? *Arquivos Brasileiros de Oftalmologia*, 67(4), 569-570. Recuperado em 09 de junho de 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/abo/v67n4/21399.pdf>
- Mugnaini, R., Jannuzzi, P., & Quoniam, L. (2004). Indicadores bibliométricos da produção científica brasileira: uma análise a partir da base Pascal. *Ciência da Informação*, 33(2), 123-131. Recuperado em 25 de março de 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a13v33n2.pdf>

Capítulo 6

Preparando um Artigo Científico

Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini
Maria Imaculada Cardoso Sampaio
Sílvia Helena Koller

117

Neste capítulo ofereceremos orientações aos estudantes, pesquisadores, editores e profissionais da área de Psicologia e ciências afins quanto à preparação e normalização do artigo científico. Procuramos apresentar e discutir sobre os diversos elementos que compõem o artigo, assim como definições e subsídios para sua elaboração.

Seguindo a tendência observada nas publicações da área, tanto no Brasil como nos demais países da América Latina, buscamos no *Manual de Publicação da American Psychological Association (APA)*¹ e nas revistas editadas por essa associação, as fundamentações para consolidar as orientações aqui apresentadas.

Sabadini, Nascimento e Cadidé (2007) analisaram os 69 títulos das revistas brasileiras de Psicologia avaliadas pela Comissão Editorial CAPES/ANPEPP² no próprio ano de 2007 e observaram que 51% utilizavam as diretrizes da APA para normalização técnica de seus artigos. Mesmo de forma não sistemática, a partir da observação informal, notamos que a maioria das revistas dos países parceiros da BVS ULAPSI³ também utiliza o manual de estilo da APA para a normalização de seus artigos.

Observamos que os periódicos editados pela *American Psychological Association (APA)*, assim como os demais em língua inglesa, não trazem em seus artigos todos os elementos apresentados nos artigos nacionais, como é o caso dos resumos, palavras-chave e títulos em outras línguas. As revistas brasileiras, assim como outras de muitos países, publicam esses elementos como um esforço para dar visibilidade ao conhecimento ali registrado, considerando que o inglês vem se firmando como a língua franca da ciência.

1 Informações sobre a APA podem ser encontradas no site: www.apa.org/.

2 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (<http://www.capes.gov.br/>) / Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (<http://www.anpepp.org.br/>).

3 *Biblioteca Virtual en Salud – Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología* (<http://www.ulapsi.bvsalud.org/html/es/home.html>).

■ 1 O Artigo Científico

O artigo científico é um texto técnico-científico, escrito por um ou mais autores, de acordo com as normas editoriais de um determinado periódico. Pode ser gerado a partir do relato de uma pesquisa científica, da síntese de uma dissertação ou tese ou da reflexão ou revisão de um determinado tema.

Para a *American Psychological Association* (APA, 2001a), os artigos de periódicos são “descrições de estudos empíricos, artigos de revisão ou artigos teóricos” (p. 33). Os artigos de estudos empíricos são descrições de pesquisas originais, ou seja, não publicadas e comumente “consistem de seções distintas que refletem as etapas no processo de pesquisa” e aparecem na sequência: introdução, método, resultados e discussão (pp. 33-34). Ainda de acordo com a APA, os artigos de revisão “são avaliações críticas de material que já foi publicado” e o teórico são trabalhos “nos quais o autor utiliza a literatura de pesquisa existente para desenvolver a teoria em qualquer área da psicologia” (p. 34).

118

Segundo Trzesniak (2008), no artigo científico o fato que embasa o texto é o elemento mais importante da redação científica. Distintamente de todas as demais formas de produção textual (poesia, crônica, romance), o fato científico tem de ser real, notável e acuradamente descrito. Em termos de perenidade, o texto do artigo científico não deve se destacar relativamente aos fatos que aborda, mas ser amparado por eles e por argumentos lógicos para justificar as ideias que apresenta. Deve ser sóbrio, rigoroso, objetivo, uma vez que a linguagem científica não aceita figuras de estilo, mas emprega as palavras com clareza, em seu sentido exato. Mesmo que a redação não cumpra todos os itens anteriores, o fato gerador do artigo científico deve estar garantido. Portanto, é absolutamente inaceitável no trabalho científico que o texto mascare, altere, distorça, omita ou crie fatos.

O artigo científico é composto de partes específicas que devem ser distribuídas de acordo com as normas estabelecidas pela revista à qual é submetido. O artigo é assim chamado após a efetiva publicação na revista, até então é denominado “manuscrito”.

■ 2 O Manuscrito

O termo “manuscrito” do latim *manu scriptu*, de acordo com Ferreira (1999), significa “aquilo que se escreveu à mão” ou “original de texto, mesmo que mecanografado” (p. 1276). Em se tratando do trabalho científico, “o termo ‘manuscrito’, equivalente em inglês ao *paper*, são usados com relação ao documento escrito pelos autores e enviado para apreciação pelo periódico ou editora” (Spector, 2002, p. 71). Após efetivamente publicado, o manuscrito passa a ser denominado “artigo”. No caso de ser publicado em revistas científicas, será um “artigo científico”. Trzesniak e Koller (neste livro) criam um neologismo para fazer referência aos textos confeccionados no computador: *compuscritos*.

Um manuscrito deve apresentar praticamente todos os elementos do artigo científico, com exceção dos dados que são acrescentados pela Equipe Editorial do periódico, por exemplo, as legendas e as datas de recebimento e aceite do manuscrito. Os diversos elementos que compõem um artigo científico estão descritos no item 3.

Para que o manuscrito seja, finalmente, publicado em um periódico científico, uma série de etapas e procedimentos editoriais deve ser percorrida. Esses procedimentos são comuns para a maioria das revistas, com exceção de algumas particularidades, e consistem basicamente nas seguintes etapas:

- 1) os autores submetem o manuscrito juntamente com a carta de apresentação aos editores da revista eleita;
- 2) os editores da revista recebem o manuscrito com a carta de intenção de publicação;

- 3) a secretaria da revista envia um comunicado aos autores acusando o recebimento do manuscrito e com informações a respeito do processo editorial, desde que o material enviado esteja completo e de acordo com as recomendações presentes nas normas editoriais da revista. Esse comunicado atualmente é feito via *e-mail*. Quando a revista utiliza o sistema de submissão eletrônico, este passo é executado automaticamente;
- 4) os editores e/ou a Comissão Editorial ou Executiva faz uma pré-avaliação do manuscrito e encaminha para o Conselho Editorial ou Científico para avaliação;
- 5) o Conselho Editorial ou Científico encaminha para os consultores *ad hoc* (normalmente para dois pareceristas);
- 6) os consultores avaliam o artigo, emitem o parecer e remetem aos editores;
- 7) os editores analisam o parecer recebido. Em geral, há solicitação de reformulações por parte dos autores, antes da aceitação final;
- 8) os editores enviam aos autores uma carta de recomendação ou de rejeição do manuscrito. Na recomendação, os autores poderão fazer revisões e devolver o texto aos editores;
- 9) os editores recebem a versão revisada e enviam ao Conselho Editorial ou Científico para mais uma apreciação;
- 10) os editores recebem o parecer do Conselho Editorial ou Científico e tomam a decisão final sobre o manuscrito, comunicando aos autores a aceitação final ou rejeição.

Comumente, esse processo é demorado, e os autores podem esperar de oito a doze meses para terem seu manuscrito definitivamente publicado como um artigo científico. Mas todas essas etapas devem ser cumpridas por um periódico de qualidade. Para agilizar esse processo, os autores podem auxiliar, ao enviar o manuscrito para uma revista que contemple o tema do seu trabalho, o tipo de estudo desenvolvido e cumprir à risca as normas editoriais da revista.

O cuidado dos autores na elaboração e normalização do trabalho pode resultar em um processo editorial mais ágil e na rápida aceitação e publicação de sua contribuição. Sabemos que, devido à necessidade que os pesquisadores têm de publicar, as revistas recebem muitos manuscritos para avaliação. Um texto bem escrito e dentro das normas da revista é sempre bem recebido pelos editores que terão seu trabalho facilitado pelo capricho dos autores.

■ 3 Estrutura e Conteúdo do Artigo Científico

Os elementos que compõem um artigo científico de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2003) são:

- 1) pré-textuais, antecedem o texto com informações que ajudam em sua identificação (título e subtítulo (se houver), nome(s) do(s) autor(es), resumo na língua do texto e palavras-chave na língua do texto);
- 2) textuais, parte do trabalho onde é exposta a matéria (introdução, desenvolvimento e conclusão);
- 3) pós-textuais, complementam o trabalho (título e subtítulo (se houver), em língua estrangeira, resumo em língua estrangeira, palavras-chave em língua estrangeira, nota(s) explicativa(s), referências, glossário, apêndice(s) e anexo(s)).

Observamos que algumas revistas na área da Psicologia apresentam o título e subtítulo (se houver), o resumo e as palavras-chave em língua estrangeira logo após o resumo e as palavras-chave na língua do texto. Concordando com essa tendência que objetiva dar uma rápida identificação desses elementos no artigo, sugerimos aos editores que o *abstract* e as *keywords* sejam

dispostos logo após o resumo e as palavras-chave. Entretanto, recomendamos aos autores que as normas editoriais da revista sejam consultadas antes da submissão do manuscrito.

A seguir relacionamos os diversos elementos que compõem um artigo científico e apresentamos também, no Anexo A, de forma resumida, a disposição desses elementos. Vamos iniciar com os elementos que antecedem o texto propriamente dito.

■ 3.1 Título

O título de um artigo é a sua etiqueta e, além de nomear o trabalho, tem como objetivo atrair os leitores para a leitura do texto completo. De acordo com Secaf (2004), o título pode ser classificado em *sintético* (sucinto), *analítico* (explicativo), *genérico* (amplo) e *restritivo* (limitado, reduzido).

A elaboração do título deve ser a última tarefa a ser cumprida pelos autores de um artigo. Ao iniciar o trabalho, os autores podem idealizar alguns títulos que serão temporários, pois é à medida que o trabalho se desenvolve que aparecerá a versão definitiva. O importante é que represente, em poucas palavras, o conteúdo do artigo e as variáveis principais do estudo. O título deve ter algumas características:

- clareza: deve ser capaz de dar a ideia exata do conteúdo do artigo, independente da leitura do resumo ou de outras partes do trabalho;
- criatividade: deve despertar nos leitores o interesse pelo texto completo. Portanto, deve ser atraente e funcionar como um convite;
- extensão: deve ter no máximo 12 palavras, segundo recomendação da APA. O título deve ser o mais curto possível, porém é necessário manter a clareza do conteúdo do trabalho;
- qualidade dos termos: devem ser evitadas as palavras chamadas “parasitárias”, como por exemplo: “contribuição”, “investigação”, “observações”, “vários”, “alguns”, “diversos” e outras que não contribuem para o esclarecimento dos leitores e tornam o título longo e tedioso. Além disso, a seleção de termos relevantes facilita a recuperação do artigo nas bases de dados, que, em geral, têm no título uma das chaves de acesso.

A ordem das palavras pode alterar o entendimento do título pelos leitores, ou servir para chamar a atenção para a leitura do texto. Volpato (2003) orienta que o intuito do título é: “Atrair o leitor. Informar o leitor. Não enganar o leitor. Não aborrecer o leitor” (p. 110).

Resumindo, o título é o elemento-chave que faz os leitores optarem, ou não, pela leitura do documento. Lembre-se então: o título será a primeira parte de seu trabalho a ser lida e aquela que estará em todos os indexadores e bases de dados fazendo a disseminação do estudo. Capriche!

Nota. O título e subtítulo (se houver) devem ser traduzidos para as versões estrangeiras dos resumos apresentados na revista, comumente inglês e espanhol.

3.1.1 Subtítulo

Segundo a ABNT (2003), subtítulos são “informações apresentadas em seguida ao título, visando esclarecê-lo ou complementá-lo de acordo com o conteúdo da publicação” (p. 2). A ABNT orienta também que o subtítulo deve ser “diferenciado tipograficamente ou separado por dois-pontos (:).” Recomendamos que o subtítulo seja incluído no artigo somente quando se fizer necessário, ou complemento o título. Caso contrário, despreze o subtítulo. Um exercício interessante é retirar o subtítulo e verificar se realmente faz falta. Caso não faça, exclua! Por

exemplo, no título: “A Psicologia no Ensino Fundamental: Algumas Considerações”. O subtítulo é perfeitamente dispensável. Nenhum autor(a) consegue fazer todas as considerações, logo o complemento é óbvio e desnecessário.

3.1.2 Título Resumido

Algumas revistas solicitam também aos autores que enviem um título resumido do trabalho, para inclusão na legenda das páginas do artigo quando publicado na revista.

A APA chama esse título de “*Título corrente para publicação*”, que significa “um título abreviado que aparece no alto das páginas de um artigo publicado para que os autores possam identificar o artigo”. Esse título deve conter “no máximo 50 caracteres, contando-se letras, pontuação e espaços entre as palavras” (2001a, p. 36). Exemplificamos essa forma de apresentação de título com dois exemplos de artigos publicados nos periódicos *Revista de Etologia* (2006, vol. 8, n. 2) e *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (2008, vol. 24, n. 2), respectivamente:

Título: Imobilidade tônica e imobilidade do nado forçado em cobaias

Título abreviado para legenda: Imobilidade na cobaia

Título: Gravidez do primeiro filho: papéis sexuais, ajustamento conjugal e emocional

Título abreviado para legenda: Gravidez do primeiro filho

121

3.2 Autoria

Na apresentação de publicações científicas, o campo “autoria” refere-se ao local reservado às pessoas ou entidades que de alguma forma deram uma contribuição original e assumiram responsabilidades pelo trabalho apresentado. Para Ferreira (1999, p. 236), a *autoria* aplica-se à “qualidade ou condição de autor”, e o termo *autor* “Do lat. *Auctore*” refere-se ao “inventor, descobridor, criador...”

Um autor pode ser uma pessoa física ou uma entidade. Assim, para a ABNT (2003), autor(es) são “pessoa(s) físicas(s) responsável(eis) pela criação do conteúdo intelectual ou artístico de um documento”, e autor(es) entidades(s) são “instituições, organização(ões), empresa(s), comitê(s), comissão(ões), evento(s), entre outros, responsável(eis) por publicações em que não se distingue autoria pessoal” (p. 2). Atualmente observamos que muitos artigos são publicados por mais de um autor, ou seja, em coautoria. Para Ferreira (1999, p. 490), o termo *coautor* significa “aquele que produz com outrem qualquer trabalho ou obra; colaborador, coparticipante”.

De acordo com a APA (2001a): “a autoria abrange não apenas aqueles que de fato escrevem um artigo, mas também aqueles que deram uma contribuição científica significativa para um estudo” (p. 33). Seguindo recomendações dessa associação, em um trabalho de pesquisa é sempre bom determinar o mais cedo possível quem será listado como autor(a), qual será a ordem de autoria e quem receberá uma forma alternativa de reconhecimento.

Em geral, nos artigos científicos os nomes dos autores aparecem na ordem direta, por extenso. Algumas revistas abreviam o nome do meio dos autores quando da publicação da contribuição na publicação. Na indicação dos nomes no manuscrito, os autores devem omitir os títulos e graus, por exemplo: prof., dr., ph.d. Recomendamos aos autores que usem uma única forma de apresentação do nome ao longo de sua carreira. Esse tema da autoria e coautoria é discutido em capítulo específico neste manual (Sampaio & Sabadini; ver ainda Fine & Kurdek, 1993).

3.2.1 Afiliação Institucional dos Autores

A indicação da instituição de afiliação dos autores tem como objetivo identificar institucionalmente os responsáveis pelo trabalho e agrupar a produção de uma instituição específica. Além de dar maior visibilidade aos autores, o registro de sua afiliação permite que sejam levantados “indicadores bibliométricos”, utilizados em análises da produção institucional, nacional e/ou regional. Assim, as bases de dados indexadoras primam pelo registro dessa informação, pois com elas são elaborados estudos, e as agências de fomento podem julgar a produção dos pesquisadores para efeito de concessão de apoios, bolsas etc.

A afiliação institucional também salienta as linhas de pesquisa daquela instituição e a sua contribuição para o desenvolvimento da ciência.

No manuscrito, a indicação do(s) nome(s) da(s) instituição(ões) deve(m) ser por extenso e seguir as normas apresentadas nas instruções aos autores da revista.

No artigo propriamente dito, ou seja, no artigo formatado, a apresentação do(s) nome(s) da(s) instituição(ões) comumente aparece por extenso, logo abaixo do nome do autor. Exemplo:

122

[Título do Artigo]

Antonio Marcos Amorim
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

Algumas revistas adotam por mencionar somente o nome da Instituição e não listam os nomes do Instituto, Faculdade, Programa, Departamento etc. Exemplo:

[Título do Artigo]

Antonio Marcos Amorim
Universidade de São Paulo

Há revistas que apresentam, após o nome da instituição, sua localização geográfica. Recomendamos aos editores, que optarem por mencionar o local da instituição dos autores abaixo de seus nomes, que indiquem por extenso (cidade, estado [se houver] e país). Exemplos:

[Título do Artigo]

Antonio Marcos Amorim
Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

[Título do Artigo]

Sílvia Helena Koller
Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Alberto de Castro
División de Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad del Norte
Barranquilla, Colômbia

[Título do Artigo]

Nome completo do autor
 Université de Paris 1
 Paris, França

[Título do Artigo]

Nome completo do autor
 Universidade Estadual Paulista
 Assis, São Paulo, Brasil

Nota. Atualmente as revistas nacionais estão expandindo cada vez mais suas indexações em bases de dados internacionais e sendo distribuídas para outros países. Assim, recomendamos aos editores de revistas que indiquem também o país.

No caso de um autor possuir mais de um vínculo institucional, recomendamos indicar na revista até duas instituições (APA, 2001a, 2001b). Exemplo:

[Título do Artigo]

Nome por extenso do autor
 Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Fundação Getulio Vargas

Alguns periódicos registram essas informações no rodapé, onde observamos três formas de apresentação: numerando-se pela ordem em que aparece no artigo (^{1,2,3}); acrescentando símbolos (**, #, §); apresentando as informações sem sinalização. Exemplo:

[Título do Artigo]

Maria Imaculada Cardoso Sampaio¹
 Claudia Londoño²

-
- 1 Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
 2 Instituto de Psicología, Universidad Del Valle, Cali, Colombia.

Notas. 1) Salientamos que a maioria das revistas nacionais identifica a instituição dos autores logo após os nomes dos mesmos; 2) considerando o meio virtual em que as revistas estão sendo inseridas atualmente, recomendamos o uso de símbolos para identificação das notas de rodapé, diferenciando assim das notas do corpo do texto. Exemplo:

[Título do Artigo]

Maria Imaculada Cardoso Sampaio*
Claudia Londoño**

* Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Instituto de Psicología, Universidad Del Valle, Cali, Colombia.

Quando um autor não possuir nenhum vínculo com universidade ou instituição, recomendamos citar o local de residência do(s) autor(es): nome da cidade, estado (se houver) e país. Exemplos:

124

[Título do Artigo]

Ana Martina Del Masso Ferreira
Marília, São Paulo, Brasil

[Título do Artigo]

Ana Carolina Zoqui
Lexington, Massachusetts, Estados Unidos da América

3.2.2 Endereço Institucional dos Autores

O endereço institucional informa sobre a principal instituição à qual os autores são afiliados. Atualmente, o endereço mais utilizado para contato é o *e-mail* (correio eletrônico), entretanto, o endereço físico ainda deve ser indicado.

Nota. Como mencionamos, atualmente as revistas nacionais estão expandindo suas indexações em bases de dados internacionais, sendo cada vez mais distribuídas para outros países. Assim, recomendamos aos editores de revistas que indiquem também o nome do país. Exemplo:

[Título do Artigo]

Antonio Marcos Amorim*
Universidade de São Paulo

* Endereço para correspondência: Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco C, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: amorim@usp.br

Nota. Na apresentação do endereço do autor, recomendamos citar o estado pela sigla.

Quando um autor não possuir nenhum vínculo com universidade, instituição, clínica particular, deve-se indicar o endereço residencial. Exemplo:

[Título do Artigo]

Ana Martina Del Masso Ferreira*
Marília, São Paulo, Brasil

* Endereço para correspondência: Rua 21 de Abril, 324, Bairro Maria Isabel, Marília, SP, Brasil 17.501-550. E-mail: anadelmasso@gmail.com

3.2.3 Informações sobre os Autores

As informações sobre os autores são normalmente apresentadas na forma de um breve resumo do currículo dos responsáveis pelo texto. Atualmente, além do resumo curricular, algumas revistas publicam também a fotografia dos autores, registrando a imagem. Essas informações podem figurar ao final do artigo, após as datas de tramitação do manuscrito ou em notas de rodapé no início do artigo. Essa disposição depende do padrão da revista, não são todas as revistas da área que apresentam essas informações. Os periódicos editados pela APA não apresentam esse registro, limitam-se apenas à apresentação dos dados referentes à afiliação institucional.

Se a revista optar pela apresentação de informações sobre os autores, recomendamos que essas informações sejam listadas no final do artigo, após as datas de tramitação do manuscrito juntamente com o endereço institucional. Nesse caso é interessante a revista apresentar no campo "afiliação institucional dos autores" o nome e local da instituição, pois, assim, facilita a identificação desses elementos, fazendo que o leitor ou avaliador não precise ir ao final da revista para identificá-los. O Anexo B traz exemplos de como apresentar essas informações.

3.2.4 Notas do Autor

São informações complementares que devem ser informadas pelos autores, tais como financiamento total ou parcial à pesquisa que fundamentou o trabalho, que o artigo foi gerado a partir de um trabalho publicado em anais de evento, ou que é parte de uma dissertação de mestrado ou tese de doutorado, agradecimentos. Com relação ao financiamento recebido por agências de fomento, devemos registrar a instituição financiadora e o número do projeto. Essas informações comumente aparecerem na primeira página do artigo formatado, no rodapé. Exemplos:

Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo n. 00/0000-0).

Palestra realizada durante a *I Jornada de Psicologia Social. Protagonistas da Psicologia Social: Percursos e Contribuições*, realizada em 22 de novembro de 2006, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado [*Título em Itálico*], sob a orientação de [Orientador, ordem direta] no Programa de Mestrado em Psicologia na [Nome da Instituição por extenso], [Local].

Agradecemos ao Professor [nome, ordem direta] pelas sugestões relevantes.

■ 3.3 Título e Autoria: Recomendações

Observamos que alguns periódicos da área de Psicologia apresentam as informações presentes nos campos título e autoria em formatos não padronizados, ou seja, indicam as informações que complementam o título, que indicam a instituição e o endereço dos autores de diferentes maneiras em um mesmo número de revista.

Ressaltamos que a forma adotada para normalização desses dados, independente dos exemplos apontados neste capítulo, deve ser mantida em todos os artigos e números da revista.

Um periódico deve apresentar esses elementos de forma organizada e padronizada, assim, nos Anexos B e C apresentamos sugestões para descrição desses dados e listamos algumas recomendações aos editores de revistas:

- usar um único padrão para apresentação dos títulos dos artigos:

126

1) em negrito, com iniciais em maiúsculas (com exceção dos artigos); ou 2) todo em maiúsculas; ou 3) em negrito, com a primeira letra do título em maiúscula.

- usar um único padrão para indicar os nomes dos autores:

1) todos os nomes por extenso. Exemplo: Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini; ou 2) abreviar o sobrenome do meio. Exemplo: Aparecida Angélica Z. Paulovic Sabadini; ou 3) abreviar todos os nomes do meio. Exemplo: Aparecida A. Z. P. Sabadini.

- padronizar a forma de apresentação das instituições, acrescentando-as abaixo do nome dos autores ou em nota de rodapé. Comumente aparecem abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es);
- padronizar a indicação da instituição:

1) padronizar a indicação dos nomes dos departamentos, institutos, faculdades. Exemplo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; ou 2) com indicação somente do órgão maior. Exemplo: Universidade de São Paulo; ou 3) com indicação das instituições mais o local. Exemplo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil.

- A forma de apresentação do endereço dos autores deve ser mantida em todos os números. Desse modo, deve-se padronizar a indicação do nome da rua ou avenida, do bairro, da cidade, do estado, do país, do CEP, do endereço eletrônico etc. Por exemplo, se a revista optar pela apresentação da palavra rua e avenida no formato abreviado, esse procedimento deve ser mantido em todos os artigos (R. ou Av.); se a opção for o formato extenso (Rua ou Avenida), o periódico deve manter esse padrão em todos os textos da revista. Sugerimos com base no manual da APA (2001a, 2001b):

- 1) apresentar as palavras rua, avenida, bloco, apartamento, sala, praça etc. por extenso;
- 2) após a indicação do nome da rua ou avenida, apresentar o número sem a palavra “n.”;
- 3) apresentar os nomes dos bairros por extenso;
- 4) local: nome da cidade, sigla do estado (quando houver) e nome do país;
- 5) CEP – sem a indicação da palavra “CEP”;
- 6) e-mail em vez de correio eletrônico.

Exemplo:

Relacionamos, também, recomendações para os periódicos que no registro dessas informações (título e autoria) optarem por seguir todo o estilo adotado pelas revistas editadas pela APA:

- título e subtítulo (se houver) do artigo em negrito com iniciais em maiúsculas;
- apresentar as iniciais dos nomes do meio dos autores;
- listar abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es) o nome da instituição por extenso;
- listar no máximo duas instituições, mesmo um autor pertencendo à três ou mais;
- autores sem vínculo institucional devem ser identificados pelo nome da cidade e estado (autores nacionais) e cidade e país (autores estrangeiros) onde possuem residência;
- apresentar as informações referentes aos autores (notas do autor) no rodapé: a) nomes de todos os autores com identificação do departamento, faculdade, instituto etc.; b) fontes de apoio; c) agradecimentos aos colegas que deram contribuições ao estudo; d) indicar o nome e endereço do autor que fornecerá maiores informações sobre o artigo (normalmente o primeiro autor);
- as notas dos autores são apresentadas no rodapé sem sinalização numérica (^{1,2,3}) ou simbólica (*, **, #, §).

Apresentamos, no Anexo D, exemplo da disposição desses elementos.

■ 3.4 Resumo

O resumo é geralmente o segundo item que os leitores consultam em um artigo científico e o segundo elemento mais lido. Mas deve ser a penúltima tarefa a ser cumprida pelos autores. A última é a redação final do título do artigo. As bases de dados apresentam, em geral, a referência e o resumo dos artigos indexados. Os pesquisadores elegem, então, a partir dessas informações, os textos que serão lidos na íntegra.

O resumo deve conter uma representação breve, mas precisa, do conteúdo do artigo. O resumo deve apresentar os principais itens, na ordem em que aparecem no texto, abrangendo as principais partes: objetivo da pesquisa, proposição do problema, método, resultados, conclusões e recomendações, quando houver. Quanto ao estilo do resumo, destacamos alguns critérios sugeridos pelas autoras Granja e Grandi (1995, pp. 19-20):

- ter clareza e precisão, sem redundância;
- incluir termos relevantes que não constem do título e aqueles que poderão ser adotados na indexação (termos que representam os assuntos tratados no texto);
- utilizar a terceira pessoa do singular no texto do resumo. Exemplo: "Estuda o significado do tema..." no lugar de "Pretendemos verificar o significado do tema...";
- usar verbo na voz ativa sempre que possível, pois permite a elaboração de expressões mais diretas.

Com base no manual da APA (2001a, 2001b) e em orientações de Granja e Grandi (1995), recomendamos, ainda:

- evitar o uso de siglas e abreviaturas. Quando imprescindível para compreensão do resumo, as siglas devem ser explicadas por extenso, quando apresentadas pela primeira vez;

- usar abreviaturas latinas somente quando necessárias. Quando indicadas no resumo devem ser apresentadas sem tradução. Por exemplo: i.e. (isto é), vs. (*versus*), e.g. (por exemplo), cf. (compare), etc. (e assim por diante). Lembre-se de que o latim está cada vez mais longe do cotidiano da língua portuguesa, evite!
- listar nomes de testes e dos genéricos dos fármacos por extenso. Exemplo: *Wechsler Intelligence Scale for Children – III* (WISC-III); não WISC-III;
- evitar referências a outros estudos;
- quando o nome de uma pessoa física for mencionado no resumo, que não uma citação, indicar as iniciais e os sobrenomes. Exemplo: A. C. Souza não Ana Carolina Souza;
- o resumo não deve conter figuras, tabelas, notas;
- formatar o resumo em frases reunidas em um parágrafo único, de acordo com as normas editoriais das revistas, que em geral orientam sobre o tamanho do resumo requerido.

A APA (2001a) recomenda que um resumo seja o mais sucinto possível, “não devendo ultrapassar mais de 960 caracteres com espaços, o que corresponde aproximadamente a 120 palavras” (p. 37). Seguindo recomendações da associação, um resumo de um “relatório de um estudo empírico” deve ter de 100 a 120 palavras e um “artigo de revisão ou teórico” de 75 a 100 palavras. Para a APA, resumos de revistas que não seguem esse formato serão truncados quando de sua inclusão na base de dados PsycINFO.

A área de Ciências da Saúde, desde a década de 1980, vem dando preferência ao resumo estruturado. Essa forma de resumo nomeia cada uma das seções do artigo facilitando a identificação dos elementos no texto. Assim, temos o resumo dividido em seções, com suas designações específicas: Objetivo, Método e Materiais, Resultados e Conclusões. A revista *Health Psychology*, editada pela APA, desde o ano 2007, apresenta o resumo de forma estruturada, nomeando as seções: *Objective, Design, Main Outcome Measures, Results e Conclusion*. Esse tipo de resumo facilita o trabalho de indexação dos artigos nas bases de dados, e dos investigadores que utilizam os resumos como objetos de pesquisa.

Em ciência, o compromisso com a objetividade e a clareza é essencial. Lembramos que palavras do resumo são recuperadas nas buscas das bases de dados, por isso devem ser representativas do conteúdo.

Muitas vezes, o resumo é confundido com outras modalidades de síntese do trabalho, como, por exemplo, uma resenha, um sumário, uma resenha, uma sinopse e outros. Resenha é a descrição do documento publicado, na qual os autores se limitam à exposição do conteúdo, evitando colocar sua opinião.

Sumário é a apresentação das partes de um documento na ordem em que aparecem na publicação, sendo muitas vezes confundido com o índice (*index*), que é a reunião de partes do documento, autores ou palavras-chave, que formam um elenco sob um mesmo cabeçalho. O índice é uma organização bem mais complexa que o sumário e gera um documento de consulta detalhada. Por exemplo, um livro cujo conteúdo apresente matérias sobre muitos autores renomados, poderia ter, no final, um índice dos autores arrolados. O sumário limita-se a apresentar os principais capítulos do livro.

Resenha é uma resenha, que inclui a opinião dos autores, os quais emitem julgamentos e fazem críticas com relação ao texto. No entanto, essa palavra está caindo em desuso, sendo substituída pelo termo “Resenha”.

Sinopse é a apresentação resumida de um artigo, texto, livro ou outro documento, não obrigatoriamente elaborado pelos próprios autores.

O resumo informativo é o mais utilizado nas revistas da área de Psicologia. Deve ser escrito em um único parágrafo, com frases curtas, preferencialmente, e na ordem direta. Não desperdice espaço de seu resumo com palavras irrelevantes. Um bom resumo deve responder

às perguntas: O quê, para quê? (objetivos); Como? (método); A que chegamos? (resultados); O que obtivemos conversa com os objetivos? (conclusões do trabalho).

A crescente demanda pela internacionalização do conhecimento produzido no país tem exigido a publicação de resumos em inglês (*abstracts*) de todos os artigos. O *abstract* não deve ser uma tradução literal do resumo em português, mas uma versão integrada, na qual constem as mesmas informações. Sugere-se que o resumo e o *abstract* sejam confeccionados concomitantemente, em um esforço para obter maior coerência e concordância entre eles.

Visando, ainda, ampliar a visibilidade do conhecimento publicado, muitas revistas incluem a versão do resumo em outras línguas, além do inglês, como o francês e o espanhol. Em se tratando de revistas publicadas em um país da América Latina, como é o caso do Brasil, há uma lógica em publicar o resumo em língua espanhola. Essa atitude terá efeitos positivos na promoção das tão almejadas citações cruzadas entre os autores da região. No entanto, é importante lembrar que os resumos publicados em qualquer outro idioma devem ser bem revisados, preferencialmente por uma pessoa nativa ou bilíngue, para que sejam apresentados com correção.

Considerando o rápido crescimento do Portal PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia, www.pepsic.bvs-psi.org.br), com sua vocação para a publicação de revistas dos países latino-americanos, devemos incentivar a publicação de resumos em espanhol para aquelas em língua portuguesa e em português, para as revistas em língua espanhola. À medida que novas bases de dados são criadas e ampliadas e que estudos são efetuados a partir dos resumos disponíveis nessas ferramentas, aumenta-se a responsabilidade dos autores em relatar nesse item do artigo as principais partes de seu estudo.

■ 3.5 Palavras-chave e Descritores

Palavras-chave e descritores são termos diferentes que, devido ao uso equivocado, vêm ganhando a mesma conotação. Na prática, descritores e palavras-chave são palavras ou grupo de palavras que descrevem o conteúdo do documento. A diferença é que as palavras-chave são termos livres retirados do texto sem nenhum compromisso com a normalização. Os descritores são uma espécie de filtro entre a linguagem utilizada pelos autores – a linguagem natural – e a terminologia da área. Ambas têm como objetivo descrever os conceitos e assistir os usuários na busca pela informação em bases de dados.

Descritores são organizados segundo um método no qual é possível especificar as relações entre conceitos, com o propósito de facilitar o acesso à informação. A essa organização damos o nome de Vocabulário Controlado ou Estruturado.

A área da Psicologia conta com valiosos vocabulários controlados que auxiliam na atribuição dos descritores e, conseqüentemente, na recuperação da informação. O mais reconhecido internacionalmente é o *Thesaurus of Psychological Index Terms*, editado pela *American Psychological Association* (APA), desde 1973. Foi apresentado como “uma lista autorizada que tornava possível a representação precisa do conteúdo da literatura psicológica e acrescentaria finalidade e precisão às operações de busca e recuperação da informação especializada” (Histórico do vocabulário controlado, n.d.).

No Brasil, autores, bibliotecários e usuários contam com a Terminologia Psi, disponível na Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi, www.bvs-psi.org.br), que busca normalizar os termos da área, assegurando a indexação e a recuperação eficientes da informação psicológica. A Terminologia Psi apresenta o termo principal; a versão em inglês e espanhol; o termo que, embora equivalente, não deve ser utilizado; o termo geral, o específico e os termos relacionados. O exemplo a seguir ilustra as relações tal como aparecem no descritor: Psicologia junguiana.

Termo em Português: Psicologia junguiana (Termo principal)
Termo em Inglês: Junguian psychology (Termo em inglês)
Termo em Espanhol: Psicología junguiana (Termo em espanhol)
Usado para: Psicologia analítica (Termo equivalente que não deve ser utilizado)
Termo geral: Escola neopsicanalítica (Termo mais amplo)
Termo específico: Inconsciente coletivo (Termo específico)
Termo relacionado: Arquétipos. Associação livre. Jung (Carl). Psicoterapia analítica (Termos relacionados)

A Terminologia Psi vem sendo utilizada por bibliotecários para indexação dos textos cadastrados nas diversas bases de dados das Bibliotecas Virtuais de Psicologia do Brasil e demais países da América Latina que utilizam o modelo BVS-Psi. Autores e editores também a utilizam na atribuição das palavras-chave dos artigos, dissertações e teses da área. Observe que no parágrafo anterior utilizamos o termo palavra-chave em vez de descritores. É que nos rendemos ao uso do termo dessa maneira para facilitar o entendimento da questão.

Recomendamos a utilização de três a seis palavras-chave para a representação descritiva do artigo, que devem figurar logo após o resumo. De acordo com as revistas editadas pela APA, sugerimos que sejam separadas por vírgula e iniciadas com letra minúscula. Apenas os nomes próprios serão grafados em maiúscula. Entretanto, devem ser observadas as orientações da revista. Exemplo:

Palavras-chave: psicanálise, psicologia junguiana, Freud, Sigmund, 1856-1939, Jung, Carl Gustav, 1875-1961

Keywords: psychoanalysis, junguian psychology, Freud, Sigmund, 1856-1939, Jung, Carl Gustav, 1875-1961

Palabras clave: psicoanálisis, psicología junguiana, Freud, Sigmund, 1856-1939, Jung, Carl Gustav, 1875-1961

Ressaltamos que as revistas que seguem as recomendações da ABNT (2003) devem apresentar as palavras-chave logo após os resumos “separadas entre si por ponto e finalizadas por ponto final” (p. 4).

As letras maiúsculas poderão ser utilizadas no início de cada palavra-chave e para os nomes próprios. Exemplo:

Palavras-chave: Psicanálise. Psicologia junguiana. Freud, Sigmund, 1856-1939. Jung, Carl Gustav, 1875-1961.

Keywords: Psychoanalysis. Junguian psychology. Freud, Sigmund, 1856-1939. Jung, Carl Gustav, 1875-1961.

Palabras clave: Psicoanálisis. Psicología junguiana. Freud, Sigmund, 1856-1939. Jung, Carl Gustav, 1875-1961.

Quanto aos nomes das ciências, no corpo do texto, devemos seguir as orientações da língua portuguesa. Uma consulta à gramática de Bechara (2001) esclarece: “Os nomes que designam

artes, ciências, ou disciplinas, assim como aqueles que sintetizam, em sentido elevado, as manifestações do engenho e do saber, devem ser grafados com letra inicial maiúscula” (p. 103). Exemplo: Psicologia Social.

Nota. Recomendamos aos autores quando da elaboração das palavras-chaves (*keywords, palabras clave*) que utilizem o vocabulário de termos em Psicologia “Terminologia em Psicologia” disponível na BVS-Psi (<http://www.bvs-psi.org.br>).

■ 3.6 Introdução

A introdução é a primeira parte do texto científico e deve apresentar o tema proposto, expor o problema, discutir ideias de outros autores que trataram do assunto, fazendo as devidas referências em correspondência biunívoca com a listagem de trabalhos citados no final do artigo (Referências). A introdução consiste na fundamentação teórica problematizada do trabalho realizado ou revisão da literatura. Ao longo da elaboração da introdução, os autores devem questionar-se sempre sobre se o que estão escrevendo tem relação com o problema de seu estudo.

Uma fundamentação teórica bem feita não é uma “colcha de retalhos”, que reúne as ideias de outros autores de forma resumida e não sistemática (Secaf, 2004). Pelo contrário, é um tecido muito bem costurado de ideias, que traz concordâncias, discordâncias, peculiaridades e avanços da literatura científica já produzida.

Os autores da introdução de um texto científico são como observadores de um grupo. Eles devem observar e relatar o que foi escrito por cada um dos membros desse grupo, no que cada um concorda com o outro, no que discorda, o que há de controvérsia, quais autores complementam as ideias dos demais, e assim por diante. Nessa etapa do trabalho, os autores da introdução são espectadores que se colocam no texto apenas como selecionadores e organizadores das ideias apresentadas na literatura. Devem, no entanto, rephrasear as ideias recolhidas, valorizando-as mais do que os nomes dos autores, e evitando citações literais. Por exemplo, em vez de informar que: Para Piaget (1932/1994, p. 64), “é a partir do momento em que a regra de cooperação sucede à regra de coação que ela se torna uma lei moral efetiva”. Informe que: A lei moral torna-se efetiva quando a regra de cooperação sucede à regra de coação (Piaget, 1932/1964).

Um artigo com excesso de citações literais pode sugerir pouco domínio do tema e falta de criatividade dos autores. Quando utilizadas, as citações devem ser feitas obedecendo às normas recomendadas pela revista. Citações não devem ser lançadas aos textos sem uma introdução, nem devem ser utilizadas como se fossem imagens que ilustram o texto que está sendo elaborado.

Na introdução, os autores devem descrever o problema estudado, inserindo o assunto em um formato lógico, evidenciado por meio de citações a pesquisas e teorias anteriores que se relacionam com a questão (Cozby, 2003). Seguindo orientações da APA (2001a) e de Spector (2002), na elaboração desta seção, devemos considerar os aspectos descritos a seguir e estar atentos se ao ler esta parte do texto o leitor é capaz de explicar:

- o que as pesquisas anteriores ensinaram?
- o que a presente pesquisa adicionará?
- por que essa adição será importante?
- por que será necessária a realização da pesquisa?
- já existe uma ou mais revisões sistemáticas do assunto?
- foi discutida a necessidade da pesquisa baseada nos resultados desta revisão?

- quais são as principais perguntas a serem respondidas?
- como a hipótese e o delineamento experimental se relacionam com o problema? (No caso de estudos experimentais);
- foram incluídos artigos históricos ou clássicos?
- foram incluídos estudos nacionais?
- foram incluídos artigos publicados nos países latino-americanos?
- foi obedecida uma cronologia na apresentação das ideias revisadas?
- quais são os objetivos (gerais e/ou específicos) da pesquisa? Qual é o problema que está sendo respondido?
- o problema e as hipóteses foram justificados teoricamente?

Uma boa introdução deve responder a todas essas questões em poucos parágrafos, ou seja, de forma sucinta, dando aos leitores uma noção consistente do que foi feito e por que, evitando-se frases genéricas ou redundantes. A introdução tem como objetivo delimitar o assunto a ser tratado, ou seja, situar de forma clara e objetiva o tema do artigo, descrevendo os fundamentos do estudo e a literatura relevante sobre o assunto. Mas o objetivo principal da introdução é justificar o estudo apresentado. Portanto, não é necessário que se faça um item de justificativa em separado. Nossos leitores, ao final da introdução, devem estar convencidos de que a literatura revisada justifica a continuidade da pesquisa naquela área e, portanto, a execução do estudo.

Por ser a primeira parte do texto, a introdução é claramente identificada, não havendo necessidade de ser rotulada. Algumas revistas ainda a numeram e a denominam. Apesar de serem poucos os periódicos na área de Psicologia que adotam esse critério, é importante verificar o padrão usado pela revista na qual submeterá seu manuscrito. O último parágrafo da introdução, em geral, apresenta os objetivos do trabalho.

■ 3.7 Desenvolvimento

Constitui a parte principal do texto e contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado no artigo, divide-se em seções e subseções, que variam em função da abordagem do tema e do método (ABNT, 2003). Comumente, essas seções são divididas em: Método, Resultados, Discussão e Conclusão ou Considerações Finais. A seção de Método pode ser dividida em subseções: delineamento, participantes, instrumentos (ou materiais) e procedimentos.

A apresentação dessas seções e subseções obedece a uma padronização, seguindo uma sequência lógica que mostra o inter-relacionamento dos itens expostos. Os autores do artigo deverão decidir quantas seções e subseções utilizarão em sua pesquisa e seguir uma ordenação.

3.7.1 Método

Essa é a parte do artigo que demonstra como a pesquisa foi realizada. Em seu desenvolvimento devem ser respondidas as perguntas:

- como o problema foi estudado?
- o que foi feito para atingir os objetivos do estudo?

Aqui são descritos os materiais (instrumentos, aparatos) e técnicas utilizadas, procedimentos, delineamento, entre outros aspectos. A finalidade é mostrar como foi feito o estudo para se chegar aos resultados. O método é a parte mais singular do estudo e precisa ser descrito com detalhamento e clareza. As seguintes perguntas devem ser respondidas ao longo da descrição desta seção:

- a pesquisa foi aprovada pela comissão de ética (qual? número do processo)?
- há informação sobre qual foi o tipo de estudo utilizado? (delineamento)
- onde foi realizada a pesquisa?
- qual a amostra do estudo?
- quais foram os critérios de inclusão/exclusão adotados?
- como foi realizado o recrutamento dos participantes?
- quais foram os procedimentos utilizados?
- quais foram os métodos utilizados para se proteger de vieses?
- quais as variáveis estudadas? Como se definem? Como são mensuradas?
- quem as mensurou? Quando foram mensuradas?
- foi calculado o tamanho da amostra?
- foram apresentados os detalhes de como foi realizada a análise estatística?
- quais os testes estatísticos utilizados?
- quais são as variáveis analisadas em cada teste?
- quais são as hipóteses estatísticas?
- qual o valor de significância adotado?
- foi planejada alguma análise de subgrupo?
- há informação suficiente para tornar possível a replicação do estudo?
- se os participantes lessem esta parte do texto, eles aceitariam fazer parte da pesquisa?

Fazer pesquisa e escrever ciência não é uma tarefa simples. Na realidade é um trabalho desafiador, que exige dos pesquisadores disciplina e conhecimento dos métodos de pesquisa, técnicas específicas e regras de normalização (ver neste livro Trzesniak & Koller). O conhecimento do método é fundamental, pois orienta os pesquisadores na realização da pesquisa, delineando de maneira clara e objetiva suas etapas. De acordo com Lakatos e Marconi (1985), método “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (pp. 41-42). De acordo com Cozby (2003), “o método científico tem quatro objetivos gerais: (1) descrever; (2) prever; (3) determinar as causas; e (4) compreender ou explicar o comportamento” (p. 21).

ABORDAGEM QUANTITATIVA E ABORDAGEM QUALITATIVA

As abordagens quantitativas visam à apresentação numérica de dados objetivando a descrição, a explicação e a predição do fenômeno. A coleta de dados de uma pesquisa quantitativa é feita, em geral, com o uso de instrumentos de medida, e a análise é pautada nos dados reunidos e classificados numericamente. A descrição quantitativa recorre à matemática para explicar os resultados. Propicia a explicação sobre qual é a relação entre as variáveis, as causas, os efeitos ou consequências, a incidência, a prevalência e o perfil epidemiológico. Esse método considera a ciência como uma verdade objetiva e oferece a possibilidade de verificação dos resultados (Guimarães, Martins, & Guimarães, 2004).

A perspectiva qualitativa consiste em um conjunto de técnicas que descrevem significados. Remete a um exame interpretativo não numérico das observações, que objetiva a descoberta das explicações subjacentes e os modos de inter-relação. Nessa abordagem, os investigadores observam as pessoas e as interações, participam das atividades, entrevistam pessoas, conduzem histórias de vida ou estudos de casos e analisam documentos já existentes. As estratégias e abordagens de coleta de dados obedecem a um sistema metodológico rigoroso e sistemático. O material básico da investigação qualitativa é a palavra que expressa o cotidiano, tanto no nível das relações quanto dos discursos. O foco é a experiência humana (vívda) e, portanto, centra-se no fenômeno subjetivo: a) as estratégias de investigação usadas geralmente mantêm contato com as pessoas nos contextos em que estas geralmente se encontram; b) existe característi-

camente um alto nível de envolvimento dos investigadores com os participantes; c) os dados produzidos fornecem uma descrição, usualmente narrativa, das pessoas vivendo por meio de acontecimentos em situação (Guimarães, Martins, & Guimarães, 2004, p. 80).

Na abordagem qualitativa, os pesquisadores procuram, a partir de observações e de análises abertas, descobrir as tendências e os processos que explicam o como e o porquê dos fenômenos. Análise qualitativa não é literatura, é ciência, e exige tanto ou mais rigor metodológico do que a análise quantitativa. Não basta informar que os dados serão analisados qualitativamente, mas detalhar as técnicas utilizadas para a análise desses dados.

PARTICIPANTES

A identificação dos participantes e da clientela da pesquisa é essencial para a ciência e a prática da Psicologia: “particularmente para analisar os resultados (fazer comparações entre grupos), generalizar as descobertas e fazer comparações em replicações, revisões de literatura científica ou análises de dados secundários” (APA, 2001a, p. 40). A amostra “adequadamente descrita” permite verificar se é representativa (caso não o seja, os motivos devem ser explicados) e se as conclusões e as interpretações são possíveis com aquela amostra (APA, 2001a).

Quando os participantes da pesquisa forem seres humanos, seguindo orientações da APA (2001a), devemos:

- descrever os procedimentos de seleção e distribuição e os acordos;
- descrever dados biossociodemográficos importantes, tais como sexo e idade. Quando uma característica demográfica particular é uma variável experimental ou é importante para a interpretação dos resultados, devemos descrever o grupo especificamente;
- para determinar até que ponto os dados podem ser generalizados, pode ser útil identificar subgrupos.

Seguindo, ainda, orientações da APA (2001a), quando os participantes da pesquisa forem animais, devemos:

- descrever o gênero, a espécie e a cepa ou outras características específicas, tais como o nome e a localização do fornecedor e o sexo, a idade, o peso e as condições fisiológicas dos animais;
- especificar todos os detalhes essenciais de seu tratamento e manuseio para que o estudo possa ser replicado com êxito.

Nessa seção, deve-se também “indicar o número total de indivíduos e o número distribuído em cada condição experimental. Caso algum deles não tenha concluído o experimento, indique quantos e explique os motivos” (p. 40).

No método, os autores, ao submeterem seu manuscrito, deverão mencionar aos editores dos periódicos que o tratamento aos participantes obedeceu aos padrões éticos e legais vigentes. Em algumas pesquisas, pode ocorrer risco para os participantes envolvidos, daí a necessidade da existência de medidas para proteção dos seres humanos e dos animais, bem como da flora (Secaf, 2004).

A atitude ética nas pesquisas é baseada na existência de diretrizes internacionais e nacionais. As Diretrizes Éticas Internacionais estão sob a responsabilidade do Conselho da Organização Internacional de Ciências Médicas (*Council for International Organizations of Medical Sciences* [CIOMS], <http://www.cioms.ch/>) e no Brasil do Conselho Nacional de Saúde, pela Lei n. 196/1996, controlado pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP, http://portal.saude.gov.br/sisnep/pesquisador/Menu_Principal.cfm) e pelos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP).

As instituições de ensino, saúde e pesquisa devem contar com seu CEP para análise e parecer ético nas pesquisas realizadas. “As atribuições do CEP incluem a análise do protocolo e a

emissão do parecer que poderá ser aprovado ou não, com pendência, retirado ou, então, encaminhado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)" (Secaf, 2004, p. 59).

INSTRUMENTOS OU MATERIAIS

Nesta subseção, descrevemos os equipamentos ou materiais utilizados e sua função na pesquisa. Seguindo recomendações da APA (2001a, p. 40):

- equipamentos laboratoriais básicos, tais como mobília, cronômetros ou telas, geralmente não precisam ser descritos detalhadamente;
- aparelhos especializados obtidos de um fornecedor comercial podem ser identificados indicando o número do modelo e o nome e a localização do fornecedor;
- equipamentos complexos ou fabricados por encomenda podem ser ilustrados com desenhos ou fotografias;
- equipamentos complexos podem, também, ser apresentados detalhadamente em anexo.

Os instrumentos devem ser descritos em detalhe, incluindo informações sobre originais, adaptações, traduções, procedimentos de tradução, resultados estatísticos da versão original e adaptada (alfas, análises fatoriais), forma de avaliação e ancoragem, entre outros detalhes. Portanto, deve ser informado quão confiáveis e válidos são os instrumentos e como esses dados apareceram em pesquisas anteriores. Se for criado um novo instrumento, será necessário descrever como foi desenvolvido e os resultados do estudo piloto. Informe e exemplifique os itens dos instrumentos e os objetivos aos quais eles respondem. A descrição detalhada permitirá conhecer o instrumento, verificar sua adequação naquele estudo e entender os resultados.

PROCEDIMENTOS

Os procedimentos do estudo precisam ser descritos detalhadamente, informando como os dados foram coletados, para permitir a reprodução passo a passo e/ou o entendimento do que foi feito.

Seguindo recomendações da APA (2001a, pp. 40-41), a subseção de Procedimentos deve:

- descrever as instruções dadas aos participantes, a formação de grupos e as manipulações experimentais específicas;
- descrever os procedimentos de randomização, emparelhamento e outras características de controle do plano de pesquisa;
- descrever de modo sucinto as instruções, a menos que elas sejam especiais ou componham uma manipulação experimental; nesse caso devem ser descritas na íntegra.

A maioria dos leitores tem familiaridade com procedimentos experimentais comuns, portanto, descreva em detalhe apenas procedimentos novos ou especiais. Lembre-se de que estamos escrevendo para um público especializado. Se a língua utilizada na coleta de informações for diferente da língua original do trabalho, deve ser especificada.

Finalmente, a seção do Método deve informar aos leitores o *que* foi feito e *como* foi feito com suficiente detalhamento para que o estudo possa ser replicado em casos experimentais e/ou entendido e reproduzido (ou não) por outros cientistas.

3.7.2 Resultados

Os resultados da pesquisa são a essência do trabalho científico. No entanto, são em geral seções áridas e que exigem dos leitores muita atenção. Portanto, a escrita desse tópico também

deve ser detalhada e minuciosa. Os resultados mostram o que os autores encontraram quando estudaram o problema.

Se o estudo for quantitativo, devem ser descritos os testes estatísticos e os índices e valores encontrados, quais variáveis foram analisadas, respeitando o *American National Standard for Use of the International System of Units* (SI 10, 2002). Se o estudo for qualitativo, recomendamos associar a seção de *Resultados à Discussão* dos mesmos, evitando assim repetições.

Os resultados devem ser descritos no tempo pretérito e apresentados de forma clara, objetiva, lógica e precisa, recorrendo-se ao uso de figuras ou tabelas para melhor ilustração das informações. Ou, então, simplesmente descrever em texto os dados encontrados.

Uma série de dicas pode ser oferecida para a melhor elaboração dos resultados:

- retome os objetivos do estudo na primeira parte desta seção, informando se foram ou não alcançados, o que foi feito para alcançá-los e o que foi obtido;
- escreva os resultados do mais geral ao mais específico, apresentando as variáveis e as análises sequencialmente, acompanhando a descrição dos objetivos e do método;
- informe seus leitores, a cada passo, de como foi obtido o resultado apresentado, com o nome do teste estatístico ou da técnica de análise qualitativa;
- mencione todos os resultados relevantes.

As tabelas e figuras são necessárias e devem ser claras e adequadas às normas da revista. Todas devem ter título e cabeçalho informativo. As grandezas matemáticas devem respeitar de forma adequada a normalização internacional.

A seguir, listamos algumas informações sobre a apresentação das tabelas e figuras no texto de acordo com as recomendações do manual da APA, revistas publicadas por essa associação e periódicos nacionais que adotam o estilo internacional. Mas ressaltamos que os autores deverão sempre consultar as normas da revista a qual submetem seu trabalho para a correta apresentação dessas informações. A reprodução de figuras e tabelas encarece a impressão de uma publicação, principalmente as figuras, assim devem ser reservadas para apresentação dos dados mais importantes do trabalho.

O capítulo “Normas para a Apresentação de Informações Estatísticas no Estilo Editorial APA” deste manual descreve em detalhes as normas de publicação científica de informações que envolvem *notações, expressões, tabelas e figuras estatísticas no texto científico*, apresentando exemplos de tabelas e figuras. Nesse contexto, nos detemos a listar e exemplificar informações referentes à apresentação dos elementos na forma descritiva, assim não nos preocupamos em apresentar as tabelas e figuras propriamente ditas.

TABELAS

As tabelas são importantes e eficientes em um trabalho científico, pois permitem aos pesquisadores uma rápida leitura dos textos e apresentam grande quantidade de dados em pouco espaço. Segundo a APA (2001a), “as tabelas geralmente mostram valores numéricos exatos, e os dados são ordenadamente dispostos em linhas e colunas, facilitando sua comparação” (p. 133). Tabelas que consistem em palavras também são usadas em artigos científicos e normalmente apresentam comparações qualitativas.

Elementos da tabela

As tabelas são compostas pelos elementos: número, título, cabeçalho, coluna indicadora, corpo e nota. Relacionamos alguns desses elementos a seguir.

• Número

Todas as tabelas devem ser numeradas (a partir de duas ou mais tabelas) em algarismos arábicos (na ordem em que aparecem no texto). A palavra “Tabela” deve ser apresentada sem destaque

tipográfico, com inicial em maiúsculas. Exemplos: Tabela 1, Tabela 2 e assim por diante. Letras sufixiais (por exemplo, Tabela 1, Tabela 1a, Tabela 1b) não devem ser usadas na numeração, nesse caso é melhor combinar as tabelas relacionadas em uma única tabela (APA, 2001a).

• *Título*

O título deve ser breve, claro e explicativo. Deve figurar no topo em *itálico* e terminar sem ponto final. Exemplo:

Tabela 1 <i>Fontes de Informação Disponíveis para Acesso na Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2008</i>
[Tabela]

137

• *Nota*

As tabelas, segundo a APA (2001, p. 145) apresentam três tipos de notas:

- 1) notas gerais: qualificam, explicam ou fornecem informações relativas à tabela como um todo e apresentam explicações de abreviaturas, símbolos e assemelhados. As notas gerais são apresentadas pela palavra “Nota” em *itálico* seguida de ponto;
- 2) notas específicas: referem-se a uma coluna, linha ou item particular. São indicadas por letras minúsculas sobrescritas (^{a, b, c});
- 3) notas de probabilidade: indicam resultados de testes de significância. São indicadas por asteriscos (*).

Quando uma tabela for reproduzida na íntegra, em parte ou adaptada de outro documento, que não dos autores do trabalho, a referência completa da fonte consultada, incluindo o número da página da publicação da qual se extraiu a tabela, deve ser citada no campo notas gerais. *A referência do documento do qual a tabela foi extraída deve também ser listada na lista final de referências do artigo.*

Nota. Salientamos que exemplos com notas específicas e de probabilidade estão apresentados no Capítulo 8 deste livro. Assim, os exemplos a seguir se limitam à apresentação das notas gerais. Exemplo:

Tabela reproduzida de uma tese de doutorado:

Tabela 2 <i>Distribuição por Área de Concentração dos Alunos que Obtiveram Grau de Mestre e Doutor no IPUSP, no Período 1980 a 1989</i>
[Tabela]
<i>Nota.</i> Reproduzida de <i>Produção Científica: Dissertações e Teses do IPUSP (1980/89)</i> (p. 36), de E. C. Granja, 1995. Tese de Doutorado defendida em 1995, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

No caso de tabelas reproduzidas ou adaptadas de documentos protegidos por direitos autorais, de acordo com a APA (2001a, 2001b), deve-se citar a data de copirraite (©, *Copyright*) e o nome do proprietário dos direitos autorais. Exemplos:

Tabela adaptada de um livro:

Tabela 3
Tipos de Poder/Autoridade e Tipos de Envolvimento

[Tabela]

Nota. Adaptada de *Psicologia do Trabalho: Psicossomática, Valores e Práticas Organizacionais* (p. 34), de A. C. Limongi-França, 2008, São Paulo: Saraiva. Copirraite 2008 pela Editora Saraiva.

138

Tabela reproduzida de um capítulo de livro:

Tabela 4
Distribuição Anual da Produção Discente dos Programas de Pós-Graduação nas Revistas de Ciência da Informação

[Tabela]

Nota. Reproduzida de “Revistas Científicas: Saberes no Campo de Ciência da Informação”, de L. S. Bufrem, 2006, *Comunicação & Produção Científica: Contexto, Indicadores e Avaliação* (p. 208, D. A. Poblacion, G. P. Witter & J. F. M. da Silva, Orgs.), São Paulo: Angellara. Copirraite 2006 pela Angellara Editora.

Para a APA, é “preciso obter permissão para *reproduzir ou adaptar parte ou totalidade de uma tabela* de uma fonte protegida por direitos autorais”, e qualquer tabela reproduzida deve ser acompanhada por uma nota ao pé da tabela dando reconhecimento ao autor original e ao proprietário dos direitos autorais (2001a, p. 148). Exemplos:

Tabela reproduzida de um artigo de revista científica:

Tabela 5
Sequência de Treino e Testes, Relações e Número de Tentativas nos Blocos para Cada Grupo

[Tabela]

Nota. LB significa Linha de Base e S significa Simetria. Reproduzida de “Efeitos do Tamanho da Classe na Manutenção de Relações Equivalentes”, de V. B. Haydu e J. B. C. de Paula, 2008, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), p. 236. Copirraite 2008 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Reproduzida com permissão dos autores e do editor da revista.

Tabela reproduzida de um artigo de revista científica *online*:

Tabela 6

Dissertações e Teses Defendidas no IPUSP entre 2000 e 2005

[Tabela]

Nota. Reproduzida de “Citações a Periódicos na Produção Científica de Psicologia”, de M. I. C. Sampaio, 2008, *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(3), p. 458. Copirraite 2008 pelo Conselho Federal de Psicologia. Recuperada em 29 de dezembro de 2008, de PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia, <http://www.bvs-psi.org.br>). Reproduzida com permissão do autor e do editor da revista.

139

Nota. Se o *link* do documento remeter diretamente ao material citado, não é necessário mencionar o nome da base de dados. Exemplo:

Tabela 7

Uso do Tempo Livre – Comparação entre Dias da Semana e Final de Semana

[Tabela]

Nota. Adaptada de “Uso do Tempo Livre por Adolescentes de Classe Popular”, de J. C. Sarriera, D. C. Tatim, R. P. S. Coelho e J. Büsker, 2007, *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), p. 364. Copirraite 2007 pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Recuperada em 09 de novembro de 2008, de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v20n3/a03v20n3.pdf>. Reproduzida com permissão dos autores e do editor da revista.

Nota. Para documentos com seis ou mais autores, no campo autor, cita-se somente o primeiro autor seguido da expressão “et al.!”. Exemplo: ..., de E. L. Garcia et al., 2008, *Título do Documento*, ... (APA, 2001b).

No caso de a revista exigir autorização de reprodução de tabelas ou figuras quando extraídas de outras fontes, os autores deverão encaminhar junto com o manuscrito uma carta de autorização de permissão de uso do material dos proprietários dos direitos autorais à revista que submeterá seu trabalho.

Ressaltamos que informações sobre autorização de reprodução, como “Reproduzida com permissão dos autores do artigo e do editor da revista”, “Reproduzida em parte com permissão dos autores...” ou “Adaptada com permissão dos autores...” só devem ser apresentadas em nota na tabela se a revista à qual o autor vai submeter seu manuscrito exigir autorização de uso do material.

Nota. No Brasil, a solicitação da autorização do autor do material reproduzido ainda não é um procedimento usual.

Formas de apresentação

Toda tabela deve figurar o mais próximo possível do texto e preferencialmente “ser colocada em posição vertical, facilitando a leitura dos dados. Caso não haja espaço suficiente, deve ser colocada em posição horizontal com o título voltado para a margem esquerda da folha” (Garcia, Carmo, & Ferraz, 2005, p. 6).

Segundo a APA (2001a), é um transtorno para o leitor ter de virar um periódico para a leitura de uma tabela. Nesse caso, os autores podem “desenhar uma tabela para que se ajuste na largura de uma página ou coluna de um periódico contando os caracteres (isto é, letras, números e espaços)” (p. 147).

Nesse contexto, a tabela deve ser ajustada à página do periódico. Devemos evitar ao máximo desmembrá-la, mas quando isso não for possível

a tabela pode continuar na página seguinte, quando houver necessidade nesse caso, o final da primeira página não será delimitado por traço horizontal na parte inferior, o cabeçalho será repetido na página seguinte, e a cada página deve haver uma das seguintes indicações: *continua* para a primeira, *conclusão* para a última e *continuação* para as demais. O conteúdo do rodapé só deve ser apresentado na página de conclusão. (Garcia et al., 2005, p. 6, grifos das autoras)

Seguindo recomendações da APA (2001a, 2001b), devemos utilizar espaços em branco, adequadamente posicionados, no lugar de linhas verticais. Observamos que linhas verticais raramente aparecem em tabelas dos periódicos editados pela APA.

Conferência de tabelas no texto científico

Após finalizar uma ou mais tabelas, considere as questões apontadas pela APA (2001a, pp. 148-149):

- todas as tabelas apresentadas são necessárias?
- no caso de mais de uma tabela – as tabelas foram numeradas sequencialmente em algarismos arábicos?
- as tabelas estão de acordo com as normas de apresentação de tabelas da revista à qual os autores submeterão seu trabalho?
- foram suprimidas todas as linhas verticais?
- todas as tabelas incluídas no manuscrito têm regularidade entre si na apresentação?
- os títulos são claros, sucintos e explicativos?
- todas as colunas têm seu cabeçalho?
- todas as abreviaturas, os itálicos, parênteses, travessões e símbolos especiais são explicados?
- os valores de nível de probabilidade são corretamente identificados, e os asteriscos são vinculados às entradas apropriadas?
- um determinado nível de probabilidade tem o mesmo número de asteriscos quando aparece em mais de uma tabela?
- as notas obedecem à sequência: nota geral, nota específica, nota de probabilidade?
- a tabela caberá na largura de uma coluna ou de uma página de revista?
- no caso de a tabela ter sido reproduzida na íntegra, em parte ou adaptada de uma tabela (fonte) protegida por direitos autorais, no campo nota da tabela a fonte completa do documento está citada? A fonte completa do documento está listada também na lista final de referências do manuscrito?
- a permissão (carta) por escrito dos proprietários de direitos autorais da tabela está disponível para envio de uma cópia para os editores do periódico que submeterá seu manuscrito, caso

seja solicitada nas normas editoriais do periódico? Nesse caso, a permissão foi incluída em nota na tabela? Exemplo: “Reproduzida com permissão dos autores do artigo e do editor da revista” ou “Reproduzida em parte com permissão dos autores do capítulo...” ou “Adaptada com permissão dos autores...”.

FIGURAS (ILUSTRAÇÕES)

Outras formas de ilustração podem ser utilizadas nos artigos e devem seguir regras específicas de acordo com a revista. É interessante consultar as normas editoriais ou os editores sobre a possibilidade de incluir fotografias e outras ilustrações em manuscritos antes da submissão.

A APA (2001a, 2001b) denomina como figuras qualquer tipo de ilustração: quadros, gráficos, desenhos, esquemas, fluxogramas, organogramas, retratos, mapas, plantas, fotografias. Como o capítulo sobre a apresentação de informações estatísticas explorou o universo das tabelas e dos gráficos, vamos nos deter aos demais tipos de figuras. Lembramos que todos os tipos de ilustrações fazem parte do mesmo universo e devem ser enumeradas sequencialmente no texto.

De Paoli (2004) classifica as figuras como “desenhos (estruturas, fluxogramas, esquemas de reações, esquemas de aparelhos, diagramas), fotos digitais ou analógicas e gráficos”. Segundo o autor, “devem ser todas denominadas figuras para evitar a presença de diversas sequências de numeração”. Para a APA (2001a), “qualquer tipo de ilustração que não seja uma tabela é chamada de *figura*... as tabelas são tipografadas e não fotografadas a partir de arte fornecida pelos autores, por conseguinte não são consideradas figuras” (p. 149).

141

Elementos da figura

As figuras são compostas pelos elementos: número, legenda e título.

• Número

Todas as figuras devem ser numeradas (a partir de duas ou mais figuras) em algarismos arábicos (na ordem em que são mencionadas no texto). A palavra “Figura” deve ser apresentada em itálico, finalizando com ponto. Exemplos: *Figura 1.*, *Figura 2.*

• Legenda

É a descrição dos símbolos utilizados nas figuras e tem como finalidade interpretar sua apresentação gráfica. Deve ser apresentada dentro dos limites da ilustração e ficar o mais próximo possível dos componentes que estão sendo identificados. Como a legenda é parte integrante da figura, deve ter o mesmo tipo de letra do restante da ilustração (APA, 2001a, 2001b).

Nota. Ressaltamos que como a legenda é parte integrante da figura, não apresentamos exemplos de legendas, pois, como mencionamos, o Capítulo 8 apresenta essas informações.

• Título

O título precisa ser breve, claro e explicativo. Pode oferecer uma explicação ou identificação da figura. Deve aparecer abaixo da figura. Exemplo:



Figura [Gráfico]

Figura 1. Comportamento da produção de artigos de periódicos e número de docentes participantes em cada ano.

Quando uma figura for reproduzida na íntegra, em parte ou adaptada de outro documento, que não o dos autores do trabalho, deve ser citada no campo do título a referência completa da fonte consultada, incluindo o número da página da publicação da qual se extraiu a figura. A referência do documento do qual a figura foi extraída deve também ser incluída na lista final de referências do artigo. Exemplo:

Figura [Gráfico]

Figura 2. Comportamento da produção de dissertações e teses e número de docentes participantes em cada ano. Reproduzida de *Produção Científica: Dissertações e Teses do IPUSP (1980/89)* (p. 36), de E. C. Granja, 1995. Tese de Doutorado defendida em 1995, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

142

No caso de figuras reproduzidas de documentos protegidos por direitos autorais, de acordo com a APA (2001a, 200b), deve-se citar a data de copirraite (©, *Copyright*) e o nome do proprietário dos direitos autorais. Exemplo:

Figura [Gravura]

Figura 3. Xilogravura em preto e branco impressa sobre jornal colorido. Reproduzida de “Xilicidade: Memória Urbana Gravada”, de M. dos A. Afonso, 2007, *Imaginário: Revista do Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória*, 12(15), p. 73. Copirraite 2007 pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Quando uma ilustração é extraída de um documento estrangeiro, o título da figura deve ser traduzido para a língua original do texto. Pode-se também indicar o título original entre colchetes. Exemplo:

Figura [Desenho]

Figura 4. A árvore envolve a arca com as suas raízes, e uma chama irradia-se quando o herói toca a folha [The tree clasps the coffer in its roots, and a flame springs out of a leaf as the hero touches it]. Reproduzida de *Alchemical Studies* (fig. 15), de C. G. Jung, 1970, Princeton: Princeton University Press. Copirraite 1967 pela Bollingen Foundation.

Alguns periódicos brasileiros, comumente os números especiais de homenagem ou artigos de reflexão dedicados a pessoas, costumam apresentar fotografias. Para fazer referência à fotografia, os autores devem acrescentar informações como:

- a fonte: livro, revista, Internet, álbum, catálogo, fôlder, folheto;
- a data da foto original, ou aproximada, e o local. Mencionar esse(s) dado(s) no campo título da figura;
- indicar, quando possível, o nome do fotógrafo;
- no caso de a foto pertencer a arquivos institucionais ou particulares, mencionar essa informação no título da figura. Exemplos: “Fotografia pertencente ao acervo do Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, cedida para reprodução em 17 de março de 2006” ou “Imagem cedida para reprodução pelo Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, em 17 de março de 2006”;
- se for conhecida a pessoa que cedeu a imagem, esta pode ser citada também, acrescentando um breve agradecimento. Mencione essa informação em nota de rodapé ou no final do artigo, após as referências, como agradecimentos. Exemplo: O(s) autor(es) agradece(m) à [nome completo em ordem direta], [relacionamento com o homenageado], que gentilmente cedeu para reprodução as imagens apresentadas nesse artigo;
- no caso de a foto apresentar várias pessoas, identifique-as, se possível, da esquerda para a direita. Exemplo: Da esq. → dir.: Prof. Dr. [nome completo na forma direta]; Profa. Dra. [nome completo na forma direta]; Prof. Dr. [nome completo na forma direta].

Ressaltamos também que para apresentação de imagens de pessoas e instituições é aconselhável os autores do artigo ou editores do número especial solicitarem “Autorização de reprodução de imagens” aos envolvidos diretamente no assunto (pessoa(s) física(s), familiares dos envolvidos, instituição).

Exemplo:

Figura [Fotografia]

Figura 5. Prof. Dr. [nome completo por extenso]. A foto remonta a 1966 ou 1967 e mostra, no porão da Glette, um cientista jovem interessado por comportamento exploratório, olhando para o rato branco cujos mecanismos comportamentais pretendia explicar. A fotografia original pertence ao acervo do Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, e foi cedida para reprodução em 17 de março de 2008. Reproduzida com permissão do Prof. Dr. [nome completo do professor].

Para figuras retiradas de fontes eletrônicas (CDs, DVDs, Pendrives), recomendamos citar o suporte do documento. Exemplos:

Figura [Fotografia]

Figura 6. Rua Bergasse 19, Viena – Residência e consultório de Freud de 1891 a 1938. Reproduzida de *Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, 1901-1905) [CD-ROM], de S. Freud, n.d., Rio de Janeiro: Imago. Copirraite [n.d] da tradução em português pela Imago Editora.

Figura [Fotografia]

Figura 7. Entrada da exposição “Alameda Glette”, salão de leitura da Biblioteca Dante Moreira Leite, novembro de 2006. Reproduzida de “Preservação da Memória Institucional no Instituto de Psicologia da USP” de A. A. Z. P. Sabadini, T. G. Veríssimo, I. Cadidé e C. Ades, 2008, *XV Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias* (p. 7, trabalho n. 3552) [Pendrive]. Copirraite 2008 pela Universidade Estadual de Campinas.

No caso de figuras extraídas da Internet, recomendamos citar a data de acesso e o endereço da página. Exemplos:

Figura [Tela]

Figura 8. Estação Central do Brasil (EFCB), de Tarsila do Amaral, 1924 (óleo sobre tela, 142 x 127 cm). Reproduzida de *Tarsila do Amaral*. Recuperada em 12 de setembro de 2008, de http://www.tarsiladoamaral.com.br/index_frame.htm

Material extraído de bases de dados:

Figura [Fotografia]

Figura 9. Tempo médio em segundos para a realização do Teste de Vocabulário por Imagens *Peabody* nas versões tradicional (TVIP-Trad) e computadorizada (TVIP-Comp) em função da idade. Reproduzido de “Avaliando Linguagem Receptiva Via Teste de Vocabulário por Imagens *Peabody*: Versão Tradicional *Versus* Computadorizada”, de E. C. de Macedo, F. C. Capovilla, M. Duduchi, M. E. F. D’Antino e L. dos S. Firmo, 2006, *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), p. 46. Copirraite 2006 pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Recuperada em 19 de novembro de 2008, de PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia, <http://bvs-psi.org.br>).

Notas. 1) No caso de seis ou mais autores, no campo autor, cita-se somente o primeiro autor seguido da expressão “et al!”. Exemplo: ..., de E. L. Garcia et al., 2008, *Título do Documento*, ... (APA, 2001b); 2) se o *link* do documento remeter direto ao material citado, não é necessário mencionar o nome da base de dados. Exemplo:

Figura [Fotografia]

Figura 10. Formatura de Dante Moreira Leite na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1950. Reproduzida de “Terra Natal”, de D. M. Leite, 2000, *Psicologia USP*, 11(2). Copirraite 2000 pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Recuperada em 19 de novembro de 2008, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642000000200008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

Nota. No exemplo o artigo não se encontra no formato “pdf” na Coleção SciELO, nesse caso o documento fica citado sem o número de página.

145

Para a APA, é “preciso obter permissão para *reproduzir ou adaptar parte ou totalidade de uma figura* de uma fonte protegida por direitos autorais”, e qualquer figura reproduzida deve ser acompanhada por uma nota no título da figura dando reconhecimento ao autor original e ao proprietário dos direitos autorais (2001a, p. 148). Exemplo:

Figura [Gráfico]

Figura 11. Distribuição temporal dos comportamentos observados considerando a duração total de observação de cada comportamento por faixa horária. Reproduzida de “Padrões de Atividades de *Caititus (Tayassu tajacu)* em Cativeiro”, de B. Venturieri e Le Pendu Yvonnick, 2006, *Revista de Etologia*, 8(1), p. 39. Copirraite 2006 pela Sociedade Brasileira de Etologia e Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Reproduzida com permissão dos autores e do editor da revista.

No caso de a revista exigir autorização de reprodução de figuras quando extraídas de outras fontes, os autores deverão encaminhar junto com o manuscrito uma carta de autorização de permissão de uso do material dos proprietários dos direitos autorais à revista a qual submeterá seu trabalho.

Salientamos que informações sobre autorização de reprodução como “Reproduzida com permissão dos autores do artigo e do editor da revista”, “Reproduzida em parte com permissão dos autores...” ou “Adaptada com permissão dos autores...” só devem ser apresentadas no campo do título da figura se a revista à qual o autor vai submeter seu manuscrito exigir autorização de uso do material.

Nota. No Brasil, a solicitação da autorização do autor do material reproduzido ainda não é um procedimento usual.

Formas de apresentação

Todas as figuras, qualquer que seja seu tipo, em textos científicos, devem ser apresentadas o mais próximo possível do trecho a que se referem.

Recomendamos que a apresentação do título explicativo, localizado abaixo da figura, *seja alinhada ao texto, embora muitas revistas apresentem essa informação alinhada à figura.*

Conferência de figuras no texto científico

Após confeccionar uma ou mais figuras, considere as questões apontadas a seguir, relacionadas de acordo com as orientações presentes no manual de publicação da APA (2001a, pp. 148-149):

- todas as figuras apresentadas são necessárias?
- no caso de mais de uma figura – as figuras foram numeradas sequencialmente em algarismos arábicos?
- a figura é simples, limpa e não contém material irrelevante?
- as figuras estão de acordo com as normas de apresentação das figuras da revista à qual os autores submeterão seu trabalho?
- os dados são projetados de maneira correta?
- a escala tem proporção correta?
- as letras são grandes e escuras o suficiente para serem lidas, principalmente se a figura precisar ser reduzida?
- a letra tem tamanho compatível com o restante da figura?
- os detalhes e o tamanho das letras da figura irão suportar uma redução de 25 a 50%?
- a ortografia dos termos está correta?
- todas as abreviaturas e os símbolos são explicados na legenda e no título da figura?
- as figuras são numeradas consecutivamente com números arábicos?
- no caso de a figura ter sido reproduzida na íntegra, em parte ou adaptada de uma figura (fonte) protegida por direitos autorais, no título explicativo a fonte completa do documento está citada? A fonte completa do documento está também na lista final de referências do manuscrito?
- a permissão (carta) por escrito dos proprietários de direitos autorais da figura está disponível para envio de uma cópia para os editores do periódico que submeterão seu manuscrito, caso seja solicitada nas normas editoriais do periódico? Nesse caso, a permissão foi incluída no título explicativo da figura? Exemplo: “Reproduzida com permissão dos autores do artigo” ou “Reproduzida em parte com permissão dos autores do capítulo” ou “Adaptada com permissão dos autores...”

Concordamos com Medeiros (2002) que a impressão de uma foto ou outro tipo de figura pode não revelar a qualidade da reprodução em papel e também não ser indispensável como acreditamos. Considerando que esses elementos encarecem a impressão da obra, devemos avaliar se realmente há a necessidade da figura, se ela realmente enriquece o texto e se não podemos substituí-la por texto simples.

3.7.3 Discussão

Nessa seção os autores comparam os dados obtidos com outros trabalhos da mesma natureza e procuram estabelecer relações entre as pesquisas. É possível aqui fazer uma análise circunstanciada que estabeleça deduções, proposições e que ressalte os aspectos que confirmem ou modifiquem, de forma significativa, as teorias analisadas, apresentando novas perspectivas para a área em estudo (Sá et al., 1994).

A discussão demonstra o que os resultados encontraram de significativo, as relações entre os fatos observados e o afirmado por outros autores nas referências consultadas. Devemos escrever

a discussão, preferencialmente, com o verbo no tempo presente para tratar dos outros trabalhos e no pretérito para os resultados obtidos no estudo, e em linguagem clara e objetiva, evitando-se a repetição com o declarado nos resultados. A discussão pode ser trabalhada conjuntamente com a apresentação dos resultados, simplificando a estrutura do artigo. Nesse caso, teremos a seção denominada *Resultados e Discussão*.

As seguintes perguntas devem ser feitas ao final da discussão:

- foram enfatizados os principais resultados (sem repetir os números)?
- os resultados respondem ao problema e às hipóteses do estudo?
- a revisão da literatura dialoga com os resultados encontrados?
- foram discutidas as limitações do estudo?

A seção de discussão pode incluir estudos que não aparecem na introdução do trabalho, desde que estes obedeçam à mesma lógica e estejam dentro da linha epistemológica do trabalho. Voltando à analogia da introdução, na qual colocamos os autores que confeccionam o artigo como expectadores e relatores de um grupo de outros autores, podemos dizer que na discussão dos resultados os presentes autores tomam assento no grupo e passam a discutir e ter interlocução com aqueles de sua revisão da literatura. Agora, como autores que obtiveram dados, eles podem concordar, discordar, contrapor, complementar ideias que estavam postas na literatura e que conversam com os dados que acabaram de analisar.

3.7.4 Conclusão ou Considerações Finais

Devem ser fundamentadas no objetivo do trabalho, precisas e expostas de forma muito clara. Nessa etapa do artigo, os autores podem utilizar sua criatividade para salientar os dados obtidos e sugerir a aplicação dos resultados de forma prática, recapitulando alguns resultados relevantes. A conclusão não deve repetir o que já foi escrito nos resultados e na discussão, mas pode resgatar alguns itens relevantes para confirmar se o objetivo foi alcançado ou não. Caso negativo, explicar o porquê.

Aqui também são apresentadas sugestões para novos estudos da mesma natureza, mas tomando o cuidado de centrar as sugestões no que os autores fariam de diferente em seu próprio estudo. É preciso ter cuidado para não revelar aqui a própria ignorância sobre estudos existentes (que podem ser de conhecimento dos consultores da revista). Alguns artigos podem apresentar apenas considerações finais, sem obrigatoriamente apresentar conclusões.

■ 3.8 Citações no Texto

De acordo com Granja, Kremer e Sabadini (1997), citações são informações extraídas dos documentos pesquisados quando da leitura dos textos para elaboração do trabalho e que se revelaram úteis no apoio ou discussão das ideias desenvolvidas pelo autor no decorrer de seu raciocínio. Citação é, portanto, a menção de uma informação obtida de outra fonte pelo autor do trabalho.

As citações no texto podem ser diretas ou indiretas. A citação direta ou textual é a “transcrição literal extraída do texto consultado podendo este ser lei, decreto, regulamento, fórmulas científicas ou trechos de determinado autor, respeitando-se a redação, ortografia e pontuação originais”. A citação indireta ou livre, também denominada paráfrase é “a transcrição não literal das palavras do autor, mas que reproduz o conteúdo e as ideias do documento original” (Granja et al., 1997, p. 1).

Todas as citações referenciadas no texto devem ser apresentadas na lista final de referências de acordo com a norma utilizada pela revista à qual o autor vai submeter seu trabalho. Na

área da Psicologia, os documentos mais utilizados pelas revistas para normalização das citações e referências são o manual de estilo *Publication Manual of the American Psychological Association* editado pela APA e as normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), regulamentadas para uso no Brasil e usadas em todas as áreas do conhecimento.

Recomendamos aos leitores que consultem também o manual *Citações no Texto: uma Adaptação do Estilo de Normalizar de Acordo com a APA* (<http://www.ip.usp.br/biblioteca/pdf/>). Este fornece esclarecimentos com relação à elaboração das citações no texto, com base no manual de estilo editado pela APA, exemplificando com modelos que contemplam os diversos casos de citações (direta, indireta, fontes eletrônicas). Outra versão do manual orienta os autores que precisam normalizar as citações de acordo com a ABNT (<http://www.ip.usp.br/biblioteca/pdf/>).

Ressaltamos, a título de advertência, que é preciso evitar no texto citações diretas muito longas, citações de citações e citações inúteis que apoiem fatos do conhecimento já difundidos largamente.

■ 3.9 Organização dos Títulos das Seções no Artigo

De acordo com a APA (2001a, 2001b), os títulos das seções de um manuscrito revelam a sua organização e determinam a importância de cada tópico. Assim, todos os tópicos de mesma importância devem apresentar o mesmo nível de título ao longo do texto.

Recomendamos que os títulos das seções e subseções de um artigo sejam apresentados sem marcações, ou seja, sem números e/ou letras.

A introdução, por ser a primeira parte do artigo, não precisa ser rotulada, pois se presume que a primeira parte de um texto seja a introdução. Portanto, se a primeira parte do manuscrito contém títulos e títulos equivalentes dentro da seção, esses devem ser apresentados no nível mais alto, ou seja “nível 1 para todos, exceto trabalhos de cinco níveis” (APA, 2001a, p. 109).

Apresentamos a seguir um exemplo de níveis de títulos com base no manual de estilo da APA:

Título em Maiúsculas e Minúsculas Centralizado (em negrito ou não) = nível 1

Título em Maiúsculas e Minúsculas em itálico Centralizado = nível 2

Título lateral em Maiúsculas e Minúsculas em itálico e alinhado à esquerda = nível 3

Título de parágrafo em minúsculas. (com exceção da primeira letra) em itálico, finalizado com ponto = nível 4

Sugerimos apresentar os títulos nível 1 em negrito e salientamos que a APA apresenta esses títulos sem esse destaque, assim, essa padronização fica a critério do editor do periódico. Ressaltamos também que o manual americano apresenta até cinco níveis (nível 5 = Título em maiúsculas centralizado). Para maiores informações sobre “níveis de título”, recomendamos que os autores consultem o manual da APA (2001a, pp. 108-110).

O Anexo E apresenta uma sugestão para a organização dos títulos das seções no artigo formatado com base nas orientações da APA.

■ 3.10 Referências

É a apresentação normalizada dos trabalhos citados. A lista de referências é apresentada no final do artigo e deve obedecer à norma adotada pela revista. Assim como para as citações no texto, recomendamos aos leitores que consultem o manual *Normalização de Referências: uma Adaptação do Estilo de Normalizar de Acordo com as Normas da APA* (<http://www.ip.usp.br/biblioteca/pdf/>). Este fornece esclarecimentos com relação à elaboração das referências, com base no manual de estilo editado pela APA, exemplificando com modelos que contemplam os diversos casos de referência. Outra versão do manual orienta os autores que precisam normalizar as referências de acordo com a ABNT (<http://www.ip.usp.br/biblioteca/pdf/>).

Podemos contar com sofisticados sistemas que facilitam a normalização das referências. Estamos falando aqui do *Reference Manager*, *End Note*, *Pro-Cite* e outros que operam interligados a uma base de dados pessoal, construída para um(a) único(a) pesquisador(a). Os sistemas permitem a importação de referências de diversas bases de dados, como *PsycInfo*, *Web of Science*, *LILACS*. Além dos registros importados, os usuários podem incluir suas próprias referências e com um simples comando normalizar os trabalhos pelas normas para elaboração de referências mais reconhecidas, como, por exemplo, APA, ABNT, Vancouver, ISO e outras.

A vantagem desses sistemas é que, à medida que os autores efetuam as citações no texto, o sistema organiza a lista de referências, de acordo com a norma selecionada. O recurso facilita a tarefa de redação do trabalho científico e libera os pesquisadores da árdua tarefa de normalizar. Assim, podem desempenhar sua atividade principal: pesquisar.

■ 3.11 Data de Tramitação dos Manuscritos

É a impressão no final do artigo, normalmente após a lista de referências, das datas de recebimento e aceite do artigo. Os editores são responsáveis por essa informação que dá transparência ao processo editorial da revista. Exemplos:

Recebido em 19 de março de 2008
Aceito em 25 de julho de 2008

ou

Recebido: 19/03/2008
Aceito: 25/07/2008

Algumas revistas colocam data de recebimento, data da primeira e segunda revisões (se houver) e data do aceite final. Exemplo:

Recebido em 12 de março de 2008
1ª revisão em 01 de julho de 2008
2ª revisão em 15 de agosto de 2008
Aceite final em 09 de setembro de 2008

ou

Recebido: 12/03/2008
1ª revisão: 01/07/2008
2ª revisão: 15/08/2008
Aceite final: 09/09/2008

■ 3.12 Tempo de Publicação

O tempo de publicação refere-se ao intervalo entre a data de aceitação e a data de publicação do manuscrito e varia de revista para revista. As revistas editadas pela APA publicam em um intervalo médio de sete meses (APA, 2001b).

■ 3.13 Anexo(s) e Apêndice(s)

Tanto o anexo como o apêndice são elementos opcionais do artigo e têm como objetivos complementar a argumentação do trabalho, fundamentar, comprovar ou ilustrar informações relevantes do texto.

Segundo a ABNT, o anexo é um texto utilizado pelo autor que foi elaborado por outra pessoa, e o apêndice é um texto elaborado pelo próprio autor do trabalho. Quando necessária sua publicação, devem ser listados como Anexo A, Anexo B, Apêndice A, Apêndice B.

Observamos que algumas revistas da área não fazem essa distinção quando da elaboração de um anexo ou apêndice. As revistas editadas pela APA usam apenas a palavra *Appendix*, para todo tipo de documento acrescentado após o texto.

Recomendamos, assim, que as revistas padronizem o termo e usem apenas a palavra “Anexo” para apresentação dos textos que complementam o artigo.

■ 4 Outros Tipos de Contribuições

Além dos artigos originais e da pesquisa, outras formas de contribuições são publicadas nas revistas. Krzyzanowski, Ferreira e Medeiros (2005) esclarecem sobre as diversas categorias de trabalhos possíveis para publicação.

- *Comunicações breves*: relatos curtos contendo dados preliminares que possibilitem investigação mais definitiva.
- *Artigos de revisão*: avaliações críticas da literatura sobre um determinado tema.
- *Artigos de atualização*: mais breves que os artigos de revisão, discutem a literatura recente sobre o estado da arte de algum assunto.
- *Relatos de experiência*: trabalhos de observações originais, acompanhados de análise e discussão. Os estudos de caso enquadram-se nessa categoria. Em geral, apresentam três partes distintas: Introdução, Relato de Experiência e Discussão.
- *Cartas aos editores*: objetivam discutir sobre artigos publicados recentemente na revista ou debater sobre algum tema de pesquisa ou achados científicos significativos. Devem ser assinadas e autorizadas para publicação pelo autor.
- *Resenhas*: textos breves, escritos por especialistas, que apresentam um resumo comentado sobre obras (em geral recém-lançadas) que instruem o leitor sobre o conteúdo a partir da análise e apreciação do resenhador.
- *Ensaio*: estudos aprofundados de um determinado tema ou de modelos teóricos existentes, analisando facetas que estavam ocultas, ou pouco desenvolvidas.
- *Debates*: seção, em geral, proposta pelo editor que abre discussão para temas atuais e controversos da área.
- *Notas de pesquisa*: relatos mais curtos do que o artigo que apresentam hipóteses, progressos ou dificuldades de pesquisas em andamento. Em algumas áreas do conhecimento são publicadas com o nome de pesquisa em andamento.

- *Depoimentos e entrevistas*: divulgam histórias de vida ou realizações profissionais de personagens representativos e de interesse para a área. Em alguns periódicos, a seção é denominada “Memórias”.
- *Ponto de vista*: trabalhos de relevância em forma de comentário, apresentando novas ideias ou perspectivas de acordo com a visão do autor.

Não tivemos o objetivo de esgotar todas as categorias de contribuições aceitas para publicação em revistas, apenas dar breves explicações sobre as mais praticadas. Lembramos aos leitores que antes de enviar sua contribuição devem ler atentamente as normas da revista e se limitarem aos tipos de trabalhos aceitos para publicação.

■ 5 Da Preparação à Submissão do Manuscrito: Recomendações

151

Nas normas editoriais das revistas existe uma série de informações e recomendações que os autores devem respeitar e estar atentos antes de submeter seu trabalho. Com base nas normas presentes nos periódicos da área de Psicologia e ciências afins, relacionamos algumas orientações para direcionarmos os autores quanto à preparação e submissão do manuscrito.

Ressaltamos que as informações e recomendações apresentadas a seguir não dispensam os autores da consulta às normas do periódico. Como afirmam Victoria e Moreira (2006, p. 39), “todo editor gosta de receber artigos que sigam rigorosamente as normas de preparação do manuscrito da revista”, e seguir essas normas denota cuidado e preocupação do autor.

■ 5.1 Escolha do Periódico para Submissão do Manuscrito

Depois de trabalhar muito na composição de seu manuscrito, é justo que os autores queiram depositá-lo em um instrumento de qualidade e com muita visibilidade na comunidade científica. O conhecimento do perfil da revista para a qual os autores submeterão seu trabalho permitirá que estes se familiarizem com o conteúdo específico da publicação, evitando assim uma série de desencontros. Por exemplo, evitará o envio de um relato de pesquisa para uma revista que só publica artigos de revisão, ou um artigo de uma área para uma revista que apenas publica em outra área. A leitura das normas evitará que o manuscrito seja rejeitado no ato da submissão. Para conhecer o perfil da publicação, os autores devem consultar a própria revista no formato impresso ou eletrônico, desde que seja um fascículo recente. As normas mudam!

Antes mesmo de começar a redigir seu artigo, é possível eleger a plateia à qual ele se destina, mas para escolher a revista adequada, muitas vezes, é necessário terminar o artigo. Consulte atentamente as normas editoriais, folheie a revista, leia alguns artigos e tente seguir o modelo. Afinal, esses artigos passaram pelo processo de avaliação e foram aprovados para publicação.

Autores querem publicar em revistas bem avaliadas! Sobre a qualidade das revistas científicas, os leitores podem consultar os capítulos “Indexação e Fator de Impacto” e “Avaliação de Periódicos Científicos Brasileiros de Psicologia” neste livro.

Nota. O site da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP, Avaliação de Publicações, <http://www.anpepp.org.br/>) apresenta as classificações das revistas nacionais da área de Psicologia avaliadas no período de 2000 a 2008.

■ 5.2 Padronização do Manuscrito

A preocupação com a padronização do texto científico deve começar pelo autor do trabalho e não deve ser apenas uma tarefa do editor e de sua equipe de publicação.

Nesse contexto, o autor, antes de submeter seu manuscrito, precisa também verificar os estilos editoriais e redacionais adotados pela publicação para a qual vai enviar seu trabalho, pois estilos aceitáveis para um tipo de revista podem não ser válidos para outras (Medeiros, 2002).

De acordo com Medeiros (2002) e orientações já apontadas neste capítulo, antes de submeter seu trabalho para publicação, o autor deve estar atento:

- ao uso de maiúsculas e minúsculas nos nomes das seções e subseções;
- aos padrões aceitos de pontuação;
- aos destaques utilizados no texto (aspas, *itálico*, **bold (negrito)**, VERSAL (maiúscula));
- à forma de grafia: nomes próprios, título de obras (livros, periódicos) e de suas partes (capítulos de livros, artigo de revistas e jornais);
- à indicação do autor, afiliação institucional, às notas do autor, ao breve currículo do autor, endereço;
- à padronização do título e subtítulo (se houver), ao autor, à afiliação institucional, aos resumos e às palavras-chave;
- à normalização das notas de rodapé, às citações no texto e referências;
- à apresentação de tabelas e figuras no texto;
- ao tamanho dos parágrafos;
- à forma de tratamento, pessoa gramatical, utilização de símbolos, às unidades de medida, datas, siglas, abreviaturas.

Como mencionamos anteriormente, o trabalho científico prima pela clareza e precisão, e um texto normalizado mostra critério, clareza e rigor em sua elaboração, além de evitar atrasos durante o processo de publicação.

Ao editor geral, Comissão Editorial, revisores e profissional responsável pela normalização das citações no texto e referências (comumente bibliotecários) do periódico cabem zelar pela correta apresentação dos aspectos apontados de acordo com suas contribuições.

■ 5.3 Submissão e Carta de Apresentação do Manuscrito

Comumente os editores iniciam o processo de seleção dos trabalhos pela leitura da carta de apresentação. De acordo com Victoria e Moreira (2006), essa carta

é freqüentemente subestimada por alguns autores, mas na verdade é a melhor oportunidade que o autor tem de convencer o editor de que seu artigo é apropriado para aquela revista. É também uma oportunidade para argumentar como um estudo realizado no Brasil pode contribuir para a literatura internacional. Em seguida é lido o resumo, e depois, os métodos. Com a leitura destas três partes, é possível decidir se o artigo deve ser enviado para revisores externos ou não. (p. 40)

Ao fazer a carta de apresentação, os autores devem verificar nas normas editoriais da revista para “quem” se deve encaminhar o manuscrito. Geralmente é para os editores do periódico, nesse caso coloque os nomes completos dos destinatários, quando explicitados na revista. Essa informação é apresentada no final das “instruções aos autores”, nas normas editoriais, no “endereço para encaminhamento”. Algumas revistas solicitam que o material seja enviado à Comissão

Executiva/Editorial, ou à Secretaria, ou diretamente à revista; nesse caso a carta deve ser encaixada pelo nome da revista.

Com o processo de submissão *online*, os procedimentos para envio de manuscritos vêm sofrendo profundas alterações. Assim, nunca envie o manuscrito sem antes consultar as normas editoriais dos últimos fascículos publicados.

Escrever um artigo para uma revista científica consiste em organizar a informação de maneira objetiva, clara e precisa. Enfim, trata-se de uma tarefa fácil, se comparada com a complexidade de se concluir uma pesquisa científica. Um artigo não precisa e nem deve ser conclusivo, pelo contrário, precisa suscitar novos trabalhos e discussões, inquietar os leitores e provocar reações na comunidade.

Como afirma Gattaz em sua palestra *Como Escrever um Artigo Científico*⁴, essa tarefa não é uma questão de estilo. Estilo deve ser deixado para os poetas. Os autores de um artigo precisam ser diretos, evitar as palavras rebuscadas e retóricas. Escrever demanda dedicação e persistência. Conhecer as regras da língua e manter o padrão na apresentação dos termos é fundamental para a qualidade do trabalho. O texto inteligente, escrito com conhecimento e elegância, convida os leitores a entrar ativamente no conteúdo. Nunca deve tentar provar que os leitores não sabem nada do assunto, mas que se fala com especialistas e pessoas habilitadas na área, que podem ter opinião contrária. Afinal, as ideias ali registradas não são definitivas nem irrefutáveis. E, finalmente, para escrever um artigo, são necessários uma boa dose de coragem e bastante conhecimento da matéria, sendo a humildade um fator de extrema importância.

■ 6 DOI (Identificador de Documento Digital)

Um elemento novo vem aparecendo nos artigos de revista publicados no meio digital, o DOI. *Digital Object Identifier* é uma série numérica que age como um identificador de objetos e registra a propriedade intelectual. Fornece meios para identificação de objetos na Internet, como fonte de dados básicos e uma infraestrutura para *linkar*. Sua aplicação está associada à identificação de artigos nas principais revistas científicas, possibilitando o acesso ao texto completo publicado e agregando maior confiabilidade à informação cadastrada.

Nas bases de dados, o DOI também aparece nas referências dos artigos indexados, formando uma rede de artigos. A *International DOI Foundation* (IDF, <http://www.doi.org/>), responsável pelo sistema, está localizada no Reino Unido e possui mais de 28 milhões de DOIs registrados, cujo acesso é dado pela inserção do número no artigo. Como obter o DOI? São vários os órgãos de registro, destacamos, aqui, o *CrossRef* (<http://www.crossref.org/02publishers/index.html>). O DOI é solicitado pelos editores das revistas e é necessário efetuar o pagamento para sua obtenção.

É constituído por um sistema alfanumérico dividido em duas partes: um prefixo que identifica o publicador do documento e um sufixo que identifica a publicação, ambos determinados pelo *International DOI Foundation*. Exemplo: doi: 10.1590/S0102-37722008000300002⁵, onde 10.1590 é o prefixo e identifica o publicador SciELO e S0102-37722008000300002 é o sufixo e identifica a revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, sendo:

- 10.1590, publicador SciELO;
- S de “seriado”;
- 0102-3772, o ISSN da versão impressa da revista;

4 Palestra proferida na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 27 de março de 2006.

5 Exemplo extraído da revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722008000300002&lng=pt&nrm=iso&lng=pt

- 2008, o ano de publicação do periódico;
- 0003, número 3 da revista;
- 00002 indica que é o segundo artigo da revista *Psicologia: Teoria e Pesquisa*.

■ 7 Considerações Finais

Esperamos que a leitura deste capítulo elimine as dúvidas mais comuns dos estudantes, pesquisadores, editores e profissionais da área de Psicologia quanto à preparação e normalização de um artigo científico e que tenham sido oferecidos subsídios para a elaboração dos diversos elementos que compõem esse tipo de contribuição.

Como vimos, preparar um artigo é, na verdade, formatar o conhecimento com base nos elementos que caracterizam esse tipo de publicação. O importante é acreditar que é possível e começar a escrever. Então, mãos à obra!

Referências

- American Psychological Association. (2001a). *Manual de publicação da American Psychological Association* (4a ed., D. Bueno, trad.). Porto Alegre: ARTMED. (Tradução da 4a ed. de 1994)
- American Psychological Association. (2001b). *Publication manual of the American Psychological Association* (5th ed.). Washington, DC: Author.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2003). *Informação e documentação – Artigo em publicação periódica científica impressa – Apresentação – NBR 6022*. Rio de Janeiro: Autor.
- Bechara, E. (2001). Ortografia. In E. Bechara, *Moderna gramática portuguesa* (37a ed., pp. 93-106). Rio de Janeiro: Lucerna.
- Conselho Nacional de Saúde. (1996). *Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996*. Recuperado em 27 de março de 2006, de <http://www.datasus.gov.br/conselho/resol96/RES19696.htm>
- Cozby, P. C. (2003). *Métodos de pesquisa em ciências do comportamento* (P. I. C. Gomide & E. Otta, trads.). São Paulo: Atlas.
- De Paoli, M. A. (2004). *Apresentação das figuras*. Recuperado em 02 de maio de 2006, de http://www.chemkeys.com/bra/ag/tda_8/ardtt_11/fet_10/fet_10.htm
- Ferreira, A. B. de H. (1999). *Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (3a ed. rev. ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Fine, M., & Kurdek, L. A. (1993). Reflections on determining authorship credit and authorship order on faculty-student collaborations. *American Psychologist*, 48(11), 1141-1147.
- Granja, E. C. (1998). *Diretrizes para a elaboração de dissertações e teses*. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Granja, E. C., & Grandi, M. E. (1995). *Resumos: teoria e prática*. São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Granja, E. C., Kremer, O. S., & Sabadini, A. A. Z. P. (1997). *Citações no texto e notas de rodapé: manual de orientação* (2a ed. rev. e aum.). São Paulo: Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Guimarães, L. A. M., Martins, D. de A., & Guimarães, P. M. (2004). Os métodos qualitativo e quantitativo: similaridades e complementaridade. In S. Grubits & J. A. V. Noriega (Orgs.), *Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação* (pp. 79-92). São Paulo: Vetor.
- Histórico do vocabulário controlado: vocabulário controlado em psicologia – histórico e desenvolvimento*. (n.d.). Recuperado em 21 de dezembro de 2008, de <http://www.psi.bvs.br/xml2html/xmlRoot.php?xml=xml/pt/bvs.xml&xsl=xsl/level2.xsl&lang=pt&tab=collection&item=151&graphic=yes>
- Krzyzanowski, R. F., Ferreira, M. C. G., & Medeiros, R. (2005). Instrumental aos autores para preparação de trabalhos científicos. In S. M. S. P. Ferreira & M. G. Targino, *Preparação de revistas científicas: teoria e prática* (pp. 55-72). São Paulo: Reichmann & Autores.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1985). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Medeiros, J. B. (2002). *Manual de redação e normalização textual: técnicas de editoração e revisão*. São Paulo: Atlas.
- Sá, E. S., Gaudie-Ley, M. D. L. M., Ferreira, A. L. L., Souza, M. M., Figueiredo, M. G. G., Sodré, S. M. F. et al. (1994). *Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sabadini, A. A. Z. P., Nascimento, M. M., & Cadidé, I. (2007). *Análise das normas de referências adotadas pelas revistas brasileiras de psicologia*. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais Brasil, São Paulo, 2007.
- Secaf, V. (2004). *Artigo científico: do desafio à conquista* (3a ed.). São Paulo: Green Forest do Brasil.

- SI 10. *American National Standard for Use of the International System of Units (SI): The modern metric system* (SI10-02 IEEE/ASTM). (2002). New York: American National Standards Institute.
- Spector, N. (2002). *Manual para a redação de teses, projetos de pesquisa e artigos científicos* (2a ed.). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Trzesniak, P. (2008). *O texto literário e o texto científico*. Porto Alegre. Manuscrito não publicado.
- Victoria, C. G., & Moreira C. B. (2006). North-South relations in scientific publications: Editorial racism? *Revista de Saúde Pública*, 40(n. especial), 36-42. Recuperado em 20 de janeiro de 2007, de http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000400006&lng=&nrm=iso
- Volpato, G. L. (2003). *Publicação científica* (2a ed. rev. ampl.). Botucatu, SP: Tipomic.

Anexo A – Estrutura do artigo científico

Título: Subtítulo* (se houver) Nome completo do 1º autor** (Na ordem direta) Universidade de São Paulo Nome completo do 2º autor*** (se houver) Universidade de Brasília	}	Elementos pré-textuais • Antecedem o texto com informações que ajudam na sua identificação (Primeira(s) página(s) do artigo)
<i>Resumo</i> Estuda o significado... <i>Palavras-chave:</i> autismo, psicologia da criança, estados emocionais, percepção		
Título do Artigo em Inglês <i>Abstract</i> Examines the meaning... <i>Keywords:</i> autism, child psychology, emotional states, perception	}	
O autismo ... (Texto) [não apresentar a palavra Introdução]	}	Elementos textuais • Parte do trabalho onde é exposta a matéria
Método <i>Participantes</i> (se houver) <i>Crianças em Idade Pré-escolar</i> <i>Crianças em Idade Escolar</i>		
<i>Instrumentos</i> (se houver) <i>Procedimentos</i> (se houver)		
Resultados Tabela(s) (se necessário) Figura(s) (se necessário)		
Discussão Conclusão [ou Considerações Finais]		
Referências Recebido em 19 de março de 2008 Aceito em 29 de julho de 2008	}	Elementos pós-textuais • Complementam o trabalho (Últimas páginas do artigo)
Anexo A - (se necessário) Anexo B - (se necessário)		

* Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Processo n. 000000/0000-0).
** Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1.721, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: psiexp@usp.br
*** Endereço para correspondência: Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Caixa Postal 4500, Brasília, DF, Brasil 70910-900. E-mail: xxxxxxxx@unb.br

Anexo B – Sugestão de descrição das informações referentes aos elementos título e autoria para revistas nacionais que optarem por listar o endereço do(s) autor(es) sem a apresentação do breve currículo dos autores

Exemplo 1 – Com indicação de notas do autor:

Motivação e Redes Sociais*

Maria Imaculada Cardoso Samapio**
Universidade de São Paulo

* Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado *Motivação no Trabalho Cooperativo: o Caso da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP*, defendida em 2005, sob a orientação de Daisy Pires Noronha, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo.

** Endereço para correspondência: Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1.721, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: isampaio@usp.br

158

Exemplo 2 – Autores com mesmo vínculo institucional:

Título do Trabalho*

Nome completo do primeiro autor#
Nome completo do segundo autor[§]

Universidade de São Paulo

* Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo n. 00/0000-0).

#,§ Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1.721, Bloco A, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: xxxxx@usp.br e xxxxxx@usp.br

Exemplo 3 – Autor sem vínculo institucional:

Título do Trabalho

Claudia Caneloro*
Marília, São Paulo, Brasil

* Endereço para correspondência: Clínica Psicológica Caneloro, Rua Presidente Vargas, 67, Apartamento 42, Bairro Santa Olívia, Marília, SP, Brasil 17.501-550. E-mail: ccand@gmail.com

Exemplo 4 - Autor sem vínculo institucional e comercial:

Título do Trabalho

Maria Del Masso Garcia*
Marília, São Paulo, Brasil

* Endereço para correspondência: Rua 21 de Abril, 324, Bairro Maria Isabel, Marília, SP, Brasil 17.501-550. E-mail: mariadel-masso@gmail.com

Nota. Apresentar todas as informações citadas acima na primeira página do artigo.

Anexo C – Sugestão de descrição das informações referentes aos elementos título e autor para revistas nacionais que optarem por apresentar um breve currículo dos autores

Na primeira página do artigo, abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es), sugerimos citar a instituição e o local. Exemplo:

Título do Trabalho*

Nome completo do primeiro autor
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil

Nome completo do segundo autor
Universidade Estácio de Sá
Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

* Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - Processo n. 00/0000-0).

159

Na última página do artigo, após a lista final de referências e as datas de tramitação do manuscrito, sugerimos apresentar o endereço com as informações sobre o(s) autor(es):

Nome completo do primeiro autor, mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. É professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Endereço para correspondência: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Avenida Tenente Catão Roxo, 2650, Campus Universitário Monte Alegre, Ribeirão Preto, SP, Brasil 14048-9000. E-mail: xxxxx@usp.br

Nome completo do segundo autor, doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É professor do curso de Psicologia na Universidade Estácio de Sá.

Endereço para correspondência: Universidade Estácio de Sá, Rua Romário Ribeiro de Almeida, 88, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil 28.001-970. E-mail: xxxxx@gmail.com

Nota. No caso de dois ou mais autores serem da mesma instituição, nas informações sobre os autores, indicar o endereço da seguinte forma:

Nome completo do primeiro autor, mestre e doutor em Psicologia Clínica pela (...). É professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
E-mail: xxxxx@usp.br

Nome completo do segundo autor, doutora em Psicologia Clínica pela (...). É professora da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.
E-mail: xxxxxxxxx@usp.br

Endereço para correspondência: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Avenida Tenente Catão Roxo, 2650, Campus Universitário Monte Alegre, Ribeirão Preto, SP, Brasil 14048-9000.

Anexo D – Sugestão de descrição das informações referentes aos elementos título e autor para revistas nacionais que optarem pelo padrão de apresentação das revistas editadas pela APA

Exemplo 1:

Título do Artigo

Nome do primeiro autor
Universidade de São Paulo
Fundação Armando Álvares Penteado

Nome do segundo autor
Universidade Estadual de Campinas

Nome do primeiro autor, Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo e Faculdade de Direito, Fundação Armando Álvares Penteado; Nome do segundo autor, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

Pesquisa parcialmente financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo n. 00/0000-0).

Agradecemos às Professoras (nome das professoras) pelas sugestões.

Correspondências referentes a este artigo deverão ser enviadas para (nome do primeiro autor), Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, Largo São Francisco, 95, São Paulo, SP, Brasil 01005-010. E-mail: xxxxx@gmail.com

160

Exemplo 2:

**Análise das Normas de Referências
Adotadas pelas Revistas Brasileiras de Psicologia**

Aparecida A. Z. P. Sabadini e Maria M. Nascimento
Universidade de São Paulo

Ingrid Cadidé
São Paulo, São Paulo, Brasil

Aparecida A. Z. P. Sabadini e Maria M. Nascimento, Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; Ingrid Cadidé, São Paulo, São Paulo, Brasil.

Trabalho apresentado no *Seminário Internacional de Bibliotecas Digitais Brasil*, Sessão de Pôster, São Paulo, 20 de setembro de 2007.

Agradecemos ao professor Eugenio J. R. Zoqui pelas sugestões de modificações feitas no texto original.

Correspondências referentes a este artigo deverão ser enviadas para Aparecida A. Z. P. Sabadini, Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1.721, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: angelica@usp.br

Nota. Apresentar todas as informações citadas nos exemplos na primeira página do artigo.

Anexo E – Sugestão para organização dos títulos das seções (elementos textuais) no artigo formatado com base nas orientações da APA¹

[Texto] ... (Introdução [Nível 1] sem a palavra <i>Introdução</i>)	
	O Desenvolvimento da Escrita [Nível 1]
[Texto] ...	
	Desenvolvimento Infantil [Nível 1]
[Texto] ...	
	Suporte Psicopedagógico na Escola [Nível 1]
[Texto] ...	
	Método [Nível 1]
[Texto] ...	
	<i>Participantes [Nível 2]</i>
[Texto] ...	
<i>Crianças em Idade Pré-escolar [Nível 3]</i>	
[Texto] ...	
<i>Crianças em Idade Escolar [Nível 3]</i>	
[Texto] ...	
	<i>Instrumentos de Medidas [Nível 2]</i>
[Texto] ...	
<i>Medidas Socioeducativas [Nível 3]</i>	
[Texto] ...	
<i>Medidas Perceptivas [Nível 3]</i>	
[Texto] ...	
<i>Medidas de Desenvolvimento [Nível 3]</i>	
[Texto] ...	
	<i>Procedimentos [Nível 2]</i>
[Texto] ...	
<i>Coleta de Dados [Nível 3]</i>	
[Texto] ...	
<i>Tratamento dos Dados [Nível 3]</i>	
[Texto] ...	
<i>Etapa inicial. [Nível 4]</i>	
[Texto] ...	
<i>Etapa final. [Nível 4]</i>	
[Texto] ...	
	Resultados [Nível 1]
[Texto] ...	
	Discussão [Nível 1]
[Texto] ...	
	Considerações Finais [Nível 1]
[Texto] ...	

1 American Psychological Association. (2001a). *Manual de publicação da American Psychological Association* (4a ed., pp. 108-110, D. Bueno, trad.). Porto Alegre: ARTMED.

Autoria, Coautoria e Colaboração

Maria Imaculada Cardoso Sampaio
Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini

Quem realmente ganha com a publicação do conhecimento, quer seja em revistas, livros ou outro tipo de documento? A principal beneficiada é, sem dúvida, a humanidade. A publicação de resultados de pesquisas é um ato louvável e generoso que leva ao progresso da ciência. O conhecimento não é gerado de imediato nem de forma isolada. Muito pelo contrário, o conhecimento é construído a partir da contribuição de diversos autores e continuamente. Como afirma Targino (2005), “parece óbvio que a autoria de qualquer texto, no âmbito da ciência, decorre de conhecimentos preexistentes, a tal ponto que a originalidade em ciência é sempre relativa e, nunca, absoluta” (p. 40).

O leitor pode perguntar: mas, e o autor, quais são suas vantagens em escrever e publicar? O esforço intelectual despendido pelo autor é recompensado pela sedimentação do conhecimento sob sua responsabilidade, ou seja, é definitivamente reconhecido seu direito de produtor desse conhecimento. Ninguém poderá tomar para si suas ideias, descobertas e conclusões, e a aceitação pública está assegurada. Além da reputação de autor garantida, Monteiro, Jatene, Goldenberg, Problación e Pellezzon (2006) afirmam que “a continuidade de seus projetos, prestígio e obtenção de posições acadêmicas hierarquicamente superiores” também são benefícios que a publicação dos resultados de investigações científicas garantem aos pesquisadores.

Miranda, Simeão e Mueller (2006) orientam que a autoria desempenha um papel de certificação e reconhecimento na “vida do pesquisador: mais do que o lucro financeiro, está em jogo o seu nome”. Afinal, para a sobrevivência profissional, o pesquisador necessita ter a autoria de “suas produções científicas validadas e reconhecidas pelos pares. O reconhecimento do valor da contribuição científica se dá com a publicação e se firma pela citação ao texto publicado por outros pesquisadores”.

Atualmente, a produção científica é usada como critério de extrema importância na avaliação dos cursos de pós-graduação, nas avaliações institucionais, para concessão de recursos pelas agências de fomento à pesquisa e na seleção de docentes e composição de equipes de pesquisa. Assim, nunca foi tão importante e necessário publicar.

■ 1 Autor e Autoria

Segundo Goldenberg (2001), para Jean-Claude Bernardet, a ideia de autor e autoria está primeiramente ligada à noção de Deus e de criação.

O autor é o grande criador de sua obra literária, logo o responsável ético e moral por aquilo que escreve. Goldenberg continua “Existe um compromisso ético do autor com a comunidade científica” e as responsabilidades inerentes à autoria incluem:

- a realização de pesquisas criativas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento e da ciência;
- assegurar o bem-estar e o tratamento humanitário dos seres humanos, animais de experimentação e a proteção/segurança dos pesquisadores;
- lisura no processo de investigação, ou seja, o autor nunca deverá apresentar dados de outros como se fossem seus;
- de forma alguma recorrer à falsificação total ou parcial do relato da pesquisa;
- em hipótese alguma adulterar, suprimir ou alterar dados para simular o cumprimento do objetivo proposto;
- atribuir a coautoria somente àqueles que contribuíram intelectual e cientificamente, de maneira significativa, na execução do trabalho. Nunca se deve atribuir coautoria por conveniência, sem a participação efetiva no trabalho;
- todos os autores devem participar na redação e editoração do manuscrito, receber cópia para a revisão final e concordar em compartilhar a responsabilidade pelas ideias expostas no trabalho.

164

Alguns autores, tentando garantir a publicação de seu trabalho, submetem o artigo a mais de uma revista ao mesmo tempo, essa é uma postura antiética e não condiz com o caráter do cientista e pesquisador. Outra prática comum e também reprovável é a publicação de um mesmo artigo com título diferente e/ou algumas alterações irrelevantes.

Segundo Targino (2005), a publicação de um mesmo trabalho “com nova ‘roupagem’”, ou ainda, “um mesmo trabalho cujos autores aparecem em ordem distinta a cada congresso” (p. 49) é prática comum atualmente, confirmando a hipótese de que muitas estratégias, nem sempre admiráveis, são utilizadas para multiplicar o processo de criação intelectual através da autoria e coautoria.

■ 1.1 Autoria Institucional

A autoria institucional, ou coletiva, dá-se quando uma instituição se responsabiliza pelo conteúdo de um documento. Explica Alves Filho (2006, p. 81) que a autoria institucional é muito comum em

editoriais, notícias da imprensa, bulas de remédio, editais e certas publicidades, nos quais a voz que fala e assume a conclusibilidade e a posição axiológica é a voz de uma empresa ou entidade, havendo deliberadamente o apagamento a qualquer referência que aponte para o redator individual produtor dos textos...

É utilizada quando não existe uma autoria pessoal definida, ficando para a instituição a responsabilidade e os créditos pela obra. Ainda segundo Alves Filho (2006), “Do ponto de vista da dimensão verbal, há aqui a tendência a não aparecerem pronomes de primeira pessoa e, por outro lado, há preferência por recursos de impessoalização”.

Os documentos cujo autor seja uma instituição ou entidade coletiva devem ser citados pelo nome da entidade por extenso, seguido do ano da publicação. Ex.: *American Psychological Association* (2001) ou (*American Psychological Association*, 2001). A referência segue a mesma ordem de apresentação da citação.

Para Miranda, Simeão e Mueller (2006), "A questão da autoria coletiva na ciência é *sui generis*, difere em vários aspectos da autoria coletiva em outras áreas da cultura, como na música, em textos literários, ou nas artes". As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão transformando o universo das publicações e o próprio conceito de autoria. As ferramentas *wikis* são uma realidade e as autorias coletivas tendem a aumentar e a se internacionalizarem. Já é comum encontrarmos textos científicos que utilizam a *Wikipédia* para as definições de conceitos. Esse talvez seja o maior exemplo de autoria coletiva do qual se tem notícia e parece que estamos muito próximos do sonho do conhecimento construído por todos e gerado por uma grande rede humana.

■ 2 Coautoria

Observa-se o aumento do número de autores nos artigos científicos publicados em periódicos nacionais e internacionais. O fenômeno tem sido atribuído ao crescimento dos grupos de pesquisa e à facilidade de se trabalhar com a ajuda da Internet. Atualmente, pesquisas são desenvolvidas com equipes de diferentes estados e até mesmo países, graças ao avanço da tecnologia. Não existe mais distância nem fronteiras, e é comum autores publicarem artigos juntos sem nunca terem se conhecido.

De um modo geral, o primeiro autor é o responsável pela maior parte do trabalho, sendo que os demais aparecem de acordo com a contribuição prestada para a produção do artigo. É o primeiro autor também que, na maioria dos casos, se responsabiliza por formatar, fazer a última revisão e enviar o artigo à revista selecionada. A ordem alfabética não tem sido prática comum na organização da relação dos autores, deixando, muitas vezes, totalmente clara a hierarquia da participação dos autores na pesquisa que gerou a publicação.

Segundo Goldenberg (2001), inclusão de pessoas como autores de um trabalho do qual não tiveram a menor participação, por motivos que muitas vezes incluem agradecer sujeitos hierarquicamente superiores, inclusão de nomes de maior prestígio e reconhecimento científico visando maior chance de ter o artigo aceito para publicação são práticas comuns no meio científico, porém irregulares e contrárias aos bons padrões éticos que permeiam o universo da ciência.

A estratégia de incluir autores que não participaram da pesquisa também faz parte da estratégia para multiplicar a produção científica, por meio do estabelecimento de "acordos de reciprocidade" entre pesquisadores que incluem os nomes uns dos outros em seus trabalhos.

A definição de autor e coautor pode ser determinada pela responsabilidade individual ou coletiva da publicação, assim para estar estabelecida no meio acadêmico a autoria coletiva, ou múltipla autoria, a colaboração precisa estar vinculada a dois ou mais aspectos, como, por exemplo: "concepção, execução do estudo, análise e interpretação dos dados e elaboração do manuscrito" (Secaf, 2004, p. 69).

A ciência acadêmica parece caminhar definitivamente para a autoria coletiva com a ajuda da Internet. "A produção colaborativa tem origem na própria arquitetura da Internet, inicialmente desenhada para ser um canal de comunicação entre acadêmicos de universidades separadas geograficamente" (Amorim & Vicária, 2006, p. 42). O mesmo artigo discute o mais famoso caso atual de autoria coletiva, a enciclopédia *Wikipédia*, escrita por autores voluntários que "reúne mais de 3,1 milhões de artigos em 205 línguas e dialetos."

■ 3 Autores e Colaboradores

Os critérios de autoria e colaboração têm merecido inúmeras e acaloradas discussões. Desde que era conhecido como *Vancouver Group*, o *International Committee of Medical Journals Editors* (ICMJE) vem abordando o tema em busca de consolidação das responsabilidades de autores, coautores e colaboradores.

Algumas discussões enfatizam que a autoria tem implicações legais e científicas, e só devem ser designados como autores aqueles que participaram, efetivamente, de todo o processo da pesquisa e do trabalho científico. Os demais participantes deveriam receber denominação distinta, sendo chamados de colaboradores.

Rennie, Yank e Emanuel (1997) defendem a adoção do termo “colaboradores”, explicando que a contribuição de cada um deveria ser claramente explicitada. Essa prática tornaria sem importância a ordem em que os nomes dos colaboradores são apresentados no artigo, e os leitores saberiam exatamente qual o nível de participação de cada um dos envolvidos no trabalho, garantindo a integridade da publicação. O artigo de autoria de Bakkalbasi, Bauer, Glover e Wang (2006) explicita o grau de colaboração de cada um dos autores. Para demonstração do exemplo, optamos por copiar o texto exatamente como o apresentado pelos autores:

KB conceived the study, coordinated the project, participated in data collection and drafted most parts of the manuscript. NB participated in the data collection, performed the statistical analysis and interpretation of the data and helped with the draft of the manuscript. JG participated in the data collection, conducted literature review, and edited the draft of the manuscript. LW participated in the data collection, developed the Google Scholar citing reference extraction tool and the matching algorithm for grouping citing references. All authors read and approved the final manuscript. (p. 8)

KB = Kathleen Bauer; NB = Nisa Bakkalbasi; JG = Janis Glover; LW = Lei Wang¹

Observamos que, assim declarado, o nível de contribuição e a responsabilidade de cada um dos envolvidos no projeto fica claro.

O comprometimento dos autores com a publicação começa bem antes do envio do manuscrito a uma determinada revista. É na condução ética da pesquisa que o cuidado dos autores se manifesta de forma mais efetiva. A utilização da metodologia com seriedade, a conduta correta no tratamento dos sujeitos, quer seja humano, quer animal, a análise idônea dos resultados são elementos de extrema importância para a posterior publicação dos resultados.

Grega (2002) analisou 130 trabalhos apresentados no *Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*, Atibaia, São Paulo, 2001 e detectou falta de discussão explícita das metodologias utilizadas; poucos trabalhos se preocupavam em apresentar a relação entre o referencial teórico, o objeto de estudo e a metodologia aplicada para a solução do problema. A autora justifica

É importante salientar que as questões metodológicas não podem apresentar-se subentendidas; e isto muitas vezes pode acontecer por falta de zelo ou conhecimento do pesquisador. A explicitação clara da metodologia utilizada e de referências que permitam localizá-la (sobretudo no caso de trabalhos qualitativos onde muitos dos procedimentos descritos pelos distintos autores são quase idênticos, mas sua

1 KB concebeu o estudo, coordenou o projeto, participou da coleta dos dados e redigiu a maior parte dos manuscritos. NB participou da coleta dos dados, fez a análise estatística, fez a interpretação dos dados além de ter colaborado na redação do manuscrito. JG participou da coleta, fez a revisão da literatura e editou a redação do manuscrito. LW participou da coleta dos dados, no desenvolvimento do Google Scholar mencionando a referência da ferramenta de extração como também fez a combinação algorítmica de agrupamento citando as referências. Todos os autores leram e aprovaram a versão final do manuscrito. KB = Kathleen Bauer; NB = Nisa Bakkalbasi; JG = Janis Glover; LW = Lei Wang. (Bakkalbasi, Bauer, Glover, & Wang, 2006, tradução nossa)

utilização em relação à teoria, suas potencialidades e fraquezas para determinados fins fazem com que sejam tratados de forma diferenciada) permite uma primeira avaliação dos trabalhos, sobretudo no que diz respeito à adequação entre o objeto de estudo e a metodologia usada para abordá-lo. (p. 5)

Em editorial datado de 1993, Feitosa enfatizou:

Talvez não seja apropriado periódicos científicos terem padrões éticos próprios acerca da condução da pesquisa, num universo grande de veículos alternativos de publicação. A definição desses padrões deveria ocorrer em uma instância de impacto mais abrangente, como um órgão de classe atuando no nível federal, ou uma agência de fomento, ou outra instância de representatividade junto à sociedade, cabendo então ao periódico declarar as normas externas que ele exige serem cumpridas por parte dos autores que submetem manuscritos.

■ 4 Coautoria Internacional ou Autoria Transnacional

167

A coautoria internacional, ou autoria transnacional, vem aumentando em função do incentivo que as universidades estão oferecendo para a internacionalização e das facilidades geradas pela comunicação via rede. O que caracteriza uma revista como internacional depende muito da área e dos critérios adotados. Na área da Psicologia, até 2007, os critérios previam um mínimo de dois artigos com coautoria internacional, por fascículo, para que a revista fosse considerada internacional. Os critérios estão em fase de mudança, e a proposta atual é que sejam considerados 15% de autores com filiação às instituições estrangeiras no volume, para que a revista seja classificada como internacional. A instituição à qual o autor é filiado determina a internacionalidade da coautoria.

Podemos exemplificar recorrendo às perguntas de um editor:

- 1) “Quando um artigo é escrito por dois brasileiros e um autor estrangeiro (em terceiro lugar na autoria), devemos contabilizá-lo como um artigo de autoria nacional?”
Resposta: A ordem em que os autores aparecem no artigo não é utilizada para caracterizar internacionalidade. A parceria internacional, segundo os critérios da CAPES/ANPEPP, é assegurada somente pela presença de um autor estrangeiro. Note que o que caracteriza a internacionalidade é a filiação do autor, não o fato de ele ter nascido no exterior.
- 2) “No caso de vários autores nacionais, oriundos de diferentes instituições, eu tomo sempre como base a filiação institucional do primeiro autor?”
Resposta: Deve se considerar o total de artigos do fascículo, não um artigo isoladamente. Isso quer dizer que a conta é feita considerando quantos autores pertencem a distintas instituições. A autoria interinstitucional é assegurada por autores de diversas instituições. Até a avaliação da Comissão de Avaliação CAPES/ANPEPP 2007 era considerada a UF (Unidade da Federação: estado) dos autores. A nova proposta prevê diferentes instituições, independente dos estados ou cidades aos quais pertencem os autores.
- 3) “Recebi um artigo da França, só que o autor enviou em português, pois ele quer ser lido por brasileiros. Nesse caso, eu não posso acrescentar um resumo (francês), após o resumo, *abstract* e *resumen*?”
Resposta: Nesse caso, considerando a elegância do autor em publicar em português, você poderá abrir uma exceção e publicar seu resumo em francês também. Pode explicar isso em uma nota, logo após o resumo em francês.

A coautoria é um dos mais importantes indicadores da cooperação nacional ou internacional. Embora retrate apenas o aspecto formal das atividades envolvidas no trabalho cooperativo, é no registro das colaborações que se consolida a relação nacional ou internacional dos pesquisadores.

Um dos mais importantes exemplos de autoria coletiva é o artigo publicado na revista *Nature*, número 406, de março de 2000. No artigo “The Genome Sequence of the Plant Pathogen *Xylella fastidiosa*”, 115 autores relatam a pesquisa realizada por um conjunto de 200 pesquisadores que trabalharam em diversos laboratórios. A dimensão da pesquisa, que rendeu aos pesquisadores a capa da importante revista, justifica o número de colaboradores e demonstra que um relato, por mais relevante que seja, pode ser condensado em sete páginas de um artigo.

Tudo isso está longe do consenso, entretanto alguns encaminhamentos dão indício de que muitos editores, autores e a comunidade científica em geral estão atentos e preocupados com a questão. A instituição dos Comitês de Ética já é uma realidade. Quanto mais consciência de suas responsabilidades os autores e editores tiverem, mais éticas e sérias serão nossas revistas. Quem ganha com isso: a ciência!

Nesse sentido, nossa contribuição busca auxiliar a comunidade oferecendo algumas explicações, mas, sobretudo, provocando muita discussão e chamando para reflexões em torno do intrigante assunto.

Referências

- Alves Filho, F. (2006). A autoria institucional nos editorias de jornais. *Alfa*, São Paulo, 50(1), 77-80.
- Amorim, R., & Vicária L. (2006, 23 de janeiro). A enciclopédia pop. *Época*, (401), 40-47.
- Bakkalbasi, N., Bauer, K., Glover, J., & Wang, L. (2006). Three options for citation tracking: Google Scholar, Scopus and Web of Science. *Biomedical Digital Libraries*, (3). Recuperado em 01 de maio de 2008, de <http://www.bio-diglib.com/content/pdf/1742-5581-3-7.pdf>
- Feitosa, M. A. G. (1993). Editorial. A ética do processo de revisão de manuscritos: a expectativa do editor em relação ao papel do consultor. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9(3), iv-vi. Recuperado em 14 de outubro de 2008, de <http://www.revistaptp.org.br/?dest=204>
- Grega, I. M. (2002). Discutindo aspectos metodológicos da pesquisa em ensino de ciências: algumas questões para refletir. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 2(1), 73-82.
- Goldenberg, S. (2001). *Publicação do trabalho científico: compromisso ético*. Recuperado em 26 de agosto de 2001, de <http://www.metodologia.org>
- Miranda, A., Simeão, E., & Mueller, S. (2006). Autoria coletiva, autoria ontológica e intertextualidade na ciência: aspectos interdisciplinares e tecnológicos. In *IX Congresso Internacional de Humanidades*. Santiago de Chile: Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación. Recuperado em 13 de outubro de 2008, de <http://hdl.handle.net/123456789/687>
- Monteiro, R., Jatene, F. B., Goldenberg, S., Problación, D. A., & Pellezzon, R. F. (2006). *Critérios de autoria em trabalhos científicos: um assunto polêmico e delicado*. Recuperado em 02 de fevereiro de 2006, de <http://www.lia.ufc.br/~great/arquivos/v19n4a02.pdf>
- Rennie, D., Yank, V., & Emanuel, L. (1997). When authorship fails. A proposal to make contributors accountable. *JAMA*, (278), 579-585.
- Secaf, V. (2004). *Artigo científico: do desafio à conquista* (3a ed.). São Paulo: Green Forest do Brasil.
- Targino, M. G. (2005). Artigos científicos: a saga da autoria e co-autoria. In S. M. S. P. Ferreira & M. G. Targino, *Preparação de revistas científicas: teoria e prática* (pp. 35-54). São Paulo: Reichmann & Autores.

Capítulo 8

Normas para a Apresentação de Informações Estatísticas no Estilo Editorial APA

Claudette Maria Medeiros Vendramini

Irene Maurício Cazorla

Cláudia Borim da Silva

Neste capítulo estão apresentadas as normas de publicação científica de informações que envolvem notações, expressões, tabelas e figuras estatísticas, a partir das normas da *American Psychological Association* (APA), fazendo algumas comparações com as normas e os sistemas adotados no Brasil. O órgão que regulamenta as publicações científicas no Brasil é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2005), contudo quando se trata de apresentar tabelas e gráficos, a norma da ABNT remete o leitor para as normas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1993). Porém, nenhum desses órgãos apresenta normas para a escrita de notações e expressões estatísticas. Assim, muitas revistas científicas brasileiras vêm adotando as normas da APA, que regem a maioria das revistas internacionais e que apresentam uma sistematização consistente reconhecida mundialmente.

Nos Estados Unidos e na maioria dos países, os números são escritos utilizando o ponto decimal para separar a parte inteira da parte decimal e a vírgula para separar os milhares, milhões e assim por diante, oposto à notação utilizada no Brasil. Essa troca sutil traz uma série de problemas na adoção *ipsi litteres* das normas da APA para publicação de trabalhos científicos no Brasil.

Uma outra adaptação refere-se à notação estatística universal para a representação de tamanho da população (N), de subpopulações (N_j), do tamanho da amostra (n) e de subamostras (n_j). A APA recomenda utilizar a letra N maiúscula para representar a amostra total e a letra n minúscula para representar o tamanho das subamostras, dos grupos ou categorias das variáveis.

Estas e outras adaptações se fazem necessárias para as publicações no Brasil, por essa razão, acredita-se que o mais viável é adotar as normas da APA para artigos que serão publicados no exterior e a adaptação proposta no presente manual para as publicações no Brasil. Neste trabalho, sempre que necessário, será feito um paralelo entre as normas da APA e as adaptações para as publicações no Brasil, utilizando vários exemplos do próprio manual da APA e outros exemplos de pesquisas realizadas pelas autoras.

■ 1 Métodos de Apresentação de Informações Estatísticas

Para a escrita de números decimais entre zero e um, a APA recomenda o uso do zero antes do ponto decimal apenas quando a estimativa puder assumir valores maiores que um. Quando essas estimativas, por definição, não puderem tomar valores acima da unidade, como, por exemplo, o coeficiente de correlação ou probabilidade, a APA recomenda não usar o zero na escrita do número. Para publicações no Brasil, recomenda-se sempre utilizar o zero antes da vírgula (ver Tabela 1).

Como no sistema norte-americano, o ponto decimal separa os inteiros dos decimais, não há problema em utilizar a vírgula como separador de números, mas no Brasil essa notação pode gerar uma série de dificuldades na leitura e compreensão das informações estatísticas. Por essa razão, recomenda-se utilizar o ponto e vírgula para separar números e/ou estatísticas, como, por exemplo, na apresentação de resultados de testes estatísticos.

Tabela 1

Exemplos de Apresentação de Estatísticas e Números Utilizando Números Decimais

Exemplos	Internacional	No Brasil
Um mil trezentos e vinte e quatro unidades e cinquenta e seis milésimos	1,324.056	1.324,056
Resultado do teste t de <i>Student</i>	$t(75) = 2.19, p < .05$	$t(75) = 2,19; p = 0,034$
Probabilidade (p-valor ou valor p)	$p < .05$	$p = 0,034$
Coefficiente de correlação de Pearson	$r = .73$	$r = 0,73$

■ 1.1 Apresentação Estatística em Texto

Quando se apresenta resultados do tratamento estatístico de dados, estes devem conter informação suficiente para que o leitor tenha subsídios para ler e compreender corretamente as análises. Se os dados são apresentados em tabelas ou figuras, não é necessário repetir as mesmas informações no texto, a menos que se queira ressaltar um dado particular, que ajude sua compreensão. Ao apresentar uma série de estatísticas similares, a relação entre cada uma delas e seus referentes pode se tornar evidente com o uso das palavras *respectivamente* ou *na ordem*. Na narrativa, utilizar sempre o termo *média*, e não sua abreviação *M*.

Todos os parâmetros devem ser escritos em letras gregas no modo itálico, não sublinhar e nem negritar, por exemplo, média μ , desvio-padrão σ , intercepto β_1 , coeficiente angular β_0 etc., com exceção da proporção populacional que é escrita com *P* maiúscula. Todas as estatísticas, todos os estimadores ou estatísticas amostrais devem ser escritos em letras latinas e em itálico, por exemplo: média *M*, desvio-padrão *DP*, intercepto b_0 , coeficiente angular b_1 etc., com exceção do símbolo do qui-quadrado, que é escrito em letra grega χ^2 . As letras em negrito devem ser utilizadas apenas para vetores.

Letras gregas, subscritos e sobrescritos que funcionam como identificadores, não são variáveis, assim como abreviações (log, seno, arcosseno etc.), devem ser escritos na fonte normal, não devendo ser sublinhados. Por exemplo, a média do sexo feminino para o parâmetro do grupo feminino é representada por μ_f ou para o estimador desse grupo M_{feminino} , o coeficiente de determinação (r^2), a transformação logarítmica da variável [$Y' = \log(Y)$] etc.

Deve-se prestar atenção à diferença entre índice, subscrito, expoente e sobrescrito. O índice serve para indexar uma variável, por exemplo, X_i significa o *i*-ésimo elemento da variável *X*,

já o subscrito é para assinalar um único grupo, por exemplo, μ_{meninas} , significa a média do grupo das meninas. O mesmo acontece com os expoentes e o sobrescrito, por exemplo, x^2 significa x ao quadrado, já no símbolo χ^2 o número dois não significa elevar ao quadrado, apenas é o nome da estatística.

O símbolo de porcentagem deve ser utilizado quando precedido de um numeral; caso contrário ele deve ser escrito por extenso. Por exemplo: "50% das crianças que participaram da pesquisa eram meninas, sendo que essa porcentagem foi distribuída aleatoriamente...".

Recomenda-se utilizar os recursos computacionais para escrever equações ou fórmulas que utilizam símbolos matemáticos e estatísticos. Deve-se respeitar a ordem das operações, utilizando parênteses (), colchetes [] e chaves { }, na seguinte ordem: {[()]}, de forma a não deixar dúvidas nas operações, por exemplo, $a / b + c$ significa $(a / b) + c$ ou $a / (b + c)$?

Ao escrever fórmulas, utilize um espaço para separar seus elementos, da mesma forma como se separa as palavras no texto, por exemplo, $M \pm DP$, e não $M\pm DP$. Os subscritos precedem os sobrescritos, por exemplo, a_i^2 , com exceção do apóstrofo a'_i . Por exemplo, a equação da reta ($Y_i = \alpha + \beta_i + X_i + \epsilon_i$) ou da reta estimada ($\hat{Y}_i = 200 + 0,27 X_i$). Observe que a APA não usa nenhum símbolo para a multiplicação, logo $0,27X_i$ significa 0,27 multiplicado por X_i . Para representar a divisão ou frações, utiliza-se o símbolo "/".

A APA recomenda que ao final da escrita de uma equação ou fórmula se coloque um ponto final. Se a escrita da fórmula na linha modificar o espaçamento utilizado no texto, criar uma nova linha só para a fórmula, separada do texto com espaço duplo antes e depois da mesma. Caso apresente mais de uma fórmula, essas devem ser numeradas com um número entre parênteses alinhado à direita, conforme exemplos a seguir:

$$\mu = \frac{\sum_{i=1}^N X_i}{N} \quad (1)$$

$$\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n X_i}{n} \quad (2)$$

Para se referir a uma equação ou a uma fórmula, escrever por extenso a palavra e não sua forma abreviada, por exemplo: a Fórmula 1 indica a forma de cálculo da média populacional (parâmetro), já a Fórmula 2 indica o seu estimador. A palavra fórmula é escrita com F maiúsculo porque, nesse caso, é substantivo próprio.

Para apresentação dos resultados dos testes estatísticos, a APA recomenda a publicação do valor da estatística, os graus de liberdade e o tamanho da amostra (dependendo do tipo de teste), junto com o p-valor arredondado para 5% (.05), 1% (.01) ou 1 em mil (.001), sendo que, no caso da apresentação em tabelas, esses valores não devem ser colocados nas tabelas, e sim em notas de probabilidades, como será apresentado em notas de tabelas.

■ 1.2 Apresentação Estatística em Tabela

Para a APA, uma tabela é uma organização matricial de informação textual ou numérica; recomenda-se para a sua apresentação o uso de linhas horizontais apenas no cabeçalho e no final da mesma, com raras exceções para separar subgrupos ou subcategorias. "As tabelas geralmente mostram valores numéricos exatos, e os dados são ordenadamente dispostos em linhas e colunas, facilitando sua comparação. Ocasionalmente, uma tabela que consiste em palavras é usada para apresentar comparações qualitativas" (APA, 2001, p. 133).

No Brasil, existem as tabelas, destinadas apenas para resultados numéricos, e os quadros para informações textuais, sendo que estes últimos admitem o uso de linhas verticais. A vanta-

gem de se utilizar o formato de tabela para os quadros é que simplifica a numeração. No entanto, fica a critério do autor utilizar ou não quadros, de acordo com os padrões mais comuns em sua área de conhecimento.

Deve-se analisar que tipo de apresentação é mais conveniente para um trabalho: tabelas ou texto. Tabelas são eficientes e permitem ao pesquisador apresentar uma grande quantidade de informação em um espaço pequeno. Além disso, as tabelas permitem comparar os dados apresentados em linhas e colunas, embora seja muito mais fácil compará-los ao longo das colunas. A inclusão de totais ou médias por linhas e/ou colunas pode orientar o leitor na análise dos dados. Ao decidir entre tabelas e texto, é importante considerar que um número grande de tabelas pode confundir o leitor e comprometer a configuração das páginas. Por essa razão, reserve as tabelas para informações cruciais relacionadas ao conteúdo do documento científico que está sendo escrito.

Uma tabela deve ser autossuficiente e não deve precisar do texto para ser compreendida, conforme exemplos apresentados a seguir. Recomenda-se que, ao incluir o tamanho da amostra como no exemplo apresentado na Tabela 2, este venha antes da média e do desvio-padrão.

Tabela 2
Erros por Grupos de Idades Segundo Nível de Dificuldade

Modelo APA para publicação em revista internacional							Modelo sugerido para publicação no Brasil						
Dificuldade	Jovem			Adulto			Dificuldade	Jovem			Adulto		
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>n</i>		<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>
Pouca	.05	.08	12	.14	.15	18	Pouca	12	0,05	0,08	18	0,14	0,15
Moderada	.05	.07	15	.17	.15	12	Moderada	15	0,05	0,07	12	0,17	0,15
Alta	.11	.10	16	.26	.21	14	Alta	16	0,11	0,10	14	0,26	0,21

Esses mesmos dados poderiam ser apresentados em texto. No modelo APA para publicação em revista internacional, as médias finais (com desvios-padrões entre parênteses) por idade e nível de dificuldade devem ser apresentadas como: .05 (.08), .05 (.07) e .11 (.10), para os participantes jovens, e .14 (.15), .17 (.15) e .26 (.21), para os participantes mais velhos, nos níveis baixo, moderado e alto, respectivamente.

No modelo sugerido para publicação no Brasil, esses mesmos valores devem ser representados como: 0,05 (0,08); 0,05 (0,07) e 0,11 (0,10), para os participantes jovens, e 0,14 (0,15); 0,17 (0,15) e 0,26 (0,21), para os participantes mais velhos, nos níveis baixo, moderado e alto, respectivamente.

■ 1.3 Elementos de uma Tabela

Uma tabela deve ser organizada de forma clara e contendo todos os elementos necessários para a sua compreensão. Quanto mais variáveis forem representadas em uma mesma tabela, maior será o grau de dificuldade para a sua compreensão, o que implica um maior cuidado com a apresentação, distribuição das variáveis e de seus resultados. Nesse sentido, recomenda-se apresentar o menor número possível de variáveis em uma mesma tabela.

Os elementos essenciais que devem compor uma tabela são apresentados e comentados com o auxílio da seguinte tabela cruzada (Tabela 3):

Tabela 3

Número Médio de Respostas Corretas de Crianças por Gênero, Treinamento, Série e Tipo de Teste

Gênero	Treinamento	Teste verbal				Teste matemático			
		Número de crianças ^a	Série			Número de crianças ^a	Série		
			3 ^a	4 ^a	5 ^a		3 ^a	4 ^a	5 ^a
Meninas	Com	18	280	297	301	20	201	214	221
	Sem	19	240	251	260	17	189	194	216 ^b
Meninos	Com	19	281	290	306	19	210	236	239
	Sem	20	232	264	221	18	199	210	213

Nota. O escore máximo é de 320.

^a O número total de crianças que completaram todos os testes é 20.

^b Uma menina neste grupo deu somente duas respostas corretas.

175

Os elementos essenciais de uma tabela são:

- **Título da tabela:** conjunto de termos indicadores do conteúdo de uma tabela; deve ser breve, porém claro e explicativo, nem telegráfico nem muito detalhado. Deve ser numerado com números arábicos de forma sequencial dentro do capítulo (Tabela 1.1, Tabela 1.2, Tabela 2.1, Tabela 2.2 e assim por diante); ou no texto como um todo (Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3 e assim por diante). Sugere-se em primeiro lugar especificar o conteúdo principal do corpo da tabela segundo a nomeação das variáveis apresentadas no cabeçalho. Caso seja utilizada uma abreviação no título, e se esta necessitar de uma explicação mais detalhada, deverá ser colocada uma nota de rodapé na tabela. Da mesma forma, os nomes das categorias ou dos subgrupos, tanto nas colunas ou nas linhas devem ser curtos. Algumas abreviações são implícitas (% , N°), assim como estatísticas (M , DP , χ^2). No exemplo da Tabela 3, no corpo da tabela se apresenta os valores do número de respostas corretas das crianças segundo as variáveis: gênero, treinamento, tipo de teste e série.
- **Coluna indicadora:** é a coluna, ou conjunto de colunas, que apresenta o nome da variável e de seus respectivos valores (categorias, grupos, estatísticas, intervalos numéricos etc.) apresentados nas linhas. Neste exemplo, são duas as colunas indicadoras, uma para o gênero, (*Meninas* e *Meninos*), e outra para o treinamento (*Com* e *Sem*). Observe que as categorias da variável treinamento estão subordinadas às categorias da variável gênero.
- **Cabeçalho:** conjunto de termos indicadores do conteúdo das colunas indicadoras e numéricas. Uma linha, ou conjunto de linhas, utilizada para nomear as variáveis e especificar suas diferentes categorias. No exemplo da Tabela 3, a primeira linha corresponde aos dois tipos de teste, a segunda linha à nomeação da variável série, e a terceira aos valores das três categorias (3^a, 4^a, 5^a) da variável série, que nomeiam cada coluna. Toda coluna deve ter um cabeçalho. Além disso, neste exemplo, a variável série está subordinada à variável tipo de teste (verbal/matemático).
- **Corpo da tabela:** é formado pela interseção das linhas e colunas. Cada interseção é chamada de célula, que no exemplo corresponde aos valores numéricos 18, 19, 19 e 20, para o número de crianças, e 280, 240, 281 e 232, para o número médio de respostas corretas no teste verbal das crianças da 3^a série. Recomenda-se padronizar o número de casas decimais, que podem apresentar padrões e exceções, e com um número mínimo necessário para sua compreensão. Para relatar os valores estimados, sugere-se utilizar dois dígitos a mais do que as unidades dos valores brutos. Por exemplo, se a variável está em números inteiros, utilizar duas casas

- decimais; para correlação e proporção, utilizar duas casas decimais; já para porcentagem, utilizar números inteiros. Para se reportar aos resultados de testes estatísticos, tais como t , F , χ^2 , assim como para o nível de significância do teste (o valor de p), usar duas casas decimais.
- **Notas da Tabela:** classificadas em notas gerais, específicas e de probabilidade, são colocadas no rodapé da Tabela. As notas gerais qualificam e explicam qualquer tipo de informação relacionada à tabela como um todo e são escritas precedidas da palavra "Nota". As notas específicas referem-se a uma linha ou coluna, ou uma célula, e são indicadas por letras minúsculas sobrescritas (^{a,b,c}); sua apresentação no texto, caso se utilize muitas, deve ser ordenada horizontalmente da esquerda para direita, de cima para baixo, começando do canto superior esquerdo. As notas de probabilidade indicam os resultados dos testes estatísticos. A APA não recomenda a escrita do p-valor na tabela, devendo-se utilizar as notas de probabilidade, escrevendo-se um asterisco (*) após o valor da estatística do teste, para indicar resultados significativos ao nível de 5% ($0,05 \leq p < 0,01$); (**) dois asteriscos para indicar resultados muito significativos ao nível de 1% ($0,01 \leq p < 0,001$); e três asteriscos (***) para resultados altamente significativos ao nível de um em mil ($p < 0,001$). Para publicações internacionais, o p-valor deve ser majorado e escrito entre parênteses para os níveis de cinco por cento ($p < .05$), um por cento ($p < .01$) e um em mil ($p < .001$). No caso do Brasil, recomenda-se que se apresente o valor exato de p , quando este estiver entre 0 e 0,001 e a notação $p < 0,001$ para os valores menores que 0,001; considerando a importância de se explicitar, com mais informação, o quanto um resultado do teste estatístico é significativo ou não, veja o exemplo da Tabela 4. No exemplo da Tabela 3, foi colocado como nota geral o valor máximo do *escore* no teste (320), e duas notas específicas (^a e ^b), que servem de parâmetros de referência e auxiliam na interpretação dos valores apresentados na tabela. Se a interseção da linha com a coluna não puder ser preenchida, deixar a célula em branco (vazia); se o motivo for a falta de informação, inserir um travessão e utilizar uma nota geral ao pé da tabela.

Tabela 4

Exemplo de Utilização da Escrita do Valor e Notas de Probabilidade

Valores exatos do teste χ^2	Modelo APA para publicação em revista internacional	Modelo sugerido para publicação no Brasil
$\chi^2(1) = 3,9; p = 0,048286$	$\chi^2(1) = 3.9^*$	$\chi^2(1) = 3,9; p = 0,048$
$\chi^2(1) = 6,7; p = 0,009641$	$\chi^2(1) = 6.7^{**}$	$\chi^2(1) = 6,7; p = 0,010$
$\chi^2(1) = 10,9; p = 0,000962$	$\chi^2(1) = 10.9^{***}$	$\chi^2(1) = 10,9; p = 0,001$
$\chi^2(1) = 15,2; p = 0,000097$	$\chi^2(1) = 15.2^{***}$	$\chi^2(1) = 15,2; p < 0,001$

*valores significativos $p < .05$; **valores muito significativos $p < .01$; ***valores altamente significativos $p < .001$.

Recomendações para relacionar tabelas com texto:

- remeter o leitor à tabela orientando-o para procurar a informação;
- discutir apenas os aspectos relevantes;
- cada tabela deve ser uma parte integral do texto e deve ser inteligível sem necessidade de referências do texto;
- para citar uma tabela, utilizar seu número, por exemplo, na Tabela 2 (com letra inicial maiúscula);
- nunca escrever "a tabela abaixo/acima" ou "a tabela na página 32", uma vez que a numeração da página pode mudar;
- procurar combinar tabelas que repetem dados. Em geral, não é recomendável repetir colunas ou linhas idênticas; facilite as comparações, usando formatos similares, títulos, cabeçalhos e mesma terminologia;

- toda tabela deverá ser mencionada no texto, e todas as tabelas devem ser enumeradas a partir de duas tabelas ou mais;
- não utilizar letras como sufixos para enumerar tabelas, como, por exemplo, 5, 5a e 5b, em vez disso utilizar Tabela 5, 6 e 7;
- caso seja necessário colocar tabelas no apêndice, enumere com letras maiúsculas seguidas de números arábicos, por exemplo, Apêndice A, Tabela A1, A2 etc;
- recomenda-se subordinar categorias;
- quando as tabelas ocuparem mais de uma página, cada página deve ter: o número da tabela; o título e cabeçalho; a palavra “continua” na primeira página; a palavra “continuação” nas páginas seguintes; e a palavra “conclusão” na última página.

■ 1.4 Apresentação Estatística em Figura

Para a APA, “qualquer tipo de ilustração que não seja uma tabela é chamada de *figura*.... Uma *figura* pode ser um quadro, um gráfico, uma fotografia, um desenho ou outra forma de representação” (APA, 2001, p. 149), tais como um fluxograma ou organograma. Já no Brasil, os gráficos são utilizados apenas para representar relações estatísticas e matemáticas, e as figuras são utilizadas para toda e qualquer representação pictórica (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social [IPARDES], 2000). No entanto, sugere-se que as representações gráficas sejam todas nomeadas de Figura, conforme recomendação da APA e brasileira, o que facilita a numeração, a elaboração do sumário, a edição de periódicos, além de contribuir para diminuir a dificuldade de nomeação das diferentes formas de representação gráfica.

Deve-se analisar que tipo de apresentação é mais conveniente para transmitir as informações desejadas, de forma simples, clara e bem elaborada. As figuras devem complementar as informações do texto, apresentando apenas os fatos essenciais, com tamanho adequado, e permitir a leitura e a compreensão fáceis do comportamento ou das relações entre as variáveis.

■ 1.5 Elementos de uma Figura

Todas as figuras publicadas em um mesmo texto devem ajustar-se às dimensões do documento escrito. Para um periódico, recomenda-se que a Figura caiba na largura de uma coluna da publicação ou no máximo na largura da página. Todos os elementos da Figura devem ser legíveis, quando forem proporcionalmente reduzidos para publicação, incluindo letras, números, linhas, pontos projetados, sombreamentos e espaços entre e nas curvas. A APA (2001) recomenda que o tamanho da fonte após a redução não seja inferior a 8 pontos nem superior a 14 pontos, com uma diferença de no máximo 4 pontos entre os diferentes rótulos dentro de uma figura. Como regra, usar símbolos com o mesmo tamanho de uma letra minúscula.

Para a construção de gráficos, recomendam-se os seguintes critérios:

- **Título da Figura:** é o elemento de identificação ordenada da figura, não sendo convencional colocar figuras em anexo ao texto, a menos que o número de figuras seja muito grande, dificultando a leitura continuada do mesmo. Deve ser colocado embaixo da figura e ser numerado com números arábicos de 1 a n por capítulo, em que o número de ordem deverá ser precedido pelo número do capítulo (Figura 1.1, Figura 1.2, Figura 2.1, Figura 2.2 etc.) ou por volume (Figura 1, Figura 2, Figura 3 etc.). Quando a ilustração dos gráficos for feita em anexo, o indicativo deverá ser precedido da letra A, separado desta por um ponto “.”, por exemplo,

- Figura A.1. A referência deverá ser alinhada à esquerda do título, no limite esquerdo do elemento referenciado. Deve ser separado do título por um ponto (.).
- **Escala:** é uma sequência ordenada de valores que descreve o campo de variação do fenômeno. Mostra comparações e distribuições de variáveis de um conjunto de dados em valores absolutos ou relativos em escala vertical (eixo das ordenadas) escrita de baixo para cima e à esquerda do eixo; e/ou horizontal (eixos das abscissas) escrita da esquerda para a direita e embaixo do eixo. Os eixos devem ser identificados com os nomes das variáveis ali representadas e incluir a unidade de medida.
 - **Fonte:** o objetivo principal da fonte é informar a procedência original dos dados. Deve ser colocada após o título do gráfico. Quando a figura é construída a partir de dados brutos divulgados pela entidade geradora, pode-se utilizar "Fonte de Dados Brutos" em substituição à palavra "Fonte".
 - **Nota:** é utilizada sempre que for necessário indicar a natureza geral das informações contidas no gráfico.
 - **Chamada:** é utilizada sempre que for necessário indicar a natureza específica de alguma informação contida no gráfico.
 - **Legenda:** é a descrição das convenções utilizadas na elaboração do gráfico (cores, hachuras etc) que deve estar contida dentro dos limites do gráfico.

■ 1.6 Tipos de Gráficos Estatísticos

O *gráfico estatístico* é uma figura utilizada para representar dados, de maneira simples, legível e interessante, evidenciando características que poderiam passar despercebidas nas tabelas e permitindo comparações dos resultados, poupando assim tempo e esforço na compreensão dos dados numéricos. A seguir são apresentados diversos tipos de gráficos.

1.6.1 Gráfico de Linhas

Mostra modificações de uma variável (número médio de respostas corretas) em uma ou em um grupo de variáveis (série e treinamento).

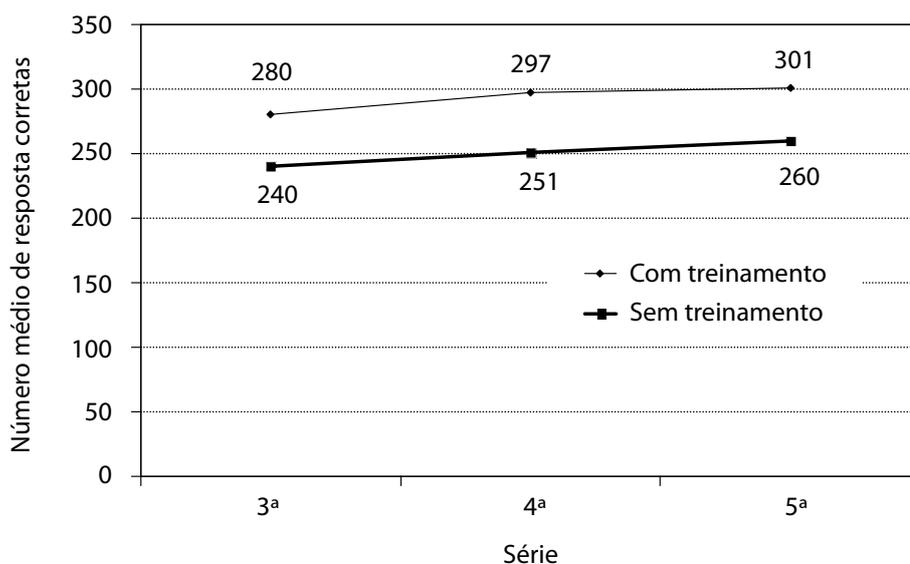


Figura 1. Número médio de respostas corretas no teste verbal de meninas por série, segundo treinamento. Fonte: Tabela 3.

1.6.2 Gráfico de Barras Verticais ou Colunas

Mostra diferenças de frequências absolutas ou relativas, ou de valores de uma variável, entre categorias de uma ou mais variáveis medidas no nível nominal ou ordinal (Figura 2).

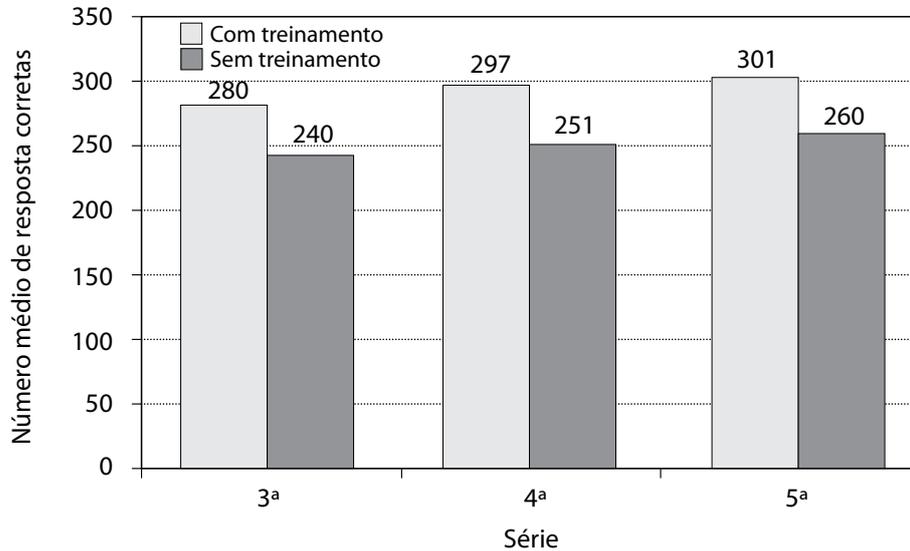


Figura 2. Número médio de respostas corretas dos meninos por série e treinamento. Fonte: Tabela 3.

1.6.3 Gráfico de Barras Horizontais

Tem o mesmo objetivo do gráfico de colunas, sendo recomendado quando as legendas das categorias forem longas (Figura 3).

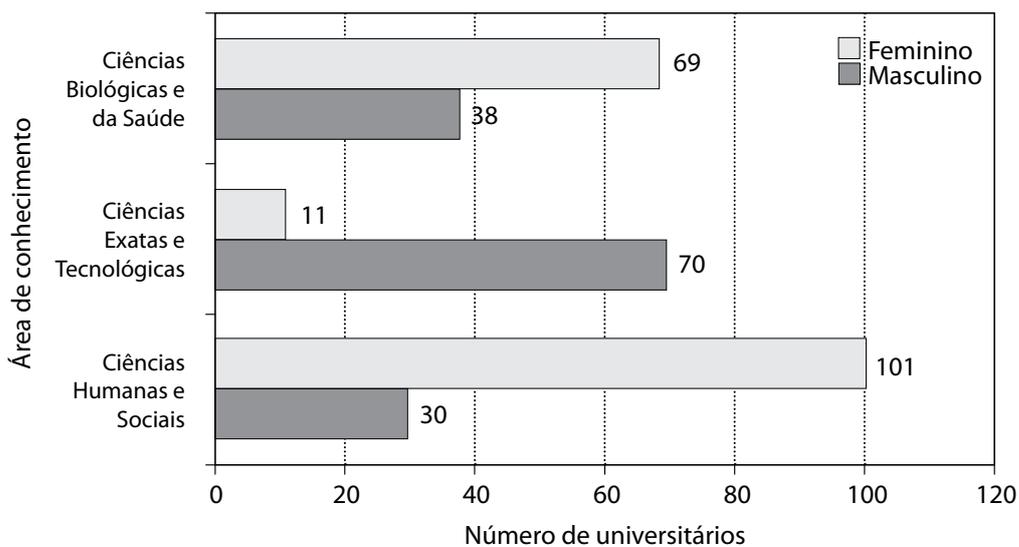
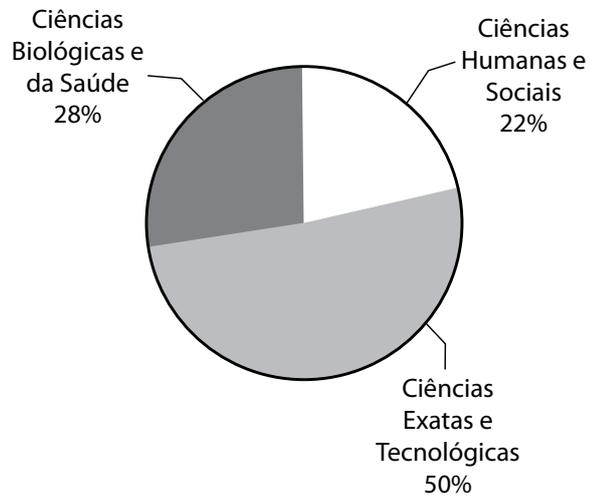


Figura 3. Número de universitários por área de conhecimento e gênero. Fonte: Tabela 5.

1.6.4 Gráfico de Setores

Mostra diferenças de valores relativamente a um total, por exemplo, a porcentagem de observações de uma variável com relação à frequência total. Variáveis medidas no nível nominal ou ordinal (Figura 4).



180

Figura 4. Porcentagem de universitários por área de conhecimento. Fonte: Dados brutos.

1.6.5 Gráfico de Caixas

Mostra o comportamento de uma variável quantitativa em grupos ou níveis diferentes de uma variável categórica. Pode ser observado na Figura 5 a mediana, os quartis, os valores máximos e mínimos e os valores discrepantes das atitudes para as duas categorias do gênero (masculino e feminino).

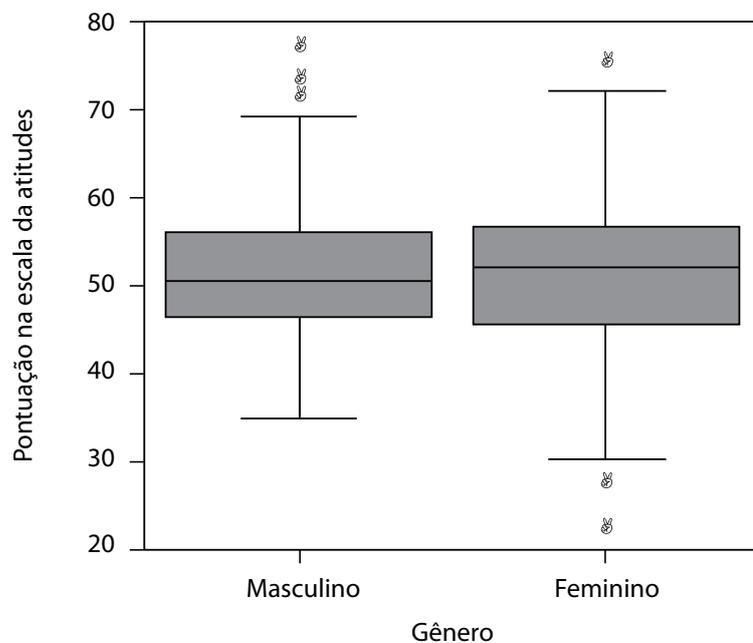


Figura 5. Diagrama de caixas da pontuação de atitudes com relação à estatística por gênero.

1.6.6 Histograma

Mostra a distribuição de frequência de uma variável quantitativa contínua agrupada em intervalos de classe. No exemplo foi ajustada a Curva Normal à distribuição de frequência das atitudes dos universitários com relação à estatística.

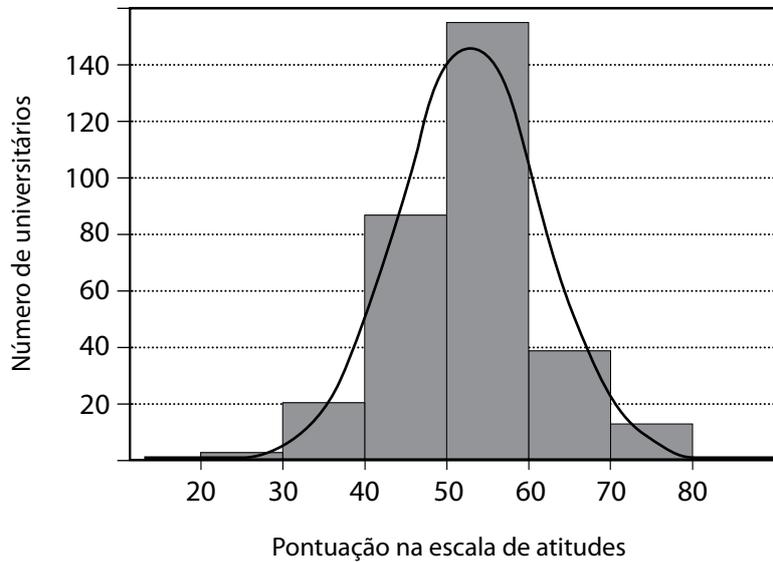


Figura 6. Histograma referente à pontuação de 318 universitários na escala de atitudes em relação à estatística.

1.6.7 Diagrama de Dispersão e Reta de Regressão

O diagrama de dispersão mostra a relação entre duas variáveis quantitativas que descrevem os valores conjuntos de cada observação em um gráfico bidimensional. A reta de regressão expressa, por meio de uma função matemática, a relação entre as variáveis. No exemplo foi ajustada uma reta de regressão ao diagrama de dispersão das notas médias dos estudantes nas disciplinas cursadas no semestre em função das notas em uma prova de estatística.

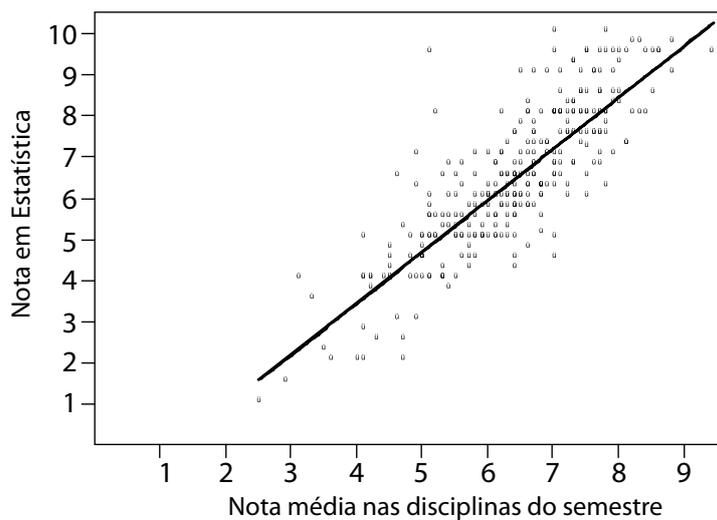


Figura 7. Diagrama de dispersão e reta de regressão ajustada à nota da prova de estatística em função da nota média geral das disciplinas cursadas pelos estudantes.

Recomendações para apresentação gráfica de dados estatísticos:

- que a disposição geral seja da esquerda para a direita;
- nas escalas sejam incluídos o ponto de origem e os valores representados; se não for incluída a escala completa, sendo necessário uma interrupção na escala, a origem deve ser explícita e os cortes devem ser indicados por uma das seguintes formas: — —, — // —, — ... —;
- as escalas sejam colocadas da esquerda para a direita e de baixo para cima.
- a designação numérica seja colocada do lado externo dos eixos, na posição normal (horizontalmente) e simplificada apenas se tiver mais de três algarismos;
- a declaração das unidades utilizadas nas escalas vertical e horizontal seja indicada no final da linha de referência (eixos);
- a utilização de legendas quando se dispuserem duas ou mais representações em um mesmo gráfico;
- sejam incluídas no desenho apenas as linhas de grade que representam as coordenadas indispensáveis para guiar a leitura dos dados;
- ao utilizar sombreados por meio de traços, sejam evitadas as ilusões de ótica e os efeitos desagradáveis à vista.

182

■ 2 Apresentação de Resultados de Análises Estatísticas

Independentemente da origem dos dados, se coletados por censo (todos os elementos da população) ou por amostragem (parte da população, aleatória ou não), ou de sua natureza (qualitativa ou quantitativa), é possível compreender melhor o comportamento das variáveis observadas com o auxílio da análise estatística dos dados.

Essa análise pode ser feita com o objetivo de descrever ou explorar o comportamento das variáveis analisadas (Análise Exploratória de Dados) ou de inferir os resultados obtidos em uma amostra para a população da qual foi extraída (Inferência Estatística). No entanto, os resultados de uma análise, seja ela exploratória ou inferencial, devem ser apresentados de forma legível e compreensível e seguir normas padronizadas de apresentação.

A seguir, apresentam-se exemplos da aplicação dos testes mais básicos e comuns na pesquisa científica, tomando como base o banco de dados de Vendramini (2000), que estudou a relação entre as atitudes com relação à estatística e ao desempenho na disciplina em 318 estudantes universitários provenientes de diferentes áreas de conhecimento. As variáveis selecionadas para este capítulo estão descritas na Tabela 5.

Tabela 5

Descrição das Variáveis Selecionadas para a Apresentação de Medidas Estatísticas

Variável	Fenômeno aleatório	Valores possíveis	Natureza	Nível de mensuração
X_1	Gênero	{masculino, feminino}	qualitativo não ordenável	nominal
X_2	Área de conhecimento	{humanas, exatas, saúde}	qualitativo não ordenável	nominal
X_3	Série	{1 ^a , 2 ^a , 3 ^a , 4 ^a , 5 ^a }	qualitativo ordenável	ordinal

X_4	Atitude com relação à Estatística	{20, 21, 22, ..., 80}	quantitativo discreto	intervalar
X_5	Idade (anos completos)	{17, 18, 19, ..., 60}	quantitativo discreto	razão
X_6	Desempenho acadêmico dos alunos	[0, 10] qualquer número real entre 0 e 10	quantitativo contínuo	razão
X_7	Autopercepção de desempenho em Estatística	{Ruim, Bom}	qualitativo não ordenável	nominal

■ 2.1 Apresentação de Medidas Descritivas ou Exploratórias

A análise exploratória de dados tem o objetivo de organizar, analisar e apresentar dados referentes a variáveis estudadas em uma pesquisa. As estatísticas descritivas mais comuns são a Média (M), Mediana (Md) ou Percentil 50 (P_{50}), Moda (Mo), Mínimo (Min), Máximo (Max), Amplitude total (AT), Desvio-padrão (DP), Erro-padrão da média (EPM), Coeficiente de variação (CV), os Percentis 1, 5, 10, 25, 75, 90, 95 e 99, cuja notação é $P_1, P_5, P_{10}, P_{25}, P_{75}, P_{90}, P_{95}, P_{99}$, respectivamente.

Vale ressaltar a importância de se considerar o nível de mensuração das variáveis observadas, pois algumas estatísticas não podem ser calculadas nos níveis nominal ou ordinal, como, por exemplo, a média. O pesquisador pode optar por apresentar a média M e o desvio-padrão DP que representa a variação em torno da média, ou o Erro-padrão da média EPM , quando deseja mostrar a variação das estimativas (médias amostrais) em torno do parâmetro (média populacional ou verdadeira), por exemplo, as idades dos universitários ($n = 318$) variam de 18 a 35 anos ($M = 21,70$; $DP = 3,67$), com erro-padrão da média $EPM = 0,21$.

■ 2.2 Análise Estatística Inferencial

Os procedimentos estatísticos que utilizam a estatística inferencial têm o objetivo de inferir, generalizar, resultados obtidos na amostra para a população; variam de acordo com a formulação das hipóteses e com o nível de mensuração das variáveis de interesse do estudo que se pretende realizar. Um pesquisador pode estar interessado em determinar se diferenças amostrais são estatisticamente significativas, ou devidas ao erro amostral, ou ainda em verificar se existe associação (correlação) entre duas ou mais variáveis (Vendramini, 2007).

Os resultados da estatística inferencial podem ser ilustrados com gráficos, mas neste capítulo, estão limitados apenas à notação inserida em um texto. A seguir são apresentados alguns exemplos de textos com resultados de análises estatísticas inferenciais referentes às variáveis da Tabela 5.

Teste Qui-quadrado

Testa se a frequência relativa com que os componentes de dois ou mais grupos se enquadram nas diversas categorias é equivalente para os diversos grupos (teste de homogeneidade), ou a independência de duas variáveis qualitativas (teste de independência).

Modelo APA para publicação internacional

Não houve diferença significativa de auto-percepção de desempenho em Estatística entre o gênero masculino e feminino [$\chi^2(1, N = 324) = 3,77, p > .05$].

Modelo sugerido para publicação no Brasil

Não houve diferença significativa de auto-percepção de desempenho em Estatística entre o gênero masculino e feminino [$\chi^2(1, N = 324) = 3,77; p = 0,052$].

Teste t de Student

Testa a igualdade de duas médias. Aqui devem ser diferenciados dois casos, aquele que testa médias de grupos independentes daquele que testa médias de dados emparelhados. A redação, segundo o modelo APA e o sugerido para publicação no Brasil, dos resultados da estatística *t* em um texto deve apresentar os graus de liberdade, o valor da estatística e o *p*-valor. Embora a APA não mencione nada sobre o intervalo de confiança (*IC*), algumas revistas científicas costumam utilizar o *IC*, principalmente quando o objetivo reside na estimação das médias populacionais (parâmetros) nos diferentes níveis da variável qualitativa considerada uma variável independente. No exemplo a seguir, apresenta-se um caso de amostras independentes:

Modelo APA para publicação internacional

Foi verificado que a média das atitudes dos sujeitos que perceberam ter um bom desempenho em Estatística ($M = 54,55$, $SD = 8,59$) foi superior à dos que perceberam ter um desempenho ruim ($M = 48,54$, $SD = 7,56$), conforme resultados do teste *t* de Student [$t(305) = 6,23, p < .001$].

Modelo sugerido para publicação no Brasil

Foi verificado que a média das atitudes dos sujeitos que perceberam ter um bom desempenho em Estatística ($M = 54,55$; $DP = 8,59$) foi superior à dos que perceberam ter um desempenho ruim ($M = 48,54$; $DP = 7,56$), segundo resultados do teste *t* de Student [$t(305) = 6,23; p < 0,001$]. Pode-se afirmar com 95% de confiança que a diferença entre as médias dos dois grupos varia entre 4,11 e 7,90.

Uma boa representação gráfica que complementa a análise é o *boxplot*, pois apresenta as medidas de posição.

Teste não paramétrico de Mann Whitney

Testa a igualdade de duas médias de grupos independentes, quando a distribuição da variável estudada não segue uma distribuição normal e o tamanho da amostra é pequeno, isto é, quando o grupo maior tiver menos que 20 observações (Siegel, 1975, p.143).

Modelo APA para publicação internacional

Para uma amostra de estudantes de Medicina foi verificado que não existe diferença significativa de atitudes em relação à Estatística entre alunos e alunas, conforme resultado do teste de Mann Whitney ($U = 57,5, p > .05$).

Modelo sugerido para publicação no Brasil

Para uma amostra de estudantes de Medicina foi verificado que não existe diferença significativa de atitudes em relação à Estatística entre 10 alunos e 18 alunas, conforme resultado do teste de Mann Whitney ($U = 57,5; p = 0,121$).

Teste não paramétrico de Wilcoxon

Testa a igualdade de duas médias para amostras emparelhadas, quando a variável *diferença* não segue uma distribuição normal e/ou o tamanho da amostra é pequeno ($n < 30$). Assim, o teste atribui postos às diferenças e testa se a soma dos postos positivos não difere dos negativos, indicando igualdade das médias. O parágrafo a seguir ilustra a maneira de apresentar o resultado em um texto.

Modelo APA para publicação internacional

Para uma amostra de 28 estudantes de Medicina foi verificado que existe diferença significativa entre o desempenho em Estatística e o desempenho médio em outras disciplinas cursadas, conforme o teste de Wilcoxon ($T = -3.84, p < .001$). Os resultados revelam um pior desempenho em Estatística.

Modelo sugerido para publicação no Brasil

Para uma amostra de 28 estudantes de Medicina foi verificado que existe diferença significativa entre as atitudes em relação à Matemática e à Estatística, conforme o teste de Wilcoxon ($T = -3,84; p < 0,001$). Os resultados revelam um pior desempenho em Estatística.

185

Teste F de Snedecor

Testa a igualdade de três ou mais médias de amostras independentes, técnica conhecida como Análise de Variância de um fator (ANOVA one-way). Quando existe diferença entre as médias, deve ser utilizado o teste de comparações múltiplas, que compara as médias duas a duas, como, por exemplo, o teste de Tukey, Duncan etc. Veja o exemplo a seguir:

Modelo APA para publicação internacional

As atitudes dos universitários diferiram significativamente entre as séries [$F(2, 316) = 6.95, p < .01$]. O teste de Tukey (*HSD*) indicou que as atitudes dos sujeitos da primeira série foram significativamente menos positivas que aquelas apresentadas pelos da segunda série, e estas significativamente mais positivas que as apresentadas pelos sujeitos da terceira série ($p = .01$). Não houve diferença entre as atitudes da primeira e da terceira séries ($p = .05$).

Modelo sugerido para publicação no Brasil

As atitudes dos universitários diferiram significativamente entre as séries [$F(2, 316) = 6,95; p = 0,001$]. O teste de Tukey (*DHS*) indicou que as atitudes dos sujeitos da primeira série foram significativamente menos positivas que aquelas apresentadas pelos da segunda série, e estas significativamente mais positivas que as apresentadas pelos sujeitos da terceira série ($p = 0,01$). Não houve diferença entre as atitudes da primeira e da terceira séries ($p = 0,64$).

Teste não paramétrico de Kruskal-Wallis

O teste F parte do pressuposto de que as populações envolvidas tenham distribuição normal com variâncias aproximadamente iguais. Quando esses pressupostos não são respeitados, deve-se utilizar a ANOVA de Kruskal-Wallis por postos, que em vez de trabalhar com os valores originais da variável, trabalha com os postos que cada um desses ocupa na amostra total. O teste de Kruskal-Wallis testa a hipótese de que três ou mais amostras independentes provêm da mesma população ou de populações idênticas com a mesma mediana.

Modelo APA para publicação internacional

Foi constatado que as distribuições de desempenho em uma prova de Estatística que envolvia cálculos matemáticos, da 1ª, 2ª e 3ª séries tinham variâncias desiguais, por essa razão utilizou-se o teste Kruskal-Wallis por postos. Como são comparados três grupos com número de observações superiores a cinco, a distribuição amostral de Kruskal-Wallis é aproximadamente uma distribuição χ^2 , que confirmou a diferença significativa de desempenho entre as três séries [$\chi^2(2, N = 324) = 32.706, p < .01$]. A comparação múltipla entre as médias dos postos de desempenho indicou que a 1ª série difere significativamente da 2ª e 3ª séries, mas que a 2ª não difere da 3ª.

Modelo sugerido para publicação no Brasil

Foi constatado que as distribuições de desempenho em uma prova de Estatística que envolvia cálculos matemáticos, da 1ª, 2ª e 3ª séries tinham variâncias desiguais, por essa razão utilizou-se o teste Kruskal-Wallis por postos. Como são comparados três grupos com número de observações superiores a cinco, a distribuição amostral de Kruskal-Wallis é aproximadamente uma distribuição χ^2 , que confirmou a diferença significativa de desempenho entre as três séries [$\chi^2(2, N = 324) = 32,706; p < 0,01$]. A comparação múltipla entre as médias dos postos de desempenho indicou que a 1ª série difere significativamente da 2ª e 3ª séries, mas que a 2ª não difere da 3ª.

Teste de Kolmogorov-Smirnov

Este teste é utilizado para verificar a normalidade da distribuição de uma variável, por exemplo:

Modelo APA para publicação internacional

Foi observado que a distribuição das atitudes dos universitários não segue uma distribuição Normal ($D = 0.12, p < .05$) e que a distribuição das atitudes das universitárias segue uma distribuição Normal ($D = 0.04, p > .05$).

Modelo sugerido para publicação no Brasil

Foi observado que a distribuição das atitudes dos universitários não segue uma distribuição Normal ($D = 0,12; p = 0,02$) e que a distribuição das atitudes das universitárias segue uma distribuição Normal ($D = 0,046; p = 0,20$).

Teste de Levene

Para verificar a homoscedasticidade (igualdade de variâncias), utiliza-se o teste de Levene, por exemplo:

Modelo APA para publicação internacional

Foi verificado pelo teste de Levene que as variâncias da distribuição de atitudes por curso são iguais [$F(6, 304) = 1.73, p > .05$].

Modelo sugerido para publicação no Brasil

Foi verificado pelo teste de Levene que as variâncias da distribuição de atitudes por curso são iguais [$F(6, 304) = 1,73; p = 0,11$].

■ 3 Considerações Finais

A Estatística é uma poderosa ferramenta de análise de dados, seja ela descritiva ou inferencial, e deve ser comunicada em publicações científicas de forma legível e compreensível e seguir normas padronizadas de apresentação. Nesse sentido, foram apresentadas neste capítulo normas de publicação científica de informações que envolvem notações, expressões, tabelas

e figuras estatísticas, para publicações nacionais, a partir das normas para publicações internacionais da APA, procurando adaptá-las para o contexto brasileiro, e comparando as duas apresentações para facilitar o uso destas no Brasil.

Procurou-se apresentar diferentes exemplos referentes à análise exploratória de dados e à inferência estatística com o objetivo de orientar a apresentação correta de medidas estatísticas, sejam elas na forma descritiva, tabular ou gráfica, sem, no entanto, esgotar todas as possibilidades de notações. Espera-se que esses exemplos possam auxiliar na publicação de documentos científicos que devem conter o máximo de informações estatísticas apresentadas de forma legível e corretas e contribuam para a melhor compreensão dos resultados decorrentes de análises estatísticas e fomentem a busca de notações corretas de outras estatísticas aqui não apresentadas.

Referências

- American Psychological Association. (2001). *Manual de publicação da American Psychological Association* (4a ed., Daniel Bueno, trad.). Porto Alegre: ARTMED. (Tradução da 4a ed. de 1994)
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2005). *Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação – NBR 14724*. Rio de Janeiro: Autor.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. (1993). *Normas de apresentação tabular* (3a ed.). Rio de Janeiro: Autor.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2000). *Redes urbanas regionais: sul* (Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, 6). Brasília: IPEA.
- Siegel, S. (1975). *Estatística não-paramétrica para as ciências do comportamento*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Vendramini, C. M. M. (2000). *Implicações das atitudes e das habilidades matemáticas na aprendizagem dos conceitos de Estatística*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Vendramini, C. M. M. (2007). Estatística e delineamentos de pesquisa. In M. N. Baptista & D. C. Campos (Orgs.), *Metodologias de pesquisa em ciências: análise quantitativa e qualitativa* (Cap. 15, pp. 161-182). Rio de Janeiro: LTC.

A Avaliação de Periódicos Científicos Brasileiros da Área da Psicologia

Oswaldo Hajime Yamamoto
Ana Ludmila Freire Costa

A pressão para o incremento da produção científica como o elemento crucial para a avaliação da qualidade acadêmico-científica de pesquisadores e de instituições de ensino e de pesquisa promove, como um de seus efeitos colaterais, a proliferação dos títulos de periódicos científicos que dão vazão a esse progressivo aumento da produção. De fato, estima-se que aproximadamente 1 milhão de revistas científicas são publicadas anualmente no mundo, o que demanda uma produção diária de algo em torno de 6 a 7 mil artigos!¹

O aumento da massa de informação produzida impõe o estabelecimento de parâmetros de qualidade da produção científica e, como corolário, dos próprios veículos nos quais tal produção se expressa. Esta última ganha relevância se considerarmos a crítica corrente de que é crescente o número de revistas que não atendem aos critérios indispensáveis de qualidade, representando desperdício de esforços, de material publicado, de recursos financeiros e de prestígio das organizações científicas. De acordo com Krzyzanowski e Ferreira (1998), dentre os aspectos criticados, destacam-se a “irregularidade na publicação e distribuição da revista; falta de normalização dos artigos científicos e da revista como um todo; falta do corpo editorial e de *referees* (autoridade da revista)” (p. 165). No âmbito nacional, as críticas ainda abrangem a baixa penetração de textos em língua portuguesa no exterior e, mais grave, o “baixo grau de originalidade e novidade dos artigos publicados” (p. 165).

Se a necessidade de avaliar os periódicos científicos é reconhecida pela comunidade científica, o consenso termina aí. Uma vez que o processo de avaliação sempre vincula os critérios e os procedimentos – pontos de discórdia – aos objetivos, cabe tratar de algumas das modalidades e finalidades da avaliação de periódicos.

1 Dados apresentados por Trzesniak (2001), a partir de uma comunicação de C. Zielinski, no VI Encontro Nacional de Editores Científicos, em Caxambu, MG, novembro de 1996.

■ 1 A Avaliação de Periódicos: Modalidades e Finalidades

A avaliação de periódicos científicos pode assumir diferentes características e atender a objetivos diversos. São várias as instituições (e procedimentos adotados) nas diversas áreas do conhecimento que desenvolvem avaliações de periódicos científicos. As finalidades variam desde a seleção de títulos para incorporação a uma base de dados, o financiamento, a qualificação da produção para avaliação de pesquisador/instituição até a incorporação à coleções em bibliotecas.

■ 1.1 Indexação em Bases de Dados

Existe hoje um infindável número de bases de dados, de abrangência internacional ou restrita aos territórios nacionais, gerais ou temáticas, inclusivas ou seletivas, cada qual estabelecendo padrões e procedimentos próprios de inclusão de um periódico. Para o propósito de discutir a avaliação de tais veículos, não é necessária uma abordagem exaustiva, mas tão somente assinalar aquelas de maior destaque para a comunidade científica em geral e para a Psicologia, em especial.

A base mais conceituada no meio científico é a do *ISI Web of Knowledge* (<http://isiwebofknowledge.com>), mantida pela *Thomson Reuters*, que indexa 13 mil títulos de revistas internacionais, além de 5 mil livros, 192 mil anais de congressos e 9 mil *sites*. O seu prestígio advém do fato de cobrir todas as áreas do conhecimento, com uma avaliação bastante rigorosa de qualidade. O seu compromisso é “oferecer uma cobertura ampla das mais importantes e influentes revistas publicadas em todo o mundo para manter seus assinantes atualizados, suprimindo suas necessidades de informação corrente e retrospectiva” (Testa, 1998, p. 233). Os aspectos avaliados para inclusão no ISI são qualitativos e quantitativos, compreendendo os padrões básicos de apresentação, o conteúdo editorial, a internacionalidade dos autores e a citação dos dados referentes a estes. O conjunto desses aspectos define a avaliação do periódico. A instituição publica os resultados das avaliações no *Journal Citation Report (JCR)*, de acesso restrito.

Duas outras bases internacionais, multidisciplinares e multilíngues de acesso restrito reconhecidas pela comunidade científica (ainda que sem a expressão do ISI) são a Scopus e a PASCAL. A base Scopus (<http://www.info.scopus.com>) contém um banco que cobre aproximadamente 33 milhões de resumos e 15 mil periódicos, é mantida pela editora Elsevier e administrada pela *The Scopus Content Selection & Advisory Board (CSAB)*, grupo que congrega pesquisadores e bibliotecários das diversas áreas de conhecimento e regiões do mundo. PASCAL (<http://ingenierie.inist.fr>) é uma base de dados bibliográfica mantida pelo *Institut de l'Information Scientifique et Technique du Centre National de la Recherche Scientifique (INIST-CNRS)*. Criada em 1973 para cobrir todas as áreas de conhecimento e ter abrangência internacional, dá grande destaque para a literatura europeia (e a francesa, em particular), representando 47% dos documentos da base.

A base de dados LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, <http://www.bvs.br>), criada em 1982, é produzida e operacionalizada pelo Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME), que está sob a coordenação da Organização Pan-americana de Saúde. A LILACS, que tem por objetivo expresso o controle bibliográfico e a disseminação da literatura latino-americana da área da Saúde, indexa materiais diversos, como teses, livros, capítulos de livros, relatórios técnico-científicos e periódicos. A base, de acesso livre, indexa, atualmente, 680 títulos de periódicos da área. A avaliação dos periódicos para inclusão na base compreende o conteúdo (mérito científico, expresso pela validade, importância, originalidade dos temas, contribuição para a área temática e a estrutura do

trabalho), a revisão por pares, existência de um corpo editorial idôneo, regularidade de publicação e periodicidade, o tempo de existência e aspectos ligados à normalização.

Dentre as bases especializadas em Psicologia, o destaque fica por conta do PsycINFO (<http://www.apa.org/psycinfo>), uma base bibliográfica eletrônica de acesso restrito vinculada à *American Psychological Association* (APA), que tem como objetivo cobrir a literatura dos anos 1800 até os dias atuais, compreendendo cerca de 2.070.000 registros. Quanto aos periódicos, a base PsycINFO cobre 2.150 títulos, exigindo, além da publicação de resumos e palavras-chave em inglês, apenas os requisitos básicos, como a revisão por pares, a submissão de materiais originais, o respeito à periodicidade e a obediência de todos os padrões normativos de publicação.

Cabe mencionar, ainda dentre as bases especializadas em Psicologia, o Index Psi Periódicos Técnico-Científicos (<http://www.bvs-psi.org.br/>), mantido pela Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP). Trata-se de uma base referencial que conta, atualmente, com mais de 22 mil referências e 160 periódicos científicos brasileiros. Embora de enorme importância para os pesquisadores da área pela possibilidade de recuperação de informação, trata-se de uma base "inclusiva", isto é, procura abarcar o universo dos periódicos brasileiros sem a necessidade de submetê-los a qualquer processo avaliativo.²

■ 1.2 Fomento

Para a finalidade de fomento, os programas mantidos pelo MCT/CNPq–MEC/CAPES e pela FAPESP devem ser lembrados.

O primeiro teve início na década de 1980, quando a FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) iniciou o Programa Setorial de Publicações em Ciência e Tecnologia, evoluindo para uma associação com o CNPq que, posteriormente, assumiu isoladamente a responsabilidade pelo programa (Valerio, 1994). O então denominado Programa de Apoio às Publicações Científicas do CNPq teve por finalidade investir em periódicos científicos brasileiros em todas as áreas do conhecimento a fim de contribuir para a qualidade, forma e o conteúdo das revistas nacionais dedicadas à ciência e à tecnologia. Para receber o referido financiamento, as revistas interessadas eram submetidas a um processo de seleção em quatro etapas: análise pela área técnica do CNPq, análise do Grupo de Assessoramento Editorial (GAE), análise do Comitê Editorial (COE) e aprovação pela Diretoria Executiva (DEX).³

As avaliações focalizavam a adequação ao edital (percentual mínimo de relatos de pesquisa, de número de artigos por fascículo e de número de fascículos anuais, entre outras exigências), o perfil técnico, orçamentário e normativo (considerando a autonomia técnico-científica e administrativa, a qualidade da política editorial e a apresentação gráfica dos periódicos) e o mérito técnico-científico das propostas (avaliação comparativa dos periódicos da mesma área de conhecimento para estabelecer prioridades de atendimento).

A partir de 2007, o programa passou a ser administrado conjuntamente pelo CNPq e pela CAPES, na forma de editais para a seleção pública de propostas para editoração e publicação de periódicos científicos brasileiros. Os itens avaliados permanecem basicamente inalterados, com um maior nível de exigência. Como novidade, a exigência de uma comparação com as

2 Registre-se a existência de outras bases de abrangências diversas em que a literatura da área da Psicologia se encontra indexada. Dentre elas, registramos a CLASE (*Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades*: <http://www.dgbiblio.unam.mx/clase.html>), mantida pela *Universidad Nacional Autónoma de México*; a PSICODOC (*Base de Datos de Psicología*: <http://psicodoc.copmadrid.org/psicodoc.htm>), mantida pelo Colégio Oficial de Psicólogos da Espanha; e o Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*: <http://www.latindex.unam.mx>), mantido por um consórcio de instituições da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal, um misto de indexador e coleção de periódicos.

3 Informações obtidas no site: <http://www.cnpq.br>, em 14 de outubro de 2004.

demais publicações da área, com destaque para a sua singularidade, o que pode ser um indicador de alteração da política de financiamento editorial no Brasil⁴. As propostas são avaliadas em primeira instância pela COE, passando para a deliberação pelas diretorias executivas das duas agências.

O Programa de Auxílio à Publicação da FAPESP é mais específico e restrito, destinado ao financiamento parcial de publicações, incluindo periódicos, que apresentem resultados originais de pesquisa realizada por pesquisador no estado de São Paulo. A referência à FAPESP é feita pelo fato de ter sido responsável pelo desenvolvimento de uma sistemática de avaliação bastante sofisticada – que retomaremos adiante, referência para diversas outras avaliações de periódicos (Krzyzanowski & Ferreira, 1998).

■ 1.3 Inclusão em Coleções

192

Quanto à avaliação para inclusão em coleções, a explosão da produção científica e a multiplicidade dos suportes, aliadas às limitações orçamentárias, têm demandado dos bibliotecários a implantação de mecanismos para a composição do acervo das bibliotecas. Como regra, o processo de seleção da coleção deve estar em sintonia com os objetivos da instituição e as necessidades dos usuários (Gurgel & Maia, 2003).

Uma sistemática de seleção que merece destaque diz respeito à coleção SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), uma biblioteca eletrônica que veio atender a uma demanda dos países latino-americanos, inicialmente na área de Saúde, espalhando-se atualmente para as mais variadas áreas (Biojone, 2003). A SciELO cobre as principais publicações periódicas brasileiras, disponibilizando, pela Internet, os textos integrais. Criada no âmbito da BIREME, com o patrocínio da FAPESP, passou a contar, também, com o suporte do CNPq a partir de 2002.

Além da proposição de uma metodologia para a preparação, o armazenamento e a disseminação do material, a SciELO desenvolveu um modelo de avaliação bastante rigoroso, com recurso ao *peer review*, que é utilizado tanto para a incorporação, quanto para a manutenção dos periódicos na base. Dentre os critérios, estão a publicação predominante de contribuições originais; a revisão e aprovação por pares das contribuições publicadas; a existência de comitê editorial de composição pública e heterogênea; periodicidade regular; tempo de existência do periódico; pontualidade na publicação; resumos, título e palavras-chave em inglês, quando este não é o idioma do artigo e a adoção e especificação das normas utilizadas pelo periódico.

Outra coleção de acesso livre que começa a adquirir alguma visibilidade é a *Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Redalyc, <http://redalyc.uaemex.mx>), mantida pela *Universidad Autónoma del Estado de México*. A coleção é composta de aproximadamente 550 periódicos científicos de diferentes áreas do conhecimento. O Redalyc utiliza, para ingresso e permanência na coleção, os critérios definidos pelo Sistema Latindex de avaliação de periódicos, que compreendem a avaliação de aspectos formais, de gestão e política editoriais e de conteúdo (<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/proyecto/criterios.html>).⁵

4 Alteração na direção de financiamento de poucos (ou, no limite, apenas um) títulos por área de conhecimento, preferencialmente mantido por sociedades científicas.

5 É necessário registrar a existência de uma coleção bastante abrangente de periódicos da área da Psicologia de acesso livre, o PePSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia (<http://pepsic.bvs-psi.org.br>). O PePSIC, que conta com mais de meia centena de periódicos de 11 países latino-americanos, é resultado de uma parceria entre a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), a Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP) e a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). Conquanto a sua organização e estrutura sigam a metodologia SciELO, o ingresso e a permanência dos periódicos na coleção não dependem de avaliação, razão que justifica a sua simples menção no presente texto.

■ 1.4 Avaliação de Pesquisadores e de Instituições

As avaliações de periódicos podem ter como meta qualificar docentes e pesquisadores, individualmente ou em um coletivo, para finalidades diversas. Nas autorizações e nos reconhecimentos de cursos e instituições, não raro a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) lançam mão de classificações de periódicos para aferir a qualidade acadêmica do corpo docente da instituição de ensino ou dos próprios acervos bibliográficos. Da mesma forma, diversas comissões do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) utilizam as classificações de periódicos para efeito de fomento à pesquisa.

O instrumento mais conhecido e utilizado é o Qualis, a classificação dos veículos em que docentes e estudantes dos Programas do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) publicam, produzida desde o ano de 1998 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), como um meio auxiliar para as avaliações dos Programas de Pós-graduação.

A responsabilidade pela classificação é das coordenações das áreas do conhecimento reconhecidas pela CAPES e conduzidas por comissões especificamente designadas para esse fim. Pelo sistema em vigor, os periódicos são classificados em nove estratos a partir da combinação de critérios que consideram o âmbito (local, nacional e internacional) e a qualidade (A, B e C). Está em processo uma alteração substancial no sistema de classificação dos periódicos, proposta pela agência. Substituindo o sistema de dupla entrada, a nova classificação deve comportar sete estratos verticalmente hierarquizados (A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, em ordem decrescente de importância), além de um oitavo, que comportará os periódicos considerados impróprios pelas áreas.⁶

As estratégias e os critérios de avaliação podem variar de ano para ano, quando as Comissões – também periodicamente recicladas – reveem critérios e incorporam novos títulos para serem avaliados, mudam a classificação dos periódicos da avaliação anterior, caracterizando um sistema dinâmico e adequado a cada realidade⁷. A sistemática ora proposta, uma tentativa de equacionar os problemas que vêm sendo apontados ao longo dos últimos anos pela comunidade científica, representa a mudança mais expressiva desde que a classificação Qualis foi implantada.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que, como instrumento auxiliar para a avaliação dos Programas de Pós-graduação, a classificação cobre prioritariamente os títulos efetivamente utilizados pelos docentes e estudantes no período em avaliação, conforme listagem gerada a partir dos relatórios dos próprios programas.

■ 2 A Evolução das Propostas de Avaliação de Periódicos

Existem duas possibilidades consagradas de aferição do padrão de qualidade dos periódicos, a análise bibliométrica (que tem seu fundamento no fator de impacto) e o exame de indicadores de qualidade (Valerio, 1994). Sem embargo do reconhecimento da análise bibliométrica, reconhecida como a forma por excelência de avaliação em âmbito internacional, a realidade

6 Os estratos A devem acomodar as publicações de excelência, consideradas de referência pelas áreas, enquanto que os estratos B devem incluir periódicos diferenciados pela qualidade, não necessariamente de referência internacional. A expectativa é que a nova sistemática estabeleça uma linguagem comum no que diz respeito à qualidade dos periódicos por parte das diferentes áreas de conhecimento (Ofício Circular 060/2008 da Diretoria de Avaliação da CAPES, datado de 11 de agosto de 2008, dirigido aos pró-reitores e coordenadores de programas de pós-graduação).

7 Para mais informações sobre a classificação Qualis, os procedimentos e os critérios das diferentes áreas de conhecimento, consultar: <http://www.capes.gov.br>

é que ela traz embutidas às questões relativas à cartografia da produção científica a distribuição desigual da ciência mundial em produtores e consumidores, comprometendo a utilização desse procedimento de forma generalizada (De Meis & Leta, 1996; Gibbs, 1995).

O exame dos indicadores de qualidade pode compreender dois aspectos complementares: os de natureza intrínseca (aspectos formais, como normalização, periodicidade, tiragem etc.) e extrínseca (aspectos ligados ao conteúdo, como corpo editorial, consultores, nível de qualidade das contribuições etc.).

Ferreira e Krzyzanowski (2003) levantaram as experiências em avaliação alinhadas à segunda vertente, que considera os indicadores de qualidade. Em 1964, a UNESCO criou um grupo de trabalho para avaliar as revistas latino-americanas e propôs uma classificação que vai de deficiente a excelente. Com base no modelo da UNESCO, Arends, em 1968, avaliou revistas médicas venezuelanas considerando a apresentação do material, a regularidade da publicação, o tempo de existência, a periodicidade, a aceitação de colaboradores de outras instituições, a indexação, dentre outros aspectos.

O modelo da UNESCO também foi fonte de inspiração para o trabalho de Braga e Oberhofer (1982), que se transformou em referência das proposições brasileiras desde então (Castro, Ferreira, & Vidili, 1996; Castro, Negrão, & Zaher, 1996; Krzyzanowski & Ferreira, 1998). O sistema proposto tem como característica o estabelecimento de um conjunto de parâmetros que compreendem os aspectos intrínsecos e extrínsecos, formais e de mérito, traduzidos por indicadores que possibilitam a pontuação e consequente hierarquização dos periódicos.

Particularmente importante é a proposta de Krzyzanowski e Ferreira (1998), desenvolvida para a FAPESP, que buscava uma avaliação conjunta de mérito (conteúdo) e de desempenho (forma). A avaliação de mérito foi realizada por meio de consulta a pesquisadores que deveriam, partindo de um conjunto de parâmetros, classificar os periódicos como “prioritário”, “importante” e de “importância relativa”. A avaliação de desempenho (aspectos formais), com base no modelo de Braga e Oberhofer, pontuava um conjunto de itens e classificava as revistas como de desempenho “muito bom”, “bom”, “mediano” e “fraco”. Os resultados obtidos demonstram que um periódico necessitava ser avaliado positivamente nos dois conjuntos.

■ 3 A Avaliação de Periódicos na Área da Psicologia

A avaliação de periódicos na área da Psicologia para a classificação Qualis teve origem em uma demanda da CAPES para classificar as revistas nas quais os docentes e estudantes do Sistema Nacional de Pós-graduação publicavam. A preocupação da agência era justificada: conforme assinalam Macedo e Menandro (1998), a produção científica dos docentes é o item com maior peso nas decisões sobre a avaliação dos programas.

Para atender à demanda da CAPES, a Coordenação da Área da Psicologia articulou-se com a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP), que tinha essa tarefa como uma de suas prioridades programáticas. Os objetivos definidos pela comissão foram: (a) avaliar os periódicos, pela qualificação dos veículos científicos nos quais publicam pesquisadores brasileiros vinculados aos Programas de Pós-graduação em Psicologia, e (b) estimular o incremento da qualidade dos periódicos da área, pelo estabelecimento de parâmetros editoriais compatíveis com as exigências reconhecidas nacional e internacionalmente (Yamamoto et al., 1999).

As comissões, com diferentes composições, realizaram, até o ano de 2004, três versões da avaliação, nos anos de 1998-1999; 2000-2001 e 2002-2003, e uma atualização, em 2004. A primeira comissão, composta por quatro membros da Comissão de Avaliação da área na CAPES

e três editores eleitos pela ANPEPP⁸, adaptou o modelo proposto por Krzyzanowski e Ferreira (1998), incorporando alguns dos itens referentes a conteúdo na ficha de forma. A ficha elaborada continha uma **escala total** (avaliação de qualidade ou A, B e C) e uma **subescala** para classificação de âmbito (nacional ou local). A escala era subdividida em cinco grupos de itens: Normalização, Publicação, Circulação, Autoria e Conteúdo, Gestão Editorial (com pontuação de 0-20 para cada tópico, para um total máximo de 100) e a subescala de âmbito construída a partir da extração de cinco subitens da escala geral (indexação, distribuição, disponibilidade em bibliotecas do sistema nacional, abrangência geográfica dos autores e dos conselhos editoriais).

O procedimento adotado naquela versão da avaliação foi: (a) depurar uma lista de periódicos gerada pela CAPES a partir da citação por parte dos docentes nos relatórios dos Programas de Pós-graduação da área no biênio 1996-1997; (b) realizar uma avaliação preliminar dos periódicos; (c) enviar as avaliações preliminares para os editores; (d) reexaminar as avaliações que foram objeto de solicitações de reconsideração e (e) elaborar duas relações dos periódicos, organizadas por âmbito e classificadas com relação à qualidade. A partir das pontuações obtidas pelos periódicos na escala geral e na subescala, foram estabelecidos pontos de corte, resultando nas classificações de qualidade e âmbito.

Nessa versão, foram avaliados 47 periódicos, 14 considerados de âmbito nacional e 33 de âmbito local. Dentre os periódicos nacionais, quatro foram classificados como de qualidade A, seis como B e quatro como C. Nos periódicos locais, a distribuição foi sete de qualidade A, 14 B e 12 C (Yamamoto et al., 1999).

Basicamente o mesmo procedimento foi empregado nas outras versões, com a modificação mais importante decorrendo da introdução, na avaliação de 2002-2003 (e mantida na atualização de 2004), de requisitos obrigatórios, nos itens Circulação, Autoria e Gestão Editorial (definição de um padrão mínimo de informações e exigências sobre política editorial, de instruções para elaboração e submissão de artigos, de processos de tramitação de originais submetidos à apreciação, e de instruções encaminhadas aos consultores para subsidiar e orientar seus pareceres). Tal medida foi tomada como uma tentativa de responder a uma crítica referente ao peso proporcionalmente excessivo dos itens formais com relação ao conteúdo.

As diversas versões da avaliação foram amplamente divulgadas, em eventos destinados aos psicólogos, diretamente aos editores científicos, em páginas na Internet (<http://www.anpepp.org.br>), além de publicações na forma de artigo (Yamamoto et al., 1999; Yamamoto et al., 2002). O processo foi, ainda, objeto de avaliação por parte de especialistas do campo das ciências da informação (Hutz, 2000).

Uma consequência importante da sistemática de avaliação proposta pela área da Psicologia que merece ser registrada foi o estabelecimento de um padrão, que foi adotado, com as devidas adaptações, em diversas áreas do campo das humanidades na CAPES.

Finalmente, é conveniente registrar que a classificação em vigor, resultante da sistemática descrita, deve sofrer alterações expressivas com a adoção das mudanças anunciadas pela CAPES. O impacto de tais alterações certamente deverá ser objeto de atenção por parte da comunidade científica da Psicologia.⁹

8 A comissão editorial, na sua primeira versão, foi composta por Maria do Carmo Guedes, Sílvia Helena Koller e Oswaldo H. Yamamoto (editores indicados pela Anpepp); Anna Carolina LoBianco, Celso Pereira de Sá, Cláudio Simon Hutz e José Lino O. Bueno (membros da Comissão de Avaliação dos Programas de Pós-graduação da área), além dos representantes titular e adjunto da área de Psicologia da CAPES (Lino de Macedo e Paulo R. M. Menandro).

9 Especialmente, uma das orientações da CAPES que tem o potencial de promover mudanças significativas na avaliação é a necessidade de "povoamento" de pelo menos cinco dos sete novos extratos. O "povoamento" em questão diz respeito não ao número de periódicos em cada um dos extratos, mas à produção dos Programas de Pós-graduação nos periódicos (Ofício Circular 060/2008 da Diretoria de Avaliação da CAPES, datado de 11 de agosto de 2008, dirigido aos pró-reitores e coordenadores de programas de pós-graduação).

■ 4 Reflexões sobre a Avaliação de Periódicos

Sem embargo da necessidade de avaliar periódicos científicos e das avaliações, em geral, positivas acerca do processo desenvolvido na área da Psicologia, alguns questionamentos sempre acompanharam esse processo. Muito embora não fosse a primeira avaliação a que os periódicos da área eram submetidos (haja vista aquelas referentes às solicitações de financiamento para as agências e as referentes à inclusão em bases de dados, para citar dois exemplos), a avaliação desencadeada pela CAPES é a que impactou mais fortemente a comunidade acadêmica brasileira.

Uma das razões para isso está relacionada à envergadura da proposta – a qualificação de todos os periódicos em que os docentes e estudantes dos Programas de Pós-graduação de todas as áreas do conhecimento publicavam. Uma diferença com relação a outras avaliações é que não havia a necessidade de submeter um periódico à avaliação, ela era necessariamente gerada pela agência, independentemente do desejo do editor. Uma segunda razão diz respeito à visibilidade da proposta: o Qualis gerava uma classificação que, além de extensiva (no âmbito proposto), era pública. Isso fez com que se criasse uma referência para que a comunidade científica pudesse se orientar tanto no que diz respeito aos veículos nos quais publicar, quanto àqueles que deveriam ser consultados, pois, supostamente, haveria uma correlação entre a classificação e a qualidade do material publicado.

Concebido como um instrumento para subsidiar a avaliação do SNPG, o Qualis tornou-se uma referência obrigatória para qualquer tomada de decisão que envolvesse a qualificação científica da produção. Em outras palavras, ao se empregar a listagem Qualis para finalidades tão diversas como a verificação da qualidade da infraestrutura de instituições de ensino – nomeadamente as bibliotecas – para efeitos de autorização de funcionamento ou reconhecimento, ou para qualificar a produção científica de um pesquisador com vistas à concessão de auxílios de pesquisa ou bolsas, extrapolou-se, em muito, os propósitos originais.

A questão a ser posta diz respeito à adequação das classificações geradas pelas comissões de área para finalidades outras que a avaliação da produção da pós-graduação brasileira. A questão é mais grave se observarmos que as sistemáticas de trabalho e os critérios de avaliação são bastante diversos de área para área.

A realidade é que a avaliação promovida pela CAPES – e, no caso da Psicologia, conduzida por uma articulação com a ANPEPP – já está estabelecida como a referência antes aludida. Resta saber quais são os impactos dessa avaliação e submeter o processo a uma meta-avaliação.

Com relação ao primeiro ponto, é inegável, como já foi mencionado, que a avaliação modificou profundamente o quadro editorial da área da Psicologia. Uma avaliação mais sistemática ainda está por ser conduzida, mas existem evidências de uma melhora significativa na qualidade editorial das revistas. Os critérios estabelecidos pela Comissão transformaram-se em guias, tanto para a modificação dos periódicos existentes, quanto para as propostas de criação de novos veículos.

Do ponto de vista formal, a qualidade das revistas sofreu mudanças consideráveis. Alguns dos cuidados básicos, desde a simples obtenção de ISSN, até a utilização sistemática de normas para publicação, são efeitos visíveis – conforme testemunho de bibliotecários consultados acerca da questão (Hutz, 2000).

Para além dos aspectos formais, a avaliação induziu os editores a buscarem qualificar os periódicos sob sua responsabilidade do ponto de vista do conteúdo. Indicadores indiretos são a valorização de um sistema mais transparente e qualificado de arbitragem (com descrições do processo, nominatas de conselheiros e consultores), a abertura para instituições diversas daquela de origem, com ênfase naquelas que estivessem em outras Unidades da Federação e, um aspecto importante, a busca pela indexação das revistas em bases consagradas.

A respeito desse último aspecto, é importante observar a presença de periódicos da área em algumas bases e bibliotecas. Na base mais conhecida internacionalmente da Psicologia, a PsycINFO, no ano de 2000 havia apenas 5 revistas indexadas, ao passo que, cinco anos depois, existiam 14. Quanto à base LILACS, no ano de 1999 existiam apenas 9 títulos da área, número que foi ampliado, em 2005, para 47 títulos, dentre as 281 revistas brasileiras indexadas.

Na raiz das controvérsias, está a ausência de consenso acerca do que consiste o próprio processo de avaliação. A avaliação, conforme assinala muito bem Dias Sobrinho (2004), nunca é neutra: para além do aspecto eminentemente técnico, envolve aqueles de ordem política e ética. A sua crítica reside, sobretudo, em uma das possibilidades de compreensão do que seja avaliar, aquela que a concebe, sobretudo, como controle. Essa compreensão é identificada como fazendo parte de um paradigma objetivista, que busca estabelecer parâmetros supostamente objetivos e inquestionáveis, que permitiriam o estabelecimento de *rankings*.

Certamente, as classificações não constituem a única faceta da avaliação, sobretudo, se a compreendermos como uma etapa de um processo (contínuo, portanto) que deve servir para o aprimoramento do próprio fenômeno sob avaliação – e não um fim em si mesmo.

Partindo das ponderações acerca dos sentidos do avaliar – isto é, as premissas da não neutralidade e da processualidade, as questões postas para a avaliação dos periódicos diz respeito aos critérios/procedimentos e às finalidades da avaliação. As duas questões estão imbricadas, uma vez que a discussão dos critérios leva ao questionamento de quem as propõe e para quê finalidade.

A avaliação CAPES/ANPEPP para o Qualis da área da Psicologia é conduzida por uma comissão mista de uma agência governamental responsável pela avaliação da pós-graduação brasileira e por uma associação que congrega pesquisadores vinculados a Programas de Pós-graduação. Os membros do primeiro grupo são indicados pela Coordenação da Área que, por seu turno, é nomeada pela direção da CAPES com base em consulta feita aos Programas de Pós-graduação e às sociedades científicas da área. Os do segundo são editores, indicados após eleição conduzida pela ANPEPP. Portanto, não parece haver problemas com relação à legitimidade da Comissão que conduz a avaliação.

Mais do que isso, é importante reafirmar que a classificação Qualis é um instrumento desenvolvido pela CAPES para a avaliação da pós-graduação. Nesse sentido, as classificações das diversas áreas são de responsabilidade da Coordenação da Área, que tem a prerrogativa de definir as formas pelas quais vai compor tal classificação. De qualquer forma, o procedimento adotado pela Coordenação da Área da Psicologia, desde o momento em que a classificação Qualis foi criada, buscou sempre a articulação com a comunidade científica, representada pela associação de pós-graduação.

Partindo do entendimento de que a avaliação processada no âmbito da pós-graduação tem por objetivo produzir uma classificação dos periódicos para aferir a qualidade da produção dos docentes, fica evidente o seu alinhamento com a lógica normativa, a de estabelecimento de *rankings*, como afirmava Dias Sobrinho (2004). Ou seja, a classificação Qualis em si não compartilha da concepção processual de avaliação, embora os seus resultados, no processo de avaliação e acompanhamento do sistema de pós-graduação, possam ter efeitos “educativos”.

Essa observação é particularmente importante, pelo fato de as classificações Qualis terem exorbitado suas finalidades originais e, pela ampliação do seu uso, gerar críticas que cabem a um sistema amplo de avaliação de periódicos, mas não especificamente ao Qualis – pelas suas finalidades.

Retornando à avaliação da área da Psicologia, os critérios e os procedimentos foram baseados em experiências acumuladas pelos especialistas da Ciência da Informação, com adaptações feitas pela Comissão CAPES/ANPEPP. Os elementos da avaliação, conforme foi assinalado, foram

discutidos em diversas oportunidades e, como consequência, diversas alterações foram processadas¹⁰. Embora isso não retire o caráter de uma avaliação normalizadora e “rankeadora”, o processo, que sempre contou com a participação da comunidade científica, dificilmente seria merecedor do rótulo de “autoritário”.

Existe um aspecto da avaliação que é crucial e sempre esteve em questionamento: a sua efetividade na aferição do mérito científico dos periódicos com melhor avaliação. Na realidade, essa questão é central. Se a avaliação que resulta na classificação Qualis é correta, é possível esperar que as revistas com melhor avaliação sejam aquelas que estejam cumprindo de forma mais adequada aquilo que tipifica um periódico de qualidade: publicação ágil, corretamente formatado e, acima de tudo, que encontremos, em suas páginas, aquilo que de mais relevante e atual a Psicologia no Brasil produz.

As respostas que temos são indiretas. Evidentemente, não se pode ignorar a existência de pesquisas simultâneas sobre as mesmas temáticas e as réplicas movidas pela pressão para a produção. Mesmo que seja evidenciada a qualidade desse tipo de produção, a sua originalidade e a condição de representar o desenvolvimento da pesquisa na área ficam comprometidas.¹¹

Respostas para algumas das questões aqui postas, que estão no coração do processo de avaliação, como ela mesma, precisam ser constantemente buscadas e construídas¹². Ao debater a avaliação promovida pela Comissão CAPES/ANPEPP – e lançar o desafio de ousar mudar ou repetir (mesmo que aperfeiçoando) esse processo, Guedes (2004) assinala com muita propriedade que o que vai acontecer daqui em diante depende do que fizermos agora.

10 Embora as observações dos editores e interessados nesses diversos eventos fossem consideradas e, algumas delas implementadas, muitos dos temas eram polêmicos e longe de serem consensuais. A cobrança de Loffredo, Bicalho, Fernandes e Bergamasco (2003), de que “as reflexões presentes no debate sobre a questão da endogenia... não tiveram repercussão nos parâmetros norteados da última avaliação, que continuaram os mesmos em relação à anterior, embora estivessem presentes no evento membros da Comissão de Avaliação” (p. 201) tem sua razão de ser, mas a expectativa de que todas as ponderações, eventualmente conflitantes, de presentes nesses eventos pudessem ser incorporadas à avaliação, não se sustenta.

11 Para o aprimoramento desse processo, talvez seja necessário caminhar na direção proposta por Krzyzanowski e Ferreira (1998) ou Jeannin (2003), de avaliação de mérito por pares.

12 Uma análise mais exaustiva da avaliação da área da Psicologia para a classificação Qualis pode ser encontrada em Costa e Yamamoto (2008).

Referências

- Biojone, M. R. (2003). *Os periódicos científicos na comunicação da ciência*. São Paulo: EDUC/FAPESP.
- Braga, G., & Oberhofer, C. A. (1982). Diretrizes para avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Revista Latinoamericana de Documentación*, 2(1), 27-31.
- Castro, R. C. F., Ferreira, M. C. G., & Vidili, A. L. (1996). Periódicos latino-americanos: avaliação das características formais e sua relação com a qualidade científica. *Ciência da Informação*, 25(3), 357-367.
- Castro, R. C. F., Negrão, B., & Zaher, C. R. (1996). Procedimentos editoriais na avaliação de artigos para publicação em periódicos de ciência da saúde da América Latina. *Ciência da Informação*, 25(3), 352-356.
- Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de Psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 13-24.
- De Meis, L., & Leta, J. (1996). *O perfil da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Dias Sobrinho, J. (2004). Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? *Educação & Sociedade*, 25(88), 703-725.
- Ferreira, M. C. G., & Krzyzanowski, R. F. (2003). Periódicos científicos: critérios de qualidade. *Pesquisa Odontológica Brasileira*, 17(suplemento), 43-48.
- Gibbs, W. W. (1995). Lost science in the third world. *Scientific American*, 273(2), 76-83.
- Guedes, M. C. (2004). Escrever e editar: compromisso com a disseminação de conhecimento. *Psicologia USP*, 15(3), 249-256.
- Gurgel, N. M. C., & Maia, O. L. (2003). Política de desenvolvimento do acervo para o sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. In Núcleo Organizador (Org.), *XIII Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias* (pp. 1-15). Natal.
- Hutz, C. S. (2000). Avaliação do processo de avaliação das revistas científicas em psicologia. *Estudos de Psicologia*, 5(2), 471-481.
- Jeannin, P. (2003). *Revue de la recherche en sciences humaines et sociales. Rapport synthétique et final de mission (1999-2003)*. Recuperado em 01 de setembro de 2005, de http://www.ub.es/facdt/rapport_jeannin_2003.pdf
- Krzyzanowski, R. F., & Ferreira, M. C. G. (1998). Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. *Ciência da Informação*, 27(2), 165-175.
- Loffredo, A. M., Bicalho, H. M., Fernandes, M. I., & Bergamasco, N. H. P. (2003). Comentários sobre as avaliações realizadas pelas Comissões CAPES/ANPEPP para avaliação dos periódicos da área de Psicologia. *Psicologia USP*, 14(3), 201-272.
- Macedo, L. de, & Menandro, P. R. M. (1998). Considerações sobre os indicadores de produção no processo de avaliação dos programas de pós-graduação em psicologia. *Infocapes*, 6(3), 34-38.
- Testa, J. (1998). A base de dados ISI e seu processo de seleção de revistas. *Ciência da Informação*, 27(2), 233-235.
- Trzesniak, P. (2001). A concepção e a construção da revista científica. In *I Curso de Editoração Científica* (pp. 11-24). Brasília, DF: CEDRHUS.
- Valerio, P. M. (1994). *Espelho da ciência: avaliação do Programa Setorial de Publicações em Ciência e Tecnologia da FINEP*. Brasília, DF: FINEP/IBICT.
- Yamamoto, O. H., Koller, S. H., Guedes, M. C., LoBianco, A. C., Sá, C. P., Bueno, J. L. O., Macedo, L., & Menandro, P. R. M. (1999). Periódicos científicos em psicologia: uma proposta de avaliação. *Infocapes*, 7(3), 7-13.
- Yamamoto, O. H., LoBianco, A. C., Hutz, C. S., Bueno, J. L. O., Guedes, M. C., Koller, S. H., & Menandro, P. R. M. (2002). Avaliação de periódicos científicos brasileiros da área da Psicologia. *Ciência da Informação*, 31(2), 163-177.

Notas sobre as Organizadoras

Aparecida Angélica Zoqui Paulovic Sabadini



Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Marília, SP). É responsável pela Seção de Múltiplos e Apoio às Publicações da Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), desde 1995, onde atua como bibliotecária desde 1992. Integra a equipe de publicação das revistas *Psicologia USP* e *Revista de Etologia*. Ministra cursos e palestras nos seguintes temas: normalização técnica de documentos (APA e ABNT) e preparação de artigos e periódicos científicos. É membro da Comissão do Centro de Memória do IPUSP, da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), da Diretoria da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP) e membro fundador da mesma associação. Sua Produção Técnico-científica inclui a autoria de manuais de orientação, artigos em revistas nacionais e trabalhos em eventos nas áreas de Biblioteconomia e Psicologia.

Endereço para correspondência: Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco C, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: angelica@usp.br

Maria Imaculada Cardoso Sampaio



Bacharel em Biblioteconomia e Mestre em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), possui Especialização em Sistemas Automatizados de Informação pela PUC-Campinas e SIBi/USP. É diretora técnica da Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP), desde 1999, onde atua como bibliotecária desde 1990. Coordenadora Técnica da BVS-Psi Brasil e BVS ULAPSI, representa os Bibliotecários junto à União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI). Docente do Curso de Especialização: “Gerenciamento de Sistemas e Serviços de Informação”, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP), desde 2004. Sua Produção Técnico-científica inclui a autoria de manuais de orientação, livros e capítulos de livros, artigos em revistas nacionais e internacionais e trabalhos em diversos eventos nas áreas de Biblioteconomia e Psicologia. Membro fundador da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP).

Endereço para correspondência: Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco C, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: isampaio@usp.br

Sílvia Helena Koller



Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora honorária da Universidad de Chiclayo, Peru. Orientadora de doutorado e mestrado e coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua. Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) 2004-2006 e da Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (2000-2002). Representante Latino-americana no Children's Rights University Network 2005. Consultora do World Bank 2004, do World Childhood Foundation 2004, da Kellogg Foundation Grantee 2003-2004, da EveryChild 2007. Editora do *Interamerican Journal of Psychology* (SIP) 2003 e *Psicologia: Reflexão e Crítica* (1996-2002 e 2008). Editora associada do *International Journal of Behavioral Development* (ISSBD) 2005 e da *Child Development Abstracts & Bibliography* (SRCD) 1997-2001. Membro do International Affairs Council of SRCD 1999. Representante *ad hoc* da América Latina no Comitê Executivo da ISSBD desde 2000. Parecerista de revistas e agências nacionais e internacionais e autora de publicações em revistas e livros internacionais e nacionais. Membro fundador da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP).

202

Endereço para correspondência: Psicologia do Desenvolvimento, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rua Ramiro Barcelos, 2600/104, Santana, Porto Alegre, RS, Brasil CEP 90035-003. E-mail: silvia.koller@gmail.com

Notas sobre os Autores-colaboradores

Ana Ludmila Freire Costa



Possui graduação (2004) e mestrado (2006) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Tem experiência na área de Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: formação e atuação profissional, publicação científica, psicologia comunitária e ambiental.

Endereço para correspondência: Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação, Departamento de Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Universitário UFRN, Lagoa Nova, Natal, RN, Brasil 59078-970. E-mail: analudmila@gmail.com

203

André Serradas



Graduado em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP) em 2001. Atualmente é o vice-coordenador da Biblioteca Virtual em Saúde –Psicologia (BVS-Psi) e da Biblioteca Virtual da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS ULAPSI), coordenador do Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC) e colaborador da Comissão de Avaliação de Periódicos CAPES/ANPEPP. Professor-assistente na FESP/SP de 2002 a 2004. Gestor do Banco de Imagens da *Revista Pesquisa FAPESP* desde 2001. Autor de trabalhos em congresso e artigos em revistas científicas. Membro fundador da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP).

Endereço para correspondência: Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco C, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: coordenacao@bvs-psi.org.br

Claudette Maria Medeiros Vendramini



Graduada e mestre em Estatística e doutora em Educação, área de concentração em Psicologia da Educação Matemática, pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora de Estatística e pesquisadora da graduação e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade São Francisco (USF, Itatiba/SP). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Construção e Validade de Testes, Escalas e Outras Medidas Psicológicas, atuando principalmente nos seguintes temas: avaliação educacional; crenças, atitudes e ansiedade matemática e estatística; educação estatística; ensino superior; evidências de validade do ENADE para avaliação de cursos superiores; psicometria. Orientadora de alunos bolsistas do CNPq, FAPESP, CAPES, de iniciação científica e de mestrado. Bolsista, nível 1D, Produtividade em Pesquisa do CNPq. Consultora *ad hoc* do INEP/MEC de 2004 a 2007. Membro participante dos grupos do diretório de pesquisa do CNPq Ambiente Virtual de Apoio ao Letramento Estatístico (AVALÉ/UESC) e Laboratório de Avaliação Psicológica e Educacional (LabAPE/USF) e vice-líder do grupo de pesquisa Psicologia da Educação Matemática da UNICAMP.

Endereço para correspondência: Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia, Universidade São Francisco, Rua Alexandre Rodrigues Barbosa, 45, Centro, Itatiba, SP, Brasil 13251-900. E-mail: cvendramini@uol.com.br

Cláudia Borim da Silva



Graduada em Matemática pela Universidade São Judas, mestre em Educação, área de concentração Educação Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutora em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Matemática da UNIBAN, onde ministra Probabilidade e Estatística. Na Universidade São Judas Tadeu, é professora de Estatística na graduação em Psicologia e no Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação Física. Tem desenvolvido suas pesquisas em Educação Estatística, nas linhas de didática da Estatística e raciocínio e letramento estatístico.

204

Endereço para correspondência: Universidade São Judas Tadeu, Rua Taquari, 546, Mooca, São Paulo, SP, Brasil 03166-000. E-mail: dasilvm@uol.com.br

Irene Maurício Cazorla



Graduada e mestre em Estatística e doutora em Educação, área de concentração em Educação Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora titular de Estatística da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC, Ilhéus, BA). Leciona Estatística nos cursos de graduação e mestrado da UESC e de Metodologia do Ensino de Matemática em cursos de formação de professores de Matemática e Pedagogia. Vice-coordenadora do projeto Ambiente Virtual de Apoio ao Letramento Estatístico (AVALE), financiado pela FAPESB. Diretora da Sociedade Brasileira de Educação Matemática, Regional Bahia, SBEM-BA; Vice-coordenadora do GT12 de Ensino de Probabilidade e Estatística da SBEM e do Grupo de Investigación Latinoamericano en Educación Estadística (GILEE).

Endereço para correspondência: Universidade Estadual de Santa Cruz, Rodovia Ilhéus, Itabuna, Km 16, Salobrinho, Ilhéus, BA, Brasil 45662-000. E-mail: icazorla@uol.com.br

Maria Marta Nascimento



Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP, Marília, SP). Atualmente atua como bibliotecária na Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Integra a equipe técnica das revistas *Psicologia USP* e *Revista de Etologia*, contribuindo com a normalização das referências e citações no texto dos artigos a serem publicados. É membro integrante do Grupo de Trabalho "DiTeses", grupo composto por bibliotecárias do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBi/USP) responsável pela elaboração das diretrizes para apresentação de Dissertações e Teses da USP. Autora de manuais de orientação e trabalhos em eventos científicos.

Endereço para correspondência: Biblioteca Dante Moreira Leite, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, Avenida Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco C, Cidade Universitária, São Paulo, SP, Brasil 05508-030. E-mail: martamn@usp.br

Oswaldo Hajime Yamamoto



Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1975), mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1986) e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1994). Coordenador da área da Psicologia da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2005-2008), membro do Conselho Técnico Científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (2005-2008), professor titular e pró-reitor de Planejamento e Coordenação Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003-2007). Tem experiência nas áreas da Psicologia e da Educação, investigando temas relacionados às políticas sociais e à teoria social marxiana.

205

Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Campus Universitário UFRN, Lagoa Nova, Natal, RN, Brasil 59078-970. E-mail: ohy@uol.com.br

Piotr Trzesniak



Licenciado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (São Paulo, SP) e bacharel, mestre e doutor em Física pelo Instituto de Física da mesma universidade. Professor titular aposentado da Universidade Federal de Itajubá (Unifei, Itajubá, MG), desenvolveu pesquisas em Física da Matéria Condensada (propriedades elétricas e ópticas), em Física Nuclear (dosimetria de radiações ionizantes) e em Ensino de Física. Atuou na Unifei na pós-graduação em Materiais para Engenharia e também em Engenharia de Produção, com ênfase em Garantia de Controle de Qualidade, em tópicos de metrologia, de desenvolvimento de indicadores em geral e metodologia de pesquisa. Ainda na Unifei, foi editor da revista *Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico*, o que o fez envolver-se e passar a publicar em *Comunicação Científica*, *Ciência da Informação* e outras áreas do conhecimento. Tem prestado assessoria e/ou participado de Comitês no CNPq, CAPES e IBICT e, fora do Brasil, junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique. É editor geral da *Advances in Scientific and Applied Accounting*, editor gerente do *Interamerican Journal of Psychology*, editor associado da *newsletter* da *International Society for Theoretical Psychology* e da *Revista Brasileira de Ensino e Pesquisa em Administração*. É também consultor da *Brazilian Veterinary Research* e do *Journal of Operations and Supply Chain Management*. Atua ainda como integrante do Conselho Diretor, como participante do Corpo Científico e/ou como parecerista em revistas de Ciência da Informação, de Administração, de Enfermagem, de Psicologia, de Ensino de Física e de Fonoaudiologia. Membro fundador da Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP).

Endereço para correspondência: Avenida Fabio Araújo Santos, 1380, Bairro Nonoai, Porto Alegre, RS, Brasil 91720-390. E-mail: piotrze@gmail.com



A compreensão da realidade é um desafio posto para a Humanidade desde tempos imemoráveis. Dentre as formas possíveis para enfrentá-lo, a ciência, entendida como um corpo ordenado de conhecimentos produzidos na relação do homem com a natureza e com os outros homens, mediante a utilização de um método específico de investigação, tornou-se, nos tempos modernos, a forma hegemônica de compreensão da realidade. Contudo, para além de um procedimento e de um produto peculiares, a ciência é, sobretudo, um empreendimento humano.

A natureza e a destinação social da ciência é magnificamente retratada pelo teatrólogo germânico Bertold Brecht (1955/1991), por meio das palavras de seu personagem, Galileu Galilei: "A Ciência... está ligada às duas lutas. Enquanto tropeça dentro de sua bruma luminosa de superstições e afirmações antigas, ignorante demais para desenvolver plenamente as suas forças, a humanidade não será capaz de desenvolver as forças da natureza que vocês descobrem. Vocês trabalham para quê? Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a cansaço da existência humana. E se os cientistas, intimidados pela prepotência dos poderosos, acham que basta amontoar saber, por amor do saber, a ciência pode ser transformada em aleijão, e as suas novas máquinas serão novas aflições, nada mais. Com o tempo, é possível que vocês descubram tudo o que haja por descobrir, e ainda assim o seu avanço há de ser apenas um avanço para longe da humanidade" (p.165). [Brecht, B. (1991). Vida de Galileu. In *Teatro completo* (Vol. 6, 2a ed., pp. 51-170). Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Texto original em alemão publicado em 1955)].

Democratizar o acesso à informação, ao conhecimento produzido pela humanidade, é um dos aspectos do processo de construção da ciência e da democracia. Um dos elementos de destaque nesse processo, e que recebe atenção detalhada aqui, é o periódico científico que, pelas suas características, constitui-se em uma das formas privilegiadas de disseminação do conhecimento científico.

Oswaldo Hajime Yamamoto

